



DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO EM TEMPO DE P A N D E M I A

UM MUNDO E MUITAS VOZES

NAIR PRATA
SÔNIA JACONI
GENIO NASCIMENTO
(organizadores)



INTERCOM

DIRETORIA EXECUTIVA INTERCOM 2020-2023

Presidente: Giovandro Marcus Ferreira

Vice-Presidente: Juliano Mendonça Domingues da Silva

Diretor Editorial: Felipe Pena de Oliveira

Diretor Financeiro: Marcelo Briseno Marques de Melo

Diretora Administrativa: Adriana Cristina Omena dos Santos

Diretora de Relações Internacionais: José Edgard Rebouças

Diretor Cultural: Ariane Carla Pereira Fernandes

Diretora de Documentação: Ivanise Hilbig de Andrade

Diretora de Projetos: Sonia Maria Ribeiro Jaconi

Diretora Científica: Nair Prata Moreira Martins

Diretoria Regional Norte: Tatiane Hilgemberg Figueiredo

Diretoria Regional Nordeste: Norma M. Meireles Macêdo Mafaldo

Diretoria Regional Centro-Oeste: Luãn José Vaz Chagas

Diretoria Regional Sul: Cristiane Finger Costa

Diretoria Regional Sudeste: Franco Dani Araújo e Pinto

CONSELHO EDITORIAL DA INTERCOM

Presidente do Conselho: Giovandro Marcus Ferreira (UFBA)

Allysson Viana Martins (Unir)

Ana Cláudia Gruszynski (UFRGS)

Ana Regina Barros Rego Leal (UFPI)

Ana Sílvia Lopes D. Médola (Unesp)

Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS)

Bruno Guimarães Martins (UFMG)

Cicilia M. Krohling Peruzzo (Uerj)

Dario Brito Rocha Júnior (Unicap)

Eduardo B. Vianna Meditsch (UFSC)

Erick Felinto de Oliveira (Uerj)

Eula Dantas Taveira Cabral (FCRB)

Fernando Oliveira Paulino (UnB)

Francisco Machado Filho (Unesp)

Iluska M. da Silva Coutinho (UFJF)

Izani Pibernat Mustafá (UFMA)

Joaquim Paulo Serra (UBI, Por.)

Luiz Claudio Martino (UnB)

Margarida M. Krohling Kunsch (USP)

Margarita Ledo Andión (USC, Gal.)

Maria Ataíde Malcher (UFPA)

Maria Cristina Gobbi (Unesp)

Maria Érica de Oliveira Lima (UFC)

Maria Immacolata V. de Lopes (USP)

Marialva Carlos Barbosa (UFRJ)

Nair Prata Moreira Martins (Ufop)

Nélia Rodrigues Del Bianco (UnB)

Patrícia Gonçalves Saldanha (UFF)

Pedro Gilberto Gomes (Unisinos)

Raquel Paiva de A. Soares (UFRJ)

Raúl Fuentes Navarro (Iteso, Mex)

Roseli Fígaro Paulino (USP)

Sandra L. A. de Assis Reimao (USP)

Sérgio Augusto S. Mattos (UFRB)

Simone Antoniaci Tuzzo (UFG)

Sônia Caldas Pessoa (UFMG)

Vanessa Cardozo Brandão (UFMG)

DESAFIOS DA
COMUNICAÇÃO
EM TEMPO DE
P A N D E M I A
UM MUNDO E MUITAS VOZES

NAIR PRATA
SÔNIA JACONI
GENIO NASCIMENTO
(ORGANIZADORES)

São Paulo
INTERCOM
2020

Desafios da comunicação em tempo de pandemia: um mundo e muitas vozes | 1ª edição

Copyright © 2020 dos autores dos textos, cedidos para esta edição à Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - Intercom

Organização

Nair Prata, Sônia Jaconi e Genio Nascimento

Projeto gráfico, diagramação e capa

Gênio Editorial - genioeditorial.com

Ficha Catalográfica

Desafios da comunicação em tempo de pandemia: um mundo e muitas vozes

[recurso eletrônico] / Nair Prata, Sônia Jaconi e Genio Nascimento (orgs). São Paulo: INTERCOM, 2020, 461 p.:il.

Inclui bibliografias.

E-book.

ISBN 978-65-990485-2-4

1. Comunicação. 2. Interdisciplinar. 3. Pandemia. 4. Grupos de Pesquisa Intercom. 5. Brasil. I. Prata, Nair (org.). II. Jaconi, Sônia (org.). III. Nascimento, Genio (org.).

CDD: 659

Todos os direitos desta edição reservados à:

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação- Intercom

Avenida Brigadeiro Luís Antonio, 2050 - conjunto 36 - Bela Vista

CEP 01318-002 - São Paulo - SP

Tel.: (11) 3892 7558

Site: portalintercom.org.br - E-mail: secretaria@intercom.org.br

SUMÁRIO

Prefácio	9
<i>Margarida M. Krohling Kunsch</i>	
Apresentação	15
<i>Nair Prata, Sônia Jaconi e Genio Nascimento</i>	
Um mundo e muitas vozes: da utopia à distopia?	23
<i>Giovandro Ferreira e Nair Prata</i>	
Os desafios da Comunicação Gerencial no mundo em transformação	44
<i>Raphael Cortezão e Sônia Jaconi</i>	
Jornalismo em tempos de pandemia e autoritarismo	69
<i>Felipe Pena e Monica Martinez</i>	
Flagelo dos corpos: a pandemia e o agravamento das precariedades	87
<i>Sônia Caldas Pessoa e Carlos Magno Camargos Mendonça</i>	

Performances em rede durante a pandemia de Covid-19: presença e nostalgia no isolamento social 112

Danielly Bezerra, Gabriela Almeida, Jorge Cardoso Filho, Luciana Oliveira e Thiago Soares

Utopias e Distopias do Trabalho Digital: diálogo com Rafael Grohmann 126

Rafael Grohmann, Willian Fernandes Araújo, Beatriz Polivanov, Caio Cesar G. Oliveira

Fake news, mídias sociais e religião 145

Alexandre Brasil Fonseca, Juliana Dias e Priscila Vieira-Souza

A mediação segundo a Economia Política da Comunicação 171

Verlane Aragão Santos, César Bolaño, Manoel Dourado Bastos e Anderson David Gomes dos Santos

Os sons que ecoam em tempos de pandemia - Estudos iniciais dos pesquisadores do GP Comunicação, Música e Entretenimento sobre as mudanças no universo do som e da música em decorrência da Covid-19 193

Nadja Vladi Gumes, Adriana Amaral, Jeder Janotti Jr., Marcelo Bergamin Conter, Mario Arruda, Micael Herschmann, Simone Pereira de Sá, Thiago Soares, Tobias Queiroz e Victor de Almeida Nobre Pires

As múltiplas missões do rádio na crise da Covid-19 213

Marcelo Kischinhevsky, Debora Cristina Lopez, Luiz Artur Ferraretto, Valci Zuculoto e Fernando Morgado

Polifonia e Alteridade: Comunicação e Educação em época de pandemia da Covid-19 233

Rose Mara Pinheiro e Ana Luísa Zaniboni Gomes

Perspectivas Contemporâneas da Folkcomunicação 246

Marcelo Pires de Oliveira e Marcelo Sabbatini

A (re)-invenção do telejornalismo em tempos de pandemia 266
Flávio Porcello, Edna Mello, Arianne Pereira, Cárlida Emerim, Cristiane Finger e Iluska Coutinho

Esporte, Olimpíadas e Paralimpíadas: entre utopias e distopias 280
Rafael Duarte Oliveira Venancio e Tatiane Hilgemberg

O Café Intercom e as safras comunicacionais de José Marques de Melo 300
Eliane Mergulhão e Rodrigo Gabrioti

O Fim do Cinema? A Reconfiguração do Circuito Cinematográfico sob a Pandemia 316
Luíza Alvim, Luíza Lusvardi, Pedro Butcher e Talitha Ferraz

A escassez dos recursos de comunicação em diferentes escalas – A utopia de um país conectado na pandemia de 2020 339
Sonia Virgínia Moreira, Nélia Rodrigues Del Bianco e Jacqueline da Silva Deolindo

A pesquisa de televisão e televisualidades na Intercom: continuidades, rupturas e perspectivas 358
Bruno de Souza Leal, Carlos Eduardo Marquioni e Gustavo Daudt Fischer

Comunicação para a Cidadania em tempos de Covid-19 374
Cicilia M. Krohling Peruzzo, Rozinaldo Antonio Miani, Denise Teresinha da Silva, Cláudia Regina Lahni, Patrícia Gonçalves Saldanha, Pablo Nabarrete Bastos e Suelen de Aguiar Silva

Entre bytes e vírus: as mídias na pandemia 401
Ana Claudia Munari Domingos, Antonio Hohlfeldt, Cristiane Finger, Juliana Tonin e Márga Rodrigues da Cunha

Sobre os autores 432

PREFÁCIO

PREFÁCIO

MARGARIDA M. KROHLING KUNSCH

Esta coletânea, no formato de e-book, *Desafios da comunicação em tempo de pandemia: um mundo e muitas vozes*, organizada por Nair Prata, Sônia Jaconi e Genio Nascimento, é resultante de vinte encontros promovidos pela Cátedra Intercom, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), por meio de lives realizadas entre os meses de maio e junho de 2020.

Com a pandemia do novo corona vírus, a covid-19, este ano de 2020 será registrado na história como um período marcante, que nos abalou profundamente, em todos os sentidos. Trata-se de um quadro inusitado e totalmente inesperado, que nossa geração jamais poderia pensar que teria de enfrentar e que duraria por tanto tempo, desafiando a ciência e os especialistas, sobretudo das áreas da saúde e da educação. É uma emergência na saúde pública, que está movendo todas as áreas do conhecimento, a ciência, a tecnologia, a educação, a cultura, a economia etc. Além de atingir diretamente as

peças com um trágico número de contaminações e de mortes recordes em todo mundo, afetando também todos segmentos e setores sanitários, sociais, econômicos, políticos, científicos e a sociedade em geral.

Todas as organizações privadas, do terceiro setor e as instituições públicas, assim como as entidades acadêmicas, científicas e culturais tiveram que, rapidamente, se adaptar e buscar novas alternativas para poderem realizar suas atividades. O que antes era realizado em ambiente físico de forma presencial passou a ser virtual, online, remoto e a distância. Surgem novas demandas com urgências no uso de novos suportes de tecnologias digitais para viabilizar reuniões, cursos, ensino (em todos os níveis, do fundamental, médio e superior à pós-graduação), eventos e lives.

A Intercom não parou e também teve que se adaptar, tomando decisões difíceis e antecipadas, como transformar em virtuais seus grandes congressos nacionais, que por 42 anos tinham sido presenciais, assim como os congressos regionais e outros eventos. O ponto de partida surgiu com a primeira live, que ocorreu no dia 05 de maio de 2020, trazendo para o debate, justamente o tema central do 43º Congresso Intercom, o Intercom 2020, “Um mundo e muitas vozes: da utopia a distopia?”, focando nos quarenta anos da obra *Um mundo, muitas vozes*, conhecida como Relatório MacBride, documento publicado em 1980 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Uma análise desse relatório no contexto histórico em que ele teve origem e trazê-lo para a contemporaneidade mostrará como ele ainda é atual nos dias de hoje. Esse documento clássico da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, fruto de debates levados a efeito no período 1977-1980, sob o patrocínio da Unesco, enfatiza os óbices à livre circulação da informação, que, variando de acordo com os países, ainda podem ser encontrados em todas as sociedades.

Para os autores desse histórico relatório, produzido no contexto das batalhas pelas políticas nacionais de comunicação e pela democratização dos meios de comunicação, na década de 1970, os entraves que dificultam a liberdade de informação são facilmente identificáveis. Podem-se apontar a violência física e as medidas de intimidação, a legislação repressiva, a censura, a perseguição e os atentados a jornalistas, a judicialização imprópria, entre outras improbidades.

A partir dessa primeira live com essa temática, a Intercom conclamou a comunidade acadêmica de comunicação a debater outros grandes temas, que se sucederam mediante os demais dezenove encontros. Como pode ser visto pelo conteúdo dos capítulos que compõem esta coletânea, os assuntos tratados perpassaram uma significativa pluralidade temática, cobrindo de forma inter e multidisciplinar o campo das ciências da comunicação.

Ao percorrer o conjunto de textos, o leitor poderá perceber como a temática da liberdade de expressão e do direito à informação correta, na atualidade, nos mostra a premente necessidade de se trazerem novas referências e reflexões, que nos ajudem a tentar compreender esse momento crucial por que passa o mundo, quando as pessoas e a sociedade, nos seus mais diversos segmentos, sofrem as consequências funestas provocadas pela desinformação presente nas redes sociais. E, o que mais grave, a desinformação e as campanhas de manipulação da opinião pública contra os cuidados com a saúde em plena pandemia e ainda contra a vacinação a ser iniciada em breve.

Na era digital, pelo acesso livre e em tempo real à internet, por meio de qualquer dispositivo eletrônico, o cidadão é bombardeado pelo excesso de informações não confiáveis que contaminam a formação de uma opinião pública sedimentada em bases verdadeiras. O grande desafio para os profissionais de comunicação é defender a liberdade

de expressão e ao mesmo tempo criar mecanismos possíveis para que os diversos atores sociais consigam estabelecer as diferenças entre uma fonte de informação confiável e uma fonte não confiável. Atribuir às fake news uma carga generalizada para todas as narrativas falsas que circulam na internet é uma forma reducionista de encarar o problema. Na verdade, são matérias fabricadas com intencionalidades e sem responsabilidade social, cujos conteúdos constituem de fato um poder influenciador e manipulador de “desinformação” proposital.

Frente a essa nova realidade, ressaltando primeiro o direito da liberdade de expressão, como podem os blogs, os grupos influenciadores, os youtubers e os grupos de mídias digitais que produzem informação sem cuidado e sem responsabilidade no tratamento dos conteúdos lançados na internet, muitas vezes cultivando o ódio e desrespeitando as diferenças, etnias, gênero etc., causar efeitos positivos ou negativos e consequências na formação da opinião pública, sobretudo dos cidadãos menos conscientes e desatentos?

Nesse sentido os conceitos e as reflexões dos autores desta obra poderão contribuir de forma significativa para que os estudos e as práticas da comunicação nas suas diversidades e variadas vertentes ajudem a construir uma consciência mais crítica e uma cidadania mais sensível com a responsabilidade, a verdade e as causas sociais.

Parabenizo a Intercom, sua diretoria e, particularmente, as professoras Nair Prata e Sônia Jaconi pela iniciativa ousada em momento de tantas incertezas. Primeiro, por realizarem as lives conseguindo conectar tantos temas comunicacionais abrangentes e específicos com o trágico contexto da pandemia da covid-19 e, também, juntamente com Genio Nascimento, por terem disponibilizado todas as contribuições apresentadas no Youtube e agora no formato de e-book. A democratização

do conhecimento que vem sendo gerado no âmbito da entidade que faz parte da missão da Intercom em prol da sociedade e de um mundo melhor e menos desigual.

Margarida M. Krohling Kunsch

*Professora titular da Escola de Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo*

*Pró-reitora adjunta de Cultura e Extensão da
Universidade de São Paulo*

*Presidente do Conselho Curador da Intercom – Sociedade
Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

NAIR PRATA, SÔNIA JACONI E GENIO NASCIMENTO

Em 1º de dezembro de 2019 foi identificada, pela primeira vez, em Wuhan, na China, uma doença respiratória aguda causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2, o SARS-CoV-2. O primeiro caso foi reportado 30 dias depois, em 31 de dezembro. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de uma pandemia.

A pandemia ressignificou profundamente os modos de vida, de trabalho e das relações em todo o mundo e o ambiente online passou a ser dominante para o estabelecimento do que se chamou de “novo normal”. No âmbito da Intercom, o isolamento social provocou o adiamento dos congressos nacional e regionais e a pioneira realização desses eventos em ambiente virtual.

Neste cenário, nasceu a série intitulada *Lives Cátedra Intercom*, realizada de 5 de maio a 7 de julho de 2020 em ambiente virtual. Este livro é resultante desta jornada de encontros acadêmicos, reunindo dezenas de pesquisadores e profissionais da Comunicação, além de milhares de participantes.

Pela série *Lives Cátedra Intercom* foram realizados 19 encontros, às terças e quintas-feiras e uma live especial em memória do fundador da Intercom, professor José Marques de Melo, totalizando 20 encontros. As *lives* foram realizadas na plataforma Zoom, com a participação de interessados inscritos previamente. Ao todo, 2.595 pessoas se inscreveram nos 20 encontros.

As *lives* também foram transmitidas em tempo real pela página da Intercom no Facebook¹ e, posteriormente, a gravação dos encontros foi disponibilizada na página da Cátedra Intercom² e no canal no YouTube³.

Tivemos a participação de 77 pesquisadores e profissionais de mercado diferentes: Adilson Citelli (USP), Alexandre Brasil Fonseca (UFRJ), Ana Cláudia Munari (Unisc), Ana Silvia Médola (Unesp), Anamaria Fadul (Intercom), Anderson Santos (Ufal), André Rohde (TV Record), Antonio Hohlfeldt (PUCRS), Ary José Rocco Jr. (USP), Beatriz Polivanov (UFF), Bruno Leal (UFMG), Caio César Giannini Oliveira (PUC-MG), Carlos Eduardo Marquioni (UTP), Carlos Magno Mendonça (UFMG), César Bolaño (UFS), Cicilia Peruzzo (Uerj), Cláudia Lahni (UFJF/UFSCar), Cristiane Finger (PUCRS), Debora Cristina Lopez (Ufop), Denise Teresinha da Silva (Unipampa), Edna de Mello Silva (Unifesp), Eliane Mergulhão (Fatec/Unip), Felipe Pena (Intercom/UFF), Felipe Trotta (UFF), Fernando Morgado (Facha), Flávio Antônio Camargo Porcello (UFRGS), Flávio Santana (Umesp), Gabriela Almeida (ESPM-SP), Giovandro Ferreira (Intercom/UFBA), Gustavo Fischer (Unisinos), Ismar de Oliveira Soares (USP), Jacqueline Deolindo (UFF/Uniflu), Jeder Janotti Jr (UFPE), Jorge Cardoso Filho (UFRB/UFBA), José Carlos Marques (Unesp), Juçara Brittes (Ufop), Juliana Tonin (PUCRS), Léo Sant'Anna (SBT), Luciana Xavier (UFABC), Luiz Artur Ferraretto

1. [facebook.com/intercomcomunicacao](https://www.facebook.com/intercomcomunicacao)

2. portalintercom.org.br/centro-cultural/eventos-catedra-intercom

3. [youtube.com/c/intercomcomunicacao](https://www.youtube.com/c/intercomcomunicacao)

(UFRGS), Luíza Alvim (UFRJ), Luiza Lusvarghi (Unicamp), Máгда Rodrigues da Cunha (PUCRS), Manoel Dourado Bastos (UEL), Marcelo Briseno (Umesp), Marcelo Kischinhevsky (UFRJ), Marcelo Pires de Oliveira (Uesc), Marcelo Sabbatini (UFPE), Margarida Kunsch (USP), Maria Immacolata Vassalo Lopes (USP), Micael Herschmann (UFRJ), Monica Martinez (Uniso), Nair Prata (Ufop), Nélia Del Bianco (UnB), Pablo Nabarrete Bastos (UFF), Pedro Butcher (ESPM-RJ), Priscila Vieira (UFRJ), Rafael Duarte Oliveira Venancio (USP), Rafael Grohmann (Unisinos), Raphael Cortezão (Intercom/FBN), Robson Bastos (Unisanta), Rodrigo Gabrioti (Esamc), Rose Mara Pinheiro (UFMS), Rozinaldo Miani (UEL), Sílvia Briseno Marques de Melo, Sônia Bridi (TV Globo), Sônia Jaconi (Intercom), Sônia Pessoa (Intercom/UFGM), Sonia Virgínia Moreira (Uerj), Suelen Aguiar (Estácio), Suzana Kilpp (Unisinos), Talitha Ferraz (ESPM-RJ/UFF), Tatiane Hilgemberg Figueiredo (UFRR), Thiago Soares (UFPE), Valci Zuculoto (UFSC), Verlaine Aragão (UFS) e Willian Fernandes Araújo (Unisc).

Representantes de 41 instituições diferentes, de todas as regiões do país, estiveram conosco: Esamc, ESPM-RJ, ESPM-SP, Estácio, Facha, Fatec, FBN, PUC-MG, PUCRS, UEL, Uerj, Uesc, UFABC, Ufal, UFBA, UFF, UFJF, UFGM, UFMS, Ufop, UFPE, UFRB, UFRGS, UFRJ, UFRR, UFS, UFSC, UFSCar, Umesp, UnB, Unesp, Unicamp, Unifesp, Uniflu, Unipampa, Unisanta, Unisc, Unisinos, Uniso, USP e UTP.

Representantes de três empresas do mercado da comunicação participaram dos encontros: SBT, TV Globo e TV Record.

Vinte temas diferentes foram abordados nas *lives*, sendo que a pandemia da Covid-19 esteve diretamente presente na metade delas: A (re) invenção do telejornalismo em tempos de pandemia; A escassez dos recursos de comunicação em diferentes escalas - a utopia de um país conectado na pandemia de 2020; A pesquisa de televisão e televisualidades na Intercom: continuidades,

rupturas e perspectivas; As mídias e a pandemia; Comunicação para cidadania em tempos de Covid-19; Conexão e investigação permanentes; Esporte e olimpismo: entre utopias e distopias; *Fake news*, mídias sociais e religiões; Flagelo dos corpos: a pandemia e o agravamento das precariedades; Jornalismo em tempos de pandemia e autoritarismo; Mediação segundo a Economia Política da Comunicação; O fim do cinema?; O rádio na crise da Covid-19; Os desafios da Comunicação Gerencial no mundo em transformação; Performances em rede durante a pandemia: presença, vigilância e nostalgia no isolamento social; Perspectivas contemporâneas da Folkcomunicação; Polifonia e Alteridade: Comunicação e Educação em época da Covid-19; Som e música em tempos de pandemia; Um mundo e muitas vozes: da utopia à distopia?; Utopias e distopias do trabalho digital.

Das temáticas discutidas nos encontros virtuais nasce o projeto deste livro, que tem a participação de todas as *lives*. Trata-se de um conteúdo denso, necessário e profundamente enraizado no momento da pandemia e do isolamento social, provocando reflexões que certamente terão desdobramentos ao longo do tempo.

Os textos figuram neste livro acompanhando a ordem cronológica de realização das *lives*, que podem ser resumidas no quadro a seguir:

Data 2020	Título	Participantes	Acesso aos vídeos
5 de maio (terça)	Um mundo e muitas vozes: da utopia à distopia?	Giovandro Ferreira (UFBA) Nair Prata (Ufop)	youtube.com/watch?v=hS35zLaRBR8
7 de maio (quinta)	Os desafios da Comunicação Gerencial no mundo em transformação	Sônia Jaconi (Intercom) e Raphael Cortezão (FBN)	youtube.com/watch?v=imah1oks4UA

12 de maio (terça)	Jornalismo em tempos de pandemia e autoritarismo	Felipe Pena (UFF) e Monica Martinez (Uniso)	youtube.com/watch?v=PO4PsHxDuD0
14 de maio (quinta)	Flagelo dos corpos: a pandemia e o agravamento das precariedades	Sônia Pessoa (UFMG) e Carlos Magno Mendonça (UFMG)	youtube.com/watch?v=klid0eyeWDk&t=10s
19 de maio (terça)	Performances em rede durante a pandemia: presença, vigilância e nostalgia no isolamento social	Gabriela Almeida (ESPM-SP), Jorge Cardoso (UFRB/UFBA), Thiago Soares (UFPE) e Luciana Xavier (UFABC)	youtube.com/watch?v=wSPkfGrgHCE&t=207s
21 de maio (quinta)	Utopias e distopias do trabalho digital	Rafael Grohmann (Unisinos), Beatriz Polivanov (UFF), Caio Giannini (PUC-MG) e Willian Fernandes Araújo (Unisc)	youtube.com/watch?v=MnICwl07F5M&t=4s
26 de maio (terça)	<i>Fake news</i> , mídias sociais e religiões	Alexandre Brasil Fonseca (UFRJ) e Priscila Vieira (UFRJ)	youtube.com/watch?v=3P1TCa4OF1M
28 de maio (quinta)	Mediação segundo a Economia Política da Comunicação	César Bolaño (UFS) e Verlane Aragão (UFS), Manoel Dourado (UEL) e Anderson Santos (Ufal)	youtube.com/watch?v=RelpONyHiVo
2 de junho (terça)	Som e música em tempos de pandemia	Felipe Trotta (UFF), Thiago Soares (UFPE), Micael Herschmann (UFRJ) e Jeder Janotti Jr (UFPE)	youtube.com/watch?v=8R5MpT4XiJw
4 de junho (quinta)	O rádio na crise da Covid-19	Valci Zuculoto (UFSC), Fernando Morgado (Facha), Luiz Artur Ferraretto (UFRGS), Marcelo Kischinhevsky (UFRJ), Debora Lopez (Ufop)	youtube.com/watch?v=eqZ0ZNApJbA
9 de junho (terça)	Polifonia e Alteridade: Comunicação e Educação em época da Covid-19	Ismar Soares (USP), Adilson Citelli (USP) e Rose Pinheiro (UFMS)	youtube.com/watch?v=b9xfHW-nslo

11 de junho (quinta)	Perspectivas contemporâneas da Folkcomunicação	Marcelo Pires (Uesc) e Marcelo Sabbatini (UFPE)	youtube.com/watch?v=WIQj1T5qKz4
16 de junho (terça)	A pesquisa de televisão e televisualidades na Intercom: continuidades, rupturas e perspectivas	Carlos Marquioni (UTP), Bruno Leal (UFMG), Gustavo Fischer (Unisinos)	youtube.com/watch?v=qxf5WtihOXs
18 de junho (quinta)	A (re) invenção do telejornalismo em tempos de pandemia	André Rohde (Record), Léo Sant'Anna (SBT), Sônia Bridi (TV Globo), Edna de Mello Silva (Unifesp) e Flávio Porcello (UFRGS)	youtube.com/watch?v=lmeuVY8jjOw
20 de junho (sábado)	Encontro Especial Café Cátedra Intercom - Conexão e investigação permanentes	Anamaria Fadul, Eliane Mergulhão, Flávio Santana, Giovandro Ferreira, Juçara Brites, Marcelo Briseno, Margarida Kunsch, Maria Immacolata Vassalo Lopes, Robson Bastos, Rodrigo Gabriotti, Sílvia Briseno Marques de Melo, Nair Prata e Sônia Jaconi	youtube.com/watch?v=8jzJMdLiADs
23 de junho (terça)	Esporte e olimpismo: entre utopias e distopias	Tatiane Hilgemberg Figueiredo (UFRR), Rafael Venancio (USP), Ary Rocco Jr. (USP) e José Carlos Marques (Unesp)	youtube.com/watch?v=bWtI0t7fcxA
25 de junho (quinta)	O fim do cinema?	Pedro Butcher (ESPM-RJ) e Talitha Ferraz (ESPM-RJ/UFF), Luíza Alvim (UFRJ) e Luiza Lusvarghi (Unicamp)	youtube.com/watch?v=WM9huN0Lxks

30 de junho (terça)	A escassez dos recursos de comunicação em diferentes escalas - a utopia de um país conectado na pandemia de 2020	Sonia Virgínia Moreira (Uerj), Nélia Del Bianco (UnB), Jacqueline Deolindo (UFF/Uniflu) e Nair Prata (Ufop)	youtube.com/watch?v=5p4kpi9aEec
2 de julho (quinta)	Comunicação para cidadania em tempos de Covid-19	Cicília Peruzzo (Uerj), Cláudia Lahni (UFJF/UFSCar), Denise Teresinha da Silva (Unipampa), Rozinaldo Miani (UEL), Pablo Nabarrete Bastos (UFF) e Suelen Aguiar (Estácio)	youtube.com/watch?v=N1uBxkmzF2w
7 de julho (terça-feira)	As mídias e a pandemia	Antonio Hohlfeldt (PUCRS), Máгда Rodrigues da Cunha (PUCRS), Cristiane Finger (PUCRS), Ana Cláudia Munari (Unisc) e Juliana Tonin (PUCRS)	youtube.com/watch?v=PunDPyT_OJo&t=37s

Esperamos que as reflexões propostas por este livro possam iluminar o entendimento sobre os desafios da comunicação em tempo de pandemia em um mundo de muitas vozes.

Boa leitura!

ARTIGOS

UM MUNDO E MUITAS VOZES: DA UTOPIA À DISTOPIA?

GIOVANDRO FERREIRA E NAIR PRATA

Anualmente, o tema central do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado pela INTERCOM, orienta os debates em todos os âmbitos dos congressos da entidade, tendo seu ápice no Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, tradicionalmente realizado durante o evento nacional.

O tema do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Um mundo e muitas vozes: da utopia à distopia? - traz para o cerne das discussões o relatório publicado em 1980, intitulado originalmente *Many voices, one world: communication and society today and tomorrow*, com o título em português *Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época*. O documento anunciava as bases para uma nova ordem mundial da informação e da comunicação (Nomic), que seria mais democrática, justa e eficiente, respeitando ao mesmo tempo a pluralidade, a diversidade e a identidade dos processos e fluxos comunicacionais.

Em entrevista, o presidente da Intercom, Giovandro Ferreira, fundamenta a escolha deste tema e o relaciona aos desafios da Comunicação no mundo de hoje.

Nair Prata: O tema dos congressos de 2020 marca os 40 anos da obra “Um mundo, muitas vozes”, conhecida como Relatório MacBride. O documento foi publicado em 1980 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Como nasceu este relatório?

Giovandro Ferreira: Este relatório nasceu num contexto de mudanças, final dos anos 70, do século passado. Havia em curso novas nações que tinham deixado de ser colônias, sobretudo na África e na Ásia, num mundo ainda polarizado pela guerra fria. A comunicação era vista como a base fundamental da sociabilidade, neste contexto, em especial que ela tenha adquirido uma dimensão planetária, pelas possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias da época (satélites etc). Logo, surge a questão da melhoria do mundo tendo a seu favor a comunicação, que tange essencialmente a sociabilidade, de um lado, e seu aspecto planetário, de outro. Tendo em vista a diversidade e o contraste do cenário mundial, buscou-se a possibilidade da circulação de uma comunicação mais equilibrada no mundo. Comungando dessa visão, a Conferência Geral da Unesco, reunida em Nairóbi, em 1976, formou, então, uma Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação. Tal Comissão foi composta por 16 membros e presidida pelo político irlandês Seán MacBride, que esteve à frente da Anistia Internacional e havia ganho o Prêmio Nobel da Paz em 1974.

Porém, essa Comissão era formada por notáveis do mundo da comunicação, de diversos países . Só lembrando alguns deles: Hubert Beauve-Méry, foi o fundador do jornal *Le Monde*. De Gaulle se deparou com uma imprensa francesa, após a Segunda Guerra Mundial, na sua maioria colaboracionista, ou seja, havia colaborado com a Alemanha nazistas... De Gaulle

buscou criar uma nova imprensa no país e Hubert Beauve-Méry esteve à frente da criação do jornal que ainda hoje é uma referência naquele país, o Jornal Le Monde. Teve a presença marcante de Mustapha Masmoudi, político e diplomata tunisiano, um entusiasta da formação do bloco dos países não alinhados, foi presidente e diretor geral da Tunis Afrique Presse. O japonês Michio Nagai foi professor da Universidade de Kyoto, professor convidado em várias universidades (Columbia, Stanford, Hong Kong etc), membro do conselho editorial da The Asahi Shimbun Press e, mais tarde (1977-89), foi redator editorial convidado do The Asahi Shimbun. Foi, igualmente, ministro da Educação, Ciência e Cultura do Japão. Juan Samovia diplomata chileno, embaixador e ministro das relações Internacionais do Chile, foi também Diretor-Geral da OIT – Organização Internacional do Trabalho entre outras funções exercidas. O escritor e jornalista colombiano Gabriel Garcia Márquez ganhou o Prêmio Nobel de Literatura em 1982 e é considerado um dos autores mais importante do século XX, com mais de 40 milhões de livros vendidos. A canadense Betty Zimmerman, a única mulher integrante da Comissão, era especialista em radiodifusão e foi diretora da Rádio Canadá Internacional (RCI), em Montreal. Ela substituiu Marshall McLuhan na Comissão, que adoeceu, vindo a morrer no ano da publicação do relatório, em 1980.

Enfim, são ilustrações que mostram a pluralidade da Comissão em um momento de marcado por um contexto de radicalidade. No entanto, houve frutos nos seus trabalhos, uma convergência de leitura entre seus membros que deixa a gente morrendo de inveja em comparação com o nosso tempo também marcado por bolhas. Como dizer... naquela época, ao nível macro, havia duas grandes bolhas, num ambiente extremista, uma em torno dos USA e outra em torno da então URSS – União das Repúblicas Soviéticas Socialistas, período de guerra fria, e todo mundo falava “o que quê que

vai dar essa comissão?” deram frutos... como a gente vai ver alguns aspectos, de fundamental importância, para o estudo da comunicação e como isso se desdobra ainda hoje, na perspectiva de uma comunicação que é base essencial na sociabilidade no interior de uma comunidade, de uma nação e também ao nível planetário.

Para entender, as estruturas e movimentos da sociedade, e este aspecto já era colocado em uma visão muito interessante nesse relatório, falando olha como é fundamental para os indivíduos e para a coletividade, na época se falava muito para as nações, também em decorrência de alguma especificidade do texto, para você buscar o maior equilíbrio, maior equidade no mundo das comunicações como algo fundamental para o desenvolvimento. Então, foi algo que se pensado como a comunicação é um instrumento de poder, isso é inegável, ela se torna uma arma revolucionária, a palavra aí usada até então, mas como ela pode ajudar ou agravar desigualdades. E a gente trabalha ainda hoje essa relação. Quando ela pode ajudar a construir ou ser um atentado à dignidade humana, toda a relação que se fazia entre a comunicação, e se faz, a comunicação e os direitos, abordando o direito à comunicação como um desdobramento de outros direitos como o direito políticos, social etc. Toda a articulação realizada no interior do relatório entre o indivíduo, a comunidade e as nações, e essa consciência da comunicação cada vez mais planetária ou global. Então, você percebe esse tipo de aspecto na década precedente, anos de 1960, e em seguida, nos anos 1970, foram anos marcados por declarações explícitas desse aspecto da globalização da comunicação. É bom lembrar que surge nesta época a comunicação por satélite, começa as experiências nos anos 60, a primeira televisão comercial via satélite se dá nos anos 70, em 1972 para ser mais exato, que vai sendo desdobrado e hoje nós temos mais de 2 mil satélites em órbita só para ter uma ideia.

Todos esses e outros aspectos vão calçar e ressaltar a importância e a reverberação que teve o Relatório MacBride, “Um mundo e muitas vozes”. É bom lembrar, que apesar de ter recebido um forte apoio internacional, o relatório foi reprovado pelos EUA e pelo Reino Unido, como sendo uma agressão à liberdade de imprensa e ao livre fluxo da informação. Em protesto, estes dois países se retiraram da Unesco.

NP: Qual são as relações que podem ser feitas entre este mundo de 40 anos atrás e o mundo de hoje?

GF: Só para perceber qual era a preocupação dessa época... nos anos 70, ao nível internacional, volto a repeti, havia um processo de descolonização em curso, com a construção de jovens nações, de um lado, e a globalização da comunicação, por outro. Aí surge de imediato uma questão: nós somos realmente nações independentes com a comunicação, com a ordem mundial da comunicação que aí está? Em seguida, surge uma série de críticas ao sistema de comunicação ao nível internacional, que influenciava os sistemas nacionais de comunicação, mostrando que, de uma certa maneira, você tinha um desdobramento de um contexto que não levava a à independência almejada. Só para ter uma ideia nas conclusões desse relatório, você destaca a identidade cultural, falar: como a gente vai construir identidades culturais se você tem um contexto que continua ainda tendo um centro e a gente na periferia com um sistema que não tem grande efetividade no dia a dia dessa nova nação? Além de uma comunicação cada vez mais marcada pela comercialização.

Surge, então, a questão: como podemos beneficiar a construção de identidades culturais, num ambiente marcado cada vez mais por uma da comercialização da comunicação? Um outro aspecto que é destacado é a exclusão de grande parte da população no tocante à informação de qualidade só para ver que algumas coisas mudaram pouco. Outro tema abordado, ainda atual, é sobre a integridade profissional, como

o profissional de comunicação, o jornalismo, no caso, que tipo de integridade ele pode ter. A cobertura internacional, como você tem por exemplo agora, na pandemia, nos faz pensar profundamente o fazer jornalístico. O país mais africano fora da África, o Brasil, o que sabemos sobre a pandemia nos países africanos? Um horror esta não cobertura... O jornalista e doutor em comunicação Paulo Vitor Purificação Melo fez uma live sobre a pandemia na África.

Tais distorções se perpetuaram em relação ao desequilíbrio da cobertura jornalística segundo o território, continente ou país em questão. Na época do lançamento do relatório, você pega alguns estudos, que questionavam o seguinte: por que um cachorrinho que morreu na Wall Street nos Estados Unidos tem mais relevância no noticiário do que a morte de vários chineses ou a proporção dada segundo ao número de mortos de acordo com o território onde houve a ocorrência. Faziam essas comparações para despertar esse descalabro da comunicação. Além da democratização se pleiteava, igualmente, a cooperação. São itens da conclusão desse relatório que eu queria destacar, que já dá para a gente perceber esse contexto que se vivia nesse período, só para ter uma ideia esse relatório teve início em 1977 e foi publicado em 1980. Houve três anos de trabalho, reuniões em Paris, na Índia, na Suécia, só lembrando, na então Iugoslávia... esta dinâmica de trabalho, evidência também a diversidade nos lugares de encontro da comissão.

Pensando num outro aspecto é a comunicação que eu disse a pouco por satélite, que era um contexto que estava chegando. E os anos 70 foi um ano de massificação da televisão, só para ter uma ideia, Relatório MacBride foi publicado no ano de 1980. No mesmo ano, aqui no Brasil, do lançamento do filme *Bye Bye Brasil*, de Cacá Diegues. Faço este para falar da televisão. Esse filme é centrado na tensão das atividades circenses e a chegada da televisão no interior brasileiro. O

filme explora os sinais dos tempos daquele contexto. Um tempo marcado pela descolonização num sentido e a recolonização num outro, evidenciado pela massificação, sobretudo, da televisão. Hoje, após um otimismo naïf de alguns intelectuais com o advento das redes sociais, há também outros olhares no sentido da recolonização via os dados, ou seja, a datificação da sociedade, como trabalho de Nick Couldry e outros.

Enfim, em todo este processo, no fundo ontem e hoje, podemos destacar a importância de poder contar histórias, intimamente ligada à construção de identidade cultural. Quem conta história de quem? Surge uma nova nação, ela vai continuar contando a mesma história do colonizador? Então vamos pensar, nessa época, Índia que tinha, um pouco antes, se tornado independente da Inglaterra e, mais recentemente tinha sido Angola, Moçambique, só para pegar alguns próximos da gente, 1975, 1976. Você tem nesse momento, uma preocupação em contar histórias, com as narrativas, que é fundamental ontem e hoje.

Naquele contexto, falava-se bastante sobre os grandes sistemas de comunicação dos países hegemônicos, e hoje quem está contando a história, pelo viés da datificação é a doutrina GAFA, ou seja, quatro grandes empresas (Google, Apple, Facebook e Amazon) que detêm uma grande quantidade de informação? A datificação já está fortemente influente na leitura do mundo social. Nós nunca ouvimos tantos ruídos de vozes e tão poucas vozes, este é um aspecto interessante. Eu queria ressaltar talvez mais um aspecto nessa comparação e nesse título porque o tema é: o mundo e muitas vozes, o título, e nós acrescentamos utopia ou distopia, isso aí é um outro aspecto. Naquele momento você tinha uma imbricação de utopia, novas nações, mas você tinha uma distopia, a distopia é uma antítese da utopia.

Se a utopia é algo idealizado, olhado o mesmo, vem do grego *topos*, *topos* é lugar, e “u” não lugar, é aquele lugar

que não existiu, mas que um dia poderá existir e mobiliza as pessoas. E a distopia é a antítese, se a gente pega, peguei um dos termos da dialética, seria como disse Adorno, uma dialética negativa, então tem até um texto, então olha, estamos deslizando por esse caminho, naquela época você tinha muito essa imbricação da utopia e da distopia, como também vivemos esse momento, se a gente for ver. Até pouco tempo a gente dizia: nós estamos cada vez mais caminhando na sociedade dos emissores, Roland Barthes já dizia isso lá em 1977 se não me engano, publicação de um dos seus livros. E ele apontava, você tem “n” bons escritores, mas tem o gargalo das editoras, então quem sabe um dia nós vamos caminhar cada vez mais em direção a sociedade dos emissores... essa sociedade dos emissores já está entre nós, mas o quê que a gente pensa hoje acerca da transformação da sociedade nesse quesito? Está vendo que é um momento mais complicado que a gente imaginava, um momento de você pensar numa recolonização, após algumas conquistas... avanços e recuos, às vezes, entrelaçando-se, sendo tensionado pelas ações de instituições democráticas e o surgimento de vozes autoritárias, uma dialética da descolonização e recolonização insistente.

NP: O tema dos congressos 2020 fala de vozes. Quais são estas vozes?

GF: Essas vozes eu recuperaria olhando a partir do nosso país e lembrando que o relatório era muito preocupado com a sustentabilidade cultural, você vai observar que ele abre a conclusão falando da importância de se ter vozes na sustentabilidade cultural, então por isso que hoje nós trabalhamos na perspectiva da sustentabilidade ambiental, mas também cultural, então vou começar a partir daqui, da cidade que eu resido, Salvador. Estou numa cidade que têm 82% da população afro-descendente, de dez pessoas dessa cidade, mais de oito são negras ou pardas. Quais são as vozes dominantes dessa cidade, as narrativas sobre sua história, os nomes dos

espaços públicos (ruas, praças etc)? Isso é algo a também se perguntar, quais são as vozes dominantes em nosso país? E também nessa direção, quais são as vozes nas comunicações no mundo de hoje?

Por exemplo, muita gente tinha como perspectiva, anos atrás, pensar, de uma maneira otimista, numa democratização da comunicação pelas redes sociais e internet, e hoje, percebe que a gente reproduz fortemente o que os grandes meios de comunicação têm dito, tem falado, nós reproduzimos, ninguém investe mais na internet do que o grandes meios de comunicação, então tanto ontem, se falando com jovens nações e a importância das comunicações, como hoje, vemos essa perspectiva de se ter diferentes vozes. Me faz lembrar aqui também, um livro, *A Queda do Céu*, do Bruce Albert e Davi Kopenawa Yanomami, que é por exemplo a visão de um dos Yanomamis sobre a destruição do meio ambiente, sobretudo da floresta amazônica, como é interessante a gente conhecer essas vozes. *A Queda do Céu* que é uma cosmologia que o mundo vai acabar com a destruição da floresta amazônica, os espíritos não segurarão o céu que irá desabar. São narrativas, vozes, que nos sensibilizam, nos ajudam a ver a proteção ambiental por outro viés.

Podemos, igualmente, num mundo cada vez mais privatizado, a privatização de quase tudo (recursos naturais, saúde, educação etc). Vivemos num mundo cada vez mais privatizado e a gente em plena pandemia falando qual o destino comum da humanidade, a privatização e tensionado pelo destino comum. Eu tenho alguns livrinhos aqui, um livro muito interessante, este aqui, já traduzido em português, “Comum - ensaio sobre a Revolução do Século XXI”, falando só para a gente ter essa questão que você me colocou: olha só o mundo até então foi discutido entre o estatal e o privado, o estatal socialismo e o privado capitalismo. Não estaria no momento de se pensar além do estatal e privado, pensar no que é comum nos destinos da humanidade?

Tudo isso, queremos ressaltar sobre a importância de se ter um ambiente que fomenta diferentes vozes e olhares, uma sociedade aberta ao alternativo, que crie possibilidade de transformação mergulhada num tecido plural. Então, essas múltiplas vozes vão nesse sentido de você ter visões, perspectivas diferentes em diversos aspectos. Eu queria destacar a questão da colonização, aspecto que eu acabei de falar sobre datificação, que hoje é algo muito importante no tocante à democracia, você pode ter no seu interior essa lógica da colonização, podendo ser ela pode ser muito danosa, lógica essa muito cara porque nós tivemos um processo que começou a 500 anos atrás de uma colonização do nosso continente. Ela, de um lado, se apropriou das riquezas e, de outro, a coisificou grupos sociais, trazendo à baila a questão do racismo em relação aos índios, aos negros. Então, nesse aspecto, que também hoje você se interroga: para onde está indo o mundo? Está indo em uma perspectiva de recolonização, como a gente viu no Iraque, você entra para se apropriar de bens naturais que ali estão e você acaba com o país. De vez em quando eu fico olhando para mães, pais, crianças... e imaginando, se isso fosse aqui, uma guerra de inúmeros anos, deixando um país arrasado, famílias destroçadas... para muita gente a ocupação do Iraque foi uma guerra de vídeo game... Enfim, é um momento muito delicado.

Se a gente for ver que as grandes ondas de mediação, você tem a mecanização com Gutenberg, que instaura uma revolução do impresso, no mesmo momento da colonização do continente americano, o último grande encontro da humanidade. Momento de grandes transformações (fim do feudalismo, advento de nações, outro continente etc), como hoje se coloca a outra onda de mediação com a digitalização da sociedade, com a datificação, esse momento muito delicado para a gente pensar. Por isso que eu falei lá no começo a importância de a gente fazer as articulações da nossa pesquisa com o domínio da teoria social, sempre nós tivemos

esta relação, de uma certa maneira. É só olhar os manuais de comunicação que se percebe o itinerário quando se estuda diferentes teorias da comunicação, modelos... Inicialmente, coloca-se em evidência o contexto no qual surgiu o paradigma. Em seguida, apresenta-se uma leitura da sociedade, em geral, a recuperação de uma teoria social oriunda da sociologia, da antropologia, entre outras. As teorias da comunicação são frequentemente tributárias de uma teoria social apropriado de outro campo científico.

Agora, nós somos interpelados pelo avanço dos processos de midiaticização, essa imbricação da comunicação nos diferentes campos sociais, para evidenciar como tem mudado a nossa sociedade, como tem tido importância seja no campo político, no campo científico, no campo literário, como isso tem mudado e como a comunicação tem se implicado, e como é importante a gente trazer essas questões amplas do mundo e também específicas para dentro de nossas pesquisas de comunicação.

Então eu coloquei esse aspecto que tem muito a ver com a democracia, tem vários filmes hoje que mostram o momento de impasses (Driblando a democracia, Democracia em vertigem, O dilema das redes etc) além do que nós estamos vivendo acerca da democracia não só do Brasil, mas diferentes países, mas inclusive no Brasil. Então esse é um outro aspecto, em que direitos sociais têm sofrido regressão, a violência de gênero e todo esses aspectos, penso eu que devem estar contemplado no escopo de nossas pesquisas já que estamos vivendo um embate de perspectivas de sistemas políticos, de modelos de sociedade, de destinos da humanidade... Enfim, fica o questionamento: para onde nós vamos seguir e o que a nossa pesquisa pode oferecer nesse momento crucial de diferentes sociedades.

Então você tem além do aquecimento global que é algo emergencial, a destruição ambiental que está ligado ao destino

da humanidade, a tentativa de recolonização, a regressão dos direitos que foram conquistados e tem provocado o enveredar da vida profissional, de trabalho numa perspectiva de uberização. É um momento de grandes questões que a pesquisa de comunicação não pode se omitir, e sobretudo, quando a comunicação está perpassando cada vez mais, como eu já falei, diferentes campos sociais, e a vida tem mudado com diversos artefatos tecnológicos, em especial o celular, que coloca o mundo em minhas mãos, mas eu também nas mãos do mundo.

Observa-se, então, mudanças fortes nas instituições, nos meios de comunicação e ao nível do selfie, do indivíduo, isso tudo é um cenário para a pesquisa em comunicação. E diria mais, isso é efeito de realidade, a realidade cada vez mais permeada pelas tecnologias de comunicação, mas, noutro sentido, há, igualmente, o efeito de teoria que só surge quando têm pesquisadores que trabalham sobre essas e outras questões. Se a gente for ver os estudos da modernidade, ou seja, da sociedade moderna, diversos teóricos (historiadores, sociólogos etc.) escreveram que a sociedade moderna foi marcada pela secularização, urbanização, individualização. Foi sim, tudo isso e foi, igualmente, a modernidade ou civilização fruto do jornal, mais do que do livro, que muitos historiadores ressaltaram. Há uma modernidade “mediática” pouco estudada, que corresponde, igualmente, aos outros mega-processos que repercutiram como efeito de realidade, mas não tivemos um efeito teórico.

Alguns estudiosos têm trabalhado neste sentido, como a coletânea “La civilisation du journal” uma publicação de mais de mil setecentas páginas, grande parte dos autores são historiadores, mas isso aí está a cargo nosso também, para a gente produzir hoje, oferecer esse efeito de teoria e fazer com que o nosso campo exporte conceitos e teoria, se for o caso, falando em termos de mercado teórico, já que sempre importamos mais do que exportamos. Buscar um equilíbrio, uma maior

simetria com outros campos científicos, aproveitando o contexto que estamos inseridos, tão marcadamente modificado pelos processos de mediatização. Fica, então, a questão: quais são as razões que levam um campo tão em evidência, a modernidade fortemente marcada pelas ondas ou processos de mediatização, nós continuamos importando mais conceito do que exportamos? Podemos logo em pensar na diversidade e equidade das vozes no interior do campo científico.

Podemos também pensar na relação ad-intra do campo comunicacional. Estava outro dia lendo um artigo que falava do interesse de intelectuais europeu na literatura científica latino-americana no sentido de fazer estudos sobre a recolonização em conjunto, tendo como uma das razões, a reflexão já acumulada sobre os processos históricos de 500 anos de colonização. Então é um pouco deste aspecto que eu vejo que o mundo e muitas vozes vem trazer essa contribuição com potencial podendo desdobrar, abrindo novas frentes de pesquisa que têm interesses paralelos muito fortes como novas concentrações de poder, descolonização, recolonização, utopia, distopia...

Enfim, gostaria de ressaltar, nós temos cada vez mais um aceleração do tempo histórico, o espaço e o tempo têm se modificado através das tecnologias de comunicação, o desenvolvimento das tecnologias em si é coisa da engenharia, agora como essas tecnologias se implicam na nossa produção simbólica, torna-se nosso objeto de pesquisa. Como contamos as histórias, construímos as narrativas, quem tem essa capacidade de falar como é o mundo... aí estão os elementos essenciais para a nossa pesquisa, e é por isso que a sustentabilidade de vozes é fundamental para a democracia, para a cidadania, para o futuro da humanidade e foi nessa perspectiva que a Intercom pensou esse tema tão atual, que busca a preservação e o desenvolvimento da pluralidade de vozes na construção de coletivos e identidades culturais.

NP: A Intercom é uma das mais destacadas entidades de pesquisa científica da América Latina e você falou dos desafios desse trabalho da comunicação. Na sua opinião, qual que é o grande desafio da comunicação hoje?

GF: O grande desafio, eu sempre digo, é entender os diferentes processos de comunicação na contemporaneidade, refletir sobre essa onda na qual estamos vivendo de mediatização e suas implicações, com o poder, com as instituições, com os meios de comunicação e com os indivíduos. Através das últimas décadas, a Intercom buscou nos seus congressos e nas suas diferentes atividades, ter um olhar a partir da comunicação, mas com apelo interdisciplinar, para não mutilar o objeto de estudo, contemplando sempre temas nessa seara.

Temos de ter atenção, pois a comunicação flerta sempre com utopias, desejos que pairam na sociedade, que podem nos levar a algumas armadilhas. Há a necessidade de se tomar um distanciamento em razão, entre outros, dos fantasmas que tencionam a sociedade. Utopias, fantasmas... e a comunicação. É só lembrar tempo atrás isso que nós estamos realizando hoje via internet fazia parte da ficção científica, o corpo nosso ele é presença e ausência, se eu estou presente na minha casa é porque eu não estou na universidade, mas esse corpo glorioso como dizia São Paulo lá nas cartas, ele vai se tornando presença em muitos lugares como nós estamos vendo, com mais intensidade, hoje, com as atividades remotas cada vez mais presentes. Vejo que isso é algo que acompanha a pesquisa em comunicação, o imaginário de uma sociedade, condicionando, às vezes, a leitura de uma nova tecnologia de comunicação em suas implicações socioculturais.

Neste sentido, a relação entre a comunicação e a utopia, repercute, igualmente, nas pesquisas. Veja, agora, a Intercom, que retoma um relatório de 40 anos atrás, que foi um marco, na tentativa da construção de uma Nomic – Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação. A perspectiva

utópica num sentido positivo que permeia ainda hoje muitas pesquisas que representam pontos de contradição se for comparadas as investidas de grandes empresas no tocante aos processos na sociedade de digitalização, plataformização, datificação e outros aspectos implicados no bojo dos processos de mediatização. Aqui encontram-se uma série de desafios que aproxima nossas pesquisas de questões referente à democracia, aos direitos do cidadão, a um mundo mais inclusivo e sustentável, enfim, a um mundo com muitas vozes.

NP: Há 40 anos quando elaboraram o Relatório MacBride a realidade social era outra. Mas é possível atualizar algumas questões que já apontavam lá naquela época, como a democratização da comunicação e mais acesso à informação?

GF: Por isso que retomei já anteriormente a conclusão do relatório, que são conclusões abertas, ainda em vigor de certa maneira, quando, por exemplo, se coloca a questão sobre a relação entre comunicação e identidade cultural, ou então, que tipo de pluralidade está sendo oferecido no cenário mediático? O que afeta a comunicação quando ela está articulada fortemente com o produto comercial e estruturalmente implantada num contexto empresarial? Essas preocupações já tinham sido levantadas num artigo clássico, de Lazarsfeld e Merton, intitulado “Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada”, que certamente é um texto que vai além de outros artigos funcionalistas da época. Esse texto é o mais conhecido de Lazarsfeld no Brasil com várias traduções. Nele, os autores buscam responder as razões que levam os temas sociais não terem uma repercussão no dia-a-dia dos meios de comunicação, isto é, do mainstream da comunicação, que é basicamente comercial, uma indústria, logo você tem pouca sensibilidade para tais temas, de apelo humanitário. Então, ele já mencionava essa redução que o relatório também coloca da comercialização da comunicação e isso aí está muito aberto, hoje logicamente está em outro patamar, que já mencionamos precedentemente (plataformização, datificação etc).

A integridade profissional, se a gente for ver, pense no jornalista hoje, como de certa maneira corria riscos ontem, como corre riscos. O jornalismo se tornou cada vez mais fundamental se pensarmos nesse mundo com muitos ruídos e pouca informação, com muitas fake news e escassez de notícias de qualidade. Lá no Relatório MacBride já se colocava a importância dos profissionais da comunicação, entre outros, dos jornalistas e como eles se tornam fundamentais, hoje, no exercício da apuração, como também no exercício de curadoria, dois aspectos essenciais que são clamados em nossos dias. Falando da cobertura internacional, eu usei a pouco o exemplo da semana passada, de um colega que teve de fazer uma live para gente conhecer a pandemia provocada pela Covid-19 na África. Então, como isso aí tem muito a ver com o que estamos discutindo hoje, cooperação internacional nesse tempo de pandemia extrapola a comunicação, mas implica comunicação também e como ela é fundamental. Então as conclusões do relatório, como se vê, são temas atuais e renovados diante do cenário atual dos processos de mediatização.

NP: Um mundo, muitas vozes e poucos ouvidos, como pode ser analisada a cultura do ouvir? No mesmo sentido, como as vozes replicantes ecoam essa cultura do ouvir?

GF: Como se diz no popular, a gente tem uma boca e dois ouvidos, então a gente tem que ouvir muito mais que falar, é bem verdade. Eu vejo que o exercício do ouvir ele vai morrendo no mundo no qual muita informação mata a informação e isso nós trouxemos lá da economia. Você tem o dizer que muito imposto mata o imposto... No domínio da comunicação uma notícia pode servir para matar uma outra, como dizia Pierre Bourdieu, há comunicação que mostra escondendo e também a que esconde mostrando, só para a gente perceber uma perspectiva de você vai ser ouvido no momento em que você repete de uma maneira ad infinitum o que você está dizendo. Isso acaba não só desgastando sua fala,

mas também na escuta do outro e num mundo mais acelerado e marcado por informações circulantes. O que fazer, então, para desenvolver uma cultura do ouvir, da escuta?

Você tem uma perspectiva, explorada no livro “21 Lições para o Século 21” do Yuval Noah Harari, no qual ele termina o livro mostrando a importância de você ter recuo, um recuo para a escuta, que ele mesmo se trabalhou, através de um processo de meditação. A meditação é uma ruptura do mundo e, ao mesmo tempo, uma reinserção no mundo. Há autores que exploram a perspectiva da solidão barulhenta, se não me engano vem lá de São João da Cruz... você se isola, você se coloca em outra perspectiva para ouvir quais são as vozes mais profundas daquele momento, daquela situação. Então, é um pouco isso que eu vejo que alguns estão trilhando que é esse momento de recuo para você ler cada vez mais os sinais também de outros tempos.

No domínio da comunicação estratégica, já teve também comunicadores como Jacques Philan, que se colocava a questão como se posicionar num contexto marcado pelo ruído comunicacional? Ele foi assessor de comunicação do presidente da França, François Mitterand. A pergunta que ele fazia, de outra maneira, era como sair da relação behaviorista com a imprensa, que está sempre estimulando e o mundo político, no caso, respondendo a esses estímulos, banalizando a inserção nos meios de comunicação, sendo mais um ruído. Como é importante saber a hora em que você se insere no meio de comunicação e não ter uma reação pavloviana. Então, se utiliza da escuta, como uma estratégia pela qual o silêncio tem um papel de articular uma inserção, de maneira mais eficaz, nos meios de comunicação. Eu vejo que isso aí pode ajudar, talvez nesse momento de pandemia muitos de nós estamos fazendo isso, esse recuo, esse isolamento, que não é só uma ruptura, mas é uma conexão com a própria vida e com o espaço e tempo no qual atuamos e vivemos.

NP: Os espaços urbanos têm sido cada vez mais ocupados por tecnologias de informação e comunicação que apontam para o crescimento das estratégias de monitoramento e vigilância, tanto pelo Estado, quanto pelo mercado, em um cenário que começou a se desenhar justamente na década de 1970, com a centralidade dos meios na dinâmica social. Que caminhos de pesquisa possíveis você visualiza nessa relação entre as TICs e espaço urbano, considerando os tempos atuais? Quais pistas podemos seguir?

GF: Na verdade, o começo foi desenhado antes mesmo da década de 70. É bom lembrar que o livro de Guy Debord, “A sociedade do espetáculo”, foi publicado em 1967. A espetacularização da sociedade possibilita um nível de análise, porém Michel Foucault fazia um alerta, que no popular podemos dizer que o buraco é mais embaixo. Nós estamos sobretudo numa sociedade do controle, da vigilância. Como se o espetáculo fosse a ponta do iceberg. Neste sentido, um outro alerta fora dado já em 1949, com a publicação do livro distópico, “1984”, de Georges Orwell, no qual pelo viés da vigilância, o estado vai se tornando totalitário e controlador. Esse livro é resgatado nos dias de hoje para tecer críticas à démarche do capitalismo contemporâneo, no seu desempenho no âmbito da vigilância, no constante monitoramento, na militarização da vida... que tange diretamente à noção de espaço urbano.

O filósofo italiano Maurizio Ferraris no seu livro “Mobilização total” faz um paralelo entre os séculos XX e XXI. No primeiro, século XX, a mobilização era causada pelas grandes ideologias, ideologias do capitalismo, do nazismo, do fascismo, do comunismo. Hoje, no século XXI nós estamos de prontidão 24 horas em relação ao celular, muita gente o deixa ligado, vai ao banheiro à noite dá uma passada para olhar. Fazendo uma comparação, são como membros de grupos nazistas que falavam que eram nazistas 24 horas por dia. Aí vai mostrando como essa mobilização gira, atualmente, em

torno das atividades de comunicação que, de certa maneira, articulam-se com o monitoramento e a vigilância. Isso nós podemos observar então, como nós poderíamos abrir toda essa frente de pesquisa sobre o crescente monitoramento, a expansão privada e pública da vigilância.

São aspectos que tangem o domínio da comunicação e política, da comunicação e as transformações do eu (self) neste mundo contemporâneo, mas abarcam também o funcionamento de instituições até chegar ao cume maior das liberdades mais amplas que nós chamamos de liberdades democráticas. Então, tem todo um campo aí muito fértil, muito útil e necessário para que nós possamos pesquisar e dar a nossa contribuição em defesa da igualdade, contra os preconceitos, em defesa da democracia. Eu vejo como é um lugar privilegiado, repito, este ocupado pelo pesquisador em comunicação diante dos desafios contemporâneos que estamos vivendo sob à égide das TICs – Tecnologias da Informação e da Comunicação e suas implicações no monitoramento, na vigilância dos indivíduos, na configuração da sociedade...

NP: Como garantir o direito humano à comunicação em um contexto de uma falsa sensação de liberdade, participação e democracia que as mídias digitais especificamente apresentam? A educação para as mídias seria um caminho?

GF: Eu tenho insistido dentro da INTERCOM como é fundamental adotarmos a disciplina “Educação para as mídias” no ensino fundamental, no ensino médio... Hoje, o analfabetismo passa fortemente por aí. Então, a gente está vendo por exemplo, muitas vezes eu vejo no campo da comunicação, como nós temos que nos reeducar, por exemplo, como a gente muitas vezes passa fake news de maneira despercebida e isso ainda é uma falta de educação, eu tenho um colega da faculdade que está sempre falando: qual é a fonte? qual é a fonte? Eu falo: esse amigo jornalista fica pegando no pé. Porém, ele tem razão, a gente faz esse exercício indevido no cotidiano sem

se dar conta, que está deslanchando uma circulação frenética de desinformação, de inverdades, de notícias falsas. Agora, coloca essa ação no bojo da população... nossa luta muito é para ser implantado, sobretudo, no ensino médio a disciplina “Educação para as mídias”. É fundamental tal adoção como foi, no passado recente, das disciplinas sociologia, filosofia. A mobilização agora é implantação curricular dessa nova disciplina, que ajudar no empoderamento do cidadão, de um lado, e no reforço da democracia, de outro.

Nós temos um mundo cada vez mais presente pelos meios de comunicação, em diferentes setores e atividades (declaração de imposto de renda, consulta médica, relações familiares, atividades políticas etc). Agora como o cidadão pode usar e se implicar com tudo isso e usar de uma maneira crítica? Isso aí é fundamental para os direitos dos cidadãos e para a democracia, quero ressaltar este aspecto. Então, se for olhar a democracia, ela vai avançando em direitos ao longo da história, direitos individuais, direitos sociais, direitos políticos, e hoje torna-se essencial também o direito à comunicação. No entanto, a comunicação ainda é vista, por muitos, como instrumental na sociedade, mas é fundamental para o cidadão. Então é nesta perspectiva que eu venho reforçando a necessária investida nossa, mobilizando os associados da Intercom e de outras associações do campo para uma articulação no interior do campo, entre profissionais, estudantes, pesquisadores... buscando diminuir a fragmentação do nosso campo. Muitas vezes quem está trabalhando nos meios de comunicação está muito distante dos nossos congressos, está muito distante do que realizamos, pesquisamos. Eu penso que as nossas instituições, como a Intercom, têm o papel de articular esse mosaico de agentes a começar no interior do campo comunicacional e depois ampliar e sensibilizar outros agentes ad-extra do domínio da comunicação. Espero poder desenvolver uma campanha mais

efetiva para introduzirmos a disciplina “Educação para as mídias” pelo menos no ensino médio.

Pelas mudanças na nossa sociedade brasileira, tal educação ser torna muito importante e muito necessária. Vou encerrar aqui, agradecendo a presença de todas e todos e termino com um dizer do escritor Eduardo Galeano referindo-se à utopia, como colocamos no tema do nosso congresso de 2020. Ele se indaga, pra que serve a utopia e diz: “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO GERENCIAL NO MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

RAPHAEL CORTEZÃO E SÔNIA JACONI

O ano mal começou a esquentar seus motores para consumir freneticamente cada um de seus dias e foi abruptamente freado pelo novo coronavírus. Desde que a Covid-19, nome que a doença recebeu, atravessou todas as fronteiras globais e ganhou status de pandemia, uma nova realidade foi instaurada para todos. Protocolos de distanciamento social, de isolamento e de cuidados reforçados com a higiene passaram a ser obrigatórios, como tentativa de conter a propagação e o contágio em massa. Aqui no Brasil, o vírus chegou em pleno carnaval, quando no dia 26 de fevereiro foi confirmado o primeiro caso de Covid-19.

Contextualizar, mesmo que brevemente, a grave crise sanitária que o mundo enfrenta foi uma forma de começar a introduzir a situação que muitos segmentos sociais passaram a confrontar, devido à pandemia.

No caso das instituições de ensino, sejam públicas ou privadas, da educação infantil ao nível superior, as aulas presenciais foram totalmente suspensas, assim como os

congressos, eventos culturais, feiras científicas, etc. No Brasil, as escolas e outras entidades ligadas ao ensino e a pesquisa começaram a suspender suas atividades no mês de março, ainda na primeira quinzena.

Nesse cenário, a INTERCOM (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), que promove encontros regionais e nacionais para compartilhar as pesquisas e as informações de forma interdisciplinar, teve sua programação de atividades suspensa, no primeiro semestre deste ano. Assim, seu público acostumado a se reunir nos espaços das universidades para apresentar trabalhos, trocar experiências acadêmicas e ouvir palestras sobre o campo da comunicação se viu, repentinamente, sem essas possibilidades.

Para amenizar a distância e o silêncio provocados pela pandemia e, principalmente, continuar possibilitando a discussão e o diálogo sobre os estudos voltados ao campo da comunicação, a INTERCOM promoveu uma série de encontros virtuais com os Grupos de Pesquisas, que puderam expor seus temas e interagir com o público, durante os meses de maio, junho e julho. Foram dezenove encontros no total.

O segundo encontro desta série não foi promovido por integrantes de um Grupo de Pesquisa da INTERCOM, mas por estes dois professores que estão envolvidos nas atividades executivas da entidade e que tratam o tema da comunicação gerencial em suas atividades profissionais.

Para iniciar os trabalhos, estes autores trocaram experiências teóricas e práticas sobre a comunicação gerencial e, após esse primeiro contato, traçaram um caminho para a exposição virtual e para a parte escrita, que não deveria ser apenas uma transcrição da primeira parte, mas um complemento.

Assim, foi decidido expor aqui o conceito de comunicação gerencial e seus desafios, em um contexto de transformação sociocultural, tecnológica e de públicos dispersos e diversos.

O mundo em metamorfose: a tecnologia como motor de transformações sociais

Um passeio rápido pela história social da humanidade confirma a existência de dezenas de exemplos para demonstrar o impacto da evolução tecnológica na dinâmica social e as alterações decorrentes desse processo nas noções de espaço e tempo, que regulam a vida em sociedade. Ao analisar os primeiros estágios de desenvolvimento da civilização humana, Goudsblom (1995) abraça a perspectiva processual de Norbert Elias (1990; 1993) para ressaltar a importância do domínio do fogo como fator de propulsão da organização social na vida humana. Diante do desenvolvimento de tecnologias para controlar a natureza, a civilização humana deu um salto de qualidade no aspecto prático da vida em grupos e, consequentemente, estabeleceu novos parâmetros de relações sociais baseados na interdependência entre os membros desses grupos. A cada novo avanço no uso do fogo, aqueles que detinham o conhecimento tecnológico mais especializado para produzir, por exemplo, ferramentas, diferenciavam-se dos demais e passavam, por consequência, a ter vantagens sobre os demais.

Os principais avanços registrados pela revolução tecnológica ao longo da história ocidental são elementos do processo de tecnização em permanente curso sobre o qual discorre Norbert Elias (2006) e tem se consolidado como linha mestra que aponta a direção para onde caminha a civilização humana. Tecnização é entendida como “[...] o processo que, à medida que avança, permite que se aprenda a explorar objetos inanimados, cada vez mais extensamente, em favor da humanidade, manejando-os e os processando, na guerra e na paz, sobretudo na expectativa de uma vida melhor” (ELIAS, 2006, p. 35). Assim, pode-se afirmar que o desenvolvimento tecnológico se mostrou, desde os primórdios da vida em sociedade, um relevante fator de transformação social.

Novas tecnologias de transporte, por exemplo, permitiram a redução paulatina nas distâncias ao redor do planeta e resultaram em diversas alterações geográficas, econômicas e culturais ao longo de séculos. Desde os saberes da produção naval, elementares para a realização de grandes navegações, às arrasadoras bombas atômicas lançadas em guerras mundiais, é inegável a relevância do aprimoramento das tecnologias, de um modo geral, para a dinâmica do processo de organização social. Ferrovias, navios e a utilização de aeronaves em larga escala como meio de transporte mundial, possibilitaram a aproximação direta entre pessoas de convicções diversas e, assim, as forçaram a superar diferenças gigantescas entre seus padrões de autorregulação para estabelecer, em alguma medida, uma convivência civilizada que foram formando uma amálgama gigantesca de redes de interdependência, permeadas por tensões e um intenso exercício relacional de poder.

Lançar um olhar processual de longo prazo sobre esses processos de transformações e rupturas descortina uma mudança de padrões na dinâmica das noções de tempo e espaço, cuja análise pode auxiliar na compreensão, de maneira contextualizada, das configurações e figurações atuais da sociedade e suas possíveis perspectivas futuras. O primeiro padrão merecedor de registro assevera que as profundas alterações provocadas pelo uso dos meios técnicos de comunicação social decorreram da necessidade de transcender as limitações impostas pela comunicação direta, face-a-face, e assim, dilatar paulatinamente o alcance das mensagens emitidas pelos indivíduos tanto no espaço como no tempo. O segundo padrão, relacionado à velocidade com que essas mudanças ocorreram no curso da história, revela que o encurtamento do intervalo de tempo entre os grandes marcos civilizatórios do mundo ocidental também está diretamente ligado ao avanço da tecnologia e aos processos dele decorrentes,

sendo a globalização e o inexorável entrelaçamento do mundo por meio de redes interdependentes os principais produtos desses processos.

O intervalo entre os grandes marcos registrados nas diversas fases da Pré-História chegava a centenas de milhares de anos. Na Era Antiga, mais de três milênios separam a invenção da escrita da queda do Império Romano. Centenas de séculos se passaram, durante a Idade Média, até o surgimento da imprensa, no século XV, quando teve início a Idade Moderna, a era das grandes navegações. Com as tecnologias de transporte e de comunicação em franco desenvolvimento e difusão nas sociedades ocidentais, esses intervalos foram encolhendo progressivamente. Tal relação entre a evolução dos meios técnicos e as dimensões espaço-temporal, considerada inerente por Thompson (1998), foi acentuada sobremaneira com o desenvolvimento da tecnologia da telecomunicação, na metade do século XIX. Ao possibilitar que pessoas conversassem simultaneamente entre si a longas distâncias, a telecomunicação efetivou a transmissão de informação e conteúdo simbólico com alcance cada vez maior e em tempo cada vez menor, ocasionando uma disjunção entre espaço e tempo: o ‘agora’ não estava mais inseparavelmente ligado ao ‘aqui’.

Sem o compromisso de transformar a presente abordagem em um completo resgate histórico sobre a relação intrínseca entre economia, tecnologia e comunicação, cabe aqui registrar importantes marcos para auxiliar na compreensão contextualizada do atual cenário de transformações aceleradas na sociedade pós-moderna. A utilização da energia a vapor que movimentou as indústrias do século XVIII foi responsável, já no início do século XIX, pelo aprimoramento da prensa e, por consequência, pelas mudanças nas feições da indústria da mídia. Com a nova tecnologia, foi possível imprimir um volume

consideravelmente maior de exemplares por hora e, com isso, estender o período útil de produção de notícias diárias – o jornal poderia ser impresso mais tarde e conter informações mais recentes. Ao mesmo tempo, o crescimento vertiginoso da população urbana nas sociedades ocidentais e a ampliação do acesso à leitura favoreceram a expansão do mercado da indústria gráfica, levando a indústria de jornais a se voltar para um público cada vez mais amplo (THOMPSON, 1998).

Anos mais tarde, o uso da energia elétrica na comunicação ampliou ainda mais o alcance do desenvolvimento das indústrias da mídia em direção ao cenário atualmente estabelecido. Debruçar-se sobre esse percurso histórico a partir de um olhar mais processual conduz à conclusão de que o avanço da tecnologia – impulsionada e financiada por interesses comerciais e políticos emergentes – ocorre par e passo com a revolução da comunicação. Por essa lógica, dá-se razão a Briggs & Burke (2006) quando afirmam que a revolução da comunicação é parte integrante do mesmo processo no qual está inserida a revolução industrial, e não um processo apartado, assim como as grandes mudanças na seara dos transportes. O acesso – via embarcações e, posteriormente, por ferrovias – a regiões distantes entre si também foi determinante para o encurtamento das distâncias físicas e simbólicas. Até então, prevalecia a ótica do Estado “como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território — a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado — reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física” (WEBER, 1996, p. 56).

Os reflexos dos referidos avanços tecnológicos ganharam, portanto, maior dimensão e alcance a partir da disjunção espaço-temporal e contribuíram para a padronização das horas locais por meio de fusos horários no século XIX, ao lado do desenvolvimento dos serviços postais e da construção de ferrovias. Essas transformações

nos padrões de comunicação social alteraram ainda a forma pela qual as pessoas conheciam seu passado e tinham contato com a formação de sentido acerca dos lugares, antes centrada na tradição oral, e resultaram em alterações profundas na natureza da produção de bens, no intercâmbio simbólico e na dinâmica dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si, tornando ainda mais complexas e extensas as redes de interdependência existentes na sociedade. Pode-se afirmar, portanto, que a mutação da compreensão das noções de lugar e do passado modificou também o sentido de pertencimento dos indivíduos, ao permitir a dilatação de nossa compreensão do mundo para além das experiências pessoais vivenciadas, alcançando expressões simbólicas em lugares do mundo nunca visitados fisicamente (THOMPSON, 1998, p. 38).

Os impactos e consequências dessa dinâmica comunicacional em transformação foram tão sentidos na segunda metade do século XX que ensejaram a criação de uma comissão especial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na década de 80, para a elaboração de um relatório sobre o direito à comunicação, no bojo das discussões sobre direitos humanos iniciadas na primeira metade daquele mesmo século: o Relatório MacBride - Um mundo e muitas vozes (UNESCO, 1983). O documento traz ampla defesa do direito à informação e critica frontalmente o modelo unidirecional de transmissão de informação do século XX. Mesmo tendo recebido muitas críticas pela ausência de recomendações concretas para solucionar o problema que apontava e tendo sido pouco considerado na pauta de discussões de lideranças políticas, o relatório guarda sua importância por ter visibilizado o papel da comunicação no cenário de reconfiguração das relações de poder em todo o mundo e chamado a atenção para o debate sobre a necessidade de democratização dos meios de comunicação de massa em escala global.

Com a ruptura em relação às concepções tradicionais da relação espaço-tempo, os meios de comunicação – mas não somente eles – inseriram indivíduos e grupos sociais em contextos culturais e de informações globalizados e, conseqüentemente, provocaram alterações profundas no sentido de comunidade e familiaridade e na vinculação dos mesmos à ideia de lugar. Trata-se daquilo que Giddens (1991) denominou “desencaixe”, cujo efeito correlato na modernidade seria o “reencaixe”, sendo este último a possibilidade de reinserção desses contextos espaço-temporalmente deslocados em contextos distintos, com base na confiança em sistemas abstratos. Ao dialogar com a modernidade em Anthony Giddens, David Harvey e Ernest Laclau, o teórico da tradição inglesa dos Estudos Culturais Stuart Hall (2015) descreve e analisa as propriedades da modernidade tardia: multiplicidade de centros de poder; diferença como característica fundamental das sociedades; processo cíclico de descontinuidade e rupturas; identidades em jogo. Neste artigo, centraremos o olhar na segunda característica: o ciclo de rupturas e descontinuidade.

Nessa esteira, cabe destacar mais detidamente, pelo protagonismo no amadurecimento da sociedade industrial, o papel das tecnologias de comunicação na estruturação dos alicerces e pilares do que Castells (2003) denominou “sociedade em rede”, em referência ao modelo de relações sociais globais predominante na contemporaneidade. As mudanças estruturais e rupturas vivenciadas pelo mundo nas últimas décadas estão diretamente associadas à emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias de informação e comunicação. É preciso, no entanto, ter clareza de que “a sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias”, e não o contrário (CASTELLS; CARDOSO, 2005, p. 16). A emergência da nova forma de organização social depende da tecnologia, mas não somente dela. Ao refutar a

caracterização dessa sociedade emergente como sociedade de informação ou do conhecimento, Castells (2003) nega serem estes o fator diferencial em relação a todas as outras sociedades historicamente conhecidas. A novidade reside no fato de as informações estarem baseadas na microeletrônica e fornecerem novas capacidades, por meio de redes tecnológicas, à velha forma de organização social em redes.

As consequências da modernidade em um cenário de crescente avanço tecnológico e de consolidação da globalização modificaram profundamente as estruturas sociais até então prevalentes. A própria noção de sociedade é passível de alteração em contextos socioculturais distintos. Todo o processo de transformação das dinâmicas de poder configuradas no período de fortalecimento dos estados nação para uma nova ordem de distribuição desse poder na sociedade em rede fez ruir a compreensão de que as sociedades seriam comunidades que compartilhavam valores e interesses. Os estudos sobre as fontes de poder empreendidos por Michael Mann (1992; 1993) indicam exatamente o contrário: trata-se de estruturas sociais fundamentalmente contraditórias e estabelecidas com base em conflitos e negociações entre distintos atores sociais, com múltiplas camadas e escalas que geram formas temporais e espaciais específicas, cuja força passa a transcender a esfera social física de exercício do poder e provoca uma profunda redistribuição por toda a esfera da ação humana.

Nessa constatação funda-se o principal edifício teórico sustentado por Castells (2003; 2017; 2019) em sua busca processual por compreender as transformações observadas nas dinâmicas sociais desde o final do século XIX: os processos de estruturação da sociedade se complexificaram de tal forma que, em vez de girarem em torno do Estado, passaram a se estabelecer em múltiplas camadas, das quais o Estado se apresenta como instância estratégica, porém não mais como base central e fora do contexto social em que ele opera. A ideia

de uma fonte institucional absoluta de poder cedeu lugar à lógica das redes, segundo a qual o poder é relacional e está fortemente ligado às conexões entre os diferentes atores de determinada rede em vez de concentrarem-se nos atores. Nesse emaranhado de nós que constituem as inúmeras redes interdependentes, as organizações da esfera privada que operam parte significativa dos comandos capazes de movimentar importantes eixos das redes globais ganharam mais e mais importância nas últimas décadas, diluindo assim a capacidade transformadora antes centrada no Estado e redistribuindo esse poder entre inúmeros atores e, conseqüentemente, tornando mais vulnerável a estabilidade das relações de interdependência entre esses atores.

Neste cenário de interconexão em escala global, os efeitos produzidos por determinados movimentos, fatos ou circunstâncias em relação a nós com alta concentração de poder nas redes primordiais para o funcionamento do capitalismo mundializado desconhecem limites geopolíticos e podem abranger os mais diversos países, pessoas e mercados. Processos de escolha dos presidentes, crises internas em mercados aparentemente locais como o imobiliário, crises humanitárias e epidemias de doenças contagiosas em um país reflete em vários – ou em todos, a depender da representatividade do país ou da circunstância – outros países que compõem essas redes invisíveis, em uma velocidade cada vez mais avassaladora. A pandemia do novo coronavírus, cujas consequências seguem em andamento e sem uma previsão de horizonte nas mais diversas esferas da vida em sociedade, demonstrou como nunca o funcionamento e as fragilidades dessa superestrutura sustentada pelos nós e suas respectivas conexões, que formam a sociedade em rede. Em poucos dias – não mais em milênios, nem séculos, nem décadas – o mundo inteiro viu parte significativa de sua lógica de funcionamento padrão

mudar em decorrência da necessidade vital de manter o distanciamento social entre as pessoas para conter a proliferação do vírus e, assim, acelerou-se de forma cabal o processo de virtualização das mais diversas esferas da vida pública e privada na sociedade.

Assim como as instituições públicas e a instituição família se viram diante de novos desafios até então não vivenciados, as organizações privadas também foram ejetadas de suas rotinas habituais de trabalho em seus prédios e escritórios e dos modelos já consagrado de relacionamento e comunicação com seus públicos para essa nova realidade de isolamento social presencial e tudo o que dela decorre. A necessidade de adaptação a transformações não é nenhuma novidade no meio organizacional, portanto, o grande desafio não seria a mudança por si só: nos momentos anteriores de rupturas e transformações como as relacionadas anteriormente, o ritmo menos frenético das alterações possibilitava análises, estudos e processos de transição menos conturbados. Os gestores tinham mais tempo para reorganizar e reorientar as estratégias de relacionamento e comunicação com os públicos de suas organizações.

Em meio a tantas incertezas e possibilidades que tais processos acarretam em todas as esferas da vida social de pessoas físicas e jurídicas, é possível afirmar que o grande desafio imposto pela agilidade das reconfigurações decorrentes da dinâmica da atual sociedade em rede está, mais uma vez, diretamente relacionado às dimensões materiais de nossa existência: como lidar com transformações capazes de produzir efeitos em tantos lugares, pessoas e conexões simultaneamente e como repensar as práticas cotidianas e modelos de planejamento e funcionamento diante de uma noção de tempo cada vez mais rarefeito em relação à lógica sequencial e gradativa até então predominante?

Comunicação Gerencial: preâmbulo conceitual aos novos territórios

Em todas as áreas de atuação e de conhecimento do ser humano se fala muito em mudanças necessárias para acompanhar as rápidas transformações que o mundo vem passando, principalmente causadas pela globalização e pelo avanço acelerado das novas tecnologias. Apesar de nenhum campo humano ser poupado da necessidade de adaptação às essas mudanças, o mundo do trabalho exige ajustes ainda mais velozes.

Não bastasse esses fatores empurrando todos para múltiplas e instantâneas metamorfoses, surgiu a Covid-19 acelerando ainda mais este processo. De uma hora para outra, as empresas se viram obrigadas a buscar alternativas para continuar suas transações e atividades produtivas.

As empresas são, além de espaços produtivos, ambientes estabelecidos por relações sociais e, portanto, por pessoas que se comunicam entre si. Sem esses processos interativos não há, efetivamente, a constituição de uma empresa. Segundo Thayer “Quando se organiza uma empresa coletiva de qualquer tipo (companhias, nações, etc.) o que se organiza de fato é o fluxo de informações relacionadas com a empresa e, em decorrência, as relações estratégicas entre as suas partes funcionais” (1972, p. 34).

Para o filósofo Baktin (2010, p. 261) “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem”. Assim, sendo as organizações locais para as práticas profissionais, a comunicação é inerente a sua constituição.

Desta forma, todas as funções exercidas dentro das empresas só conseguem seu desenvolvimento por meio da prática comunicativa, uma vez que a cadeia produtiva dessas organizações é formada por pessoas que estão em constante interação, utilizando diferentes linguagens.

Sobre a pertinência da comunicação nas organizações, escreveu Gary Kreps (1995, p. 28):

A comunicação é um processo dinâmico e contínuo. É o processo que permite aos membros da organização trabalhar juntos, cooperar e interpretar as necessidades e as atividades sempre mutantes da organização. A comunicação humana não começa e nem termina. As pessoas estão envolvidas constantemente com a comunicação consigo mesmas e com outras, especialmente na vida da organização. A vida da organização proporciona um sistema de mensagens especialmente rico e variado. Os membros da organização devem ser capazes de reconhecer e interpretar a grande variedade de mensagens disponíveis, para que lhes permitam responder de maneira apropriada a distintas pessoas e situações. Não pode existir sem comunicar-se. A comunicação é uma realidade inevitável de pertinência a uma organização e da vida em geral.

No âmbito da Comunicação Gerencial, objeto de interesse deste texto, as práticas também precisam ser revisitadas e as ações renovadas, para que os seus objetivos sejam alcançados.

A fonte expressiva da Comunicação Gerencial, que geralmente ocupa um cargo de liderança (G. TORQUATO, 2002), precisa se atualizar com as novas formas de interação e de relacionamentos que ocorrem no ambiente organizacional, para reforçar seu sentido neste mundo em transformação.

Observa-se que, cada vez mais, muitos funcionários de diferentes níveis hierárquicos estão exercendo suas atividades profissionais longe das dependências físicas das empresas, sem que isso cause prejuízos aos resultados.

De acordo com uma pesquisa online realizada pela ISE Business School com 518 executivos, entre os meses de

abril e maio deste ano, 51% das empresas não ofereciam a modalidade de trabalho remoto antes da pandemia. Com a necessidade do distanciamento social, 74% das empresas multinacionais e 52% das familiares fecharam suas instalações físicas e continuaram suas atividades na modalidade remota. Outro dado importante que a pesquisa revela é que 80% dos executivos entrevistados gostaram da experiência do trabalho remoto e acreditam que esta modalidade se adapta aos requisitos de suas funções.

Os motivos dessa nova práxis não serão levantados e nem tratados aqui, mas certamente a situação da Covid-19 vem transformado rapidamente as casas dos trabalhadores em oficinas de trabalho ou, como é mais adotado, em home offices. Sobre isso disse Cesar Bullara, diretor do departamento de gestão de pessoas do ISE Business School, “Mudanças que ocorreriam em cinco ou dez anos já estão acontecendo”.

Sob a perspectiva da comunicação interna “proporcionar meios para promover maior integração dentro da organização mediante diálogo, à troca de informações e experiências e à participação de todos os níveis” (TORQUATO, 2002, p. 32), o distanciamento físico entre seus colaboradores e líderes pode sofrer impactos na transmissão e na manutenção dos valores e da cultura organizacional, assim como nos relacionamentos interpessoais dos funcionários. Desse modo, um novo planejamento para a comunicação interna torna-se crucial para desempenhar com efetividade seu papel no cenário atual e, assim, conseguir “favorecer a interação entre a organização e seus empregados” (KUNSCH, 2003).

Sabe-se que neste mundo altamente tecnológico e com tantas e rápidas transformações, o sucesso das transações organizacionais continua centrado nas pessoas e nos relacionamentos estabelecidos entre elas. Dessa forma, cabe aos gestores buscar e se apropriar de novas formas de “estar junto” e, desta maneira, conseguir influenciar na performance

profissional, no envolvimento de seus colaboradores e na manutenção da cultura interna.

Sendo os ocupantes de cargos estratégicos fontes expressivas da comunicação gerencial, estes tornam-se influenciadores da cultura interna das organizações e, portanto, favorecedores de um clima organizacional estabelecido na confiança, no comprometimento e no bem estar de todos. Comumente, essa fonte expressiva está fisicamente próxima de seus receptores e a mensagem é transmitida por canais descendentes (orais e visuais), que podem ser entendidos como todos os meios de relação direta que acontecem nas organizações (SILVA, 1983). Assim, nesse cenário de relações presentes fica mais fácil desenvolver e acompanhar a cultura interna das empresas e estabelecer vínculos estáveis entre os níveis da base e os da gestão.

Observa-se que o contexto das transformações sociais favorece as interações mediadas pelas novas tecnologias, mas a situação da pandemia acelerou o reconhecimento das organizações por espaços alternativos para o exercício de atividades profissionais, principalmente das administrativas, que também possibilitam a execução de tarefas, a aproximação e a criação de laços e vínculos entre seus gestores e colaboradores.

Os espaços físicos das salas de reuniões e das baias de alguns departamentos não precisam mais ser ocupados sempre que houver a necessidade de uma reunião de trabalho. Esses locais estão sendo substituídos pelas salas virtuais e por encontros on-line, estando os participantes conectados em diferentes espaços e tempos. Diz a autora Rocha Barichello: “Os meios de comunicação, especialmente a comunicação mediada por computador, têm redefinido as bases tecnoculturais, redimensionando as noções de espaço e tempo e permitindo pensar em territórios flexíveis e novas formas de pertencer a ou relacionar-se com uma organização” (2009, p. 338).

Na medida que alguns territórios físicos das organizações diminuem ou mesmo desaparecem, os territórios virtuais dessas entidades vão se alargando vertiginosamente. Esse movimento, provavelmente sem volta, vem sendo incentivado por fatores tecnológicos, econômicos e socioculturais.

De um lado as novas tecnologias conectam as pessoas e favorecem a comunicação instantânea, sem a preocupação com os limites geográficos e com tempo. Também tem a questão salutar da possibilidade de redução de custos das empresas com a subtração de seus espaços físicos e com a diminuição da mobilidade dos funcionários até seus locais de trabalho. A outra questão crucial que contribui para a transformação dos territórios de trabalho é a atual configuração sociocultural que está cada vez mais envolvida e dependente das novas tecnologias.

A permutação dos territórios de trabalho condiz com a realidade deste mundo em transformação, porém pode implicar no esfriamento das relações pessoais e no cultivo da cultura interna das organizações, se novas estratégias para a comunicação gerencial não forem pensadas para evitar esta situação.

Desburocratizar as mídias digitais para reconectar públicos dispersos: práticas no MPF no Amazonas

Juristas e estudiosos do Direito reconhecem o Ministério Público brasileiro como a mais avançada instituição do gênero no mundo, graças à amplitude das atribuições que lhe foram conferidas pela Constituição Federal de 1988 e à maneira como foi estruturado. A vigente Constituição Federal de 1988 faz referência expressa ao Ministério Público no Capítulo IV, Seção I - “Das funções essenciais à Justiça” - no qual dispõe sobre as funções institucionais, as garantias e as vedações de seus membros. “O Ministério Público é a instituição permanente,

essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (BRASIL, 1988).

Em sua concepção atual, traçada na Constituição de 1988, o Ministério Público possui várias formas para efetivar suas atribuições, ora através do Poder Judiciário, ora por meios próprios. Não se trata de funções meramente jurídicas, de forma que passe a figurar como órgão judicial, ainda que muitas vezes se utilize dele para buscar a concretização de suas funções. São, também, interesses fragmentados, que atingem direitos difusos (RITT, 2002, p. 162). A guarda desses direitos de efetivação da cidadania foi justamente confiada ao Ministério Público.

A organização do Ministério Público seguiu a divisão dos órgãos do Poder Judiciário. Por isso, existem diversos Ministérios Públicos. O Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público Militar (MPM) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) fazem parte do chamado Ministério Público da União (MPU). Já os ministérios públicos dos Estados atuam nas esferas municipal e estadual, em primeira instância judicial, e não estão subordinados ao Ministério Público da União. O relato de caso objeto deste artigo se refere a práticas de comunicação organizacional no Ministério Público Federal (MPF) no Amazonas.

Nacionalmente, apesar de estar institucionalizado nos moldes atuais desde 1988, o MPF só passou a contar com uma política de comunicação com força normativa a partir de dezembro de 2013. Antes disso, outras iniciativas relacionadas à atividade de comunicação social como a elaboração de manual de redação, diretrizes para relacionamento com a imprensa e cartilhas voltadas para jornalistas chegaram a ser elaboradas, mas nunca antes como norma. Assim, a comunicação organizacional foi, por muitos anos, reduzida à

assessoria de imprensa. No cenário de uma instituição com perfil centralizador do poder administrativo na figura do Procurador-Geral da República, em Brasília, e do poder de atuação finalística nas figuras dos membros – procuradores, procuradores regionais e sub-procuradores-gerais da República, mesmo a interface da instituição com a imprensa já enfrentava – e ainda enfrenta – inúmeros desafios e barreiras, inclusive antes da era da internet. Com toda a agilidade, interatividade e abrangência características da internet, que não é apenas um meio de comunicação, esses desafios se mostram cada vez mais complexos.

A pesquisa realizada por Curtinovi (2017) sobre o processo de reconfiguração das práticas comunicacionais do MPF na era da internet evidenciou que, apesar da evolução paulatina, ao longo dos anos, sobre as funções destinadas à internet nos documentos orientativos da instituição sobre a comunicação social, há uma série de limitações no uso de ferramentas comunicacionais e, principalmente, de interação. Tais entraves estão, segundo o autor, diretamente ligados a diversos fatores, sendo um deles a matriz hierárquica verticalizada de poder, o que tem afastado o órgão do pleno exercício da participação democrática no ambiente digital e inibido iniciativas mais interativas e avançadas na comunicação com os públicos externos utilizando plataformas de mídias digitais. Mesmo tendo agregado a sua política de comunicação um manual voltado para o uso das mídias sociais, a previsão de emprego dessas ferramentas acaba se restringindo a repetir a via de mão única já existente nos sites oficiais mantidos pela instituição.

Nesse cenário mais fortemente voltado para os formatos e meios tradicionais, a comunicação interna e gerencial no MPF no Amazonas vinha, igualmente, desenvolvendo estratégias e utilizando ferramentas, mensagens e meios com base nesse referencial. A intranet – por onde os funcionários acessam

principalmente os sistemas necessários para o desempenho de suas atividades rotineiras – tem sido o principal canal interno, complementado por outras estratégias como murais digitais em recepções e elevadores, displays com cartazes impressos e e-mail marketing, além das habituais reuniões e comunicações administrativas. Na segunda semana de março de 2020, diante do avanço expressivo dos casos de Covid-19 no Amazonas e o consequente decreto de calamidade pública, todas essas rotinas e canais pré-estabelecidos perderam sua eficácia ou simplesmente foram anulados em razão de uma drástica medida adotada pelo órgão para salvaguardar a saúde dos funcionários e do público atendido: a adoção do regime de teletrabalho para todas as pessoas e setores administrativos e gabinetes de membros.

A nova realidade, repleta de incertezas, tensões internas e externas e de uma iminente e rápida piora na qualidade do clima organizacional provocou a Assessoria de Comunicação do órgão a reorientar os canais e ações comunicacionais para garantir o fluxo de informações gerenciais necessários ao desempenho das atividades institucionais e, ainda, auxiliar na manutenção da coesão entre os setores e do clima organizacional razoavelmente saudável. Com murais digitais desativados e cartazes impressos inviabilizados, acesso às informações publicadas na intranet reduzido em razão do acesso direto aos sistemas no ambiente de teletrabalho, redução drástica no uso do e-mail corporativo e de ferramentas internas de comunicação instantâneas, como repensar a comunicação com o público interno, mormente em uma conjuntura externa de grande apreensão e insegurança?

Uma série de ferramentas foi empregada para elaboração de um rápido diagnóstico de cenário sobre a mudança nos primeiros 15 dias da nova rotina de trabalho no clima organizacional e nos fluxos de comunicação, tais como enquetes via e-mail com líderes de opinião nas diferentes esferas

hierárquicas, reuniões de avaliação por videoconferência com as chefias dos principais setores e gabinetes do Ministério Público Federal no Amazonas e acompanhamento, junto à área de saúde da instituição, sobre consultas e pedidos de afastamento decorrentes de eventuais problemas emocionais ou físicos relacionados ao trabalho naquele período. A partir desse cenário, a Assessoria de Comunicação montou um plano de comunicação, que em linhas gerais, concluiu pela reorientação dos canais e das mensagens da comunicação interna, adotando como veículos prioritários as plataformas de mídias sociais já utilizadas pelos funcionários para relacionarem-se entre si e entre suas redes sociais pessoais – WhatsApp e Instagram – e emprego de linguagem visual, com abordagem mais informal. O projeto, intitulado Conexão MPF Amazonas, foi criado com a proposta de ser o laço que religaria as pessoas, antes ligadas muito mais pela presença física, utilizando para isso as conexões virtuais.

Por meio de grupos e listas de transmissão via WhatsApp, a área de Comunicação Social do MPF no Amazonas passou a enviar não somente informações institucionais sobre as novas rotinas e procedimentos adotados, mas também conteúdos e chamadas para ação sobre prevenção, saúde em geral, equilíbrio emocional e bem estar no contexto de isolamento social e da tensão relacionada à pandemia do novo coronavírus. Para manter o fluxo organizado, devido às características de alto volume e baixa permanência das mensagens no WhatsApp, o grupo com toda a comunidade interna da instituição permanecia restrito para postagens apenas pelos administradores na maior parte do tempo, sendo aberto para interação apenas em ocasiões previamente acordadas e com objetivos bem definidos. Em outro grupo – este sempre aberto para interação – o projeto propôs a criação de um Fórum de Lideranças, por meio do qual as chefias poderiam estabelecer um contato gerencial mais próximo

entre si e a Assessoria de Comunicação poderia promover o acompanhamento e a formação continuada em comunicação gerencial e liderança de equipes, também adotando como padrão o formato audiovisual de conteúdos, com linguagem mais informal e próxima do dia-a-dia.

A integração dessas estratégias com a criação de um perfil fechado no Instagram – somente são aceitos como amigos os integrantes da comunidade interna do MPF no Amazonas – possibilitou a interação e troca de mensagens entre os funcionários de todos os níveis hierárquicos, evitando assim eventuais desgastes com mensagens indesejadas nos grupos de WhatsApp e promovendo um espaço mais apropriado e responsável para o relacionamento horizontal entre os integrantes do público interno da instituição. Pelo Instagram, também foi possível realizar enquetes informais, promover campanhas temáticas em datas comemorativas ou ocasiões especiais com mais recursos que os tradicionais anteriormente utilizados e ter um feedback mais próximo do real em relação ao nível de envolvimento com os conteúdos produzidos.

As estratégias do projeto Conexão MPF Amazonas se somaram aos canais tradicionais que puderam ser mantidos no contexto do teletrabalho total – a Intranet e o e-mail institucional – e, já nos dois primeiros meses de funcionamento, geraram resultados bastante positivos para o clima organizacional da instituição: o nível de adesão voluntária aos grupos e ao Instagram atingiu quase 70% do público interno logo nas primeiras semanas; os feedbacks espontâneos e os resultados de enquetes realizados pela Assessoria de Comunicação demonstraram aprovação do formato, da quantidade e dinâmica de envio das postagens – sempre encaminhadas durante o horário de expediente padrão do órgão público – e dos conteúdos. Além disso, as chefias relataram, em grupos focais de mensuração, a percepção de redução significativa no ruído de informações institucionais

sobre o funcionamento e o trabalho do órgão nesse período, mesmo diante do quadro externo de tensão e agravamento do número de casos e de morte no Amazonas durante os primeiros três meses da situação de pandemia oficialmente decretada.

Diante dos resultados, a administração geral da instituição no Amazonas reconheceu a virtude da utilização desburocratizada de ferramentas de mídias sociais digitais por meio das quais grande parte dos públicos do MPF no estado já interagem e vivem conectados. O projeto demonstrou ainda ser possível, com bom senso, respeito pela liberdade de participação das pessoas, adoção planejada e coordenada de estratégias de comunicação organizacional integrada e conhecimento das limitações e propriedades de cada uma dessas plataformas, utilizar plataformas de mídias sociais como instrumentos de comunicação gerencial também internamente, sobretudo pela agilidade e capacidade de adaptação que oferecem no contexto de processos cada vez mais acelerados de transformações no mundo atual.

Considerações finais

De maneira sucinta, vimos que a história da humanidade está entrelaçada com a do avanço da tecnologia e de suas transformações e que, de uma forma ou de outra, nenhuma área de atuação humana foi poupada desse laço metamórfico. Sem dúvida que alguns campos absorvem mais rápido essas mudanças do que outros, mas é apenas uma questão de tempo para a absorção total por todas as áreas.

No caso da comunicação, a revolução tecnológica ampliou e transformou seus canais, anulou as distâncias e promoveu o status do tempo para um instantâneo permanente. Com o advento da internet, as conexões ganharam canais que, além de transmitir a mensagem, promovem a interação em tempo real e a possibilidade de explorar diversos tipos de

linguagem em um único enunciado, podendo ser os chats, as mídias sociais, o e-mail, o site, as videoconferências, etc. Em todos esses casos, tanto a distância geográfica quanto o tempo deixaram de ser um fator impeditivo para que as relações sociais aconteçam aqui e agora.

Todas essas transformações tecnológicas empurram constantemente a humanidade para novas formas de manter as relações intersociais, sejam estas as familiares, as profissionais, as religiosas, as educativas, as de entretenimento, etc.

No caso das relações profissionais, torna-se relevante revistar os modelos de comunicação gerencial neste mundo em transformação para que seus objetivos sejam alcançados e sua função faça sentido para o negócio da empresa e para a formação do perfil profissional de seus colaboradores.

Se as mudanças nas formas de interagir e de conduzir os negócios e as relações sociais no contexto das organizações já vinham acontecendo a passos largos, com a chegada do novo coronavírus essa situação se apressou ainda mais, obrigando as empresas a buscarem novos modelos e práticas para manter e reforçar a cultura organizacional, a identificação e o bem estar dos colaboradores com seus pares, com o negócio e com a instituição.

Referências

BARICHELO, Eugênia M. M. da Rocha. Apontamentos sobre as estratégias de comunicação mediadas por computador nas organizações contemporâneas. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.) *Comunicação Organizacional: histórico, fundamentos e processos*. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 338.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). *A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política*; Conferência. Belém (Por): Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005. Disponível em: <egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_sociedade_em_rede_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

CASTELS, Manuel. *A galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELS, Manuel. *O poder da comunicação*. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

CASTELS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 20. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

CASTRO, Natalia. *Possível conciliar o Home com o Office?* Disponível em: <ise.org.br/blog/conciliar-home-office>. Acesso em 19 ago. 2020

CURTINOVI, Jéfferson. *O Ministério Público Federal e a comunicação com seus públicos externos*. Porto Alegre: Dom Quixote Editora, 2017.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. vol. 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização*. vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1993.

ELIAS, Norbert. *Escritos & ensaios 1: Estado, processo, opinião pública. Organização e apresentação: Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbort*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOUDSBLOM, Johan. *Fuego y Civilizacion*. Santiago do Chile: Editorial Andres Bello, 1995.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

KREEPS, Gary L. *La comunicación en las organizaciones*. 2a. ed. Buenos Aires: AddisonWesley Iberoamericana, 1995.

KUNSCH, Margarida M. K. *Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada*. 4.ed. revisada, atualizada e ampliada. São Paulo: Summus, 2003.

MANN, Michael. *The sources of social power*. v. 1. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 1992.

MANN, Michael. *The sources of social power*. v. 2. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 1993.

RITT, Eduardo. *O Ministério Público como instrumento de democracia e garantia constitucional*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

THAYER, Lee. *Princípios de Comunicação Administrativa*. São Paulo:Atlas,1972

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*. Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

UNESCO. *Um mundo e muitas vozes: Comunicação e informação na nossa época*. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

WEBER, Max. A Política como vocação. In: WEBER, Max. *Ciência e política*. Duas vocações. 15. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

SILVA, Carlos Alberto Lorga. *Problemas de Comunicação na Empresa*. Lisboa: Universidade Técnica Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1983, p.256

JORNALISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA E AUTORITARISMO

FELIPE PENA E MONICA MARTINEZ

“**N**o contexto de um governo anti-iluminista e autoritário, toda pesquisa é um ato de resistência. Por consequência, o jornalismo também será resistência.” Com estas palavras o jornalista Felipe Pena define a atuação de seu campo de conhecimento na entrevista concedida à professora Monica Martinez para a Cátedra INTERCOM. Professor da Universidade Federal Fluminense, conselheiro da ABI e diretor da INTERCOM, Pena usa a psicanálise e a linguística para fazer uma análise sobre o autoritarismo de Bolsonaro durante a pandemia e seus reflexos no jornalismo contemporâneo.

Felipe se vale das ideias de Sigmund Freud, para quem a civilização, sob o império da lei, é a responsável pela inibição da agressividade humana, que é uma expressão narcísica do ego. No entanto, segundo Pena, “tal narcisismo agressivo rompe a barreira do recalque e se manifesta publicamente quando incentivado por líderes que se supõem acima da lei (e, portanto, da civilização) ou quando avalizados por um grupo

que recorre a pequenas diferenças em relação ao outro para justificar a barbárie.’

Para o pesquisador, os “bolsominions” se encaixam em ambos os casos. “Seguem o líder, a quem chamam de mito, e dão vazão aos recalques narcísicos atacando as diferenças dos grupos que elegem como rivais. Daí a constante referência agressiva a homossexuais, negros e feministas”. Tudo isso potencializado por canais próprios de comunicação e pela ineficiência da imprensa tradicional em explicar a guerra semiótica em que nos encontramos.

Quando alguns críticos consideram a palavra nazismo exagerada para definir o Brasil de 2020, Pena observa que as características citadas por Freud no livro “Mal estar na civilização” já estavam presentes na Alemanha da década de 1930. Além disso, o professor também cita o filólogo Viktor Klemperer e seu clássico “A linguagem do terceiro reich”, de 1946, para explicar o sequestro da cognição pública através da ressignificação de palavras e dos neologismos ativistas, demonstrando que os signos veiculados pela imprensa já foram contaminados e, portanto, estão nos condenando à desinformação e à ignorância.

Mônica Martinez: Felipe, queria saber quais são suas reflexões sobre a pandemia no contexto da pesquisa que a gente faz em jornalismo hoje. Como é que você está vendo isso?

Felipe Pena: É muito cedo pra dizer, embora seja necessário dizer. A ciência requer um longo prazo, a pesquisa precisa de um longo prazo. E nós estamos na emergência, estamos na perspectiva da urgência. Entretanto, essa perspectiva de urgência requer uma certa assertividade no que vamos fazer para nos debruçarmos sobre o presente. Assertividade que se resume numa única ação: resistência. As pesquisas sobre jornalismo precisam focar nas maneiras de resistir às fake news produzidas por Bolsonaro e seus asseclas de inclinações claramente fascistas, no sentido estrito do termo. No contexto

de um governo anti-iluminista e autoritário, toda pesquisa é um ato de resistência. Por consequência, o jornalismo também será resistência.

Agora, na perspectiva do longo prazo, devemos ter em mente as avelãs dos historiadores da escola dos Anais, na França, conforme a metáfora de Jean Lacouture, de que o jornalista acaba roendo as avelãs com muita velocidade e o tempo histórico é o tempo da lentidão, do longo prazo. Só que, nesse momento, a gente está vivenciando a história, então é impossível não refletir com um olhar crítico, com um olhar de pesquisa sobre o momento, principalmente no nosso campo, em que as informações e as contrainformações são utilizadas para um ataque direto à democracia. Este tempo não inaugurou a era das Fake News, mas este tempo potencializou a era das Fake News. E se a era das Fake News potencializada já era muito perigosa do ponto de vista político, (e continua sendo, a gente vai falar sobre autoritarismo daqui a pouco), ela é mais perigosa ainda em tempos de pandemia, pois está mexendo diretamente e literalmente com a vida das pessoas. Há milhares de brasileiros que acreditam no conto da cloroquina, por exemplo, que é divulgado por Fake News. O próprio presidente da república é o primeiro a difundi-las, o que acaba influenciando cognitivamente no comportamento da população.

A gente vê que boa parte dos brasileiros não entende o que está sendo feito, não entende o que é o isolamento social e aí o presidente sequestra a cognição pública fazendo falsos dualismos. Aliás, falsos dualismos que vêm sendo feitos há algum tempo, mas que agora são resumidos no falso dualismo entre salvar vidas e salvar a economia. E ao divulgá-lo como se fosse verdadeiro, com alguns meios de comunicação comprando essa ideia e dando alguma voz a versões completamente inverossímeis, a mentira se potencializa em grande parte da população.

Então, a gente tem que começar desde já a se debruçar sobre isso. Devemos pesquisar como se dá essa guerra semiótica que é produzida no campo jornalístico. O que que falta para a gente entrar nessa guerra como profissionais do ramo, como pesquisadores do ramo, mostrando suas estratégias com fatos, com pesquisas, com dados fáticos? Como se contrapor a esse tipo de narrativa que tem fundamentos muito bem elaborados, que vêm lá da eleição americana de 2016, gestados por Steve Bannon para a campanha do Trump, sequestrando a cognição pública a partir de conceitos mimetizados dos nazifascistas?

É preciso entender que essa mimetização foi potencializada pela rede constituída por grupos de bolsonaristas, cujos contextos beiram o surrealismo. É inacreditável que pessoas defendam o fim do isolamento, é inacreditável que um ex-ministro de estado vá a uma emissora de TV como a Globo News, por exemplo, e tenha a palavra garantida para dizer que precisamos de imunidade de rebanho. Quantos milhões morreriam? Há uma falsa equivalência no jornalismo tradicional e ela é influenciada pela lógica das redes.

A gente tem que tentar entender o momento factual e fazer pesquisa sobre isso. Devemos perguntar o que significa dar voz a um sujeito como este. Isso é liberdade de imprensa? O conceito realmente se aplica a um ex-ministro que defende a imunidade de rebanho quando a gente tem acesso às informações do mundo inteiro e todos os líderes que tentaram essa estratégia preferiram voltar atrás? Dou o exemplo aqui do Boris Johnson na Inglaterra. O Reino Unido foi o último país a fazer o isolamento e agora aparece como o segundo em número de mortos porque o Johnson tentou essa famosa imunidade de rebanho, que comprovadamente não funciona. Divulgar isso como alternativa é liberdade de imprensa?

Também precisamos fazer a interlocução com os outros campos do saber para entender o que está acontecendo. Então,

eu acho que dois campos fundamentais se apresentam, neste momento, para interagir com o jornalismo nas pesquisas durante essa emergência, nesses tempos de pandemia e autoritarismo: a psicanálise e a linguística. Essas disciplinas me parecem determinantes para a gente tentar entender como é que se dá esse sequestro da cognição pública, como é que se dá essa guerra semiótica.

Para usar um conceito do Searle, que é um clássico da linguística, o país renunciou ao signo interpretante. Por exemplo: você imagina alguém lá nos grotões do Brasil ouvindo o termo “déficit primário” todo dia no Jornal Nacional? Ou entendendo o que são pedaladas fiscais? O público compra o dualismo, a facilidade da dicotomia, a indução da conclusão mais simples, a informação que prescinde do signo interpretante.

Quando alguém fala que vai salvar tua vida ou que vai te dar uma esperança de viver melhor, você não precisa do signo interpretante, O signo interpretante é própria dualidade entre viver ou morrer, só que esse signo interpretante é sequestrado não na resposta que te dão, mas na forma como te perguntam. Há uma experiência que fazemos muito em psicologia social, que é perguntar a uma plateia qual é o contrário de branco. Todos respondem que é preto. Em seguida, perguntamos qual é o contrário de claro. Aí a plateia responde: “é escuro” e, então, você pergunta qual é o contrário de verde. E boa parte da plateia fica em silêncio e aí você responde: “será que é vermelho? É azul?” e boa parte diz: “Não tem contrário de verde, não existe o contrário de cor”. Aí eu digo que tem sim, que o contrário de verde é maduro, e há um certo desconforto porque as pessoas percebem o óbvio: que foram manipuladas. Elas foram induzidas pelo condutor da plateia, que sou eu, a pensar apenas em termos cromáticos, e é isso que eu chamo de sequestro da cognição pública. Esse sequestro é feito através da linguagem. Se eu começo a falar em termos cromáticos, você

vai pensar em termos cromáticos, e vai ter muita dificuldade em mudar sua chave para outros significados que não estão ligados àquele significante com o qual eu inicie a conversa.

Então, no contexto da pandemia, se eu já inicio a conversa dizendo que o isolamento vai acabar com empregos e vai causar mais mortes do que a própria doença, a cognição já foi sequestrada, a informação já foi deturpada. Esse é o discurso genocida bolsonarista. Essa é a barbárie de 2020.

MM: Só um minutinho, Felipe, é que você ia falar também sobre psicanálise. Mas conclua sobre a linguística.

FP: Desculpe. Vou concluir. Há um livro de que eu gosto muito, que é “A linguagem do Terceiro Reich”, do Victor Klemperer, que era um linguista, professor titular de uma universidade alemã na década de 1920, judeu, que, obviamente, perdeu a cátedra, perdeu o lugar na universidade e teve que ir pro gueto junto com a esposa, que não precisava ir porque era ariana, mas o acompanhou assim mesmo. Lá, no gueto, ele compôs esse livro através de pequenos bilhetes que escrevia diariamente e entregava pra mulher, que se arriscava para deixá-los na casa de uma amiga, nos bairros nobres de Berlim, para que o livro fosse publicado ao final da segunda guerra mundial e os alemães tivessem uma ideia de como as palavras foram sequestrados pelos nazistas e mudaram de significado. Um exemplo claro que o Klemperer dá no livro é a palavra fanatismo, que virou símbolo de heroísmo. Então, na Alemanha de Hitler, identificar alguém como fanático era identificar alguém como herói. Vamos trocar a chave e pensar isso no Brasil de Bolsonaro. Quantas palavras nós conhecemos cujas chaves de significado foram trocadas para algo pejorativo e, a partir disso, se fez política?

Vou dar alguns exemplos. A palavra “esquerda” aparece em composição com neologismos inventados por gente da imprensa. Esquerdopata é um termo inventado por Reinaldo

Azevedo, que é um jornalista conhecido, mas você nunca ouviu a palavra *direitopata*. Então só a esquerda aparece no glossário fascista como algo doentio. Um outro exemplo é o antipetismo, que existe com muita força, mas baseado numa suposta relação de que o PT teria sido o partido mais corrupto da história da república nos últimos anos (e eu não tô aqui negando a corrupção por parte do PT). Mas não existe o antipessedebismo, embora dois ex-governadores do PSDB estejam presos e o mensalão começando no PSDB. E também há o PP, que foi o partido de Bolsonaro, com o maior número de envolvidos na lava-jato, mas não existe a palavra antipepismo. Então, por meio de neologismos e sequestros de significados de palavras, a extrema-direita conduz a cognição pública. A palavra feminismo, por exemplo, virou luta de mulheres mal amadas a partir de ironias dos conservadores. A expressão “direitos humanos” virou direito de bandido e não algo que está na declaração dos direitos universais do homem há mais de 70 anos. O mundo inteiro trata os direitos humanos com muita seriedade e no Brasil isso foi usado numa guerra semiótica covarde pela extrema-direita bolsonarista.

Trata-se de uma estratégia de Goebbels, que foi o ministro da propaganda de Hitler. Não é à toa que a gente tem citações nazistas e até encenações hitleristas no governo Bolsonaro. É porque isso é estratégico, isso é feito de forma estudada pelos assecclas que se instalaram no gabinete do ódio que funciona no Palácio do Planalto. Fake news são notícias falsas, mas são propaganda verdadeira. Essa inversão semiótica difundida por redes de whatsapp está levando o país de volta ao século XIX.

Agora, entrando na psicanálise, Mônica, para dar continuidade àquilo que você tinha me perguntado, vou falar de civilização e de narcisismo das pequenas diferenças. A civilização é resultado da primazia do princípio da realidade sobre o princípio do prazer, conforme a lógica freudiana.

É o que dá corpo ao nosso contrato social. Sem ele temos a barbárie. E é por isso que existe o recalque dos desejos anticivilizacionais. E é, provavelmente, pela mesma razão, que você não dá um tiro no motorista que te dá uma fechada no semáforo vermelho.

Entretanto, a existência de um líder que não tem superego dá margem para que os desejos mais repulsivos ultrapassem o princípio da realidade. E isso também se aplica à circulação da informação. Então, mais do que uma época da pós-verdade, a gente vive a época da autoverdade. Aquilo que consolida meu desejo por uma autoverdade consolida a informação que recebo, mesmo que ela seja falsa.

Vou repetir para ficar mais claro. Freud dizia que havia dois princípios básicos: o princípio da realidade e o princípio do prazer. O princípio do prazer está ligado a tudo que me traz alguma satisfação imediata e não tem limites. Já o princípio da realidade vem para conter o princípio do prazer e constituir aquilo que nós chamamos de civilização. Isso está muito bem escrito no livro “mal-estar na civilização”, um clássico de Freud. O recalque dos princípios do prazer nos causa mal-estar porque a gente tem que abdicar de determinados desejos em função da civilização. De novo: você não atravessa um um farol vermelho porque sabe que vai ser multado, você abdica de desejos primitivos sexuais sabendo que vai ser preso ou que não há concordância da outra parte. Tudo isso é signo de civilização, mas com Bolsonaro os monstros saem do armário e a barbárie passa a imperar.

Há um conceito que o Freud explorou muito tanto no livro “Mal-estar da civilização” como no “Psicologia de grupo”, que é o conceito de narcisismo das pequenas diferenças. Freud explica que quando você recalca os seus desejos através do princípio da realidade, eles ficam de tal maneira subjugados pela civilização que há sempre uma

vontade de cortar esse elo com a contrato social e poder externar aquilo que havia sido recalcado.

Para Freud, a civilização, sob o império da lei, é a responsável pela inibição da agressividade humana, que é uma expressão narcísica do ego. No entanto, tal narcisismo agressivo rompe a barreira do recalque e se manifesta publicamente quando incentivado por líderes que se supõem acima da lei (e, portanto, da civilização) ou quando avalizados por um grupo que recorre a pequenas diferenças em relação ao outro para justificar a barbárie.

Os bolsominions se encaixam em ambos os casos. Seguem o líder, a quem chamam de mito, e dão vazão aos recalques narcísicos atacando as diferenças dos grupos que elegem como rivais. Daí a constante referência agressiva a homossexuais, negros e feministas. Em muitos casos, tal referência esconde algo ainda mais profundo: um desejo reprimido de ser o outro. Portanto, matar o outro se torna uma forma de matar o próprio desejo reprimido. O discurso armamentista na segurança e conservador nos costumes é a perfeita expressão desse recalque.

Quando alguns críticos consideram a palavra nazista exagerada para definir um “bolsominion” no Brasil de 2020, sempre pergunto se as características citadas por Freud não estavam presentes também na Alemanha da década de 1930. Algo como “Dr. Freud falou, Dr. Freud avisou!”, parodiando a música dos Paralamas. Da mesma forma, recorro algumas condições históricas, como crise econômica, desgaste da esquerda, falta de representatividade política e a busca por um salvador da pátria. Não estaria sendo pavimentado o caminho para um totalitarismo nazifascista no país? Ou vocês ainda acham que é exagero?

MM: Nem estava entre as perguntas que a gente tinha pensado aqui, mas eu vou te fazer uma provocação aí

também, já como eu puxo mais para o Jung. Essa noção que o Jung vai trazer de projeção e ligando com isso que você está trazendo, como está sombra que tem, que tá sendo projetada nesse representante, ela acaba respingando na imprensa com o comportamento violento que muitos colegas têm sofrido, eu vou colocar essa pergunta para você e depois como é que você está vendo isso, e depois eu vou falar aqui, não me deixa esquecer, uma boa notícia que o Pedro nos deu tá ?

FP: Como você sabe, eu não sou um especialista em Jung, sou apenas um leitor de Jung, mas vejo o conceito de sombra projetado na própria imprensa, porque a gente tem sempre que se perguntar quem criou a sombra que agora a própria imprensa tem que enfrentar. O Bolsonaro não surgiu do nada, ele foi tratado durante muito tempo como uma aberração que dava ibope. O CQC, por exemplo, que era um programa que supostamente fazia jornalismo, tentava ironizar o Bolsonaro o tempo inteiro, só que essa tentativa acabou sendo uma catapulta para Bolsonaro. A própria imprensa deu voz a todos esses signos que a gente mencionou. Ou seja, esse sequestro da cognição pública começou bem antes do golpe de 2016. Signos como “antipetismo” e “esquedopata” são a sombra criada pela imprensa, que agora tem que conviver com o resultado da própria sombra que ela projetou. O monstro se voltou contra quem o alimentou.

Quando a imprensa apanha na rua ou quando está ali naquele cercadinho do Alvorada, ela sofre uma das coisas mais humilhantes que eu já vi na história do jornalismo nesse país. A imprensa tem que ficar ali naquele cercadinho, em frente ao Palácio, ao lado de militantes bolsonaristas, sendo menosprezada, chutada, mas todo dia está lá. Aquilo é o resumo mais consistente do reflexo da própria sombra que a imprensa construiu e é triste ter que falar sobre isso, é triste ter que assumir essa responsabilidade, mas houve um momento da nossa história em que se deu a construção dessa sombra a

partir de interpretações mentirosas dos fatos, de construções sociais que nos levaram a um momento de sequestro da cognição pública.

Já naquele momento (golpe contra Dilma em 2016) havia uma voz uníssona que apresentava um discurso homogêneo, um discurso que era totalizante e que não abria espaço a contestação. E aí volto para falar sobre essa sombra usando aquela minha primeira metáfora sobre o contrário de verde, que não existia, apesar de sabermos que é a palavra “maduro”. Isso nunca era perguntado pela imprensa. No golpe de 2016, os repórteres perguntavam para os juristas se o impeachment era crime. Essa pergunta estava errada, era uma condução coercitiva da cognição pública. A pergunta certa deveria ser “impeachment sem crime de responsabilidade é ilegal?” E a resposta seria “Sim, é ilegal, o impeachment está na constituição, mas sem crime de responsabilidade não é legal.”

Então, não deram voz para que houvesse um contraponto e agora chega-se a um momento de um paroxismo total, porque há muitos crimes cometidos pelo atual presidente da república, só que a pauta foi sequestrada e o diversionismo impede o debate sobre o tema. Entrando na teoria do agendamento, eu diria que ele se dá de forma diversionista na imprensa brasileira.

O agendamento diversionista ocorre sempre que o Bolsonaro se vê acuado por algum assunto. O primeiro passo é colocar uma pauta ao estilo Regina Duarte ou Damares, que são aberrações semânticas. Daí todo o resto se dilui. Queiroz caiu no esquecimento, o celular do miliciano que foi assassinado caiu no esquecimento. Afinal, o que que tinha naquele celular? Há quatro meses que o celular está aqui na polícia do Rio de Janeiro e ninguém fala mais na perícia. Disseram que o conteúdo do aparelho ia revelar muita coisa sobre a morte de Marielle, pois pertencia a um miliciano que teve a mulher e a mãe empregadas nos gabinetes dos Bolsonaros, mas a gente não

fala mais no assunto. A pauta foi sequestrada pelas besteiras da Damares, da Regina Duarte e do ministro da educação.

Sempre que “Jesus sobe na goiabeira” e a Damares fala “Meninos de azul, meninos de rosa”, alguma pauta importante some do noticiário. Sempre que o Weintraub fala suas coisas idiotas, a pauta é sequestrada de novo. Isso é o agendamento diversionista. Não sei se ele vai conseguir fazer isso agora, porque, nesse momento, estou olhando todos os sites de notícias dos principais jornais do país e todos eles falam que Bolsonaro pediu a troca na PF para evitar danos à família. Ele usou a seguinte frase “não vou esperar fuder alguém da família, então eu vou trocar o diretor” ele usou essa palavra, isso está gravado. Ele não sabia que isso se tornaria público, que o Ministro Celso Mello ia deixar que fosse veiculado.

E, repare, essa é uma denúncia feita por Sérgio Moro. Veja como que a sombra se autorreflete. O mesmo Moro que deixou vaziar diálogos entre Lula e Dilma, o mesmo que dizia que não podia ter nada vazado sobre as conversas entre ele e a procuradoria na Vaza Jato quando “hackearam” seu celular. Mas, agora, ironicamente, Moro usa seu próprio celular para acusar o presidente que ele ajudou a eleger quando condenou o principal adversário. Essa sombra voltou em tantos lugares, Mônica. É sombra na imprensa, é sombra nos juízes, é sombra na política. E eu só posso identificar essa sombra como um autorreflexo do trabalho que a própria imprensa constituiu.

MM: Só compartilhando aqui a informação do Pedro Aguiar, que ele queria dar a boa notícia que o professor Muniz Sodré, que está na UTI, todos nós sabemos que está com Covid-19 acordou e foi retirado do respirador, está consciente e conversou com os médicos. Eu acho que é uma boa notícia que tem a ver com o tema pandemia. O Pedro está no outro post aqui falando extubado... Então, eu acho que também é interessante porque mostra como a nossa comunidade de pesquisadores está sendo atingida em todos os níveis por essa

questão da pandemia Então como é que você vê esses vários tempos da pesquisa nesse contexto da pandemia, lembrando que todas as pesquisas são importantes, das descritivas até as de mais densidade, mas, nesse momento atual, qual a importância desses registros hoje?

FP: Bom, primeiro deixa eu comemorar junto com vocês todos essa notícia. Muniz é um dos professores que mais influenciou todas as gerações de pesquisadores, de jornalistas, de comunicadores. Muniz é uma referência na nossa área. E Muniz é meu amigo. Então, se o Muniz volta, dá um alento, dá um alívio nesse momento pesado que a gente está vivendo. Tenho acompanhado as mensagens da Raquel no nosso grupo de estudos com a Ivana Bentes e com o Erick Felinto, e a gente estava torcendo para ter boas notícias. Obrigado, Pedro, por trazer a boa nova durante essa live. Eu estava aqui me preparando, não sabia que ele tinha sido desentubado, isso é uma excelente notícia. Covid é uma batalha longa, Muniz tem 78 anos, é carateca, 3º Dan, tem uma forma física invejável, mas é uma luta, essa é a maior luta que ele já travou e vai sair vitorioso. Viva o professor Muniz Sodré!

Voltando à sua questão sobre a pesquisa, acho que a gente tem que colocar isso nos escaninhos certos. A emergência e toda a situação de urgência que a gente tem diante do que está acontecendo não vai inviabilizar pesquisas de longo fôlego e longo prazo, e muitas delas são no nosso grupo de teoria do jornalismo da INTERCOM. Pelo contrário, essas pesquisas têm que continuar, embora a gente vá ter milhares de dificuldades, todas elas impostas por esse Ministério da Educação cujo titular diz que os ministros do STF têm de ir presos. Esse é o nosso ministro da educação, então a gente vai ter muitas dificuldades com essas pesquisas, mas elas têm que continuar e esse é um dos polos de resistência. Que a gente continue com os nossos projetos de pesquisa e de extensão, apesar de tudo e contra tudo. Isso também é resistência.

A gente vive um momento de extrema dificuldade, perigoso. Eu moro aqui, a 900 metros da casa dos Bolsonaros no Rio de Janeiro. Todos nesta comunidade sabem quem são aquelas pessoas que frequentam o condomínio onde mora o Bolsonaro. Um deles é o assassino de Marielle. O sujeito não tem uma das pernas, usa uma prótese, é manco. Como que ele vai passar despercebido pela família do menino que namorou sua filha? E a resposta do presidente qual foi? A gente sabe: “meu filho namorou todo mundo no condomínio, o 04 pegador” é a resposta do pai. Reparem, isso também é um diversionismo, isso também é um agendamento diversionista, cada pequena coisa da qual a gente ri e com a qual a gente se choca, é na verdade um diversionismo desse discurso patético. Então a gente tem que se debruçar sobre isso nas nossas pesquisas.

Eu tenho visto muita gente fazendo isso com alguma maestria. Vou citar só um estudo, claro que é de um amigo, mas que eu acompanho, que é o estudo contemporâneo do Erick Felinto, professor da UERJ. O Erick está se debruçando com total entrega sobre as obras do falso filósofo Olavo de Carvalho, está dissecando cada linha de cada livro do Olavo de Carvalho, contextualizando e enumerando as falhas conceituais do sujeito. O chamado “ideólogo” do desgoverno Bolsonaro é uma grande farsa, mas uma farsa para qual se tem dado voz há muito tempo, para a qual aquela sombra do jornalismo vem dando voz há muito tempo. Então alguém tem que se debruçar sobre isso, por mais que leve tempo, por mais que vocês digam, e com razão, que a pesquisa acadêmica leva tempo, é preciso ter tempo para confirmar ou refutar a hipótese, alguém tem que, neste momento, enfrentar isso e o Erick Felinto está fazendo com maestria.

Pesquisar é nossa forma de resistência, precisamos disso, precisamos de pessoas e pesquisadores que se debrucem sobre esses temas atuais e contestem essas informações no campo da comunicação que é o nosso campo. Porque eu vejo

que nos outros campos isso também está acontecendo. Nem vou falar da medicina, da biologia, do campo das ciências biológicas que estão combatendo diretamente o vírus, mas, no nosso campo, de humanas, a gente está combatendo diariamente um outro vírus, o vírus da desinformação, o vírus do autoritarismo.

MM: Bom, eu acho que a gente pode passar para segunda parte, talvez não seja totalmente conectada dessa proposta de falar de pandemia e pensar essa questão do autoritarismo nesse contexto, então jogo a peteca para você. Como é que você tá vendo essa questão hoje?

FP: Acho que a gente já falou bastante sobre o autoritarismo e do ponto de vista de como ele se constitui, inclusive em termos psicanalíticos. A minha grande dúvida é que tipo de resposta uma suposta sociedade democrática vai dar para esse autoritarismo que se tornou hegemônico,, esse autoritarismo que não é só do Bolsonaro, esse autoritarismo que tem raízes profundas no Brasil, na casa grande que continua querendo a sua senzala, a sua posição mesmo em termos de pandemia. Esse Brasil que bateu palmas em 1964, agora bate palmas em 2020, no meio de uma pandemia, e a gente tá falando aí de 30% da população que ainda apoia esse governo genocida porque tem ali algum espelho, porque tem ali alguma sombra.

Temos que resistir a isso. Não há lugar para a covardia, para o medo. Eu sei que cada um tem um papel, eu sei que cada um reage de uma maneira, mas eu quero lembrar, e isso é grave, que não se posicionar já é um posicionamento e é tão óbvio e tão triste que eu tenha que lembrar isso, mas é preciso que seja lembrado aos isentões e às pessoas que não se posicionam. Elas têm que saber que estão se posicionando ao lado do autoritarismo, estão se posicionando do lado errado da história e ela vai cobrar. Quando eu falo de pesquisas da atualidade, quando eu falo dessa emergência, dessa urgência, é porque o autoritarismo é agora, o autoritarismo está aqui na nossa porta. Na minha, inclusive, ele está literalmente mesmo.

MM: Nesse contexto de continuar sendo resistentes e resilientes eu queria saber como é que a gente está ensinando os alunos de jornalismo em um contexto de pandemia, em um contexto de precarização do mercado de trabalho?

FP: Eu não tenho nada a ensinar aos meus alunos, não tenho nenhuma condição de ensinar nada, o máximo que eu posso fazer é guiá-los em algumas leituras, guiá-los em alguns temas e a partir disso, fazer com que eles produzam e reflitam a partir desses temas. Eu não chamo isso de ensino, eu chamo de transmissão, que é até um conceito que a psicanálise usa. A gente pode transmitir alguma experiência que a gente tem com relação à pesquisa e ao jornalismo, mas ensinar me parece que não se aplica. Não se ensina jornalismo, transmite-se jornalismo. É por isso que as faculdades de jornalismo devem cada vez mais se voltar para a transmissão dessas reflexões, para o compartilhamento dessas reflexões.

Talvez a gente esteja errando nesse compartilhamento, talvez a gente esteja errando na maneira como a gente se comunica (apesar de sermos comunicadores), talvez a gente esteja egoicamente falando de forma muito erudita, e eu sempre reclamo disso, porque há um falso entendimento na academia de que a palavra acadêmica é a palavra difícil. Isso está errado.

A simplicidade não significa superficialidade. A simplicidade é a laboriosa tradução da complexidade. E é isso que a gente tem que fazer. A gente tem que pesquisar no registro da complexidade e depois traduzir o resultado para fora da academia. É nossa obrigação como professores, pesquisadores e jornalistas. É, em última instância, a nossa resistência.

Referências

BREED, Warren. Controle social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo, questões, teorias e estórias*. Lisboa. Vegas, 1993.

FERREIRA, Wilson Roberto Vieira. Cem dias de guerra semiótica de Bolsonaro e a alternativa transmídia. *Cinegnose*, 2019. Disponível em: <cinegnose.blogspot.com/2019/04/cem-dias-de-guerra-semiotica-de.html?m=1>. Acesso em: 5 de maio de 2019.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização (1930). IN: *Obras Completas*, Vol. XXI. Edição Standard. Rio de Janeiro. Imago. 1974

KLEMPERER, Victor, LTI, *A linguagem do terceiro reich*. Rio de Janeiro. Contraponto. 2009.

LIMA, Wilson. Os novos rolos que envolvem Flávio Bolsonaro. *Isto É*, 2019. Disponível em: <istoe.com.br/os-novos-rolos-que-envolvem-flavio-bolsonaro/>. Acesso em: 16 de julho de 2019.

JUNG, Carl G. *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964.

LIPPMANN, Walter. *Public Opinion*. New York: Free Press, 1922.

McCOMBS & SHAW. *The emergence of american political issues: the agenda-setting function of the press*. Saint Paul, West Publishing Co. 1977.

McCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda*. A mídia e a opinião pública. Petrópolis. Vozes. 2009.

MELLO, Bernardo. Sete meses após relatório do Coaf, como estão as investigações da ‘rachadinha’ na Alerj. *O Globo*, 2019. Disponível em: <oglobo.globo.com/brasil/sete-meses-apos-relatorio-do-coaf-como-estao-as-investigacoes-da-rachadinha-na-alerj-23811006>. Acesso em: 16 de julho de 2019.

PAVARIN, Guilherme. Como a milícia digital bolsonarista resgatou sua máquina de fake news para atacar universitários. *The Intercept*, 2019. Disponível em: <theintercept.com/2019/05/14/milicia-digital-bolsonarista-contras-universidades/>. Acesso em: 16 de maio de 2019.

PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

PENA, Felipe. O cuspe verde-oliva de Bolsonaro. *Jornal Extra*, 2016. Disponível em: <extra.globo.com/noticias/brasil/contra-a-corrente/o-cuspe-verde-oliva-de-bolsonaro-19120004.html>. Acesso em: 12 de junho de 2019.

SCHUDSON, Michael. *The power of news*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

SHOEMAKER, Pamela J. & REESE, Stephen D. *Mediating the message: theories of influence on mass media content*. New York. Longman. 1991.

TRAQUINA, Nelson. *O poder do jornalismo: análise e textos da Teoria do Agendamento*. Coimbra: Ed. Minerva, 2000.

TUCHMAN, Gaye. *Making News: a study in the construction of reality*. New York: Free Press, 1978.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 2003.

FLAGELO DOS CORPOS: A PANDEMIA E O AGRAVAMENTO DAS PRECARIEDADES

SÔNIA CALDAS PESSOA E CARLOS MAGNO CAMARGOS
MENDONÇA

A partir da potente perspectiva que toma a realidade como afetiva, a professora e pesquisadora Sônia Caldas Pessoa (Universidade Federal de Minas Gerais) conversa como o professor e pesquisador Carlos Magno Camargos Mendonça (Universidade Federal de Minas Gerais) sobre o poder dos afetos e as possibilidades políticas que neles estão implicadas. Olhando para corpos que vivem à margem, por sua condição física e/ou mental, econômica e financeira, de identidade de gênero ou sexualidade, a pesquisadora e o pesquisador debatem como a pandemia acentua as condições de vulnerabilidade e precariedade, apresentando-se como um flagelo para estes corpos. O substantivo flagelo designa um objeto, tipo de chicote, construído para servir à práticas punitivas. Em seu sentido figurado, o flagelo é também uma forma de tortura moral, um produtor de aflições. Nesta IV Edição do projeto *Lives Cátedra Intercom*, nossos convidados ensaiam alguns modos para compreender práticas sociais, culturais, políticas e normativas se transformam em instrumentos simbólicos

de flagelação que produzem consequências materiais sobre corpos e vivências.

Sônia Caldas Pessoa: Muito obrigada Sônia Jaconi, boa noite a todos que estão conectados conosco. Esperamos que vocês estejam bem, em casa, podendo fazer o isolamento social, se cuidando e que também as suas famílias e pessoas queridas estejam a salvo, seguras e com tranquilidade nesse momento. Eu agradeço muito a Intercom, entidade da qual faço parte e tenho o prazer em ser a diretora científica adjunta, ao lado da professora Nair Prata, que é a diretora científica. As professoras Sônia Jaconi e Nair Prata são idealizadoras desse projeto, *lives* da Cátedra, e estão nos proporcionando um ambiente de reflexão, de discussão e, principalmente, um ambiente que nos mostra nesse momento a importância da ciência e das reflexões científicas para a compreensão de fenômenos como este que estamos vivendo. A ciência dever ser percebida não só na área da saúde, não apenas na área que vai trazer soluções, vacinas. A ciência está, também, na compreensão do humano, uma ciência que vai nos ajudar, nos proporcionar o entendimento daquilo que há de mais precioso no mundo onde a gente vive: a humanidade. Então, é com muito prazer que eu recebo o professor Carlos Mendonça, que é nosso colega do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, e um dos líderes de pesquisa *Núcleo de Estudos em Estéticas do Performático e Experiência Comunicacional* (NEEPEC) – parceiro do grupo de pesquisa *Afetos: Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidade*, do qual sou uma das coordenadoras. Carlos, prazer em estar com você.

Carlos Magno Camargos Mendonça: Boa noite, eu repito em minhas palavras os agradecimentos à Intercom, e agradeço, especialmente, ao *Afetos*, nosso parceiro de pesquisa, nosso vizinho de sala. É um orgulho voltar a debater com vocês e colocar em discussão esse tema que, por pressão e

também por condição, nos é tão caro: os corpos em condições de vulnerabilidade e de precariedade. Eu agradeço à professora Sônia Pessoa, parceira importante de trabalho, a oportunidade que nos oferece nesse momento. Obrigado!

SP: Nesse primeiro momento, eu gostaria de convidar a todos para repensar esse cenário que nós estamos vivendo e o isolamento social, mas não como esse isolamento social que, às vezes, é banalizado nas redes sociais digitais, um isolamento para refletir sobre as tarefas domésticas, sobre o peso do cotidiano, como diria o Michel de Certeau, um cotidiano só restrito ao nosso ambiente doméstico, da nossa casa, do nosso lar, do nosso porto seguro, do peso das tarefas de lavar, cozinhar, passar, até porque essas tarefas já fazem parte da rotina de milhares de brasileiros, que cotidianamente trabalham horas e horas por dia e se deslocam em transportes públicos com condições precárias, enfrentam horas de deslocamentos, e dão conta de uma vida como qualquer outra que é possível naquelas condições. Então, eu gostaria de convidar vocês para a gente pensar em um isolamento para além disso, o isolamento de pessoas e de grupos que estão em situação potencial de vulnerabilidades. E aqui eu vou relacionar algumas, correndo todos os riscos de deixar de fora algum grupo ou pessoas que deveriam estar aqui. Mas eu estou pensando em pessoas com deficiência, em pessoas LGBTQIA+, em pessoas negras, em pessoas que estão em situação de miséria, em pessoas que estão neste momento na idade considerada de idosos, acima de 60 anos, e um grupo ainda mais específico acima de 80 anos, e que enfrenta, nesse momento, uma situação de isolamento ainda pior, pessoas que estão à margem e que sempre tiveram que lutar por sua legitimidade, lutar pela sua própria existência. Então, eu queria começar pedindo ao Carlos para falar um pouquinho sobre diferenciação, entre um isolamento que, às vezes é debatido apenas como um incômodo cotidiano, de limitar o movimento dos nossos corpos, e esse incômodo, que

é permanente na vida de muitos grupos em situação potencial de vulnerabilidades, mas que não diz desse conforto da casa, diz de um desconforto de estar no mundo que não os quer.

CM: A gente tem nessa base dois elementos para usar como ponto de partida: o primeiro, a gente tem que entender o fato do isolamento a partir da lógica dos privilégios. Assim, estar isolado em casa, com conexão, com tecnologia, com alimentação, com segurança, é um privilégio. Com salário é um privilégio. Nem todas as pessoas estão colocadas sob as mesmas condições. A gente poderia falar de vulnerabilidades, incluindo aí, inclusive, pessoas que habitualmente não são vistas como vulneráveis, mas que por uma condição financeira e econômica, propiciada exatamente pela situação da pandemia, estariam aí com suas vulnerabilidades acentuadas, esse é um aspecto do dado. O outro, são aquelas pessoas que passam por outra condição de isolamento: pessoas que estariam em condições de habitação precárias, essas habitações em condições sanitárias ainda mais precárias, colocando-se em risco porque habitualmente a casa já expõe para elas suas condições de vulnerabilidade e de precariedade. Então, a gente deve lembrar que poder ficar em casa é um luxo, e isso já separa os corpos entre aqueles que podem e aqueles que não podem, e mesmo não podendo precisam permanecer. A esta altura, a gente vai recordar situações, por exemplo, em vilas e comunidades, em que o ambiente é compartilhado por horários, porque se todas as pessoas daquela residência estiverem no local ao mesmo tempo, não existe disponibilidade espacial. Isso não é um dado fora da curva, isso é o que acentua a curva. Então, essas pessoas estão colocadas em situação de risco na própria convivência intrafamiliar. Esse é um aspecto que a gente tem que pensar. O outro ângulo a ser observado é a condição de encontro dos corpos. Nós estamos hoje sujeitos ao resíduo do encontro. E o resíduo desse encontro é a possibilidade de uma contaminação, eu não posso tocar o

outro, eu não posso estar próximo do outro, eu não posso falar sem máscara, isso é uma outra forma de isolamento. Os corpos ainda que estejam presentes em ambientes comuns são corpos que estão isolados. Essa semana eu precisei ir ao banco para pagar uma conta presencialmente, desde o início da pandemia isso não ocorria. Foi bastante curioso porque eu cheguei ali e tinha demarcação no chão separando os corpos. As pessoas, mesmo quando terminava essa demarcação, mantinham essa distância e olhavam desconfiadas umas para as outras, para ver se ninguém se aproximava. A proximidade naquele momento era um risco, um risco social, então esse é um fator considerável. Acho que é fundamental a gente imaginar a questão do confinamento, do isolamento como privilégio ou sob a lógica de determinados privilégios. Esse é o primeiro dado. O segundo dado refere-se à importância de entender que precariedades e vulnerabilidades não são sinônimos. A partir disso, a gente vai compreender que vulneráveis todos somos diante uns dos outros. Nossa vida está em risco diante de qualquer possibilidade de contato, ou seja, a minha existência depende daqueles que convivem proximamente de mim e daqueles que não necessariamente são próximos ou conhecidos. Essa é uma condição intrínseca à existência. Entretanto, em algumas situações essa vulnerabilidade é muito acentuada ou ela é atravessada por outros marcadores sociais. Sob estas circunstâncias, a gente tem situações de precariedades. Então, eu tenho que imaginar que nós todos, no sentido de confinamento, somos vulneráveis, mas que para outros, as condições de confinamento acentuam a precariedade. Durante a conversa de hoje a gente pode nuançar como esses corpos vão encontrar então situações mais acentuadas de precariedade, inclusive a partir da sua existência cotidiana.

SP: Carlos, antes da gente entrar na temática propriamente dita, eu gostaria que nós explicássemos um pouquinho para quem nos assiste, como chegamos à definição

da temática e à relação que ela tem com a potência da discussão das precariedades neste momento e a importância de discutir isso.

CM: Pelo trabalho dos dois grupos, tanto do *NEEPEC* quanto do *Afetos*, a gente tem olhado para as vulnerabilidades e as precariedades a partir de lentes diferentes, mas com destinos finais parecidos. Então, quer dizer, o *Afetos* tem olhado também para pessoas com deficiência, além de olhar para outros corpos que estão em situação de precariedade e risco, e o *NEEPEC* tem olhado para as performances de gênero e para as formas de resistência e denúncia dessas violências que conformam essas performances. Então, para nós, por exemplo, um dos princípios é entender a ação de ódio contra um corpo como um ato comunicacional. Falar de ação de ódio é abordar não apenas a violência física. Mas dizer da negação de direitos, de estímulo ao preconceito, de isolamento, de hierarquização social, de todos esses passos nos caminhos da exclusão. Quando nós começamos a conversar sobre a possibilidade dessa *live*, nós retomamos um pouco essa perspectiva para imaginar o que seria a vivência desses corpos que, no seu cotidiano, já experimentam estados de vulnerabilidade acentuada e precariedade e as têm intensificadas diante da pandemia. Podemos dar um exemplo, imaginar corpos com deficiência que dependem de atendimentos hospitalares regulares, frequentes, e como a sua vida é alterada a partir do momento que você tem regras de convivência e restrições colocadas. Ou mesmo corpos para os quais não se pensa uma política, tais quais os corpos LGBTQI+ que estão aí colocados sem serem pensados. Então, é fundamental para nós olharmos para essas situações, para esses grupos sociais e imaginar a sua experiência acentuada por conta da pandemia. Foi daí que surgiu essa ideia. Especialmente porque esses dois termos, tanto para o *NEEPEC* quanto para o *Afetos*, são termos fundamentais: vulnerabilidades e precariedades. É importante

a gente imaginar a extensão desses termos e que eles ocorrem não apenas a partir de lógicas econômico-financeiras, mas também de condições sócio-simbólicas e de formas de inscrições na sociedade.

SP: E são essas condições que nos interessam mais de perto para esse encontro. Estamos compreendendo que as vulnerabilidades socioeconômicas são importantes, que devem ser objeto de reflexão e, para tal, deve haver política pública suficiente para o atendimento dessas populações. Mas, apenas para entendermos melhor, estamos fazendo uma marcação entre precariedades e vulnerabilidades.

CM: A gente pensa não só a precariedade, mas também a vulnerabilidade a partir dos estudos da filósofa norte-americana Judith Butler. Durante muitos anos, muitos mesmo, o mercado editorial brasileiro tinha apenas uma publicação traduzida da Butler, e mais um texto publicado numa coletânea da Guacira Lopes Louro. Esse desenho feito pelo mercado editorial, acabou por delimitar, de certa maneira, o pensamento da autora para o mercado brasileiro. Parecia que a Butler estava situada e fixada num conjunto de discussões que tem quase 30 anos. Na verdade, ali está uma pergunta que contém o nascedouro de uma linha reflexiva, uma preocupação que vai atravessar toda a sua obra: quais corpos importam, quais vidas importam? A partir do livro *Problemas de Gênero*, a filósofa vai discutir, intensamente, esta questão. Cada vez que sua produção intelectual avança, há um refino dessa ideia sob diferentes prismas, mas sempre com um pano de fundo comum que é a questão da vulnerabilidade, ou seja, os riscos impostos na nossa existência, porque eles não dependem apenas das escolhas que nós fazemos durante o nosso caminhar sobre essa terra. Esses riscos estão inscritos sob uma série de outras condições socioeconômicas, políticas, culturais e por aí vai. Então, quando a gente pensa em vulnerabilidade, a gente está pensando nessa relação entre os corpos, no modo como os

corpos existem em uma determinada sociedade, como estão ali relacionados, ou subjugados, ou submetidos. Como apontamos anteriormente, é preciso pensar como que alguns elementos se manifestam de forma mais acentuada dentre aqueles que “não merecem o luto”, para fazer alusão a um termo também da Butler. Nesse grupo reconhecemos a presença das pessoas negras sob os impactos do racismo; a imigração andina e de demais povos da América do Sul e a experiência da xenofobia no Brasil; a população LGBTQI+ e as fobias que sofre, dentre muitos outros. A gente vai ver isso em relação aos preconceitos contra as pessoas com deficiência ou corpos que sejam dissonantes daqueles corpos entendidos como normais. A precariedade, então, se inscreve no eixo corpos/sexualidades/identidades/habilidades. Em outros termos, traduzimos o eixo na sequência identidades/fisicalidades/sexualidades. O tempo todo a gente está imaginando que este eixo, este contínuo, organiza formas de poder ou formas iniciais de poder, ou seja, de onde tudo parte. A gente pode lembrar de uma reivindicação que estava sendo feita aos estudos acadêmicos à época que Butler lança essa própria ideia de quais corpos importam. Era uma reivindicação que vinha de uma série de outras pesquisas do pensamento feminista e que apontavam as estruturas de gênero, por exemplo, como as estruturas iniciais ou fundamentais do poder. Se eu penso, por exemplo, no trabalho da australiana Raewyn Connell, encontro uma reflexão sobre o ordenamento de gênero a partir de uma lógica de poder, o patriarcado, de uma lógica de produção, a divisão sexual do trabalho, e a partir de uma lógica dos afetos, o controle da sexualidade através da previsão de relações estáveis, monogâmicas e produtivas. Os corpos têm valor dentro de uma escala produtiva. Como fica a vulnerabilidade numa sociedade tão empreendedora para corpos com limitações físicas de movimentos ou para pessoas “transitadas”, em trânsitos binários ou não-binários, em pessoas em dissonâncias sexuais? Há toda uma estruturação, uma

regra, que é o limite, mas nesse caminho, as vulnerabilidades e as precariedades serão acentuadas à medida em que aquele corpo responde ou não às condições exigidas pelas estruturas de poder. Então sim, estamos falando de Butler, mas também de outras matrizes do pensamento

SP: Eu queria te ouvir, pensando nos corpos que você falou e, para ficar no âmbito das pesquisas que estão circulando no Afetos, por exemplo, sobre a experiência de um jovem negro haitiano, imigrado no Brasil; a experiência, diálogo e discurso de pessoas soropositivas; pessoas com deficiência que estão no espectro autista, então não é uma questão de mobilidade, no sentindo em que comumente se pensa, de “apenas” do deslocamento físico, mas uma questão de sensorialidade. Então, como é que essa lógica dos afetos, e também a lógica de um pensar social, podem nos ajudar diante de todas as instabilidades dos conceitos, das noções que envolvem vulnerabilidades e precariedades? Mas podem nos ajudar também a pensar sociedades que sejam menos ofensivas, que tenham menos discursos de ódios, que viabilizem um deslocar de corpos mais acolhedor para essas pessoas.

CM: Foi recentemente, e aí digo muito recentemente, que tudo isso passou a fazer questão. Os estudos da gente vão ganhando vida própria e traçando o seu caminho. Nesse correr atrás do estudo, eu tenho percebido, de um ano para cá, que é preciso debater fortemente, pelo menos sob meu arco investigativo, a ideia de diversidade de corpos e direitos sexuais como direitos humanos. Isso é fundamental porque a gente ainda tem uma perspectiva de discussão de direitos humanos sobre determinados corpos. O guarda-chuva de direitos abrigava determinadas precariedades, determinados humanos. Muitos outros corpos não apareciam no horizonte dessa humanidade, eram e são invisibilizados. Ou seja, não apareciam, não eram acolhidos sob esse guarda-chuva. Com o passar do tempo há muitas mudanças de reivindicação.

A norma é o limite e a possibilidade. Nós estamos falando especificamente de Butler, mas também de (Michel) Foucault, que nos diz assim: onde há o poder, há a resistência ao poder. Então, não há como a gente fazer alguma mudança se você não tem uma pauta de reivindicações a partir das experiências das pessoas acometidas por aquela precariedade. Essa reivindicação vai surgir a partir do momento em que alguém tem aquela vivência, experiência, momento experimentado sobre determinada situação. Recentemente, fazendo a revisão do termo experiência para a escrita de um artigo, eu li o texto de uma educadora e formadora brasileira, chamada Jane Félix, que dizia algo bastante interessante: naquele momento ela usava uma noção de experiência que tinha a ver com “aquilo que nos atravessa”. A experiência nos atravessa e continua, ela não nos persegue para chegar aos nossos corpos e estacionar neles, ela segue, nós perseguimos a experiência e isso é transformador. Esse fluxo da experiência, quando é encarado como um movimento e, como tal, força motriz para uma sociedade, traz possibilidades de reivindicações ou palcos para debates dessas reivindicações. Uma sociedade pouco permeável que não aceita as diferenças, que não reconhece as diversidades, que rechaça aquele corpo que é diferente do meu, seja por qualquer questão (etnia, orientação sexual, identidade de gênero, condição física, mental, sensível, seja lá o que for que envolva aquele corpo) vai tender ao ato verticalista da exclusão. É a espada cortando de cima a baixo, são existências que vão se tornando tão empobrecidas, tão esvaziadas de vida que nem um pobre diabo as anseia. Por quê? Porque elas tendem à finitude muito rapidamente. Não reconhecer a diversidade e como que a diversidade coloca em mobilidade os territórios existenciais, é negar a própria existência, é colocar sobre si o fio da navalha, cortando a qualquer momento. O que nós temos assistido, regularmente, é uma produção de ódio contra a diversidade. Reconhecer o

outro, seu corpo e sua existência diversa significa reconhecer que a minha vida vai além de mim. Entender-se inscrito em uma vivência coletiva é muito mais difícil do que subir no palquinho para olhar o próprio umbigo. Esse movimento de olhar o próprio umbigo baixa a cabeça, limita o campo visual, fixa o ponto de vista sob uma única perspectiva, ou seja, é empobrecedor. Voltando à pergunta, a possibilidade que nós teríamos de enriquecimento existencial reside no reconhecimento da diversidade social.

SP: E isso me parece muito importante. Essa questão da experiência. Essa semana, escrevendo um texto para um projeto de pesquisa, eu estava revisitando alguns autores que são clássicos, que são reconhecidos no mundo inteiro e que tiveram uma experiência muito forte com o corpo e que durante muitos anos não demonstraram essa experiência, não assumiram essa experiência em seus textos de pesquisa. Habermas por exemplo, em um texto tardio de 2004, narra que um dos quatro fatores que influenciaram o seu pensamento para discutir a esfera pública, a vida pública e a vida privada, foi exatamente uma cirurgia que ele teve que fazer no palato e que provocou uma série de desafios para a fala e para a comunicação dele com as crianças na escola e demais interações sociais. O Foucault, no *O Corpo Utópico*, relata muito fortemente, até com uma certa crueza, a experiência com o corpo. O Roland Barthes, no texto “A Aula”, relata que uma perda auditiva, e ele não conseguia ouvir e compreender o que estava sendo dito a ele, influenciou no afastamento de uma linguística mais dura, mais clássica em sua concepção, e o fez se aproximar da semiologia. É a experiência também conformando as experiências de pesquisa. Ainda que haja alguma resistência por parte de determinados setores, me parece que esse é um dos caminhos possíveis para que a gente possa trazer uma discussão, não simplesmente de um narrar-se, de um relato de si, mas uma discussão que valorize a experiência como uma experiência de reflexão

teórico-metodológica. Que diferença pode fazer na pesquisa a presença de um pesquisador que desnuda a sua experiência, a sua vivência, os impactos que isso trouxe para sua vida e para os estudos que ele pode realizar?

CM: A gente pode pensar uma base do pensamento científico moderno a partir de três pilares, com particularidades entre cada um deles: (Francis) Bacon, (René) Descartes e (Baruch de) Spinoza. Há no pensamento científico moderno a herança dos pensamentos cartesiano e empirista: tanto uma ideia de que só uma certa racionalidade seria capaz de produzir ciência como também uma certa condição de que comprovação seria necessária; a vida estaria o tempo inteiro sob uma organização quase métrica e comprovável. Isso acaba criando a ideia de um pesquisador que estaria distanciado o tempo todo, que poderia ser chamado, grosseiramente falando, o sujeito neutro diante da pesquisa. Por outro lado, temos o pensamento de Spinoza, que vai convocar outras discussões, aquelas que são próprias aos modos de afetação da vida. Mas como seriam esse afetos da vida? Seriam aquelas forças que têm uma condição que é capaz de nos mover positiva ou negativamente. E quando eu digo positiva e negativamente, eu marco uma diferença em relação a afeto como essa condição potencial de mobilidade dos indivíduos a partir do encontro entre a sensação e o pensamento, e afeto como uma emoção, como uma partilha sentimental. O afeto como partilha sentimental seria apenas positivo, ele seria da ordem da amizade, do amor dos amantes, do amor dos familiares. O afeto me afeta por eu existir em um mundo que está sujeito às potências. Um afeto de uma outra ordem e que podem ser positivos ou negativos. Os afetos negativos tendem para a imobilização dos corpos, a nos parar.

SP: Apenas parênteses aqui: pensar no bom e no mau encontro, que são descritos por Spinoza, a partir desses dois tipos de afetos, nos ajuda na compreensão dessa temática.

CM: Exatamente. Os bons afetos são aqueles que vão nos fazer caminhar em outro sentido, que nos aponta descobertas e tudo mais. Os bons encontros são aqueles que nos despertam dúvidas. Você não conhece por excesso de certeza. Aquilo que a gente tem certeza não exige aprofundamento, você não precisa investigar, você tem certeza. Aquilo que você duvida é preciso ser estudado, investigado, pesquisado. Neste tipo de pesquisa dissolvemos a separação entre o sujeito e o objeto para pensarmos em uma forma de pesquisa pautada na condição contínua do viver, do experimentar e do conhecer. Assim, nós não temos mais um sujeito produtor de conhecimento que confere sentido a um objeto. A gente tem uma interação entre o que ocorre na vida e quem experimenta o acontecimento da vida. E a própria apropriação do acontecimento se dará pela condição de conhecimento de quem o observa. De início a gente já percebe que não há corpo neutro diante do conhecimento, diante da pesquisa. O que eu pesquiso mobiliza a minha existência, o que eu pesquiso está inscrito na minha vida. Diante dessa perspectiva, a gente vai entender que vem daí a gana de pesquisar, que é exatamente nesse lugar o ponto de ingresso do afeto. Mas veja bem, o ponto de ingresso não é o do meu sentimento particular, individual e isolado. Não, ele reside no modo pelo qual eu percebo que aquele acontecimento altera a vida do coletivo no qual eu estou inserido, a sociedade onde vivemos, o mundo que habitamos. É uma condição para perceber que o conhecimento científico se faz por uma interação afetiva. E isso não é menos responsável ou menos rigoroso que os outros métodos que exigiriam um distanciamento, mas quer dizer: nós entendemos que o pensamento e o corpo operam conjuntamente para a produção de novos pensamentos e novos corpos.

SP: Pensando um pouco nessa trilha dos corpos, da experiência, do pensamento científico, os textos que nos instigam, eu tinha separado aqui um trechinho de um dos

ensaios da Susan Sontag, que teve câncer, mas não assumiu em seus ensaios que tratava da doença. Estou pensando também na presença da doença na nossa vida, como ela se impôs agora de um modo tão evidente que nos implica, nos impulsiona até mesmo quem sempre teve uma vida saudável e se considerava fora de grupos de risco. Mas como isso nos impacta, nos afeta nesse momento? Como são os nossos encontros com a doença? Vou pedir licença para ler um trechinho da Susan Sontag, que escreveu o seguinte: “a doença é o lado sombrio da vida, uma espécie de cidadania mais amorosa. Todas as pessoas vivas têm dupla cidadania, uma no reino da saúde, outra no reino da doença. Embora todos prefiram usar somente o bom passaporte, mais cedo ou mais tarde, cada um de nós será obrigado pelo menos por um curto período a identificar-se como cidadão de um outro país.” Carlos, nesse momento, o que a doença diz sobre a nossa sociedade? Como é que nós estamos encontrando com a doença?

CM: Eu vou recuperar um pouco da minha trajetória para poder ilustrar a fala. Eu fiz meu doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no Comunicação e Semiótica (COS), e lá eu fui orientando do professor Norval Baitello Júnior. Nós líamos um texto, nos cursos do Norval, que trabalhava a ideia da cultura produzida a partir dos corpos e não apenas a cultura enquadrada nas grandes estruturas. Um dos aspectos que me chamou a atenção, para sempre, é a ideia de que os estados corporais alterados são produtores de cultura. Nós podemos pensar isto diante das alterações de consciência decorrentes dos usos dos produtos psicodélicos, por assim dizer, que durante um bom tempo produziu ou ainda produz formas e expressões artísticas que se tornaram também manifestações culturais. Mas a gente pode pensar, também, nos corpos que estariam colocados sob o regime da sanidade e da insanidade. É muito interessante isso porque, em uma sociedade capitalista/produtivista entende-se que a

doença não faz parte do corpo, a doença é algo externo à vida, o corpo é sempre saudável, o corpo é sempre produtivo, o corpo é sempre jovem. Então, quando você vê matérias de superação no jornalismo que se dedica a esse tipo de tema é sempre assim “pessoa de 70 anos que consegue se comportar como pessoa de 30”, “o corpo de 80 que parece com um de 40”, porque a lógica é de uma produtividade inscrita em um determinado tempo, ou sob determinado recorte temporal. Essas matérias falam daquelas pessoas que “venceram” a doença, como se a doença fosse um colonizador externo ao corpo que ao chegar tomaria conta desse território existencial, tudo destruiria e, por isso, é preciso vencê-la. Não, a gente pode “vencer” a doença por uma série de questões, mas sem deixar de pensar que estar doente é um estado do corpo. Essa negação constante pautada pela saúde gorda do capital, para usar um termo de (Gilles) Deleuze, tem a ver com a nossa alienação para com o mundo; a negação de uma vivência que nos coloca em relação com o mundo e, portanto, nos vê como parte de um esquema da natureza. Não adianta a gente pensar que somos apenas o sujeito cartesiano. Não, nós somos um corpo complexo, que está colocado numa vivência sob determinadas condições e nós vamos adoecer. Nos momentos enfermos, o que a gente tem condição de experimentar é, antes de mais nada, os limites da nossa humanidade. Experimentar a nossa humanidade com o que há de bom e que tem de mau. É um bom encontro e um mau encontro, em uma perspectiva spinozista, que nós vivenciamos nesse momento pandêmico. Um bom encontro no sentido dessa força externa potente que pode transformar a nossa existência para algo melhor e imaginar, por exemplo, o modo como vivemos em sociedade. E é um mau encontro porque a partir do momento que ela tem se manifestado de forma tão potente encontramos narrativas que são propiciadamente desenvolvidas para imobilizarem as pessoas. A pandemia coloca para nós, antes de mais nada, a nossa condição de corpos. Não estamos divididos em

materialidade física e imaterialidade do pensamento. Não há uma superioridade de uma dimensão sobre a outra, o que há é uma condição igual de existência. Ou seja, o corpo é feito de matéria/pensamento. E nós estamos submetidos às forças que agem em todas as porções do corpo e não sobre uma só. A doença em si não é o negativo, ela faz parte da existência, é o que a gente precisa enfrentar.

SP: E me parece que essa separação que se faz do corpo remete a uma separação dicotômica que se costuma fazer entre corpo e mente...

CM: Saudável e não saudável...

SP: Exato, saudável e não saudável, sanidade e insanidade, entre o físico e o mental. E são questões muito delicadas porque se nós não pensamos no corpo de um modo vou dizer holístico, como o todo, nós não conseguimos entender como é que ele se localiza socialmente. E aí a nossa percepção me parece muito conectada com a lógica capitalista, do capacitismo, da produção. O capacitismo, na compreensão de Fiona Campbell, que estuda pessoas com deficiência, é julgar pessoas a partir da sua capacidade produtiva e colocar selos, etiquetas, *tags* como eu costumo dizer, naquelas pessoas que são consideradas incapazes. Assim, trazendo um pouco das minhas referências pessoais e que também influenciam fortemente o meu pesquisar, o meu estar em pesquisa: o meu filho com deficiência morreu aos 10 anos de idade e eu pude experimentar ali uma série de sensações e de possibilidades como a sociedade trata socialmente as pessoas com deficiência. Eu pude experimentar a partir da experiência com ele, nunca será a experiência que ele teve, é a minha experiência, e agora tenho experimentado com meu pai com 80 anos de idade com câncer e o estado de saúde muito delicado: a fragilidade, a vida que vai se esvaindo, que vai chegando próxima à finitude, como você colocou, não no sentido de que a morte está decretada,

mas uma finitude, um conjunto de capacidades que a sociedade considera que são determinantes para que esses sujeitos sejam reconhecidos como sociais. E onde está esse nó, Carlos? Como vencer esse desafio entre esse jogo capitalista, essa ideia do capacitismo e, ao mesmo tempo, conseguir catapultar a experiência individual para a gente pensar coletivamente essas precariedades?

CM: A Juliana acabou de postar uma mensagem aqui no bate-papo na qual ela recupera o livro *Vigiar e Punir*, do Foucault, sobre as medidas de controle feitas ao final do século XVII. Fazendo uma analogia simplista, a título de um quadro ilustrativo, aquele seria o momento onde o Estado entra nas casas e regula as formas de experiência entre os corpos: a intimidade vai para onde? O coletivo vai para onde? Quem vive assim? A “limpeza” da casa está organizada sob condições biopolíticas. Ou seja, as novas estruturas estavam pensadas politicamente, estabelecendo condições existenciais, formas de controle dos corpo, princípios de saúde, maneiras de aceleração e ampliação da produtividade, guias para o reconhecimento social e mais uma infinidade de elementos que estavam enredados à biopolítica. É interessante a gente observar algumas coisas. Eu estava antes da pandemia dando uma volta pela cidade, uma volta aleatória, e passei onde vai ser o novo hospital do câncer em Belo Horizonte, onde era o antigo Instituto dos Olhos, no alto da Avenida Afonsa Pena. Houve um incômodo com a construção daquele hospital na região: o tipo de população que passaria a frequentar o espaço - nós estamos falando de um espaço que passaria a ter uma vivência atravessada por sujeitos que não são tão “produtivos”, para usar esse termo. Lidar com esses corpos próximos da finitude é um dado. Agora há um outro dado. Um amigo meu me falou assim: “Ah quando eu era jovem, as pessoas adoeciam e morriam, hoje as pessoas vão durando, durando, durando, elas não morrem. Eu fico vendo (ele é paulista) o Hospital Albert

Einstein, as pessoas são internadas lá e vão existindo, a vida vai sendo estirada”. Se por um lado há a negação daquele corpo porque ele não vai ser mais produtivo, por outro, aquele corpo é absolutamente vendável para o mercado da doença. Isso é muito maluco. A duração do corpo não tem a ver, necessariamente, com uma experiência positiva do corpo sob essa perspectiva. Muitas das vezes ele é o corpo manipulado apenas por esses procedimentos. Isso não vai significar o reconhecimento dessa importância. Às vezes porque a vida, no seu sentido mais pleno, já desapareceu daquele corpo e resta ali uma condição em que ele vai ser um processador de fármacos ou de procedimentos quase robóticos, médico-robóticos, biônicos, por assim dizer. Então, a gente tem que tentar imaginar onde está o meandro no qual se reconhece que o corpo é falível, que o corpo é frágil e isto é tão importante quanto reconhecer que ele é potente. É isso que dá o equilíbrio. O equilíbrio não ocorre ao imaginar que esse corpo frágil estará colocado ao dispor de uma série de tratamentos que não recuperarão a vida, mas apenas farão uma existência alongada. Alguém comentou no bate-papo da *live* algo assim: “pessoas diferenciadas, como noticiaram aqui em São Paulo, não queriam que o metrô chegasse em Higienópolis”. Exatamente assim como “pessoas diferenciadas” não queriam que o metrô chegasse ao bairro do Leblon, no Rio de Janeiro. Sobre a chegada do metrô vindo da periferia à Zona Sul do Rio de Janeiro, Chico Buarque escreveu uma música chamada *Caravanas*, que dá nome ao disco, na qual a letra fala: “Não há barreira que retenha esses estranhos (...) Com negros torsos nus deixam em polvorosa a gente ordeira e virtuosa que apela para a polícia despachar de volta o populacho pra favela (...)”. Quando toda essa discussão nos aparece, está colocada à mesa a urgência da busca pela compreensão do que é a vida para cada corpo. Isso que você chamou de uma existência individual deve sempre ser percebida coletivamente. Na maioria das vezes, a gente tem, de maneira bastante acentuada, uma coletividade

que se impõe sobre os corpos sem a menor consideração pela vida daquele corpo e por suas individualidades.

SP: É uma coletividade que nem sempre é maioria, mas uma coletividade que tem o poder de se impor sobre os outros corpos.

CM: Exatamente. A gente tem que entender que recebemos em muitas das vezes uma escolha pronta, que não é nossa; ela muitas vezes nos é vendida como uma escolha nossa, como um desejo nosso. É também estar vulnerável quando a gente está diante dessa oferta, é também ser vulnerável quando a gente está imposto pela saúde gorda do capital, é também ser vulnerável quando o nosso prazer é considerado o lugar do pecado ou da incorreção, é também estar vulnerável e precariamente experimentado na vida, quando você, por vários marcadores sociais, tem a sua vida menos valorizada e colocada diante do tribunal da morte. E isso é largamente comunicado para dizer para as outras pessoas: vejam bem, quem não vive assim terá este final. E a gente vai ver isso com índios, com pessoas negras, com pessoas LGBTQI+, com pessoas com deficiência, com pessoas pobres, com pessoas na linha da miséria, enfim, uma série de sujeitos sociais, de agentes sociais que estão aí acometidos.

SP: E tem impactado muito você, acho que em todos os comentários até o momento, você vem abordando nessa questão, mas a gente ainda não falou diretamente sobre ela. E tem me impactado muito, perceber a vida como número, como estatística, então esse encontro com a doença me parece que, especialmente no Brasil, tem diferenciado as pessoas entre número de vivos e número de mortos, e assim nós estamos nos acostumando a contabilizar vidas como se não fossem humanas. Uma série de reações como se não fossem dignas, como se aqueles corpos não importassem, como se fossem apenas um amontoado de dados estatísticos, como se nós não estivéssemos em um campo onde os humanos são seres, são

corpos que merecem viver. Eu fico me perguntando como é que esse estado de coisas se instala e, na minha avaliação, não é algo que se instala somente no momento de pandemia, mas é algo que vem se instalando numa construção social que a gente vem fazendo em relação à diversidade. Nesse caso, a doença, a pessoa com a doença, é aquela que não importa, é aquela que para uma concepção como essa pode ser descartada.

CM: Tem algumas falas que são aparentemente polêmicas, mas se a gente vai à raiz da fala percebe que a coisa está alguns passos atrás. Eu vou pegar dois pontos: um deles diz respeito ao número de pessoas mortas pelo Covid-19 diariamente. Quando a gente teve a fatalidade de Brumadinho, decorrente do crime ambiental que ali ocorreu, houve um número de mortes que hoje representa a metade do número diário de mortos por Covid-19. E foi interessante porque quando meu marido estava fazendo, nas pesquisas dele, a contabilidade de casos e de mortes por dia, bem como acompanhando as matérias em torno disso, comentamos que, se observarmos os números da pandemia e os das tragédias resultantes de crimes ambientais, logo chegaríamos a ter um montante diário maior de óbitos pela doença do que nas tragédias decorrentes dos crimes ambientais. Poucos dias depois, isso foi tema na escalada do *Jornal Nacional*; o (William) Bonner abriu a edição falando exatamente isso: o número diário de mortos por Covid-19, no Brasil, naquela época ainda 400 pessoas estavam morrendo por dia, era maior do que o número de vítimas fatais do desastre de Brumadinho. E é bastante interessante quando a gente pensa a noção de acontecimento, seja por Louis Quéré ou por Gilles Deleuze, encontramos nela um fundo comum que é aquilo que está fora da linha do cotidiano, aquele dado que emerge da linha do cotidiano e se diferencia a ponto de chamar atenção. No caso da curva tão falada da pandemia e do número de mortos, é interessante porque ela vai subindo numericamente, mas em termos da produção de afetos, ela vai

se planificando, parece que vai ficando menos importante o número de pessoas mortas a cada dia. É isso que você falou, parece que aquele número não diz respeito a corpos, ele diz respeito a fichas de inscrição, números de registro, eles estão esvaziados de existência. Esse é um dado bastante perigoso: acostumar-se com a morte. O outro aspecto desse quadro sinistro é a eleição da vida. Semana passada começaram a falar dos procedimentos para ocupação dos respiradores. As lógicas desenvolvidas para selecionar quem iria para o respirador deveriam observar quem era mais jovem, quem era mais velho, quem responderia ao tratamento, quem não possivelmente não responderia, quem tem essa condição e quem não tem. As pessoas diziam assim: “olha, que absurdo, estão escolhendo!” Não, a escolha não está sendo feita agora. A escolha foi feita lá trás, a escolha está feita muito anteriormente. Nós estamos escolhendo em torno de quem tem acesso ao sistema de saúde, quem não tem, quem está em tal localidade e quem não está, quem pode ficar em casa e quem não pode, quem perdeu renda e quem não perdeu. Você tem uma série de marcadores sociais e econômicos atravessando essa vida. Estes marcadores selecionam quem pode adoecer e quem não pode. Só que o vírus não faz discriminação, o vírus afeta todo mundo, o que vai demarcar a discriminação são os marcadores sociais e as condições de vida das pessoas. A ideia de uma seleção para quem vive e para quem morre nesse processo já está posta. Estou chamando a atenção para um problema que é: não apenas imaginar a vulnerabilidade como uma condição, mas imaginar a vulnerabilidade como uma categoria conceitual capaz de revelar determinadas condições existenciais. Por isso, pessoas em estados de vulnerabilidade e precariedade sofrem com a pandemia um flagelo ainda maior sobre seus corpos.

SP: Você falando me vem a cabeça várias imagens que me afetaram muito de cadáveres sendo colocados em caixões de papelão e sendo enterrados em Manaus uns em cima dos

outros, dez caixões na mesma cova de pessoas desconhecidas sem que a família pudesse participar daquele momento ali de despedida de suas pessoas queridas, ou corpos sendo colocados em pistas de patinação em Madri, nas ruas de Guaiaquil, no Equador. Os corpos indistinta e indiscriminadamente, nesses casos, sendo jogados como se fossem lixo, como se fossem descartáveis e pudessem estar em qualquer lugar. E aí eu vou fazendo um outro exercício para pensar no impacto de uma sociedade que não assume, e para usar uma palavra que é muito delicada, muito antipática, não aceita, não lida com a diversidade de frente, de um modo efetivo, respeitoso, não reconhece essa diversidade dos corpos. Isso me parece ainda mais impactante do ponto de vista de uma ética do cuidado, que é necessária nesse momento para esses diversos grupos que mencionamos aqui e muitos outros que não tivemos condição de mencionar. Mas me parece que a ética do cuidado - eu escrevi um pouco sobre isso com a Isabella Paes, em um livro que foi publicado na França; o nosso colega da UFMG, o professor Marco Aurélio Máximo Prado gravou recentemente um vídeo também alertando sobre a necessidade de uma ética do cuidado para as populações que estão inscritas num amplo campo da diversidade. Como lidar com uma ética do cuidado em um momento em que tantas atitudes escancaradas de descuido são colocadas na nossa face?

CM: Eu vou falar de uma questão que parece desconectada com isso, mas que tem uma conexão. A professora Nair Prata fez um comentário aqui no bate-papo: “Há um dito que diz assim: quero viver, não quero durar, viver é diferente de durar?” Sim, viver é diferente de durar, durar na existência não implica necessariamente ter condições de vida na existência. E a partir daí que eu gostaria de pensar algumas práticas discursivas. Por isso que eu disse que talvez pareça desconectado, mas eu vou tentar me fazer entender. Para isso retomarei à retórica de Aristóteles, de modo bastante conciso, para pensar três

termos: *pathos*, *logos* e *ethos*. Vou pensar a ideia do *logos* como essa reivindicação a uma certa racionalidade que a gente tem visto nos discursos, um *pathos* com essa mobilização sensível sobre os corpos e o *ethos* com essa possibilidade ética para reconhecer os corpos e sua importância. Então numa ética do cuidado, pensando aqui numa perspectiva discursiva, quando a gente escuta assim: “pessoas vão morrer, mas as pessoas morrem”, estamos diante de um descompromisso ético para com a vida e os cuidados que ela inspira.

SP: É como a gente ouve constantemente diante das tantas mil pessoas morreram vítimas da Covid-19, “ah é a vida”.

CM: Exatamente, e aí eu tenho que lembrar que o *logos* de quem anuncia o discurso está dado por sua condição de autoridade que é transferida à fala; o *pathos* pela identificação com aqueles que concederam a oportunidade do “inquilino provisório do cargo” fazer determinada fala; e o *ethos* surge no momento em que você reconhece o descompromisso com aqueles que morreram. Quer dizer, a ética do cuidado está colocada aí numa condição de reconhecimento das resistências como dignas de luto, de cuidado, de reconhecimento de vida e não apenas de duração porque na duração eu poderia dizer: deixou de durar, o que quer durar em mim? É somente o que quer viver? Eu posso me perguntar. Então, nesse sentido vamos imaginar uma ética do cuidado ao reconhecer a existência e a importância daquela vida ou ainda reconhecer que aquela existência tem valor como tantas outras que eu valorizo. Então, não significa com o dizer “claro pessoas morrem, pessoas morreram em razão do abandono estatal; pessoas morreram durante a gripe espanhola; por que vou ficar carregando o passado das pessoas que morreram na ditadura?” Porque se tem um elemento positivo na experiência é a memória, os animais humanos são diferentes dos animais não-humanos também por sua capacidade de memória e de articulação e expressão da memória nas formas da linguagem. Pensar como essas pessoas

estão inscritas nas retóricas discursivas é fundamental para entender o reconhecimento ético ou não dessas pessoas. Quer dizer, quando a gente observar, e eu insisto muito nisso, que os atos de ódio são atos comunicativos, eles não pretendem apenas atingir um corpo, mas eles pretendem que esse corpo seja esgarçado em praça pública para que ele sirva de exemplo, nesse caso ele estão sendo apagados para que eles voltem a ser apenas números. Eu vivo invocando as questões da minha experiência, da minha vivência para falar dos temas que estudo. Claro, eu sou alguém que olha para o mundo pelas lentes das pesquisas afetivas. Há muitos anos, eu tive um amigo que morreu em um acidente e esse foi meu primeiro contato com uma morte na via pública. Nós fomos para o local do acidente, o corpo ainda estava lá, acompanhei o recolhimento do corpo, a condução ao IML (Instituto Médico Legal) e, ao final, alguém tinha que entrar para fazer o reconhecimento do corpo. E eu o fiz. Me causou espécie quando cheguei, me identifiquei e falei qual corpo eu iria reconhecer, a atendente gritou para quem estava lá dentro “fulano, o corpo número tal tal tal tal (...) quem vai fazer o parecer chegou”. Não foi a expressão “parecer (estou usando um termo aqui comum entre nós acadêmicos) quem faria o reconhecimento” que me surpreendeu. Naquele momento eu cheguei junto ao corpo e havia um número amarrado na maca. Olhei e eu fui ao balcão e disse: “o número tal é realmente a pessoa”; a forma como comuniquei o meu “parecer” me surpreendeu. Então veja bem, aquele corpo já estava esvaziado da existência para aqueles que despachavam vários corpos na madrugada de sexta-feira, que foi o dia do acidente. Mas para quem o receberia no outro dia, ele era um corpo repleto de memórias e de sentimentos que não foram encerrados porque aquele corpo deixou de durar. Ele deixou de durar, mas ele seguia existindo. Quando eu digo que “morrem, é a vida, as pessoas vão morrer”, não, não morrem do mesmo jeito para todo mundo, e isso é uma

crueidade porque você passa a negar a duração e a existência, é uma dupla negação.

SP: E passa a negar uma série de afetações nas vidas das pessoas com as quais esse corpo se relacionava. O corpo estava inscrito, são familiares, amigos, amantes, companheiros, parceiros, filhos, enfim, é como se a finitude do corpo fosse determinar também a finitude de uma série de afetações que vão impactar, possivelmente, e eu posso dizer pela experiência da morte do meu filho, o resto da sua vida.

PERFORMANCES EM REDE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: PRESENÇA E NOSTALGIA NO ISOLAMENTO SOCIAL

DANIELLY BEZERRA, GABRIELA ALMEIDA, JORGE
CARDOSO FILHO, LUCIANA OLIVEIRA E THIAGO
SOARES

Introdução

O acontecimento da pandemia do Coronavírus no ano de 2020 suspendeu o mundo em um estado de anormalidade, com habitações e partilhas refeitas diante da lógica necessária do distanciamento social. Com uma série de expressões ainda não vistas, o consumo e as relações em quarentena trouxeram formas outras de presença e interação. É na fragorosa crise sanitária do século XXI que a sociabilidade se vê chacoalhada, e surgem, então, novos fenômenos que despertam o olhar reflexivo da Comunicação. Para expandi-los em uma conversa amigável, este texto discute a presença, a nostalgia e a articulação em múltiplas plataformas de expressão de anseios, medos e juízos.

Em formato de entrevista, as ideias apresentadas nesse espaço são o resgate do debate ocorrido em 19 de maio de 2020, organizado pelo Grupo de Pesquisa Estéticas, Políticas do Corpo e Gêneros da INTERCOM. Logo após a atividade,

os quatro colegas de profissão e amigos se mantiveram online, para celebrar a oportunidade de estarem, mais uma vez, juntos, mesmo que de maneira remota. Optamos, neste texto final, por apresentar um formato híbrido, no qual as informações compartilhadas durante o debate foram organizadas com um grau de fabulação, tecido com a vantagem de poder refletir posteriormente sobre os acontecimentos e com o olhar mais distanciado da entrevistadora, Danielly Bezerra, convidada para contribuir nessa organização final. Esperamos que o resultado seja útil para aqueles que buscam desenvolver trabalhos de reflexão e pesquisa sobre as experiências sociais durante a pandemia de Covid-19, no Brasil, mas também com quem pesquisa nos temas da performance e presença.

Origem da proposição

Danielly Bezerra: Por que propor uma mesa de debate com esse tema “Performances em rede durante a pandemia de Covid-19”? O que vocês esperavam poder discutir naquele momento, em que ainda estávamos no início da pandemia no Brasil?

Jorge Cardoso Filho: É mesmo uma pergunta importante porque nós estávamos ainda muito sob o efeito imediato de vivermos “privados” da possibilidade de contato com público. Então esperávamos que o debate pudesse dar oportunidade de refletirmos juntos sobre aqueles aspectos que pareciam muito centrais para quem estava vivendo em isolamento social. Quando seria possível contato com outros corpos presentes? Por que aquelas experiências de nostalgia constante? Seria necessário o desenvolvimento de maiores camadas de performance na vida social digital? Tudo isso se relaciona aos aspectos da experiência estética e políticos dos corpos e, portanto, dizem respeito ao tipo de discussão que nos interessa no grupo de pesquisa Estéticas, Políticas do Corpo e Gêneros.

Luciana Xavier: As manifestações artísticas e culturais, nesse contexto, têm sido impactadas pelo isolamento social. E chamam a atenção as maneiras pelas quais a mediação tecnológica têm sido operacionalizadas para o seu consumo. Pensando em momentos de ruptura, a cultura sai da condição de possibilidade para a condição de necessidade. Pensando na gripe de 1918, a pandemia gerou uma sociedade mais permissiva, mais aberta e que valoriza o prazer e a diversão. E estamos vendo agora, durante a pandemia do Covid-19, a importância da cultura e do entretenimento, sobretudo da mídia e da cultura popular massiva, em especial. Apesar dos prejuízos com fechamentos de cinemas e teatros, cancelamentos de shows, na crise do showbusiness mais tradicional, percebemos o surgimento de novas formas de entretenimento e a consagração do consumo da cultura digital. Isso nos fez pensar que seria uma boa chance de pautar esse debate das performances em rede.

Gabriela Almeida: Estávamos nos sentindo presos num eterno presente. Os dias eram quase sempre iguais. Qualquer coisa que acontecia na semana passada parecia que tinha sido há meses. Nos confundíamos com os dias da semana e não conseguíamos enxergar o futuro. Era praticamente impossível fazer planos. Ao mesmo tempo, como alguém que dedica atenção às relações entre estética e política, estava pensando muito sobre os regimes que atuam sobre os corpos, de um lado autorizando a morte com a ausência de políticas públicas efetivas de combate à pandemia e o incentivo à uma exposição suicida e, do outro, num nível micropolítico, os mesmos regimes atuando sobre os corpos e subjetividades aniquilando o desejo e colocando em cena uma questão fundamental: “o que eu posso querer nesse momento, no Brasil de Bolsonaro e de pandemia, além de estar viva?”. Estar viva é bastante, mas é pouco. Me parece que ambas as formas de violência produziam consequências de longo prazo

que ainda éramos (e ainda não somos) capazes de perceber, mas sabíamos que deviam ser compartilhadas com um grupo maior de pessoas, por isso o tema dessas performances em rede pareceu importante para nós.

DB: Mas o que seriam essas performances?

Thiago Soares: A noção de Performance já conta com um largo conjunto de reflexões no campo da Comunicação no Brasil. Dos estudos em torno da espetacularização do eu, passando por um debate mais circunscrito às redes sociais digitais, tangenciando as performances de gosto e as formas de encenação dos afetos por fãs, para citar apenas alguns dos importantes trabalhos. Parece-nos relevante fazer novos movimentos teóricos na tentativa de promover reordenamentos conceituais e avanços metodológicos. Performances midiáticas são acionamentos corporais de sujeitos em ambientes de mídia envolvendo a formação de uma “vida cênica” em contextos de alta visibilidade e a construção de redes de sentido do biográfico, ou seja, o vivido e o relatado, em dinâmicas cotidianas. Performances midiáticas, na medida em que se projetam para o Outro, formam espaços especulativos de exibição, articulando prazer e convivência mas também vigilância, controle e punição. Pressupõem valores ligados ao narcisismo e ao individualismo, mas também à conjunção e aproximação, promovendo atravessamentos de mídias e enlaces entre a vida comum, as indústrias da cultura e do entretenimento e conglomerados transnacionais de mídias.

Num contexto de redes sociais digitais, a mudança de estatuto afetivo, a concordância com linhagens políticas, a crítica a produtos culturais, entre outras disposições performativas, instauram estatutos relacionais entre sujeitos: acionam aproximações, afastamentos, rompimento de laços de amizade, engajamentos e comunhão. O estatuto performativo das ações em redes sociais digitais criou espaços liminares

no tecido social, entendendo a liminaridade como esfera limítrofe nos ritos de passagem do vivido e de suas relações com outras ambiências do social e ainda com o reordenamento das mobilizações em torno dos sujeitos que protagonizam o performativo.

JCF: Para nós foi interessante perceber como, durante a pandemia, exacerbou-se a dimensão performática do capitalismo, em função da indisponibilidade momentânea das experiências presenciais. No capitalismo contemporâneo, o produto a ser vendido é a experiência com algo (ir ao show, ir ao evento). Nessa circunstância, a valorização da presença de corpos é fundamental. No capitalismo de experiência há uma demanda crescente por essas ocasiões onde os corpos se encontram (mesmo passando por variados processos de exclusão em função das estruturas sociais) porque faz parte deste modelo uma noção de presença física, de fato. Associado ao processo de construção do produto no capitalismo de experiência, está uma dimensão de consumo performático deste produto que chamamos de capitalismo de performance. Durante o consumo do produto, emula-se de maneira intensificada a experiência com algo, restituída a partir de comportamentos restaurados reconhecíveis e organizados mediante signos específicos. Nossas relações com empresas, marcas e até celebridades se tornaram amplamente marcadas pelo modo como elas se comportam, nesse âmbito do capitalismo de performance, em relação a determinados temas. A rede de restaurantes Madero, por exemplo, sofreu duras críticas após uma manifestação de seu CEO, que era contrário às medidas de isolamento social durante a pandemia porque afirmava que a economia brasileira não aguentaria um lockdown. Até mesmo mesmo o grupo Folha de São Paulo, que, ao se posicionar de forma a defender as medidas sanitárias recomendadas, passou a ser chamado pejorativamente de “imprensa comunista” por apoiadores do governo Bolsonaro, sobretudo nas redes digitais.

LX: Me parece que estamos redefinindo a fruição coletiva e nossas performatizações de gosto, ao mesmo tempo em que demarcamos nossa individualidade de várias maneiras. Estamos reconfigurando o self nos ambientes digitais e reafirmando nossa presença - mesmo que seja uma presença mediada digitalmente em sites de redes sociais, por exemplo. E também estamos consumindo, claro. Postamos fotos e stories vendo lives no Instagram (sendo que todos têm acesso à mesma live quando, por exemplo, o evento está sendo disponibilizado gratuitamente no Youtube), comentamos e brigamos sobre a live no Facebook, percebemos outros aspectos do show no Twitter que não vimos na hora (como o tombo de Ludmilla na piscina durante o show ou o comentário transfóbico de Marília Mendonça no meio da transmissão). Essa conversação coletiva aponta para exercícios de distinção de alguma outra ordem, já que a maioria das pessoas com acesso à Internet pode ter acesso ao mesmo conteúdo, demonstrando publicamente um certo tipo de capital cultural (“estou tendo essa experiência, que outros têm também”). Isso evidencia não só o pertencimento a uma coletividade, demarcado pelo sentimento de “estar junto e ao vivo”, ainda que os sujeitos estejam corporalmente isolados, como também um exercício coletivo e público de felicidade (ainda que choremos durante a live de Marília Mendonça). São vários os efeitos de presença e partilha de uma experiência coletiva, marcados por disputas, consensos e descobertas sobre os outros e sobre nós mesmos.

A produção e a performance

DB: Então, podemos pensar que há uma relação forte entre as performances em rede e o sistema de produção capitalista.

JCF: Sim, sem dúvida. As indústrias de entretenimento parecem estar encontrando alternativas para reinventar o capitalismo durante a pandemia e que certamente trazem

incidências marcantes, mesmo num cenário posterior, ampliando as assimetrias entre os já consolidados e os ainda em busca de espaço. Um elemento que me instigou muito a pensar no papel que desempenhamos neste capitalismo de performance foram as iniciativas encontradas pelas ligas de futebol mundial, sobretudo a Bundesliga (que voltou às atividades em meados de maio), para promover a simulação da presença dos torcedores no estádios com placas de PVC. O que me fez pensar que, mesmo com toda espetacularização do futebol mundial e da indústria de entretenimento, de maneira geral, há uma função a ser cumprida por um determinado público presente - que, na situação da pandemia, não está disponível. Inclusive, passou-se a simular os cânticos das torcidas nos estádios e ginásios, a fim de que a transmissão esportiva não rompesse tanto com o padrão de performance reconhecido pelos telespectadores. Ou seja, sem essa performance co-presente, a mercadoria perde um pouco de seu caráter mágico e fascinante.

LX: Essa é uma estratégia que evidencia o processo de comodificação da subjetividade pela emulação do estar junto, que tem operado no interior capitalismo de experiência. O Brasil é um dos maiores países em consumo de serviços digitais do mundo. E a taxa de engajamento aqui é enorme, ainda que acessar internet de banda larga seja um privilégio de poucos. O acesso à internet no Brasil ainda é extremamente precário - quase 46 milhões de brasileiros não possuem conexão, segundo o levantamento do IBGE realizado no quarto trimestre de 2018 por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

DB: É possível reconhecer, não somente nas figuras públicas, mas nas redes pessoais dos indivíduos, trejeitos de uma constante teatralização da própria vida pessoal, de simples postagens de fotos à construção de toda uma narrativa para envolver o pequeno circuito de seguidores?

TS: Uma questão cara para aqueles que se desafiam a entender o tempo presente em pleno *real time* do contexto sanitário caótico é buscar compreender o que ocorre quando o ecossistema midiático é tomado pela pauta da pandemia do Coronavírus, onde sujeitos célebres narram suas vivências com a doença. Seriam roteiros performáticos e pactos discursivos construídos por e para essas existências tão particulares - em rede, em epidemia global e generalizada? A hipótese que se desenha é que sim: ao performatizarem a doença em suas redes sociais digitais as celebridades despertaram uma face de sensibilidade no público que ancora, a partir de então, a posição de fragilidade na construção narrativa daquela doença (a ver as capas de jornais e revistas que retratam, em comiseração, as dificuldades de vida que se tornarão associadas àquele quadro patológico dali em diante). Além desse aspecto, a exposição performática das celebridades brasileiras dos exemplos de contágio trazidos - a digital influencer Gabriela Pugliesi, conhecida por “musa fitness”, a cantora Preta Gil, e a atriz Fernanda Paes Leme - acentuaram a percepção de uma ideia de desigualdade no Brasil a partir das possibilidades e recursos que cercam o grupo desta classe social por si só. O impacto dessas formas de descrever e encenar a doença será, com efeito, determinante no imaginário dos circulantes dessas redes sociais digitais.

O performativo é, portanto, central no debate sobre teatralidade, na medida em que faz ressaltar o aspecto declaratório e temporal dos atos. No caso da pandemia do Coronavírus, trata-se do momento em que se “diz” a doença, em que ela é anunciada, e das instâncias performativas do ato. Reconhecer a teatralidade no debate sobre cenas enunciativas pressupõe enfrentar as diferentes espacialidades e ambiências de onde emergem estas ações e como o especular integra o próprio espaço. No ambiente midiático, a noção de intenção (que é tão cara à ideia de teatralidade) aparece como

uma perspectiva que nos coloca diante do apagamento da transparência das ações. Ressaltam-se, portanto, as conexões entre o que se evidencia e um invisível-intencional que está presente a partir da aparição.

GA: Tomemos aqui o exemplo do Instagram. A rede passa a ter outra função além do registro cotidiano do agora e passa a ser um lugar onde todo dia é dia de “throwback thursday” (de sigla TBT, para o sentido ‘Quinta-feira da nostalgia’). E acho que isso não tem a ver apenas com essa memória afetiva que as fotos de viagens, no caso, podem evocar, mas também a uma certa sensação de que nada no presente é interessante o suficiente para compor as performances na rede. As fotos de viagens acionam um elemento de distinção que está ligado a um certo imaginário cosmopolita associado a determinados lugares que produz distinção de gosto e também econômica, e essas imagens ajudam a compor algo da ordem do extraordinário da vida de cada um. Dificilmente uma foto antiga é de uma viagem a Feira de Santana – e aqui não há nenhum juízo sobre a cidade em si, e sim sobre o fato de que existe um capital associado a determinados lugares e a outros não e, nesse sentido, Feira de Santana não é um lugar desejável. Certamente é um recorte que percebo a partir da minha própria experiência de acesso ao Instagram e de contatos com pessoas que em geral são jovens e adultos de classe média ligados ao contexto universitário (seja na condição de alunos ou de professores), além de profissionais liberais e artistas, para quem a evocação de uma certa ideia de cosmopolitismo parece muito central. As fotos costumam ser de viagens internacionais, especialmente cidades importantes europeias ou lugares como Nova Iorque, Buenos Aires, São Paulo ou Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que performo, a rede também performa para mim. Mas a evocação do cosmopolitismo e da distinção aparece não só nas fotos de viagens, mas também nas manifestações de gosto no consumo cultural: o que as pessoas

querem mostrar que consomem, especialmente na música, no cinema e na literatura, durante a pandemia.

Experiência e Nostalgia

DB: E esse sentimento de nostalgia que experimentamos durante o isolamento social se articula a tais performances...

GA: Não assumo o sentido conservador e perigoso do termo nostalgia como desejo de retorno a um passado idealizado ou um mundo anterior, e sim como experiência no presente resultante do acionamento de uma memória afetiva relativa a lugares e pessoas que nos fizeram companhia. Uma memória que se torna pública e compartilhada nas redes sociais e passa a integrar o gesto performativo do sujeito nessas redes, especialmente no Instagram. Há um sentido não-conservador para a nostalgia que está presente em alguns autores que relacionam nostalgia e melancolia, inclusive.

Já no caso da melancolia, existem dois enquadramentos vigentes mais comuns para o termo, que são antagônicos e têm diferentes implicações: de um lado, o enquadramento oriundo da patologização da melancolia, que em alguns círculos psiquiátricos pode ser vista como uma forma de depressão. Do outro, a melancolia como uma sensibilidade, uma forma de estar no mundo com uma capacidade reflexiva que se manifesta principalmente sob a forma da ironia ou da utopia e sob uma percepção de insuficiência absoluta do presente.

Subjacente a esse enquadramento, está o entendimento de que a melancolia seria uma sensibilidade reservada, segundo André Antonio Barbosa (2013), “aos gênios sofisticados que resistem dolorosamente à banalidade da ordem corrente”.

O interessante é pensar os cruzamentos possíveis entre nostalgia e melancolia não como fuga ou escape do presente, mas como sensibilidades que, em um momento de absoluta exceção – no caso do Brasil, dupla: a pandemia e o governo – convocam fortemente o desejo. Nesse momento que estamos

vivendo, desejar é bastante coisa, ainda que esse desejo se dirija a outro lugar ou, nesse caso, a outro tempo. Num sentido então bastante benjaminiano, é possível pensar que a nostalgia pode se constituir como forma de escapar do otimismo do progresso, como afastamento defensivo do presente e evidência da perda de fé no futuro.

LX: Esse isolamento se mostrou absolutamente eficiente para o consumo de realities, especialmente daqueles em que pessoas também estão confinadas como o BBB, The Circle, Casamento às Cegas. Se antes havia um fascínio e estranhamento sobre o confinamento, agora há identificação. E o aspecto conversacional foi amplificado pelas redes, chegando a comemorações públicas, como em um campeonato de futebol, quando dado participante sai ou vence o programa. Um exemplo é como essa conversa coletiva potencializada pelo isolamento - porque precisamos mais de contato virtual e conversas online agora - catapultou a audiência e a intensidade da experiência durante a transmissão do BBB neste ano de 2020. Intensificou-se o efeito do ‘sentir-se dentro da casa’, vivenciando com os outros participantes o conflito, enquanto afirmávamos individual e politicamente ao nos identificarmos com dados personagens-participantes. Via redes sociais, manifestamos nossas opiniões dentro de uma coletividade de telespectadores, e até alteramos o roteiro do programa, não apenas nos momentos de votação, mas na construção de protagonistas e antagonistas que variavam de acordo com a história ali contada.

Presença e corpo

DB: Corpos presentes se tornaram uma demanda, certo? Comentem um pouco mais sobre isso.

LX: Exato. Ao fruirmos esses produtos culturais e partilharmos coletivamente os processos de apreensão e

produção de sentidos, nós sempre temos a possibilidade de nos perder naquela manifestação que está ocorrendo. Isso é um aspecto que constitui a experiência e que evidencia a presença do outro e a nossa própria. Assim, apesar da facilidade, inédita, de estarmos juntos via ambiente digital sem estarmos presentes fisicamente, percebemos que, enquanto espécie, precisamos de toque, de contato físico, e especialmente do contato com o diferente. Não só por uma questão de saúde mental, mas social. Isolamento gera fragilidade, medo e intolerância. A gente precisa do ao vivo sendo ao vivo mesmo. Pode ser óbvio, mas não estávamos valorizando isso antes da pandemia. Talvez estejamos criando outras maneiras de fruir a coletividade, a cultura e o entretenimento. Se a pandemia aponta para o acontecimento imponderável e para a fragilidade da existência, a cultura é aquilo que preenche o vazio, é a cola das nossas fraturas e tem o poder de nos unir aos outros, nos fazendo pertencer a alguma coisa, e nos lembrando que a vida permanece.

TS: Não só os corpos presentes, mas o próprio regime de verdade mudou. Como apontou Igor Sacramento, no contexto de disseminação da pandemia e diante do amplo acesso às redes sociais digitais, a vivências pessoais têm legitimado o conhecimento próprio frente à verdade apresentada pelo outro. É intensamente valorizada um tipo distinto de autoridade: a autoridade experiencial. “Ela enfatiza o caráter testemunhal: eu vivi, eu sei. Produz na primeira pessoa (naquele que viu, viveu, sentiu) da experiência e da narrativa de um determinado acontecimento a origem da verdade ou um documento de que o narrado realmente existiu” (SACRAMENTO, 2018, p. 5). Para Sacramento, a experiência evoca uma presença participativa, um contato sensível com o mundo a ser compreendido, uma relação de afinidade emocional, uma concretude de percepção. O que a guinada subjetiva da cultura contemporânea diz está relacionado à primeira acepção de experiência: na configuração

de um sistema de produção enunciativa e também de crença na relação entre experiência pessoal e narrativa.

Indicações de leitura

Deixamos aqui algumas indicações de leitura, para aqueles que tiverem interesse em se aprofundar nos debates que surgiram nessa entrevista.

AMARAL, Adriana; POLIVANOV, Beatriz; SOARES, Thiago. Disputas sobre performance nos estudos de Comunicação: desafios teóricos, derivas metodológicas. *Revista INTERCOM – RBCC*. São Paulo, v.41, n.1, jan./abr. 2018. P.63-79.

BARBOSA, André Antonio. *Nostalgia e melancolia nos cinemas de Philippe Garrel e Sofia Coppola*. Dissertação de mestrado defendida junto ao PPG em Comunicação da UFPE. 2013.

CARRERA, Fernanda. O imperativo da felicidade em sites de redes sociais: materialidade como subsídio para o gerenciamento de impressões (quase) sempre positivas. *Revista Eptic Online*, v.16 n.1 p.33-44, jan.-abr. 2014.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Ante el tiempo: historia del arte o anacronismo de las imagenes*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2006.

FÉRAL, Josette. *Além dos Limites: Teoria e Prática do Teatro*. São Paulo, Perspectiva: 2015.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença – o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto e PUC-Rio, 2010.

LOPES, Denilson. *Nós os mortos: melancolia e neo-barroco*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

LOPES, Denilson. *A delicadeza: estética, experiência e paisagens*. Brasília: Ed UNB, 2007.

PIRES, Victor de Almeida Nobre. *Rastros da música ao vivo: dos palcos aos shows em salas de estar*. 1. ed. Curitiba: Appris Editora, 2019.

*Danielly Bezerra, Gabriela Almeida, Jorge Cardoso Filho,
Luciana Oliveira e Thiago Soares*

SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SÁ, Simone Pereira de; POLIVANOV, Beatriz. Auto-Reflexividade, Coerência Expressiva e Performance como Categorias para Análise dos Sites de Redes Sociais. *Revista Contemporanea - Comunicação e Cultura*. v.10, n.03, set-dez 2012. p. 574-596.

SACRAMENTO, Igor. A saúde numa sociedade de verdades. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação, Inovação e Saúde*. 2018. jan.-mar. n. 12. v.1. p. 4-8.

STAROBINSKI, Jean. *A tinta da melancolia: uma história cultural da tristeza*. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

UTOPIAS E DISTOPIAS DO TRABALHO DIGITAL: DIÁLOGO COM RAFAEL GROHMANN

RAFAEL GROHMANN, WILLIAN FERNANDES ARAÚJO,
BEATRIZ POLIVANOV E CAIO CESAR G. OLIVEIRA

O Grupo de Pesquisa “Comunicação e Cultura Digital” da INTERCOM completa em 2020 dezenove anos. Em 2019 tivemos o prazer de lançar nossa primeira coletânea, intitulada “Fluxos em redes sociotécnicas: das micronarrativas ao big data” e organizada por Beatriz Polivanov, Willian Araújo, Caio Cesar G. Oliveira e Tarzício Silva. O livro está disponível gratuitamente em formato digital e é composto por 14 artigos que abordam aspectos como narrativas pessoais e práticas de consumo; epistemologias decoloniais; plataformas e seus algoritmos; e política e opinião pública em espaços online.

Desde seu início o GP articula uma rede de pesquisadores que se debruçam sobre diversas questões que a então denominada “cibercultura” trazia para a Comunicação no que tange à construção de relações sociotécnicas, produção de subjetividades, práticas mercadológicas e de consumo, ativismos e métodos de pesquisa na e para a internet. Em

alguns anos um certo tom de otimismo marcava os trabalhos do GP. Estávamos extasiados com as potências que o mundo digital poderia trazer: as promessas de uma comunicação horizontalizada; de uma aldeia global na qual não haveria barreiras físicas; a facilidade e rapidez na produção, distribuição e consumo de conteúdos por sujeitos comuns; a possibilidade de sermos quem quisermos online, dentre outros tantos aspectos. Não que sejam de todo incabíveis. Mas hoje o tom celebratório dificilmente se sustenta.

Comportamentos e pensamentos humanos são monitorados e transformados em dados extraídos, minerados e vendidos por e para grandes empresas do Vale do Silício; algoritmos reforçam e aprofundam o racismo e relações desiguais de gênero sob um véu de aparente neutralidade e objetividade maquínica; ações de desinformação proliferam afetando democracias; a precarização do trabalho ganha novos contornos com a mediação de plataformas; relações de poder e dominação do “Norte” para o “Sul” seguem, de formas por vezes invisíveis. Não bastasse todo este cenário somos tomados por uma pandemia que já tirou, até o momento de escrita deste texto em setembro de 2020, as vidas de mais de 930 mil pessoas no mundo em alguns meses. Gostaríamos de deixar aqui nossos sentimentos a todos que perderam seus entes queridos.

Nesse contexto desolador e marcado por tantas incertezas, aqueles que puderam (podem) ficaram (ficam) em suas casas, evitando o contágio e espalhamento do Covid-19. Com aulas, eventos e variadas atividades de trabalho transpostas integralmente para ambientes online – novamente, para quem isso é possível – intensificaram-se debates sobre a cultura digital, que ganha lugar de proeminência nas práticas de comunicação cotidianas de bilhões de sujeitos.

Foi com o intuito de complexificar o olhar sobre essa cultura, buscando sair de visões reducionistas que focuem

somente em seus aspectos “positivos” ou “negativos”, que tivemos o prazer de convidar o professor e pesquisador Rafael Grohmann para falar sobre um tema que julgamos de suma importância: o trabalho digital, suas utopias e distopias.

Rafael Grohmann é Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Doutor e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Criador/editor da newsletter DigiLabour e integrante do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT – ECA/USP), é uma importante voz em nosso país quando o assunto é o trabalho no contexto das plataformas digitais.

A conversa com o professor Rafael Grohmann ocorreu durante uma das sessões das lives da Cátedra INTERCOM, no dia 21 de maio de 2020. As sessões foram parte das atividades online propostas pela INTERCOM naquele momento. O texto que segue é um compêndio do que foi discutido naquele dia, iniciando-se com uma fala de abertura do professor Rafael Grohmann e seguido de uma conversa com os mediadores e demais participantes da sessão onde o convidado buscou elucidar questões, reportando suas investigações e apontando caminhos para novos questionamentos sobre o trabalho em plataformas.

Apresentando um cenário de utopias e distopias

Falar de utopias e distopias é observar possíveis outros futuros para a nossa vida no trabalho. Há 20 anos, as pessoas diziam que o trabalho não seria uma categoria relevante para explicar o mundo e a comunicação. Mas essa pandemia tem mostrado o contrário. Esse momento histórico já se configurava antes da pandemia e isso se agrava na disputa de um projeto que visa acelerar tudo que a gente está vendo e outros caminhos para a sociedade. Trata-se de um velho que já morreu e um novo que ainda não nasceu, como brilhantemente

mostra Nancy Fraser a partir da queda do neoliberalismo progressista nos últimos anos. Esse assunto é muito sério e nós, pesquisadores, precisamos tomar as rédeas dele. Precisamos tomar as rédeas do significado de futuro. E quando falo de retomar o significado político, significa enfrentar o realismo capitalista e imaginar outras utopias reais. Álvaro Vieira Pinto já falava que a gente precisa imaginar o futuro para a tecnologia considerando um projeto de Brasil, considerando a periculosidade social da ciência.

Eu tenho falado de trabalho digital como uma coisa tão ampla que está em todas as fases da nossa vida como agora a gente está trabalhando e mediado pelos fundos de uma empresa com inúmeros problemas. E tenho falado muito do trabalho em plataformas. É esse o cenário que se tem falado de plataformização do trabalho.

Isso é a concretização histórica de uma série de outros mecanismos e elementos, por exemplo uma racionalidade neoliberal empreendedora de uma competição de todos contra todos em que o neoliberalismo é entendido mais como uma razão e uma maneira de pensar o mundo do que exatamente na política econômica. Há uma intensificação da financeirização e um grande componente comunicacional. Se você pegar os dados das principais empresas no mundo hoje, a maioria é da área de tecnologia e aí vai engolindo todas as áreas de saúde área de educação. Une-se a isso uma intensa extração de dados de todas as instâncias da vida social.

Essa combinação, em uma sociedade como a brasileira, vai se acentuar devido às desigualdades. É diferente de falar em gig economy como fala hoje o pessoal da Europa e dos Estados Unidos porque lá o gig, que é o bico, sempre foi exceção. Enquanto numa economia como a brasileira o bico é a norma; historicamente. A Ludmila Abilio afirma que a uberização é a apropriação produtiva e monopolizada pelas plataformas digitais em relação aos modos de vida das periferias. Nesse

sentido, falar em trabalho em plataforma e falar em marcadores sociais a diferença da desigualdade de classe de gênero de raça é tão bem como a geopolítica do trabalho digital. Então, no Brasil ou no Rio Grande do Sul ou nas Filipinas, a gente tem o cruzamento entre todos esses marcadores sociais. A gente não está no vazio. A plataformização, então, é a maior dependência de plataformas digitais para podermos conseguir alguma atividade de trabalho ou manter alguma atividade de trabalho. As plataformas são entendidas como infraestruturas digitais que são abastecidas com dados e automatizada por algoritmos.

O que isso tem a ver com comunicação? A primeira coisa que eu diria o seguinte a gente. A comunicação só vai ganhar uma centralidade nas Ciências Sociais e Humanas se as outras áreas passarem a nos ler. A gente faz coisa muito relevante as outras áreas não nos leem. A gente só vai sair dessa dessa entropia epistemológica quando deixarmos de lado o que pode ser chamado especificamente comunicacional. A gente tem que se aceitar enquanto uma ciência que é híbrida que vem tudo junto e que não dá para tirar o que é o comunicacional exatamente das coisas.

Então, as plataformas são ao mesmo tempo meios de comunicação e meios de produção. É a comunicação que organiza o mundo do trabalho digital tanto no ponto de vista do seu gerenciamento algorítmica ou da sua vigilância, gestão e controle dos dados quanto às possibilidades de lutas e de organização dos trabalhadores. É a partir então da comunicação que o trabalho se organiza. Mas não é algo puro. Eu tenho dito isso inclusive quando vou a banca na sociologia, porque hoje a comunicação explica melhor o mundo do que a própria sociologia. A gente precisa enfrentar isso.

As plataformas também não são só Uber e iFood, mas também a variedade de plataformas freelancers e de microtrabalho que alimentam a inteligência artificial. Você

pode pedir um professor ou uma drag queen por plataformas. Isso mostra como a plataformização tende à generalização para todas as atividades de trabalho e que estarão cada vez mais taskificadas em plataformas de microtrabalho. Essa é a nossa distopia. Não é algo feudal ou algo pré-capitalista, mas é algo eminentemente capitalista.

Além disso, se vocês soubessem exatamente como funciona a inteligência artificial vocês ficariam decepcionados com o quanto de trabalho humano precisa a inteligência artificial. O Facebook admitiu no ano passado que ele terceirizou trabalhadores para transcrever os áudios dos nossos chats. Google também admitiu isso em relação ao assistente virtual. E a Amazon Mechanical Turk é o maior exemplo desse trabalho do clique. Outro bom exemplo é o trabalho dos moderadores de conteúdo das mídias sociais, tão bem mostrado pelo filme *The Cleaners*. Então, o Facebook o Twitter e o Google dependem fundamentalmente de trabalhadores em call centers nas Filipinas e nos Estados Unidos. As pessoas têm que analisar mil e quinhentas fotos do que há de mais lixo da Internet. O Facebook foi obrigado a pagar 52 milhões de dólares para os moderadores que tinham desenvolvido algum estresse pós traumático no trabalho. Há trabalhadores desse tipo em agências de publicidade boutique, segundo a Sarah Roberts no livro *Behind the Screen* (2019). Algo mais profundo do que isso são os treinadores de dados de carros autônomos cuja maioria dos trabalhadores são da Venezuela.

Mas as coisas estão em movimento e há lutas e disputas em torno de possibilidades de outros mundos possíveis. Afinal, o trabalho em plataformas é um laboratório da luta de classes. É preciso imaginar outras utopias no sentido de prefigurações. É assim que vamos pensar em projetos comunicacionais, políticos e digitais para uma sociedade em que o velho já morreu e o novo ainda não pode nascer.

Na Alemanha, existe um sindicato dos youtubers no YouTube. Na Inglaterra, há o sindicato dos influencers criado por uma blogueira de moda. Já há o Game Workers Unite. Os profissionais de comunicação voltaram a se organizar coletivamente nos Estados Unidos e no Canadá em novos sindicatos digitais, algo muito bem documentado por Nicole Cohen e Greig de Peuter. O setor de tecnologia tem criado várias associações de trabalhadores, como Tech Workers Coallition. Motoristas e entregadores têm se organizado coletivamente no mundo todo, inclusive no Brasil.

Há também outros movimentos, como a pressão por trabalho decente nas plataformas digitais, cuja maior expressão é o projeto Fairwork, de Oxford, que eu coordeno no Brasil. Há também iniciativas muito interessantes do chamado cooperativismo de plataforma, que busca construir plataformas a partir da organização do trabalho cooperativista. Na área de comunicação, indicaria a plataforma de streaming audiovisual Means.TV, a Doc Servizi, a cooperativa de games Pixel Pushers Union, entre outros.

O que está acontecendo é que esses movimentos não são respostas prontas, mas recheados de contradições. E precisamos enfrentá-la. Lutar pela circulação do comum em lutas de fronteiras não idealizadas e a partir da cultura digital pela distribuição e circulação desse comum. A Wendy Liu, em Abolish Silicon Valley, fala que precisamos abolir tudo o que o Vale do Silício significa. Precisamos pensar em novas reapropriações tecnológicas para além do realismo capitalista. Precisamos lutar por novas formas de plataformação do trabalho! E sem a comunicação isso é inviável!

Dialogando sobre as distopias do trabalho digital

Caio Cesar Oliveira: Gostaria de iniciar com um questionamento que talvez possa nos ajudar a elucidar ou dar

alguns caminhos. Parto de uma publicação antiga de Barbrook e Cameron (1996) chamada *A Ideologia Californiana*. Os autores falam nesse texto que, no contexto da emergência das grandes corporações do Vale do Silício, estaria aparecendo uma nova classe de trabalhadores: os trabalhadores virtuais. De acordo com os autores, estes trabalhadores enfrentariam problemas porque eles - ao mesmo tempo que seriam guiados por um ideal de liberdade e de individualismo, frente a estas corporações, eles perderam algumas de suas capacidades. A fala de Barbrook e Cameron (1996) é relevante ainda nesse contexto? Como você vê isso no contexto em que vivemos? Você acha que a gente está em um ponto adiante ao que Barbrook e Cameron (1996) fizeram referência?

RG: Eu acho que o ponto da Ideologia Californiana tem sido atualizado por alguns pesquisadores e pesquisadoras, como Jen Schradie (2019) no livro “*The Revolution that Wasn’t: How Digital Activism Favors Conservative*” (A revolução que não houve: como o ativismo digital favorece os conservadores, em uma tradução livre) e em um texto que a gente acabou de publicar na revista *Fronteiras da Unisinos*, chamado “*Elites tecnológicas, meritocracia e mitos pós raciais no Vale do Silício*” (NOBLE; ROBERTS, 2020), que tem a ver com a ideologia do Vale do Silício e o mito meritocrático pós-racial envolvido na ideologia do Vale do Silício.

Eu acho que essa ideologia do Vale do Silício é muito forte. Eu lembro de uma palestra que fui dar na PUC Minas de Poços de Caldas e, depois de explicar como funcionava a retórica do Vale do Silício, alguém perguntou: “como faço para fazer uma startup estilo Vale do Silício aqui em Poços de Caldas?”. De que maneira que acabamos perdendo um sentido de país? Todo mundo nasce em um lugar, mas o que fazemos a partir de nossas possibilidades locais pensando em circulações globais? O que eu tenho visto em relação à organização dos trabalhadores é algo que está em movimento. O que me chama

atenção é que cada vez mais organizações como a Means TV, como o sindicato Game Workers Unite. Eles se organizam por meio do Discord, que é uma plataforma é usada para games e que tem sido reapropriada para pensar a organização dos trabalhadores. Como já há projetos criados por trabalhadores da Amazon Mechanical Turk e outro criado numa parceria entre a academia e os trabalhadores da Mechanical Turk para denunciar patrões que não pagassem ou maus patrões. Então, essas coisas têm acontecido, mas não de uma forma organizada. Como Callum Cant defende, o trabalho em plataformas hoje é um laboratório da luta de classes. A gente está vivendo experiências ou laboratórios de algo do que pode vir a ser e essas coisas estão em disputa, como mencionei anteriormente, entre a aceleração e esse modelo vigente, que pode ser simbolizado pela ideologia do Vale do Silício e a tentativa de frear e propor alternativas a isso. Obviamente não é uma coisa igual. É uma falsa polarização, porque essa aceleração está ganhando. Mas isso não significa que é uma terra arrasada.

Beatriz Polivanov: No editorial que você escreveu em parceria com Jack Qiu para o dossiê “Trabalho de Plataforma” da Revista Contracampo (GROHMANN; QIU, 2020) você fala que, exatamente pelo fato de aqui no ‘Sul Global’ termos como padrão essa economia informal, podemos tirar daí uma certa potência para conseguir transformar as relações de trabalho em algo mais benéfico para os próprios trabalhadores. De que forma podemos nos apropriar ou aproveitar do fato de termos o trabalho informal como algo característico?

RG: Foi muito importante esse diálogo com Jack Qiu, pois o cenário chinês é bastante diferente. Porém, passamos a ver como o Brasil e China tinham algumas similaridades, com essa questão da informalidade marcando o trabalho. Essa fala da potência vem mais da abordagem do Jack Qiu. Ele sugere que não significa romantizar essas experiências. Não se trata de uma visada neoliberal sobre os nossos sofrimentos. Trata-se de

transformar isso em novas maneiras de organização. É muito fácil aplicarmos uma lei da Califórnia no Brasil, mas não funciona. Então, precisamos achar nossas próprias soluções. É um pouco esse o desafio. É algo complexo. Então, talvez seja esse o aprendizado histórico que a gente tem com o bico, agora plataformizado, que possamos nos virar nesses momentos tão difíceis que estamos vivendo.

Pergunta da audiência (via chat): Porquê o que o campo da comunicação tem essa potência de explicar o mundo e porque é preciso para o campo tornar-se mais relevante?

RG: Passamos por um momento importante no campo de definir o que são os nossos parâmetros, de definir o que é a nossa área. As instituições tiveram um papel nisso, temos hoje uma área reconhecida na Capes e no CNPq. Nós somos reconhecidos institucionalmente e devemos a essa história no campo da comunicação nesses últimos 20 anos. Porém, tenho defendido que é hora de dar outro passo. Defendo que é hora de ultrapassar o ponto de vista do especificamente comunicacional para trazer o comunicacional com tudo o que vem junto. Um exemplo disso é o que a gente está vivendo na no dossiê “Trabalho de Plataforma” da Revista Contracampo (GROHMANN; QIU, 2020). Temos autores da sociologia, da comunicação, do direito. Eles, que sempre tiveram preconceito com a área da comunicação, estão sendo obrigados a nos ler. Ao estudar o trabalho, por exemplo, não adianta eu pegar só sua dimensão comunicacional, sem considerar as condições de trabalho e de saúde mental desses trabalhadores, como se fosse algo que desse para separar. Se eu não estudar, nenhuma outra área vai estudar do modo como o olhar comunicacional. O Muniz Sodré que essa é a centralidade que o campo da comunicação pode ter, como um lugar menos específico e mais como um lugar de articulação de saberes. Como um lugar epistemológico de encontro entre saberes. É assim também que, ao meu ver, a gente vai dar esse passo para sermos mais lidos por outras áreas.

Pergunta da audiência (via chat): Como pensar numa expropriação das plataformas como cooperativas locais de trabalhadores sem estar sujeito às lógicas de datificação a partir das formas de distribuição desses aplicativos e plataformas, em uma lógica que são a partir dessas distribuidoras que os aplicativos chegam à grande maioria dos usuários?

RG: A gestão algorítmica é um dos mecanismos do trabalho em plataformas, de maneira que já está escrita no próprio desenho das plataformas que, por exemplo, o trabalhador só pode conversar com o consumidor e não com outro trabalhador, e o que aparece para um trabalhador, às vezes não aparece para o outro. A pergunta é muito boa e mostra as contradições que estão envolvidas nos movimentos iniciais que eu estava colocando antes., Por exemplo, o movimento por regulação tem seus limites porque você pode acabar alimentando ainda mais um certo capitalismo ético nas plataformas que estão por aí e não criando outras alternativas. Por outro lado, o cooperativismo que se coloca como uma alternativa recebeu um milhão de dólares da Fundação do Google para fazer seus projetos, que é uma contradição a ser enfrentada. Eu entrei em contato com uma cooperativa sueca de serviços de nuvem, que oferece o mesmo que o Google Drive e o Zoom fazem, com mais privacidade de dados. Eu tentei usar o serviço dessa cooperativa para uma videoconferência, mas não foi possível pois a capacidade de banda da cooperativa não está aguentando esse momento de pandemia. O que me faz pensar que não dá para falar em trabalho de plataforma sem pensar as materialidades da comunicação, sem pensar as infraestruturas digitais e até a própria geologia da mídia. Há pontos em comum deste debate com o próprio marxismo e a noção de materialidade. Enquanto dizem que a internet é da nuvem, cada vez mais ela é feita de cabos submarinos completamente materiais e concretos. Estamos em um momento de pensar o material

e o concreto despertando. Quando eu pergunto para aos pesquisadores “Como descolonizar os dados? Como pensar em outras formas de tecnologias sem datificação?”, é algo que sempre recai em contradições. Algo que avança por um lado e por outro lado você é capturado por isso. Vamos precisar enfrentar essas contradições.

Pergunta da audiência (via chat): Como que essas pressões de novos agrupamentos de trabalhadores dessas plataformas têm sido recebidas pelas grandes corporações. Podemos esperar reacomodações das plataformas e ferramentas a partir dessas demandas ou se trata de nadar contra a corrente?

RG: A professora Wendy Brown (2015) diz que o neoliberalismo é tão forte que todas as alternativas que se colocam a essa racionalidade precisam passar por ela. Percebemos isso no capitalismo acadêmico. Você não consegue resistir ao produtivismo acadêmico sem produzir. Você precisa entrar de alguma maneira nessa lógica, que é, em si, contraditória. Por isso, precisamos entrar pelas brechas e criar mecanismos de luta. Temos visto que plataformas acabam se reapropriando desses movimentos, como no caso citado sobre o cooperativismo de plataforma.

CC: Agora vou tentar juntar três perguntas vindas de nossa audiência, via chat: a primeira é: como ocorrem as questões de vigilância no trabalho digital? A segunda, complementa a questão indagando sobre as pesquisas em curso conduzidas pelo prof. Rafael; tanto no texto que está em construção em conjunto com o professor Willian quanto a sua pesquisa pessoal, a questão do trato do anonimato e das informações sensíveis relativas aos trabalhadores. A terceira questão diz respeito da relação entre o mundo do trabalho no âmbito digital e a comunicação para desconstruir esse determinismo tecnológico presente nas narrativas atuais.

RG: Começo pela última. Entendo ser algo mutuamente constituído. As tecnologias são produtos do trabalho humano, de tal maneira que não dá para descolar tecnologias de sociedade. São práticas sociomateriais. Nesse sentido eu gosto muito do trabalho de Judy Wajcman, que está estudando como os engenheiros do Vale do Silício acabam desenhando concepções de tempo e gênero nos calendários digitais entrevistando esses trabalhadores. E isso me faz pensar nesse impacto; e tenho tentado escrever isso e também tentando dialogar com pesquisadores como Tarleton Gillespie (2018). Ele explica que os algoritmos são, por um lado, tanto frutos de quem os cria quanto das interações com os usuários, mas também não sei se dá para a gente igualar esses dois pontos. Fico pensando no caso dos calendários digitais que acabam marcando uma concepção de tempo e que acabam dando uma sensação de aceleração de tempo. Isso pra dizer que a ideia de determinismo tecnológico creio ter sido ultrapassada.

Passando para a questão do anonimato e a vigilância, é preciso dizer que a vigilância é um dos mecanismos do próprio trabalho digital. A gente pode pensar isso a partir de outro texto que traduzi para a revista Jacobin Brasil, “Seu chefe está te espionando”, com meu orientando Fabricio Barili. Nesse tempo de pandemia, as empresas estão contratando softwares que conseguem visualizar quais teclas os trabalhadores estão tecando e se o trabalhador está há mais de um minuto com a tela minimizada da videoconferência. Essa questão temos presente até nos e-mails corporativos e acadêmicos, onde é monitorado o tempo médio de resposta. Isso é vigilância e monitoramento.

Do ponto de vista técnico nunca foi tão fácil a gente mostrar que trabalhamos muito mais horas do que o que está acordado nos contratos. Do ponto de vista político nunca foi tão complicado. Um orientando de mestrado, Fabricio Barili, está pesquisando sobre quais os imaginários de vigilância que trabalhadores de tecnologia que criam esses softwares têm.

Um primeiro aspecto se relaciona ao próprio trabalho deles; o fato de eles se sentirem vigiados quando eles têm que construir algo que envolve, de alguma maneira, aspectos de vigilância. Nesse sentido, recomendo duas entrevistas publicadas na DigiLabor; uma com Jamie Woodcock (Digilabour, 2019a) e outra com a professora Fernanda Bruno (DigiLabour, 2019b). Estes assuntos também tem a ver com a gamificação do trabalho entendida como a intensificação da racionalidade a própria gestão do trabalho. Você acaba colocando, por exemplo, na interface do aplicativo para motoristas da Uber mensagens como: “Trabalhe mais!”, “Você já vai embora?”, “Faça mais uma corrida!”, etc. Vários mecanismos gameificados que buscam fazer o trabalhador permanecer mais tempo em suas tarefas.

É interessante como algumas associações de motoristas de aplicativo no Brasil estão tentando reivindicar da Uber o pagamento de R\$0,40 adicionais por corrida pelos dados que eles geram para a empresa. Deve-se lembrar que o motorista da Uber gera muitos dados sobre a cidade, dados sobre tudo que envolve cada corrida e eles estão reivindicando agora da Uber que uma parte da tarifa seja destinada a eles para compensar esses dados que eles geram para a plataforma. E como lidamos com privacidade e anonimato? É sempre uma questão de conversar como essas pessoas querem ser chamadas. Como você não vai expor o próprio post pessoal. São questões que são antigas deste contrato de comunicação que a gente também acaba estabelecendo com os sujeitos da pesquisa.

CC: Uma pergunta vinda da audiência via chat coloca em debate como a formação de comunicadores pode ser balanceada entre a formação para academia e alguma formação para mercado, dada a observação que em instituições federais há um atraso em capacitar os alunos para esse mercado e, ao mesmo tempo, faculdades particulares que apresentam uma carência do papel crítico do comunicador. Como é que se encaixa isso na questão do trabalho digital, Rafael?

RG: Primeiro, acho que o caminho não é seguir quais são as skills desejáveis. Isso está muito em voga no mercado. Eu colaborei com uma pesquisa que mapeou o home office e o trabalho remoto no estado de São Paulo . Os trabalhadores mais adaptados são da área de finanças e administração. Já os trabalhadores que dizem estar sofrendo mais são das áreas de comunicação e educação. Isso não significa que nós não estamos mais adaptados para essa formação digital, uma dessas palavras que a comunicação ajuda a tornar um mantra e que também chega na academia. Eu defendo que precisamos usar essas palavras para tentar criar outros mundos. Dou aula há quase dez anos e sempre falo sobre a precarização do trabalho, no jornalismo e na publicidade. Precisamos nos ver como trabalhador e, ao mesmo tempo, pensar em alternativas para esse cenário. Tenho como exemplo para o Brasil o curso de Estudos de Mídia da Universidade Federal Fluminense (UFF). As diretrizes de jornalismo e de relações públicas foram prejudiciais à nossa área. As diretrizes de publicidade agora foram renovadas. Nesse momento parte de plataformização do trabalho e de trabalho digital precisamos pensar cada vez mais profissionalmente a área da comunicação e as suas diferentes funções. É cada vez as pessoas estão se virando em diferentes áreas de atuação. Às vezes, as pessoas falam: “Você está se rendendo ao mercado”. Não é isso, as pessoas precisam sobreviver, precisam pagar boletos. Esse é um ponto que muitas vezes desconsideramos na academia. Precisamos garantir que as pessoas paguem seus boletos, com as contradições que isso implica. Minha colega Ludmila Abílio fala que fazemos todos os dias a gestão da nossa sobrevivência e não um empreendedorismo ou algo assim. Precisamos dar condições para pessoas criarem outros mundos. O caminho passa mais por pensar, por exemplo, em laboratórios para diferentes formações profissionais, do que repetir fórmulas.

CC: Bom vou tentar aqui condensar as três últimas perguntas da nossa audiência. A primeira versa sobre o Home Office como algo que cresce muito no contexto da quarentena e é um fenômeno que pode vir a ser o que prevalece no futuro. A solicitação é que você comente isso. Outra pergunta refere-se às mudanças no mundo do trabalho mediado pela tecnologia e também do controle da vida social pelos algoritmos, que passa pela luta política mais clássica, institucional, no limite do que aconteceu nas eleições presidenciais tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, no Brexit.

RG: Sobre home office, creio que a gente está exatamente nesse momento. A pandemia acelera um processo que vai ao encontro do desejo da empresa, essa ideia de totalização do home office. Algo que aparece na pesquisa citada na questão anterior é que as pessoas estão trabalhando cada vez mais e, às vezes, sem se dar conta disso. Uma questão que é reveladora na pesquisa é sobre as tarefas feitas além de trabalhar. Nesta categoria entram quase mais nada além de atividades como trabalho doméstico e cuidado de pessoas em casa. Então, as pessoas estão preenchendo tempo, por exemplo de deslocamento com mais trabalho.

Sobre a questão das lutas políticas institucionais, creio que passa por isso, sim. O que eu tenho visto relacionado a associações e sindicato de trabalhadores é que há um desconhecimento sobre novas iniciativas. Ao mesmo tempo, por parte dessas novas iniciativas, há, em alguns casos, um desconhecimento sobre a história do que das lutas políticas. Creio sim na relevância da via política institucional. O projeto Fair Work é uma tentativa neste sentido. Essa via tem, por óbvio, seus limites. Temos trabalhado nesta pesquisa com o Ministério Público do Trabalho e as associações de trabalhadores. Ao mesmo tempo, de alguma maneira, vamos dialogar com políticos para que se pense em projetos de lei. Eu estou colocando em prática o 'sair' do especificamente

comunicacional para pensar políticas públicas a partir da área da comunicação. Creio que isso é o que o documento de área da Capes nos prova e é o que temos que ficar cada vez mais atentos.

Considerações finais

Os temas tratados na sessão relatada no presente texto, em especial na fala e nas respostas dadas pelo professor Rafael, indicam que estamos vivendo um contexto em que a técnica parece predominar. É muito difícil termos que lidar com estas questões em um cenário no qual temos a concentração de relações sociais mediadas por quatro grandes corporações - Google, Amazon, Facebook e Apple - em um verdadeiro setor de plataformas de trabalho na contemporaneidade. Este setor age rapidamente, proporcionando uma precarização geral de condições de trabalho e também de nossas vidas.

São questões muito relevantes que se interligam e, cremos, ganham novos contornos nesse contexto em que nos vemos usando plataformas para praticamente todos os aspectos de nossa convivência social. De repente nos vimos forçados a termos que lidar com plataformas e interfaces que estabelecem novas regras e delimitam novos espaços de nossas vidas. Então, vemos nessa discussão algo cada vez mais coincidente com o que está presente no trabalho do professor Ricardo Antunes (2018), que ultrapassa fronteiras e nos visita aqui na Comunicação, influenciando os trabalhos de investigação no contexto digital, em especial aqueles reportados de forma tão brilhante pelo professor Grohmann em sua colaboração para o GP de Comunicação e Cultura Digital.

Reforçamos a importância de voltarmos nossos olhares para estas questões trazidas aqui, bem como o agradecimento a todas as pessoas que colaboraram para que o evento acontecesse. Gostaríamos ainda de mencionar o nome do pesquisador Tarcízio Silva, que não pôde participar da sessão, mas cuja

presença é fundamental ao GP de Comunicação e Cultura Digital da INTERCOM. De igual maneira os agradecimentos vão à diretoria da INTERCOM, que viabilizou a sequência de eventos em que esta sessão se inseriu e que tem atuado para que nossas atividades prossigam da melhor forma possível neste contexto tão peculiar de pandemia que tem regido o ano de 2020. Por fim, nosso agradecimento especial ao colega, professor e pesquisador Rafael Grohmann, por sua colaboração e pelas reflexões, explicações e provocações com as quais tivemos o prazer de ter contato neste diálogo.

Referências

Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital*. Boitempo editorial.

Barbrook, R., & Cameron, A. (1996). *The californian ideology*. *Science as Culture*, 6(1), 44-72.

Brown, W. (2015). *Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution*. Mit Press.

DigiLabour, V. (2019a). *Gamificação e Mundo do Trabalho*: entrevista com Jamie Woodcock. Retrieved 15 September 2020, from: <digilabour.com.br/2019/08/23/trabalhadores-de-games-uni-vos>

DigiLabour, V. (2019b). *Tecnopolítica, racionalidade algorítmica e mundo como laboratório*: entrevista com Fernanda Bruno. Retrieved 15 September 2020, from: <digilabour.com.br/2019/10/25/tecnopolitica-racionalidade-algoritmica-e-mundo-como-laboratorio-entrevista-com-fernanda-bruno>

Gillespie, T. (2018). A relevância dos algoritmos. *Parágrafo*, 6(1), 95-121.

Grohmann, R., & Qiu, J. (2020) Contextualizando o Trabalho em Plataformas. *Revista Contracampo*, 39(1).

Noble, S. U., & Roberts, S. T. (2020). Elites tecnológicas, meritocracia e mitos pós raciais no Vale do Silício. *Fronteiras-estudos midiáticos*, 22(1), 36-46.

*Rafael Grohmann, Willian Fernandes Araújo,
Beatriz Polivanov, Caio Cesar G. Oliveira*

Roberts, S. T. (2019). *Behind the screen: Content moderation in the shadows of social media*. Yale University Press.

Schradie, J. (2019). *The revolution that wasn't: How digital activism favors conservatives*. Harvard University Press.

FAKE NEWS, MÍDIAS SOCIAIS E RELIGIÃO

ALEXANDRE BRASIL FONSECA, JULIANA DIAS E
PRISCILA VIEIRA-SOUZA

Introdução

A expressão “fake news” populariza-se no ano de 2016, durante as eleições presidenciais nos Estados Unidos da América (EUA), especialmente com as acusações de Donald Trump à imprensa norte-americana, em um movimento em que a mentira se move das margens para o centro do poder (GIROUX, 2019). Naquele mesmo ano, o termo pós-verdade ganhou destaque ao ser escolhido como a palavra do ano, então recém incluída no Dicionário Oxford. Os termos conectam-se na definição que o dicionário apresentou para pós-verdade: “relativo ou referente a circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes na opinião pública do que as emoções e as crenças pessoais” (HANCOCK, 2016). De fato, 2016 foi também o ano do Brexit, - junção das palavras *British* (britânica) e *exit* (saída), apelido da campanha pela saída da Grã-Bretanha da União Europeia (UE) que resultou no referendun sobre a permanência ou não, em junho daquele ano. O resultado pela saída foi marcado por controvérsias, entre

elas, fake news que alimentaram a campanha Brexit. Nestes episódios do referendun britânico e da corrida presencial estadunidense e, posteriormente, em outros eventos ao redor do mundo que dependem da opinião pública, a mobilização das emoções e das crenças pessoais ocorreu a partir da intensa circulação de fake news. No caso da Inglaterra e dos EUA, a polarização de ideias foi conduzida por serviços de mineração e análise dos dados de usuários de mídias sociais de forma ilegal pela Cambrige Analytica.

Esses eventos talvez não entrariam em uma arqueologia dos termos fake news e desinformação, mas são fundamentais quando observamos a popularização do uso de tais expressões. Podemos, então, questionar os motivos que levaram o termo a ser repentinamente replicado, usado, inclusive, como instrumento de desqualificação de grandes empresas de notícias. Neste capítulo, exploramos essas questões, com ênfase na popularização das fake news, buscando apresentar elementos do contexto sociocultural e político que, argumentamos, são profundamente relacionados a essa prática. Ao enfrentar essa questão, apresentamos a religião como constituinte desse contexto, procurando responder a que dinâmicas próprias do religioso se sobrepõem ao cenário de alta circulação de desinformação.

Desenvolvemos a argumentação em três partes. Primeiramente, discutimos definições e contexto das fake news, da desinformação enquanto integrante de um conjunto maior de influências no coletivo social. Sugerimos que a desinformação integra a formação e manutenção do capitalismo de vigilância; e, dessa forma, articula-se a outros eventos, como o desmonte da prática jornalística. Nesse tópico, ainda apontamos para a predominância, na internet, da mediação algorítmica e como características próprias às mídias sociais potencializam a disseminação de desinformação. Fechamos, então, esse primeiro tópico analisando particularidades do

WhatsApp, um dos meios responsáveis por farta disseminação de fake news, recuperando sua história e popularização, com ênfase em como ele foi intencionalmente direcionado para ser uma mídia de relacionamento pessoal com capacidade de atingir as camadas sociais mais pobres.

O segundo tópico acrescenta as dinâmicas religiosas ao quadro da disseminação de desinformação. Apresentamos como a religião é uma camada que se sobrepõe ao contexto de desinformação. As dinâmicas religiosas oferecem organicidade e confiança geradas pela experiência comunitária ou de afinidades que potencializam a circulação de notícias falsas. A religião permite observar ainda a relevância do mundo fora da internet, dos processos cotidianos para as redes sociais digitais. Outro ponto importante sobre a desinformação que é possível perceber nos grupos e mídias religiosos, e que a tipifica, é a releitura de informações (falsas ou não) para adaptá-las a um público específico.

Por fim, compreendendo que o presente texto tem por objetivos contribuir com o debate acadêmico sobre desinformação e apresentar caminhos para a construção de conhecimento na área, trazemos como conclusão resultados parciais da pesquisa “Valores e argumentos na assimilação e propagação de desinformação: uma abordagem dialógica”, desenvolvida pelo Instituto NUTES – UFRJ. Os primeiros dados permitem levantar hipóteses que contribuem com o desenvolvimento de pesquisas na área de comunicação e religião.

1. Desinformação e fake news: contextos e conceitos

Há pelo menos três observações importantes, instigantes, a fazermos quando falamos em fake news. Primeiramente, é a dificuldade de limitar a presença da verdade e do conceito em si: do que é “verdade”. Então é importante pontuar que esse tema convoca uma tarefa filosófica. Outro ponto é que, pelo próprio contexto de popularização do termo, podemos

afirmar que certamente há muita disputa política no entorno de seus sentidos possíveis.

A terceira observação refere-se diretamente à expressão pós-verdade. O educador norte-americano radicado no Canadá Henri Giroux (2019), contrapõe essa noção, afirmando que “nós não vivemos no mundo da pós-verdade e jamais existiu um. Ao contrário, nós vivemos no mundo da pré-verdade, onde a verdade ainda não chegou”. Então, se ela não chegou, podemos facilmente perceber que é possível disputá-la. Ou seja, pressupor que havia uma verdade antes da popularização das fake news é falacioso. No mesmo artigo, Giroux (2019) cita pelo menos três guerras em que o Estado norte-americano alimentou mentiras para manter a legitimidade pública de suas ações: Vietnã (1955-1975), Iraque (2003-2011) e Afeganistão (em curso desde 2001). Essa problematização é importante para situar a dificuldade de definir um termo que se populariza em contexto de intensa disputa e usos políticos.

Temos a opção, então, de trabalhar com desinformação, termo relativamente nebuloso que parece ter sido cunhado pelos serviços de inteligência da Rússia no início do século 20, vinculado ao então criado departamento de dezinformatsiya (MAHAIRAS; DVILYANSKI, 2018). O termo circula, portanto, em uma zona de indeterminação e, por isso, é utilizado de modo diverso. Por exemplo, o ativista brasileiro de extrema-direita Olavo de Carvalho cita a palavra constantemente, de forma a contribuir com a nebulosidade do termo.

Em uma busca rápida na Amazon encontramos dezenas de resultados, em geral, de livros especulativos sobre o tema, conteúdos de baixa qualidade, em termos de referências e precisão nas informações. O argumento geralmente reproduzido nessas publicações é de que o trabalho da inteligência não é produzir dados ou informação, mas criar narrativas de desinformação. Assim as fontes são artigos escritos por ex-agentes do FBI, como o artigo citado no

parágrafo acima, ou livros de dissidentes militares de países da chamada “cortina de ferro” (PACEPA; RYCHLAK, 2015 e BITTMAN, 2020, p. ex.)

Esses exemplos evidenciam a necessidade de nos apoiarmos na produção intelectual sobre desinformação, que remonta à década de 1990. Uma das principais referências é o trabalho do filósofo italiano Luciano Floridi (1996, p. ex.), conhecido como um dos criadores das áreas de filosofia e ética da informação. Também o trabalho de Hannah Arendt (2016) contribui para pensar sobre esses temas a partir da discussão que propõe no ensaio “Verdade e Política”. Nele afirma que “não há remédio para esse problema”, já que “todas as coisas que ocorreram efetivamente no âmbito dos assuntos humanos poderiam ter sido igualmente de outro modo, as possibilidades da mentira são ilimitadas”. Estaríamos diante de uma situação em que:

...o resultado de uma substituição coerente e total da verdade dos fatos por mentiras não é passarem estas a ser aceitas como verdade, e a verdade ser difamada como mentira, porém um processo de destruição do sentido mediante o qual nos orientamos no mundo real – incluindo-se entre os meios mentais para esse fim a categoria de oposição entre verdade e falsidade (ARENDT, 2016, n.p).

Assim, as consequências da disseminação das mentiras têm um amplo alcance no tecido social e os processos para o seu estabelecimento são mais simples do que da verdade. Arendt afirma que se houver um grupo – que pode ser um país inteiro – pactuado com uma inverdade, mesmo uma verdade factual pode deixar de existir.

Don Fallis (2015), filósofo da informação norte-americano, faz uma apropriação da obra de Floridi a partir da discussão de vários artigos desse autor. Ele apresenta,

então, três características que resumem de forma objetiva o conceito de desinformação. Primeiramente, desinformação é informação. As duas outras características são mais facilmente apreendidas na língua inglesa, pela diferenciação da grafia de *misinformation* e *disinformation*. A primeira palavra, que pode ser traduzida por informação errônea, é simplesmente uma informação mentirosa por ser equivocada, um erro de apuração, uma imprecisão. A desinformação, para Fallis, trata-se de uma informação mentirosa produzida e difundida intencionalmente por alguém. Fallis, então, abandona a informação errônea (*misinformation*), imprecisa, e debruça-se sobre a desinformação (*disinformation*), que traz esse elemento intencional na produção e na veiculação.

Para desenvolver a conceituação de desinformação, agregamos ao trabalho de Fallis, os documentos da Comunidade Europeia (2018). Esses documentos foram produzidos pelos governos da Europa, preocupados com a questão da *fake news* e sua forte circulação, muito evidente na guerra da Ucrânia e durante as campanhas para o referendun do Brexit. Compreendeu-se, então, fatos históricos que aconteceram na Europa e processos que vinculam a propagação de desinformação sobre tais fatos a empresas de comunicação. Portanto, estabelece-se uma forte dimensão econômica.

Por isso, a definição de desinformação da Comunidade Europeia traz, em relação à de Fallis, um novo elemento e duas variações: a informação (que já vimos em Fallis); e a informação mentirosa produzida intencionalmente por alguém, para enganar deliberadamente pessoas. As duas variações, então, da informação mentirosa intencionalmente produzida para enganar estão ligadas às motivações: a primeira é obter vantagem econômica; a segunda é prejudicar o interesse público. No texto do Plano de Ação contra a Desinformação, da Comunidade Europeia, a definição envolve diretamente essas duas variações:

A desinformação é entendida como informação comprovadamente falsa ou enganadora que é criada, apresentada e divulgada para obter vantagens económicas ou para enganar deliberadamente, podendo prejudicar o interesse público (COMISSÃO EUROPEIA, 2018).

Com essas análises que trouxemos, tanto sobre a nebulosidade dos termos quanto dos desenvolvimentos intelectuais, especialmente da desinformação, é possível compreender a articulação político-econômica da produção e da circulação de informações mentirosas. Essas práticas estão fortemente relacionadas a uma estratégia que visa disputas políticas e económicas dentro do conjunto social. São ações que não são nem cotidianas nem dispersas, mas articuladas visando o alcance de determinados objetivos.

1.1 Desinformação na era das mídias sociais

Nadécadade 1990 surgiram ferramentas de comunicação indivíduo a indivíduo, como o ICQ e o MSN. No início dos anos 2000, aparecem o Facebook e o Twitter, que incorporam a dinâmica comunicacional de um indivíduo para muitos. Depois, por volta de 2010, surge o WhatsApp, logo depois o Telegram, que representam um tipo de comunicação que pode ser realizada de muitas pessoas para muitas pessoas, por meio dos grupos; também de uma pessoa para muitas pessoas; e de pessoa a pessoa. Essas redes sociais agregam os dois processos comunicacionais anteriores a um terceiro. E então criou-se o ambiente favorável à desinformação. A hibridização dessas três formas comunicacionais na mesma ferramenta favorece o anonimato do emissor e a disseminação baseada em confiança pessoal. As pessoas confiam no conteúdo sem conhecer a sua fonte primária, elas confiam, na realidade, no transmissor.

Os quatro valores pelos quais o Whatsapp deseja ser reconhecido são: “simplicidade, qualidade, segurança e

privacidade”. A ideia é que é possível transmitir mensagens com internet de baixa capacidade de transmissão de dados, pouca velocidade. É, portanto, popular, massivo no acesso e fácil de preservar o anonimato, por causa da característica privada. Esses elementos sobrepõem-se às camadas da organicidade e da confiabilidade, além do aspecto de um conhecimento sistemático organizado muito expressivo nas suas convicções e que é usado como ferramenta discursiva de disputa. Essa junção é muito potente.

Uma forma de diferenciar as características é pensar o Facebook como uma arena pública, um espaço coletivo. O WhatsApp é um espaço da intimidade, é a sala de estar. Podemos pensar em uma analogia com as religiões em que o Facebook representa o momento de celebração pública. Já o WhatsApp representa o momento posterior, após essa reunião, no momento em que os fiéis permanecem nas dependências de sua comunidade de fé e conversam em pequenos grupos nesse ambiente ainda protegido pela instituição. Um espaço de segurança e intimidade, similar ao da família. Esse espaço de segurança é confortável para expor, comentar, trocar ideias e informações que talvez não fossem tão bem aceitas em um espaço mais generalizado, com público mais diversificado.

Para compreendermos o quanto o WhatsApp tornou-se uma ferramenta relevante no contexto atual basta lembrarmos o valor de sua venda para o Facebook. Em 2014, o Facebook comprou o WhatsApp por 16 bilhões de dólares. A título de comparação, em 2012, o Facebook comprara o Instagram por 1 bilhão de dólares. Outro elemento intrigante dessa transação é que o WhatsApp, quando vendido, era uma empresa de 50 pessoas e o acordo, na compra, era que o Facebook não poderia monetizar o WhatsApp enquanto os proprietários originais permanecessem na empresa. Eram dois proprietários e um deles saiu em 2017. O segundo deixou o WhatsApp em 2018, ano em que a empresa alcançou a marca de 500 funcionários

e se tornou a rede social mais utilizada no mundo com dois bilhões de usuários.

A presidência do WhatsApp foi então assumida pelo responsável no Facebook pela internet para países menos desenvolvidos. Esse ramo do Facebook, chamado *internet.org*, visa oferecer acesso à plataforma em locais em que há pouca infraestrutura para a transmissão de dados e equipamentos com menor capacidade entre os usuários. Em termos de estratégias, o casamento com o WhatsApp parece ter sido perfeito, pois esse exige pouco acesso à dados e para adesão basta um celular com chip, não sendo necessário nenhum tipo de cadastro ou registro. A utilização de áudios possibilita que pessoas analfabetas ou com menor instrução participem de forma ativa dos processos de comunicação, representando um target intencional das empresas da grande mídia.

Como é possível ler em artigos voltados para o “modelo de negócios” na Internet dos grandes veículos internacionais de notícias (GENIETS, 2016, p. ex.), que identificam o WhatsApp como “salvação” dessas grandes empresas de comunicação, porque atingiria os mais pobres de forma direta, esquivando-se do algoritmo do Facebook e possibilitando o reestabelecimento da relação pessoal da empresa com o seu leitor, ou sua audiência.

A popularidade do aplicativo também é facilitada pela violação do princípio de neutralidade de rede estabelecido pelo Marco Civil da Internet. Todos os pacotes de dados que trafegam na Internet devem ser tratados da mesma forma, sem priorização em relação à velocidade de navegação ou ao acesso. A prática comercial chamada Tarifa Zero permite que empresas de telefonia forneçam acesso a aplicações como o WhatsApp sem descontar dados da franquia do pacote de Internet contratado pelo usuário. Com isso, há uma distorção na circulação de conteúdo, limitando a diversidade de

informação. Há pacotes de internet em que o usuário não dispõe de dados para abrir links externos, limitando a capacidade de navegação e checagem de informações (INTERVOZES, 2019, p.22-23).

As sociedades são construídas pelas redes e em conexão com outras redes. Há uma estreita ligação entre redes virtuais e redes na vida em geral. Trata-se de “um mundo híbrido, um mundo real, não um mundo virtual ou segregado” (CASTELLS, 2015, p. 40). O WhatsApp foi intencionalmente formatado para ser um lugar da comunicação interpessoal alicerçada em confiança no contexto da autocomunicação de massa, caracterizada pela capacidade de enviar e produzir mensagens de muitos para muitos, em tempo real ou programado.

Para Castells, a mudança cultural e as consequências consideráveis para a organização social da autocomunicação de massa são fatos historicamente novos. A articulação de múltiplas formas de se comunicar em um hipertexto digital composto, interativo e convergente combina e recombina toda a variedade de expressões culturais da interação humana (ibidem, p.102).

1.2 A questão do Big Data

Um ponto importante sobre a propagação de desinformação que estamos presenciando e que afeta a vida da coletividade é a estrutura, os instrumentos que facilitam sua produção e potencializam sua propagação. O trabalho do sociólogo David Lyon (2015) é uma das principais referências hoje nos estudos sobre mecanismos de vigilância a partir das novas tecnologias. No Brasil, Fernanda Bruno (2013; 2016) tem uma produção importante sobre essas temáticas. A junção das estruturas de vigilância às grandes empresas que dominam a internet gera o ambiente propício à desinformação. Consideramos, portanto, que a disseminação da desinformação

acontece intensamente pelos canais da internet, ligados a grandes empresas de comunicação. O diferencial, em relação a outros momentos na história dos meios, é que essas empresas não produzem comunicação, informação, notícias, programas ou qualquer tipo de conteúdo. Elas são “meros canais”, são plataformas e, por isso, conseguem ser isentas de responsabilidade sobre o conteúdo.

Essas empresas enormes - Google, Facebook, Amazon, Apple - são holdings, ou seja, possuem várias outras empresas subordinadas a elas, por meio do que atuam em diversos ramos do mercado de comunicação. O produto dessas empresas é a informação acumulada pelo conjunto dos usuários de suas plataformas. Elas lucram por meio da informação captada - o Big Data - e, a partir dela, de métodos de organização e reconhecimento de perfis (BRUNO, 2013; LYON, 2015). Podemos sugerir que a desinformação é um resíduo dessa indústria. Da mesma forma que a indústria petrolífera precisa poluir para produzir seus insumos, a indústria da informação - que vive o entorno do Big Data - gera a desinformação como resíduo. Um resíduo, contudo, que alimenta todo o processo de produção, que ativa um ciclo lucrativo.

O acúmulo de informações sobre as pessoas, chamado de Big Data, facilitou a disseminação da desinformação à medida que permite a identificação de perfis suscetíveis a determinados tipos de desinformação. Os perfis são gerados a partir de todos os rastros que as pessoas deixam na internet, especialmente nas redes sociais: os cliques, likes, e-mails, palavras que utilizamos nas nossas pesquisas, o nosso deslocamento, o que compramos. É possível, então, mapear os alvos para criar desinformação adequada a grupos bastante específicos. Esse acúmulo de informação permite pensar o tipo de discurso para atingir determinados grupos religiosos; torcedores de futebol; população negra; LGBTQI+; para o grupo com tendências homofóbicas, racistas entre outros. Na

campanha do Brexit, na Inglaterra, eram mais de uma dezena de perfil, com mensagens direcionadas.

Outros eventos sociais recentes integram esse mesmo quadro da vigência da desinformação, que têm como núcleo a transformação do indivíduo em dados. Shoshana Zuboff (2019) situa esses eventos como elementos do capitalismo de vigilância. Isso significa que o trabalhador também deixa de ser um indivíduo e passa a ser um dado, acarretando o que tem sido chamado de uberização do trabalho (FRANCO; FERRAZ, 2019). Ricardo Antunes (2018) discute essas questões aqui no Brasil, a partir da noção de privilégio da servidão.

É importante considerar, a partir desses exemplos e autores, que se trata de um único processo, que tem efeitos diretos em diferentes dimensões da vida: trabalho, política, comunicação. A desinformação, então, integra um conjunto maior de influência no coletivo social e atende a determinados projetos político econômicos.

Há os movimentos de denúncia desse processo – como o recém chegado ao Brasil Sleeping Giants. Essas denúncias revelam os veículos propagadores de desinformação e tornaram possível constatar uma grande quantidade de desinformação, por exemplo, no veículo online Jornal da Cidade, especialmente por meio dos anúncios na página da internet. O Sleeping Giants identificou centenas de anúncios pagos por empresas, via sistema do Google, em veículos promotores de desinformação, fake news. E todos os envolvidos ganham dinheiro com isso: os veículos e o Google. E não há legislação que permita responsabilizar o Google pela desinformação difundida.

A pesquisa “Valores e argumentos na assimilação e propagação de desinformação: uma abordagem dialógica”, que foi premiada pelo WhatsApp com recursos financeiros para seu desenvolvimento, não obteve nenhum tipo de acesso aos dados. Foram realizados encontros com diretores do WhatsApp

e algumas lideranças do Facebook. Nessas conversas, um dos diretores explicou que o WhatsApp não desenvolve qualquer controle sobre o conteúdo, mas que o Facebook teria, sim, controle, sendo possível “derrubar” conteúdos indesejáveis e, conseqüentemente, “subir” conteúdos de interesse.

Independentemente do controle do conteúdo pelas plataformas, o que está em questão – o que é vendido – é a capacidade de predição (ZUBOFF, 2019): a possibilidade de informar o que é que as pessoas querem ver, onde querem clicar, para aonde querem olhar. Essa capacidade de predição é central para a desinformação, porque ela torna possível produzir material que interessa a esse perfil mapeado e que será facilmente consumido – sem critério de verdade. A desinformação então é produzida para ser absorvida e transmitida, seja para dar recurso financeiro, seja para ajudar a confirmar tendências, opiniões, influenciar posições políticas.

Importa reconhecer que a sociologia clássica já nos ensinou que na dinâmica social enfrentamos cotidianamente o paradoxo das conseqüências, como discutido por Weber (1951). O ponto aqui a considerar passa por não atribuir a toda essa dinâmica um poder absoluto ou uma capacidade que suplante a realidade objetiva do social, por um lado, mas, por outro lado, é impossível ignorar o papel que as redes sociais desempenham, particularmente em relação à velocidade, alcance e acompanhamento online das reações às mensagens veiculadas.

O mundo neste início do século encontra-se diante de um grande desafio que envolve diretamente o exercício profissional relacionado à comunicação e à disseminação de notícias. Esse desafio engloba um amplo conjunto de temas e assuntos, possuindo repercussões variadas sobre a integridade humana e a natureza. A desinformação tem tido efeitos variados relacionados à economia, política, gestão pública,

entre outros, sendo responsável, inclusive, pela morte de pessoas (FONSECA, 2020).

O trabalho de David Lyon (2015) percebeu que as alterações tecnológicas viabilizaram a influência, de forma bastante direta. A comunicação torna-se direcionada a um público muito específico, portanto, não se trata tanto de alterar completamente as opiniões, mas de influenciar e direcionar um público para algo ao qual ele já está suscetível. É uma forma de adequação da mensagem ao público a fim de criar impacto que leve este público a um campo de opiniões, percepções supostamente da realidade, e mesmo de ações.

Na internet predominam filtros, algoritmos, cookies, aplicativos e outras estruturas que são criadas pelas grandes plataformas (YouTube, Facebook etc). Há, desta forma, uma forte mediação algorítmica no que vemos e também no que fazemos no ambiente online. A partir dessas seleções e procedimentos busca-se a predição e o oferecimento daquilo “que interessa” a quem acessa esses espaços, visando garantir a sua permanência pelo maior tempo possível. Essas possibilidades são criadas com base nas técnicas de profiling (BRUNO, 2016), ou seja, de extrair perfis baseados no cruzamento da trajetória do indivíduo na internet com as trajetórias de milhões de pessoas similares. Portanto, a antecipação das possibilidades baseada no perfil, reduz as possibilidades de diversidade, de contraditório, de experiências e transições de fato inovadoras. Esse ecossistema digital é propício, então, à propagação de tudo o que desperte a ação, o engajamento do indivíduo. A verdade ou ainda a qualidade da informação oferecida, portanto, não está, absolutamente, em questão.

1.3 Os tipos de desinformação

Claire Wardle e Edson Tandoc são jornalistas e ambos desenvolveram estruturas de classificação da desinformação (TANDOC, 2017; WARDLE, 2017; 2018). Wardle classifica sete

tipos de má informação e desinformação: (i) Sátira ou paródia, que não tem intenção de causar engano, mas são candidatas em potencial; (ii) Conteúdo enganoso, que faz uso enganoso de informações para enquadrar uma questão ou um indivíduo; (iii) Conteúdo impostor, quando as fontes genuínas são descaracterizadas/despersonificadas; (iv) Conteúdo fabricado, que é 100% falso, destinado a enganar; (v) Falsa conexão, quando manchetes, recursos visuais e legendas não correspondem ao conteúdo; (vi) Falso contexto, quando um conteúdo genuíno é compartilhado em um contexto falso de informação; e (vii) Conteúdo manipulado, quando informações genuínas ou imagens são manipuladas para enganar.

Tandoc et. al. (2018) realizou uma revisão de literatura em 34 artigos publicados entre 2003 e 2017 que utilizaram a expressão *fake news*, incluindo o artigo de Wardle, e elaboraram uma tipologia com seis características, a saber: (i) Paródia, conteúdo inventado, imitação exagerada de outra forma de arte, para criar um efeito cômico, ridicularizando, geralmente, o tema e estilo da obra parodiada. (ii) Sátira, que ridiculariza um determinado tema, geralmente como forma de intervenção política ou outra razão, com o objetivo de provocar ou evitar uma mudança. (iii) Conteúdo fabricado, que pode ou não ser totalmente falso e é destinado a enganar. Pode ser caracterizado pelo uso de fontes genuínas descaracterizadas. (iv) Manipulação de foto, quando imagens são manipuladas para enganar. (v) Publicidade ou Relações públicas, cujo objetivo é persuadir ao invés de informar. Inclui *clickbait* (caça-clique) . (vi) Propaganda, refere-se a notícias que são criadas por uma entidade política, instituição, organização ou grupo para influenciar as percepções do público.

A partir dessas classificações, adotamos para a pesquisa Valores e Argumentos quatro categorias: (i) sátira ou paródia; (ii) conteúdo fabricado; (iii) relações públicas ou propaganda/ (iv) conteúdo manipulado.

A sátira ou paródia se referem à técnica de linguagem. Aparecem constantemente, por exemplo, em editoriais de grandes jornais e têm como característica a apresentação de uma falsa simetria em situações que não são comparáveis. Por exemplo, uma pessoa completamente irresponsável e uma pessoa que falou uma insanidade. Nesse sentido, as ações da primeira terão efeitos nocivos sobre muitas pessoas e isso é comparado, como se fosse equivalente, a uma fala que não faz sentido. A sátira tem intrínseca essa ideia de justaposição, do grotesco, do agressivo, de diminuir certas situações e aumentar outras. Trata-se de uma técnica de linguagem que tem como objetivo mudar a opinião, mudar uma decisão, e é usada como instrumento. A sátira não precisa ser humorística, já na paródia, o elemento do humor está presente.

Wardle (2017,2018) subdivide o conteúdo fabricado a partir de outros elementos, que são a temporalidade, o contexto, o falseamento de certas partes específicas, a inversão de informações. Nós preferimos manter sob a mesma categoria, porque a referência é o conteúdo fabricado. Isto é, uma mentira montada a partir de mudanças que podem ser completas ou segmentadas e que, ao final, criam um conteúdo falso – ainda que tenha semelhanças com fatos verídicos.

Relações Públicas e Propaganda (Tandoc, 2017) remonta às discussões da década de 1960. Trata-se da matéria produzida por agências de propaganda ou de RP, com a finalidade de atender o interesse de segmentos específicos, de forma extremamente direcionada, com linguagem e aparência jornalísticas. Para Tandoc, o problema reside no fato de não se tratar de temas de interesse público produzidos com critérios de noticiabilidade. Além disso, em geral, há interesse comercial na veiculação desse tipo de conteúdo – que é, na realidade, propaganda. Apesar disso, a veiculação ocorre dentro do escopo noticioso ou jornalístico, sem distinção. Para o autor, trata-se, sim, de um tipo de fake news, uma vez que “leva

vantagem do formato de notícia” com a finalidade de “conferir maior legitimidade” (TANDOC, 2017) ao conteúdo, que pode ser um argumento ou um produto.

Por fim, temos o conteúdo manipulado, situações em que o processo de produção da desinformação inclui a alteração de imagens. Caso exemplar disso são as chamadas deep fake, que envolvem a manipulação direta do conteúdo com o uso de recursos computacionais que são capazes de alterar feições ou procedimentos mais simples que envolvem a inclusão ou a exclusão de imagens.

1.4 O enfraquecimento do jornalismo

Outro elemento que integra o quadro de disseminação da desinformação é o desmonte da prática jornalística. Nesse contexto de influências políticas e econômicas com amplo uso de desinformação, o jornalismo se tornou alvo de ataque, precisamente pelo seu papel central na democracia. Vale lembrar que o uso que Donald Trump fazia do termo fake news – que contribuiu para a popularização da expressão – era majoritariamente de modo acusatório à imprensa tradicional norte-americana. O contexto sugere, portanto, que o fim, a eliminação ou enfraquecimento de uma profissão – o jornalismo – que tem uma história, um código, uma lógica própria, permite a difusão rápida e intensa da desinformação.

É importante observar que o que as agências de checagem praticam, hoje, é o jornalismo como ensinado nas universidades: a checagem das informações, o princípio de diversidade das fontes e outros critérios de noticiabilidade. Essas práticas estão ausentes em boa parte dos jornais e mídias produtores de notícias da Internet e, assim, cria-se e difunde-se fake news e desinformação com muita facilidade. Este quadro também é afetado pelas alterações no jogo econômico da circulação de informações. Afinal, o jornal sempre foi vendido (com poucas exceções, como a mídia

pública) e, portanto, está imbricado nos movimentos políticos e econômicos. Na dissociação entre produção de conteúdo e veiculação, com produção difusa e múltipla e veiculação por meio das plataformas, o jogo econômico é profundamente alterado. Então, a própria sustentabilidade da mídia tradicional fica comprometida e, como já pontuamos, as plataformas de veiculação descolam-se do conteúdo veiculado. Na imprensa tradicional essa dissociação não era possível.

Neste processo é possível identificar, de forma recorrente, os jornalistas como alvos de ataques dos haters, em plataformas como o Twitter. Também são frequentes os “cancelamentos, e ações que visam “destruir reputações”. É curioso que grupos que são fortemente veiculados à disseminação da desinformação tenham como um elemento importante em sua estratégia o ataque a jornalistas. Assim, observa-se que este enfraquecimento acontece por meio de diferentes estratégias, numa dinâmica que atende aos interesses das plataformas. Estas, por sua vez, são o segmento que mais lucra com uma menor confiabilidade da imprensa e dos jornalistas, aliadas a diminuição de seu poder econômico-financeiro.

2. Religião e Fake News nas mídias sociais

No contexto da desinformação, a religião é um elemento extra, que se sobrepõe a outros elementos que potencializam a disseminação de notícias falsas. O que a religião oferece é a organicidade de um grupo específico e as relações de confiança – que são elementos muito importantes nas dinâmicas de propagação de desinformação. Vale lembrar que a característica diferencial do WhatsApp, veículo destacado na disseminação de desinformação, é ser uma ferramenta de comunicação de confiança. Ele foi criado para ser um instrumento de comunicação com a família, com pequenos grupos privados: essa é a lógica do WhatsApp.

É importante destacar a dimensão de cuidado que é acionada na propagação da desinformação. A pessoa recebe uma (des)informação sobre algo que pode prejudicar as pessoas e ela repassa para alertar os membros de sua comunidade sobre aquilo. Podemos formular um exemplo fictício, quase absurdo: alguém recebe um áudio que diz que se a pessoa deixar o chinelo voltado com a sola para cima, a mãe dela pode morrer. Ela recebe um meme com a mesma história, supostas matérias com depoimentos de pessoas que perderam suas mães e gostariam de ter sido avisadas. Isso chega a esta pessoa a partir de suas redes pessoais, de amigos, familiares em quem ela confia. Então ela repassa para alertar as pessoas de sua comunidade – é um aviso e uma forma de cuidado. O que as religiões propiciam para a potencialização da desinformação é a organicidade. Elas são espaços caracterizados por uma grande capilaridade social, pois os fiéis se reúnem periodicamente e estabelecem relações de confiança. Por isso as mensagens trocadas entre pessoas das comunidades religiosas têm alta credibilidade – dentro do próprio grupo. A religião configura-se como uma camada a mais na estrutura da disseminação de desinformação, que é a linguagem.

O caso do título de Doutor Honoris Causa, oferecido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ao presidente da China Xi Jinping, é um exemplo típico de desinformação com repercussão no ambiente religioso. A informação circulou na Internet em março de 2020, como se fosse do momento. De fato, houve uma titulação oferecida pela UFRJ quando o presidente da China esteve no Brasil, em 2019.

Durante a pandemia, na fase em que o governo brasileiro procurava construir uma culpabilização da China, enquanto amenizava a doença causada pelo coronavírus, a Gazeta do Povo publicou uma matéria dúbia, sem referência temporal, e autoria, narrando a titulação. Ou seja, não há a quem responsabilizar pessoalmente. O texto não informa

sobre a longa história de parceria do centro de Química da UFRJ com a China, muito menos que o presidente chinês é químico – motivos que geraram a concessão da titulação. Também não houve qualquer menção ou exposição da foto do presidente Jair Bolsonaro com Xi Jinping já que a intenção, em 2020, era de ataque à UFRJ.

No dia seguinte à publicação da matéria dúbia da Gazeta do povo, o blogueiro Allan Santos, bolsonarista católico, criador do Terça-Livre, reproduziu a (des)informação. Como ele, personagens influenciadoras do Twitter, do Facebook, do YouTube publicaram sobre a matéria da Gazeta. E então a história saltou para a mídia religiosa, primeiramente no Gospel Prime, em março de 2020 e posteriormente no O Verbo News. O jornal evangélico produziu um título confuso, acrescentando a ideia de que a UFRJ concedeu uma homenagem ao “ditador chinês que persegue cristãos”.

Essa adaptação do conteúdo é um exemplo perfeito do que Kelly Born (2017) descreve como personalização da mensagem: para a autora, essa é uma das características da era da desinformação. A Internet trouxe essa facilidade de produção de conteúdo, criar, editar, democratizar tanto a produção quanto a distribuição. Com isso, é possível editar e permanecer anônimo. Não é possível identificar diretamente – e às vezes nem mesmo rastrear – quem produziu, quem editou, quem é o emissor daquele conteúdo. Um dos elementos que o ambiente religioso traz, então, é adaptação da desinformação para o seu público específico. O público religioso possui um repertório de valores e de crenças sistematizadas, isso facilita a seleção e adaptação do repertório.

2.1 A pesquisa sobre fake news e religião no WhatsApp

O projeto de pesquisa “Valores e argumentos na assimilação e propagação de desinformação: uma abordagem dialógica” foi escrito no final de 2017 e aprovado em março

de 2018. Não fazíamos ideia dos eventos que ocorreriam no decorrer do pleito eleitoral de 2018. No início da pesquisa, tivemos uma semana na sede do Facebook, ouvindo os trabalhos uns dos outros e identificamos vários procedimentos metodológicos propostos. Um procedimento recorrente era a criação de grupos de WhatsApp para observar e avaliar uso de vídeos, tipos de mensagens, tipos de linguagem, de áudio etc. Os grupos seriam criados especificamente para a pesquisa.

A pesquisa do Nutes, junto a tantas outras do projeto, relacionava uma primeira etapa, qualitativa a uma segunda etapa, quantitativa, o método que observamos ser recorrente nas pesquisas fora do aplicativo. Fizemos primeiramente um quantitativo offline entre evangélicos e obtivemos 970 questionários respondidos, de pessoas das cidades de Recife e Rio de Janeiro coletados durante agosto de 2019. Inicialmente, recortamos igrejas Batistas e Assembleias de Deus como foco e, depois, tivemos que ampliar para outras pentecostais, para atender às indicações estatísticas para a amostragem.

A preocupação é entender os processos sociais, as compreensões que existem da tela para o offline. A pesquisa não está tão preocupada com as dinâmicas dentro da internet, mas buscamos identificar como as pessoas lidam com essa ferramenta, qual o tipo de relação que estabelecem com ela. É óbvio e é fundamental lembrar que esses processos são muito novos e um ponto muito importante é que são muito físicos, materiais. As pessoas andam com celular o tempo inteiro, dormem e acordam com esse aparelho: segura, toca, escolhe, envia; é muito tátil e, por isso, físico. A tela do celular já ultrapassou a tela da TV em termos de horas de captura da atenção das pessoas (tempo de exposição). A pergunta que a pesquisa procura dar conta é como essa relação repercute na vida social.

A título de conclusão

Provavelmente é muito cedo para consolidar, mas uma hipótese inicial da pesquisa do NUTES parece indicar que boa parte das pessoas que compartilham fake news o fazem mais por não atribuir tanto valor à esta questão. Um ponto que parece ser central nesse processo envolve as relações interpessoais e a confiança. Brashier e Schacter (2020) ao desenvolver um estudo sobre pessoas idosas, salientam em um de seus argumentos a importância da confiança interpessoal para esse grupo. Em nossa pesquisa isso se repete e parece ser um fator importante para a disseminação das fake news, pessoas que confiam mais em pessoas tendem a checar menos e a perceber menos a circulação das mentiras em suas redes sociais.

No meio religioso as relações de confiança são algo ainda mais presentes e foi nesse contexto que já se discutiu o papel da confiança mútua para o fortalecimento da democracia. Seria possível pensar que quanto maior a presença de capital social no meio de um grupo, quanto mais orgânico ele se apresenta, mais facilmente as pessoas confiarão umas nas outras e considerarão verdades as informações que circulam no seio desse grupo. Como a confiança é o valor principal, a presença de mentiras que corroboram opiniões e valores do grupo que não chega a ser um problema. Uma primeira análise dos dados coletados parece indicar um perfil que associa tanto menor percepção da circulação da desinformação, como também sentimentos amenizados envolvidos quando se desvela uma mentira.

Os grupos de WhatsApp ajustam-se perfeitamente à veiculação e confirmação de certezas e confianças mútuas, agregando velocidade e a possibilidade de associar imagem e som. Outro aspecto importante salientado por Brashier e Schacter (2020) é que entre pessoas idosas questões relacionadas à moral ocupam um patamar mais importante do

que a responsabilidade com a veracidade. Moral e valores são centrais no ethos religioso. Podemos, então, imaginar que a disseminação de desinformação é muito mais entendida como uma ação de cuidado ou de proteção a partir da afirmação de determinados valores, sendo isso mais relevante do que o compromisso com a verdade. Trata-se de um contexto em que são priorizados objetivos interpessoais em relação à precisão.

Nesse sentido, essas reflexões vão ao encontro aos achados de Zollo (2017) e colabores quando afirmam que “o principal problema por detrás da desinformação é o conservadorismo e não a credulidade”. Portanto, a questão dos valores e da confiança na tomada de decisão é algo que precisa ser central em quaisquer iniciativas, seja de estudo, seja de enfrentamento à desinformação. A centralidade do WhatsApp como ferramenta seria algo basicamente instrumental, extensão da vida cotidiana. Ignora-se a velha máxima de que o meio é a mensagem.

A pesquisa com redes sociais tem esse grande desafio, de entender como as pessoas lidam com essa ferramenta, o lugar que o aplicativo ocupa na vida da pessoa. Dados da pesquisa demonstram que 98% dos participantes afirmaram já ter utilizado o WhatsApp instalado em seu celular; o segundo aplicativo mais usado é o Google, com aderência de 95% dos participantes; e o terceiro é o YouTube, com 94%. Isso em pesquisa realizada entre evangélicos, que aponta, portanto, resultado curioso: o quarto aplicativo afirmado como mais utilizado é o “Bíblia Online”, em que 89% dos participantes afirmaram já ter utilizado o aplicativo com conteúdo bíblico em seu celular. O formulário oferecia uma lista com dez opções de aplicativos.

Isto posto, é interessante pensar que o grupo social que já foi conhecido como “o povo da Palavra”; “os Bíblias” possui, hoje, em seus celulares, adesão expressivamente superior ao WhatsApp do que à própria Bíblia. O que isso

representa em termos de cultura? O que isso representa em termos de lógica, em termos de uma sociedade que está em mutação? Essas são reflexões que devem ser levadas adiante em estudos de comunicação e religião.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARENDT, H. “Verdade e Política”. In: *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

BITTMAN, L. *A KGB e a desinformação soviética: Uma visão em primeira mão*. Campinas: Vide Editorial, 2019.

BORN, Kelly. *Seis características da era da desinformação*. NEAI-UNESP. 2017. Disponível: <neai-unesp.org/seis-caracteristicas-da-era-da-desinformacao> Acesso em: 24 mai 2019.

BRUNO, Fernanda. *Maquinas de ver, Modos de Ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2013

BRUNO, Fernanda. Rastrear, classificar, performar. *Ciência e Cultura*, vol.68 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2016. Disponível em: <cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v68n1/v68n1a12.pdf> Acesso em: 24 mai 2019.

CASTELLS, M. *O poder da comunicação*. Rio de Janeiro: Ed. Paz & Terra, 2015

COMISSÃO EUROPEIA. *Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia*. COM, 2018, 236 final. Disponível em: <eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52018DC0236>. Acesso em: 24 mai 2019.

DEMEROVIC, Alex. El Populismo autoritario como Estrategia Neoliberal de gestión de la Crisis. *Constelaciones*, vol. 10, p. 116-134, 2018.

FALLIS, D. What Is Disinformation? In: Exploring Philosophies of Information. *Libreary Trends*, Vol. 63, No. 3, edited by Ken Herold, pp. 401–426. The Board of Trustees, University of Illinois, 2015. Disponível em: <u.arizona.edu/~fallis/LIB%2063.3%2005.%20fallis%20401_426.pdf>. Acesso em 15 jan 2020.

FLORIDI, L. *Brave.Net.World: the Internet as a disinformation superhighway?*, The Electronic Library, Vol. 14 Issue: 6, pp.509-514, 1996. Disponível em <bit.ly/2SiZ3pE>. Acesso em 15 jan 2020.

FONSECA, Alexandre Brasil. *A Covid-19 e a desinformação que mata*. Le Monde Diplomatique Brasil, mai 2020. Disponível em: <diplomatique.org.br/a-covid-19-e-a-desinformacao-que-mata>

FRANCO, David Silva, FERRAZ, Deise Luíza da Silva. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 17, Edição Especial, Rio de Janeiro, Nov. 2019. Disponível em: <scielo.br/pdf/cebape/v17nspe/1679-3951-cebape-17-spe-844.pdf>

GENIETS, A. Engaging Youth in Low- and Middle-Income Countries Through Chat Apps: Challenges and Opportunities for International News Organizations. *International Journal of Communication*, 10, 2016, p. 3570–3584.

GIROUX, Henry A. Rethinking the Normalization of Fascism in the Post-Truth Era. *Tikkun Magazine*. 1 Abril 2019. Disponível em: <tikkun.org/rethinking-the-normalization-of-fascism-in-the-post-truth-era#_ednref16>

INTERVOZES. *Desinformação: ameaça ao direito à comunicação muito além das fake news*. São Paulo, 2019. Disponível em: <intervozes.org.br/publicacoes/desinformacao-ameaca-ao-direito-a-comunicacao-muito-alem-das-fake-news>

LYON, David. *Surveillance after Snoden*. Malden: Polity, 2015.

MAHAIRAS, A.; DVILYANSKI, M. “Disinformation – Дезинформация (Dezinformatsiya).” *The Cyber Defense Review*, vol. 3, no. 3, 2018, pp. 21–28. JSTOR. Disponível em: <jstor.org/stable/26554993>. Acesso em 16 Sept. 2020.

PACEPA, I. M.; RYCHLAK, R. J. *Desinformação*. Campinas: Vide Editorial: 2015.

TANDOC, Edson C.; LIM, Zheng Wei; LING Richard. Defining 'Fake News' – a typology of scholarly definitions. *Digital Journalism*. August 2017. DOI: 10.1080/21670811.2017.1360143.

WARDLE, Claire. Fake News. It's complicated. *First Draft News*. 16 Fev 2-17. Disponível em: <firstdraftnews.org/latest/fake-news-complicated>

WARDLE, Claire; Derakhshan, Hossein. Thinking about 'information disorder': formats of misinformation, disinformation, and mal-information. In: UNESCO. *Journalism, 'Fake News' & Disinformation - Handbook for Journalism Education and Training*. Paris: UNESCO, 2018.

WEBER, Max. *The Religion of China: Confucionism and Taoism*. Toronto: The Macmillan Cia, 1951.

ZOLLO F.; BESSI A.; DEL VICÁRIO M.; SCALA, A; CALDARELLI, G. *Debunking in a world of tribes*. Plos One 12(7), 2017

ZUBOFF, S. *The Age of Surveillance Capitalism*. Londres: PublicAffairs, 2019.

A MEDIAÇÃO SEGUNDO A ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO

VERLANE ARAGÃO SANTOS, CÉSAR BOLAÑO, MANOEL DOURADO BASTOS E ANDERSON DAVID GOMES DOS SANTOS

Apresentação

A concepção da Teoria da Dependência ou do Imperialismo Cultural que animou o debate latino-americano a respeito da Comunicação nos anos 1970 constituiu não só um achado teórico importante, mas também uma ação política que colocou a produção intelectual da periferia do capitalismo numa posição avançada e crítica diante das estruturas comunicacionais que regiam o mundo. Filha direta da abordagem funcionalista da “Comunicação para o Desenvolvimento”, a Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural reconfigurou o foco teórico que herdou da ação política do pós-guerra, com sua pauta a respeito do “livre fluxo da informação” passando a exigir uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC).

“Um mundo e muitas vozes” (1983) é, em forma de relatório da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o resultado direto da ação

de pesquisadores latino-americanos e de outras regiões do planeta comprometidos com uma crítica à gigantesca estrutura comunicacional que se montou no contexto de Guerra Fria. Ofereceu-nos uma utopia de que aquela nova ordem poderia superar o desigual estado de coisas montado à escala global, apontando para a superação da assimetria que a desigualdade econômica impunha para a lógica comunicacional, com concentração de poder político a níveis absurdos.

Passadas quatro décadas, observamos aquela utopia se desvanecer numa brutal concentração de poder, de que os gigantescos monopólios globais das mega-corporações digitais são uma expressão. A Economia Política da Comunicação (EPC), resultado crítico do contexto que gerou a utopia de “Um Mundo e Muitas Vozes”, oferece um significativo arsenal conceitual e de método para o enfrentamento da distopia que ora se apresenta. Lidando criticamente com as relações sociais de produção da comunicação, tendo por pressuposto dialético o desenvolvimento das forças produtivas, a EPC se constitui como um campo que, relembrando os velhos tempos, visa oferecer não só uma figura dessa distopia, mas, principalmente, desafiar as atuais condições anunciando que “uma nova mediação é possível”.

Conceito de constituição importante na América Latina, neste artigo expomos as contribuições da EPC para a definição de “mediação” capaz de enfrentar o atual quadro de crise do capitalismo, não só em suas particularidades próprias à Comunicação, mas também no que diz respeito às dinâmicas do modo de produção como um todo.

Para isso, inicialmente apresentaremos panoramicamente os elementos constitutivos da conjuntura na qual a emergência do neoliberalismo põe em xeque as concepções fundadoras da NOMIC. Em seguida, passamos ao reconhecimento dos aspectos próprios aos estudos de Comunicação, dedicando atenção aos pressupostos que levam

a uma crítica da Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural pela EPC. A partir daí, apontamos as principais categorias desenvolvidas pela EPC, seguindo pelos marcos do materialismo histórico-dialético, lidando particularmente com a questão da mediação. Discutindo no interior desses marcos a subsunção do trabalho intelectual, oferecemos uma alternativa aos debates dedicados ao paradigma digital, nos quais os estudos da Comunicação tentam lidar com as transformações da Terceira Revolução Industrial. Ao fim, nas considerações finais, sugerimos em que termos a EPC aponta um mundo em que “outra mediação é possível”.

2. A conjuntura econômica do último quartel do século XX

No final da década de 1970 e início da década de 1980, quando o Relatório MacBride vem a público, sinais evidentes de uma crise sistêmica profunda do capitalismo se manifestam, com queda das taxas de lucro, em comparação àquelas observadas durante a época de ouro do capitalismo no pós-guerra, e já começavam também a estabelecer-se as primeiras respostas, no contexto das economias centrais. Também é um momento em que reverberam, em muitas partes do planeta, movimentos de resistência face a um modelo de acumulação e de sociedade cujas contradições internas eram explicitadas e radicalizadas pela crise, levando à ruptura dos consensos anteriormente estabelecidos.

Esse quadro está bem apresentado no filme *O espírito de 45* (2013), no qual o diretor Ken Loach argutamente mostra como, já nesse período, na Inglaterra em particular, começa a haver uma ofensiva no sentido de garantir novas condições de desenvolvimento capitalista, capitaneada pela primeira-ministra Margaret Thatcher.

Uma tendência semelhante ocorria em todos os países centrais, na Alemanha de Helmut Kohl, no Japão e especialmente nos Estados Unidos, sob o comando de Ronald Reagan, cujas

políticas tendentes à recuperação da hegemonia econômica – aparentemente perdida, ou fortemente questionada pelos seus maiores competidores no que se refere à produção industrial, ao longo do período expansivo do pós-guerra –, viriam a promover um abalo profundo no conjunto do modo de regulação do sistema em nível global.

Embora o quadro mundial das economias atingidas por esse abalo fosse bastante heterogêneo, na América Latina o movimento é bastante semelhante, ainda que com defasagens temporais, como ocorre em geral ao longo da história do subcontinente. O Brasil, em particular, passava, como sociedade, por um processo crítico em termos políticos, pois estávamos ainda imersos no longo período dos estertores da ditadura militar, o que impunha limites à ação dos movimentos sociais que se organizavam em torno da luta pela redemocratização. Em termos econômicos, após um esforço importante, embora extemporâneo, de consolidação da infraestrutura e da planta industrial construídas ao longo dos cinquenta anos anteriores – chegando a garantir, ainda no início da crise global, taxas de crescimento relativamente elevadas às custas de um endividamento externo irresponsável –, a crise acabara se instalando, manifestando-se de forma devastadora no fenômeno da estagflação, que consumiria toda a década de 1980, marcada pelo melancólico desfecho do regime militar.

Ainda que certos espaços de desenvolvimento pudessem ser encontrados, como no caso da industrialização do Nordeste brasileiro, que preservou taxas de crescimento elevadas, o fato marcante do período foi o aprofundamento do gap tecnológico que separa a economia brasileira das economias do centro do capitalismo, que implantavam, naquele momento, o novo modelo tecnoprodutivo correspondente à Terceira Revolução Industrial, enquanto o regime militar brasileiro, instalado ao final da industrialização pesada, não fora capaz de garantir,

antes da sua longa crise terminal, mais que a acomodação do país a um padrão tecnológico condizente com a Segunda Revolução Industrial. Em alguns setores, não obstante, o investimento estatal abriu efetivamente espaço para avanços importantes no que se refere à base industrial e tecnológica necessária para a incorporação de novos padrões de desenvolvimento.

No caso do sistema de telecomunicações, em especial, o monopólio público permitiu formular as condições para a criação e a consolidação de uma infraestrutura que permitiria o avanço das comunicações e das indústrias culturais nesse período. Também no setor de informática, uma política nacional foi desenvolvida, que garantiria uma importante atualização tecnológica e de competências técnicas fundamentais para um eventual projeto nacional de desenvolvimento visando cobrir o referido gap. O ambiente macroeconômico global, no entanto, era extremamente adverso para a implementação de políticas industriais. O programa neoliberal de Reagan e Thatcher, ao lado do keynesianismo bastardo do projeto de retomada da hegemonia estadunidense, redundará, na América Latina e nos demais países endividados da periferia, em negociações extremamente desfavoráveis, pautadas pelas famosas cartas de intenções assinadas com o Fundo Monetário Internacional, incluindo a abertura econômica, como no caso da informática, e a privatização, como nas telecomunicações.

O Brasil, pelas peculiaridades do seu processo político, resistirá à implantação do neoliberalismo até sua efetividade na década de 1990, principalmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com seu amplo programa de privatizações, cujo caso paradigmático é justamente o do Sistema Telebrás (Telecomunicações Brasileiras S.A.), fragmentado e vendido por partes aos capitais internacionais.

Um aspecto importante desse processo é a separação do sistema de regulação em dois, um para a

radiodifusão tradicional, com base no Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, e outro representado pela Lei Geral de Telecomunicações, criada em 1997. Demarcam-se, assim os espaços de atuação dos atores hegemônicos nos três setores constitutivos da convergência tecnológica que se avizinhava: o audiovisual, dominado por uma burguesia nacional que estivera na base de apoio do regime militar; o das telecomunicações, vendido ao capital estrangeiro; e a informática, deixada também à ação livre do capital internacional com o fim da política nacional de informática no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992).

Considerando que processos semelhantes ocorreram no mundo todo ao longo dos anos 1980 e 1990, tornam-se claros os motivos do fracasso da implementação do Relatório MacBride, produzido pela UNESCO durante a década de 1970, refletindo em especial os interesses dos países chamados não alinhados, justamente num momento de ataque, por parte dos países hegemônicos, principalmente os Estados Unidos, contra as políticas nacionalistas, desenvolvimentistas e inclusive revolucionárias da periferia.

A virada neoliberal impunha a internacionalização dos meios de comunicação e a expansão das forças de mercado em nível global, como exemplifica o caso brasileiro. Do mesmo exemplo deduzem-se os motivos do desenvolvimento concreto dos setores da convergência e a posição subordinada assumida pelo Brasil e pelos demais países da periferia latino-americana na globalização neoliberal.

3. Sobre os estudos de Comunicação e a América Latina

No que se refere ao campo acadêmico da Comunicação, o importante aqui é lembrar a importância do pensamento crítico latino-americano, das chamadas Teorias da Dependência ou do Imperialismo Cultural e das políticas nacionais de comunicação nos debates em torno da NOMIC.

Esse foi, na verdade, o primeiro grande momento do pensamento comunicacional latino-americano, o qual, embora herdeiro na sua origem do funcionalismo norte-americano, acaba por receber também a influência da Escola de Frankfurt e, em especial, do estruturalismo histórico latino-americano e dos debates em torno do desenvolvimento do conjunto das teorias da dependência, inclusive aquelas vinculadas ao chamado marxismo-leninismo. No agregado, constitui-se a primeira escola do pensamento comunicacional latino-americano, como campo crítico amplo e complexo, vinculado ao conjunto do debate em torno do desenvolvimento e da dependência que mobilizava o estruturalismo histórico. Assim, a NOMIC surge como linha derivada da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), impulsionada pelo movimento dos países não alinhados, com forte presença latino-americana.

Todo esse rico horizonte intelectual, fortemente influenciado, em nível mundial, pelo marxismo, mas também por certas “epistemologias do sul”, como se diria hoje, entrará em crise depois dos ataques coordenados do centro hegemônico, que se materializa, por exemplo, na saída dos Estados Unidos da UNESCO, na mudança de rumo das políticas macroeconômicas daquele país, que redundavam naquilo que Conceição Tavares (1985) chamou “retomada da hegemonia norte-americana” e em todos os movimentos mencionados acima, que provocaram uma transição geral do modo de regulação do capitalismo, substituindo o keynesianismo dos trinta anos gloriosos pelo neoliberalismo como resposta à crise estrutural. Essas mudanças de ordem política se articulam com uma estratégia de reestruturação produtiva em que os setores da comunicação, especialmente informática e telecomunicações, mas também o conjunto das indústrias culturais, com o audiovisual à frente, adquirem uma enorme centralidade.

No campo da Comunicação, influenciado pelo que ocorria nas Ciências Sociais em geral, a começar pela Economia, o pensamento crítico sofrerá forte ataque, acabando por estabelecer-se a hegemonia das perspectivas pós-modernistas, tanto aquelas mais estritamente integradas, diretamente vinculadas à ideologia neoliberal, quanto as que se apresentavam como alternativas, niilistas, muitas vezes apoiadas em vertentes de esquerda, pós-estruturalistas, que levariam à deriva linguística que teria forte influência, por exemplo, nos Estudos Culturais, inclusive os ingleses, cuja origem marxista é indiscutível.

Durante todo o período que abarca, grosso modo, as duas últimas décadas do século XX, o pensamento marxista em Comunicação refugiou-se em grande medida no campo da economia política da informação, da comunicação e da cultura (EPC). Essa denominação, de origem canadense e estadunidense, precocemente adotada pela International Association of Media and Communication Research (IAMCR), corresponde a todo um conjunto de contribuições que propunham, como resposta à crise do pensamento crítico anterior, após o fracasso do projeto da NOMIC e das políticas nacionais de comunicação, um retorno aos trabalhos clássicos de Marx, especialmente *O Capital*, para a compreensão do problema em sua profundidade num momento de derrota do pensamento crítico. Esse é o caso da EPC brasileira, que se colocou desde o princípio na posição de bastião do pensamento crítico contra o crescimento avassalador das ideologias da pós-modernidade.

A partir de 1992, durante a sequência de congressos da IAMCR no Guarujá-SP e da Associação Latino-Americana de Investigadores em Comunicação (ALAIC) em Embu-Guaçu-SP, inicia-se o processo de unificação do campo da EPC em nível internacional. Não cabe entrar aqui na análise das complexidades que esse processo envolve. A questão que nos interessa aqui é a das particularidades da contribuição brasileira ao campo.

Se em 1988 pudemos encontrar em Mercado Brasileiro de Televisão (Bolaño, 1988) um conceito de Indústria Cultural adequado ao contexto do capitalismo tardio, com um método de análise que efetivamente se funda na Economia Política, ao longo da década de 1990 a EPC no Brasil finalmente desenvolveu os elementos que viabilizaram uma abordagem dialética de seu objeto que faça jus à Crítica da Economia Política. Com isso, venceu tanto a herança funcionalista de Teoria da Dependência e Imperialismo Cultural, quanto os determinismos presentes no marxismo vulgar. Para tanto, ao estudar as relações entre Indústria Cultural, capital e Estado, Bolaño adotou uma estratégia metodológica derivacionista que o leva ao conceito de Forma-Comunicação.

Desvencilhando-se da compreensão da comunicação como mera ferramenta com funcionalidade política, de um lado, ou de cunho comercial, de outro, a abordagem dialética da EPC a reconhece, antes, como uma forma social que dá a existir os aspectos contraditórios da autovalorização do valor. Partindo de um nível alto de abstração, essa crítica deriva logicamente a Comunicação da circulação simples de mercadorias, momento em que os possuidores delas são formalmente livres e iguais e se comunicam objetivamente. Esse momento se interverte no fundamento do terreno oculto da produção, em que os possuidores de mercadorias se reconhecem como o capitalista e o trabalhador, onde a EPC expõe uma comunicação que se dá de maneira objetiva, porém hierarquizada.

É a partir desta substância da forma social da comunicação que, progressivamente particularizada, caminhando de um nível mais abstrato rumo ao âmbito do concreto, por meio de uma estratégia metodológica regulacionista, a EPC vai analisar e expor a Indústria Cultural como instância adequada ao capitalismo monopolista para dar conta das funções de propaganda e publicidade. De posse desse conceito de forma social da comunicação e sua

particularização histórica, quando oferece uma compreensão própria de Indústria Cultural, a escola brasileira da EPC, em sua abordagem dialética, coloca no centro do debate uma crítica das transformações dos mundos do trabalho de caráter plenamente marxista, visando a abordagem da crise histórica expressa na Terceira Revolução Industrial.

Trabalho, mediação e hegemonia

Para lidar com o tema, precisamos dar atenção ao importante aspecto de mediação que o trabalho tem no metabolismo entre homem e natureza, dos homens entre si e, ao mesmo tempo, do processo histórico de dupla expropriação – dos meios de produção e do saber relativo às atividades do trabalho – que marca a passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho no capital. O esclarecimento dessas articulações é importante para a crítica das teses do fim da sociedade do trabalho e assemelhadas, disseminadas justamente no período de expansão das ideologias da pós-modernidade acima referidas, como parte do ataque ao pensamento marxista e que conquistaram grande aceitação no interior dos Estudos Culturais e do campo da Comunicação em geral.

Sobretudo a partir da queda do socialismo real na Rússia e na Europa oriental, dissemina-se, em amplos círculos intelectuais, a ideia de que o mundo estaria passando por mudanças profundas em direção a um tipo de sociedade da informação, ou sociedade do conhecimento, ou ainda sociedade pós-industrial, em rede, superando a velha sociedade do trabalho do capitalismo industrial estudado por Marx, pois estaria ocorrendo um deslocamento na produção do valor econômico e da riqueza do papel central do trabalho para a informação, o conhecimento e a cultura. O conceito de subsunção do trabalho que Bolaño (2002) opera a partir de Marx é fundamental para a crítica dessas noções que, com a

expansão de formas de precarização do trabalho, da economia das plataformas digitais etc., demonstram-se claramente insatisfatórias para a compreensão do tempo presente.

Nessa perspectiva, é fundamental entender que o progresso técnico, em Marx, está relacionado à subsunção real e à tendência de substituição de trabalhadores por máquinas, de trabalho vivo por trabalho morto, vinculada profundamente às contradições inerentes da produção capitalista, expressas na lei da queda tendencial da taxa de lucro. São justamente as respostas do capital no sentido de reverter essa tendência quando ela se manifesta, como no momento da crise estrutural dos anos 1970 de que falávamos, que levam à mudança do padrão tecnológico, ao progresso técnico e às revoluções industriais, que deslocam o problema para o futuro, sem poder, no entanto, eliminar essa condição imanente. Assim, a relação entre capital e trabalho vai-se modificando, mas nunca a ponto de permitir que o primeiro pudesse superar a sua dependência estrutural do trabalho vivo.

No caso das indústrias culturais, esse limite fica apenas mais evidente porque envolve um tipo de trabalho, intelectual, cultural ou criativo, de que a indústria não pode prescindir substituindo-o simplesmente por máquinas ou softwares. Os trabalhos de criação e edição são fundamentais nessas indústrias, setores que se desenvolvem com ritmos diferenciados de incorporação das novas tecnologias. Mesmo que possamos, acompanhando Ramírez (2009), falar de uma digitalização geral das indústrias culturais, esse processo, que implica uma reestruturação ampla de todos os setores econômicos, incluindo as indústrias culturais, realiza-se com graus de incorporação do progresso técnico muito diferenciados porque os limites à subsunção são também variados.

Aqui, prevalecem, por outro lado, em termos metodológicos, a distinção que se faz entre os termos no singular

e no plural. A Indústria Cultural como a lógica mercantil geral da forma social da comunicação própria do capitalismo, que se materializa nas indústrias culturais particulares, com suas condições específicas de financiamento, regulação, introdução e difusão da tecnologia, subsunção do trabalho etc. A análise da realidade concreta impõe a consideração dos diferentes níveis de abstração em que os fenômenos sociais podem ser apreendidos e das diversas dimensões que eles abrangem: macro e micro, coletiva e individual, global e local, formal e funcional.

A Indústria Cultural cumpre um papel de mediação entre o Estado e os capitais, de um lado, e o público, de outro. Para tanto, precisa subordinar e subsumir um tipo de trabalho particular. Bolaño (1997) expõe o caráter dessa mediação que o trabalhador cultural realiza, explicitando sua forte vinculação com as culturas populares. Assim, retomando a Escola de Frankfurt, aponta estas como a fonte originária para a criação da mercadoria cultural sob o sistema de produção, distribuição e consumo que se estabelece no capitalismo na sua fase monopolista, o que remete para a forma como se dá a construção da hegemonia ao longo do século XX, especialmente a partir do pós-guerra, com a introdução dos sistemas de radiodifusão que, regulados no plano nacional, articulam-se com a grande indústria global da música e do cinema especialmente, sob domínio dos Estados Unidos, para conformar o sistema global de cultura sob cuja égide ainda vivemos.

É nessas condições que os grandes meios de comunicação de massa assumem seu papel crucial tanto no estabelecimento das pautas que organizam o debate público quanto na estabilização da “forma cultural” e da “estrutura de sentimentos”, para usar os termos de Williams (2013). A ideia de mediação aqui subjacente está intimamente vinculada àquela de dominação de classe, na medida em que as instâncias

mediadoras representam justamente mecanismos cujo destino está ligado à preservação da hegemonia e, portanto, também, à luta contra hegemônica para a qual é fundamental a construção de outras mediações possíveis.

Trata-se de um conceito mais amplo do que aquele presente nos Estudos Culturais latino-americanos em geral, cuja contribuição se concentra basicamente nas articulações de ordem psicológica e cognitiva que se estabelecem no momento da recepção entre o meio e seu público. O estudo da mediação, nessa perspectiva, se apresenta, muitas vezes, como sugere o título da obra fundacional de Martín-Barbero (1997) - *Dos meios às mediações* -, como alternativa ao estudo dos meios, ainda que não seja propriamente essa a intenção. De fato, o que perde proeminência no desenvolvimento desses Estudos Culturais são os aspectos políticos e institucionais da teoria da mediação, abrindo as portas para o avanço do pensamento pós-moderno e para a deriva linguística, ou a “virada linguística” – como prefere dizer Stuart Hall (2016), referindo-se aos Estudos Culturais ingleses – das décadas de oitenta e noventa do século passado.

O conceito de mediação utilizado por Bolaño, por sua vez, sem desconsiderar a importância do consumo cultural e da recepção, vistos como peças importantes na construção da hegemonia e nas formas de integração social no capitalismo avançado, trata de restabelecer a prioridade do momento da produção, na perspectiva do materialismo histórico, e a centralidade da contradição capital-trabalho, incorporando, por outro lado, a questão do público através da formulação de um conceito de mercadoria audiência nos termos de uma crítica direta àquele de Smythe (1977). Com isso, apresenta uma teoria marxista da comunicação em que o conceito de mediação social cumpre um papel-chave, articulando, por um lado, os planos macro-sociológico – de análise das funções que a Indústria Cultural cumpre no capitalismo avançado – e

microeconômico – dos processos específicos de subsunção do trabalho nas diferentes indústrias culturais e da comunicação; e, por outro, os momentos da produção, distribuição e consumo, seguindo de perto as indicações de Marx (2011 [1867]) sobre o método dialético:

Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria [Stoff] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexu interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori.

Assim, em diálogo com a importância desse conceito, Bolaño (2020) indica que a EPC se define enquanto o:

[...] estudo das relações de produção capitalistas relativas à estrutura dos sistemas de mediação social, tendo por pressuposto o desenvolvimento das forças produtivas. Em outros termos, trata-se em essência da ampliação do ferramental crítico da economia política para a compreensão das estruturas de mediação social características do modo de produção capitalista, especialmente aquelas desenvolvidas a partir das transformações sistêmicas que se traduziram na constituição do chamado capitalismo monopolista, na virada do século XX.

A centralidade ontológica do trabalho e a sua subordinação histórica à lógica do capital constituem os fundamentos da análise marxista, inclusive da EPC, o que não elimina a necessidade de que esta dê conta também, tanto

do processo de consumo das mercadorias em geral e dos bens simbólicos e da comunicação, em particular, quanto das questões de gênero e raça envolvidas na constituição histórica da classe trabalhadora e dos sistemas de exploração capitalista. Neste caso, trata-se de um desafio que a EPC vem enfrentando e deve fazê-lo na perspectiva da ampliação das suas fronteiras de conhecimento, com o cuidado de evitar o ecletismo que tem levado autores pretensamente marxistas à deriva pós-modernista.

O novo debate em torno do trabalho

A resposta à crise estrutural de que vínhamos falando, no que se refere aos processos industriais, tem implicado na instauração de um novo paradigma produtivo, saído da chamada revolução microeletrônica, o paradigma digital, que se disseminará por todos os campos da produção, do consumo e da distribuição, alterando profundamente, para o que nos interessa mais de perto, o conjunto do sistema global cultural, que transita, na virada do século XXI – num processo ainda em curso, iniciado, na verdade, em 1995, com a privatização da internet –, do velho sistema da grande Indústria Cultural do pós-guerra para outro, articulado em torno das redes telemáticas e das chamadas plataformas digitais. Não se trata, por certo, do fim do sistema das indústrias culturais, mas, ao contrário, de uma avassaladora expansão da lógica do capital, que vem gerando todo tipo de ilusões e mal entendidos.

Um desses mal entendidos é o que se refere às profundas mudanças pelas quais o trabalho vem passando, o que, evidentemente, está no centro das preocupações da EPC. Tomemos o exemplo do jornalista, trabalhador intelectual submetido a um complexo processo de subsunção e de desregulamentação das relações de trabalho, iniciado no momento da informatização das redações, nos idos da década de 1980, e que vem se desdobrando até o presente, pautado pela

introdução das diferentes inovações relacionadas à implantação do paradigma digital. Ilustra, no plano do trabalho intelectual, um fenômeno que atravessa o conjunto da classe trabalhadora nesse processo, como é o da precarização segundo padrões que não diferem em essência de fenômenos do gênero observados no século XIX.

Tomamos o caso do jornalismo para evidenciar justamente que a precarização está presente, e de forma aguda, nos processos de subsunção do trabalho intelectual, ou seja, que estamos diante de um fenômeno geral, que afeta o conjunto dos trabalhadores, jogados em boa parte numa situação em que inexistem, ou são muito limitados, os vínculos com alguma representação coletiva, sindical, fruto não apenas das mudanças de ordem estrutural citadas, mas também da redução da consciência de classe, promovida pelas artimanhas da ideologia neoliberal, secundada pelas elucubrações pós-modernistas, inclusive por um capcioso reconhecimento, pelos ideólogos do capital, das opressões como meras questões de identidade que poderiam ser resolvidas no interior do próprio sistema de opressão, sem tocar no problema da exploração, na medida em que o conceito de classe é negado e os sujeitos reduzidos todos à falsa condição de empreendedores, naturalizando a ideologia da livre empresa.

A ideologia empreendedora, proposta na década de 1990, ligada em especial às teorizações de origem inglesa e australiana formuladas para servir a projetos de desenvolvimento de indústrias chamadas criativas, expandiu-se mundo afora desde então. Cria-se, assim, uma noção de sujeito empreendedor em lugar do sujeito trabalhador, extremamente nociva do ponto de vista da construção da consciência, que perpassa o conjunto da classe trabalhadora e a classe artística em particular.

De outro lado, temos um conjunto de autores pretensamente marxistas que, ao tentar negar a falsa concepção do fim do trabalho, acabam tornando-se, de fato,

o seu sucedâneo no século XXI, ao afirmar a identidade entre trabalho e consumo e reduzindo a complexa problemática da luta de classes a uma oposição idealista entre duas abstrações: o capital e a multidão.

Na perspectiva de estudos sobre Comunicação e Trabalho, o debate gira em torno da ideia de “trabalho da audiência”, adaptação da já citada interpretação de “mercadoria audiência” de Smythe ao contexto dos sites de mídias sociais e das plataformas digitais. Não entraremos a fundo nesta discussão pelos limites do objetivo deste capítulo, mas, em suma, há uma interpretação de autores como Christian Fuchs e Marcos Dantas, cada qual com sua especificidade, de que estamos trabalhando para as empresas ao usarmos estes meios de informação e elas transformarem os dados coletados em informação, posteriormente. O entendimento de mediação a partir do trabalho, que propusemos aqui, serve como interpretação também para este caso, como Bolaño já apresentou em diversas publicações. Ou seja, há mediação de trabalhadores na criação e na administração dos softwares e de seus algoritmos, como afirma Marques (2018, p. 127, grifos do autor):

O valor dessa mercadoria dados advém do fato de que sua produção e circulação só é possível por meio da atividade dos trabalhadores que atuam, direta ou indiretamente, na cadeia de produção das mídias sociais, como por exemplo a força de trabalho que projeta e produz hardware e software, bem como a mão de obra que lida com os algoritmos e mantém em operação as plataformas tecnológicas que conformam a infraestrutura física, lógica e signica das mídias sociais. Esse trabalhador coletivo, que é heterogêneo e majoritariamente composto por trabalhadores assalariados, produz não só valor, mas também mais-valia que é apropriada pelos acionistas que controlam as empresas dessa cadeia produtiva.

Cabe à EPC hoje, herdeira da crítica da economia política, esclarecer todos os equívocos e ilusões, pois, enquanto o pensamento voa, as características mais nefastas do sistema vão se apresentando na vida real, surgindo das profundezas da crise que a pandemia da Covid-19 escancara, intensificando processos que já estavam em andamento, como o recurso ao home office, ao trabalho por via remota, com todas as implicações que isso tem e terá sobre o aumento da intensidade, a extensão do tempo de trabalho e o aperfeiçoamento das formas de controle à distância, que redundarão, necessariamente, em formas de assalariamento regressivas, próximas do velho pagamento por peça, ou por volume de produto, e em sistemas de vigilância e de controle mental extremamente sofisticados.

Trabalharemos mais, seremos remunerados por muito menos. Todo aquele progresso técnico que possibilitaria a diminuição da jornada de trabalho e mesmo o fim do trabalho, nas previsões dos iludidos pelo desenvolvimento tecnológico do final do século passado, mostra a sua verdadeira face. É claro que a redução radical da jornada de trabalho é uma possibilidade aberta. O desenvolvimento tecnológico atua sempre nesse sentido, mas a realização dessa possibilidade não deriva simplesmente do progresso técnico. Só a própria classe trabalhadora poderá arrancá-la das garras do capital, cuja lógica preside todo o processo. Entretanto, para isso ela precisa reconhecer-se como tal, como portadora de um projeto de transformação radical da sociedade, o que exige a superação das ilusões e a construção de uma teoria revolucionária adequada ao tempo presente.

Considerações finais

Em seus diários, Walter Benjamin (1991, p. 539, tradução nossa) anotou uma máxima brechtiana que afirma: “Não partir das boas velhas, mas das novas ruínas”. Em se tratando de uma teoria crítica da sociedade cujo interesse se funda

na práxis que visa a transformação, a consigna brechtiana é fundamental. Trata-se de enfrentar os problemas apresentados pelo presente. Contudo, não é o caso de ignorar onde as novas ruínas se fundamentam. Como disse o jovem Lukács (2003, p. 64) em *História e consciência de Classe*: “Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método”. A dialética marxista pensa justamente sobre o núcleo central que faz o capitalismo se mover, a fim de não ser apanhado pelas aparências.

Assim, se é verdade que, desde os anos 1970, estamos passando por alterações significativas na dinâmica do capitalismo, não é menos verdade que os fundamentos do modo de produção não se modificaram, nem poderiam. Logo, a dialética materialista desenvolvida por Marx a partir da teoria do valor-trabalho, a fim de analisar e expor criticamente a lógica histórica do capital, continua de pé mesmo diante das alterações da dinâmica do capitalismo, constituindo o principal arsenal conceitual capaz de enfrentar a crise que se apresenta como uma mutação acelerada e profunda.

Na medida em que o modo de regulação neoliberal com regime de acumulação com dominância financeira se assenta numa dinâmica digitalizada, a EPC tem um quadro categorial bem definido nos últimos trinta anos para lidar com as transformações em curso. Não por acaso, foi o estudo crítico dos fundamentos da Indústria Cultural que ofereceu as bases para que a EPC evite as confusões em torno do trabalho necessário para produzir a mediação própria ao capitalismo.

É assim que a EPC, se posicionando como uma abordagem da Comunicação que se funda na Crítica da Economia Política, não se furta em lidar com as transformações que vêm gerando um conjunto de concepções distópicas nas Ciências Humanas como um todo. Sem aderir a qualquer tom fatalista, a EPC tampouco se anima com as promessas emancipatórias que eclodem dada a mera

animação com visadas parciais. Trata-se de colocar na devida posição histórica as transformações que fazem de aspectos como a rede mundial de computadores um elemento da longa série de estruturas voltadas para a autovalorização do valor. Só assim podemos afirmar que, se há um caminho para a transformação, ele será aberto na práxis, que é ao final o que demonstrará que “uma outra mediação é possível”.

A crise com que nos defrontamos, em todas as suas dimensões, inclusive a crise sanitária, fruto do desequilíbrio ecológico promovido por décadas e séculos já de devastação em proveito da acumulação, é a crise do capitalismo. Ela implica em esgarçamento do tecido social e impõe extremas dificuldades para a construção de um projeto alternativo que unifique o conjunto dos movimentos empenhados em estabelecer um padrão societário radicalmente novo, em que todas as opressões serão eliminadas e o homem não será mais o lobo do homem. Se ele ainda for possível, esse projeto emancipador só poderá vir da classe trabalhadora.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften* - VI. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1991.

BOLAÑO, César. A centralidade da chamada Economia Política da Comunicação (EPC) na construção do campo acadêmico da comunicação: uma contribuição crítica. In: _____. *Comunicação e a Crítica da Economia Política: Perspectivas teóricas e epistemológicas*. São Cristóvão: Editora UFS, 2008. p. 97-112.

BOLAÑO, César. A convergência informática/telecomunicações/audiovisual”. *Revista Praga*. Estudos Marxistas. n. 4, p. 67-77, 1997.

BOLAÑO, C. R. S. *Conceitos da Economia Política da Comunicação*. 2019. (21m20s). Disponível em: <[dailymotion.com/video/x7mf5cm](https://www.dailymotion.com/video/x7mf5cm)>. Acesso em: 21 ago. 2020.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. *Mercado Brasileiro de Televisão*. Aracaju: EDUFS, 1988.

BOLAÑO, C. R. S. Trabalho Intelectual, Comunicação e Capitalismo. A re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 11, p. 53-78, 2002.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; NARVÁEZ, Ancízar; LOPES, Ruy Sardinha. Apuntes sobre la economía política de la información, la comunicación y la cultura latinoamericana. *Revista Chasqui*, n. 141, p. 215-234, 2019.

FIGUEIREDO SOBRINHO, Carlos Peres de. Algoritmos, subsunção do trabalho, vigilância e controle: novas estratégias de precarização do trabalho e colonização do mundo da vida. *Eptic On-Line*, v. 21, n.1, p. 156-172, jan.-abr. 2019.

FIGUEIREDO SOBRINHO, Carlos Peres de; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Social Media and Algorithms: New Configurations of the Lifeworld Colonization by New Media. *International Review of Information Ethics*, v. 26, p. 26-38, 2017.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

LESSA, Sérgio. *Trabalho imaterial: Além de Marx?* Niterói: Ed. Xamã, 2005.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARQUES, Rodrigo Moreno. Trabalho e valor nas mídias sociais: uma análise sob as lentes do marxismo. *Trabalho & Educação*, v. 27, n. 3, p. 111-130, set-dez. 2018.

MARX, Karl. *O Capital* - Livro 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. Edição do Kindle.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

O ESPÍRITO DE 45. Direção: Ken Loach. *Produção*: Fly Film Company. Reino Unido: s/e, 2013. DVD (94 min).

RAMÍREZ, Enrique Bustamante. Industrias culturales y cooperación iberoamericana en la era digital. *Pensamiento iberoamericano*, n. 4, p. 73-102, 2009.

SANTOS, V. A.; BARROS., J. S. M. S. S.; OLIVEIRA, H. S. Trabalho, cultura e criatividade: autonomia/heteronomia dos “empreendedores da música”. *Revista Chasqui*, v. 142, p. 203-219, 2020.

SMYTHE, Dallas. Communications: blindspot of western marxism. *Canadian Journal of Political and Social Theory*, v. 1, n. 3, p. 1-27, 1977.

TAVARES, Maria da Conceição. *A retomada da hegemonia norte-americana*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial da UFRJ, 1985.

UNESCO. *Um mundo e muitas vozes: Comunicação e informação na nossa época*. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

WASKO, Janet. Studying the political economy of media and information. *Comunicação e Sociedade*, v. 7, p. 25-48, 2005.

WILLIAMS, Raymond. A política e as letras. *Entrevistas da New Left Review*: São Paulo: Edunesp, 2013.

OS SONS QUE ECOAM EM TEMPOS DE PANDEMIA: ESTUDOS INICIAIS DOS PESQUISADORES DO GP COMUNICAÇÃO, MÚSICA E ENTRETENIMENTO SOBRE AS MUDANÇAS NO UNIVERSO DO SOM E DA MÚSICA EM DECORRÊNCIA DA COVID-19

NADJA VLADI GUMES, ADRIANA AMARAL, JEDER JANOTTI JR., MARCELO BERGAMIN CONTER, MARIO ARRUDA, MICAEL HERSCHMANN, SIMONE PEREIRA DE SÁ, THIAGO SOARES, TOBIAS QUEIROZ E VICTOR DE ALMEIDA NOBRE PIRES

O objetivo deste artigo é apresentar ideias discutidas pelo Grupo de Pesquisa Comunicação, Música e Entretenimento da INTERCOM a partir da experiência da live “Som e música em tempos de Pandemia” que foi apresentada no projeto “Lives Catédra INTERCOM” que se estendeu em um seminário com mais três encontros com a participação de 13 pesquisadores. Assim, o artigo funciona como um rizoma de pensamentos e ideias sobre música e comunicação em diversas camadas para pensar as práticas musicais no momento da pandemia e o isolamento social diante da disseminação do Coronavírus. Como há de ser dentro deste contexto, o artigo conta com a sensibilidade do leitor para compreender que muitas análises e observações ainda estão em processo para entender as dimensões que o novo normal trouxe para a ressignificação nas formas de se ouvir, produzir e circular música.

Nossa primeira mesa teve como tema central as lives e as questões que essa forma de consumo musical durante o isolamento social trouxeram para pensar a tensão nos campos da música e das mídias. Plataformização, performance, autenticidade, a articulação entre televisão e internet, gêneros musicais e (re)mediações nortearam as explanações deste debate. A segunda rodada de conversas teve como base a ecologia comunicacional que pressupõe escutas conectadas com as histórias de vida de quem está cantando, as posições políticas, os processos de expansão da narratividade da música discutindo questões como racismo e algoritmo, gênero e plataformas. No terceiro e último debate se abordou as fronteiras entre som, música e as reterritorializações urbanas a partir de fenômenos de ocupação sonora durante o isolamento social como músicas tocadas em balcões nas cidades europeias e os painéis nas janelas das cidades brasileiras.

As lives como estratégia de fruição em tempos de pandemia

1.1 As lives musicais como estratégia comunicacional

A apresentação do professor e pesquisador Thiago Soares (UFPE) explorou as lives musicais a partir dos enlaces entre performances musicais ao vivo e seus inúmeros processos de midiaticização em relação a execução da música ao vivo em plataformas digitais. Soares apresentou o que considera as problemáticas de investigação sobre as lives em três ações: a) As lives como desdobramento da música ao vivo; b) As lives como um novo estágio da plataformização da música; c) As lives como formadoras de redes sócio-técnicas a partir de gêneros musicais.

Nessa primeira ação, Soares destacou que problematizar a midiaticização da experiência musical ao vivo nas lives implica em reconhecer a existência da potência de um tempo vivido, compartilhado coletivamente. Para ele estamos reconhecendo

que apreender as lives musicais no contexto de pandemia implica em reconhecer traços de estudos sobre a condição do ao vivo no campo da música e suas relações com a ideia de suportes e técnicas midiáticas, bem como sobre uma história das transmissões ao vivo em outros dispositivos audiovisuais, especificamente a televisão. Em uma segunda problematização, Soares tentou entender as lives musicais sob o espectro da plataformização da cultura o que, para ele, implica na compreensão das infraestruturas de dados que regem o acesso a internet, as dinâmicas de software, os mercados que agem e regulam estas práticas e como ocorrem as regulações políticas e mercadológicas neste contexto.

Na percepção de Soares, a ambiência do YouTube é central para a possibilidade de transmissões ao vivo já que é uma plataforma que, além do consumo de audiovisuais em sentido amplo, é altamente utilizada para escutar música. Thiago Soares apontou para uma disputa pelas ambientações nas quais as lives circulam, como o Instagram e o YouTube, o que nos leva a sua última proposição: a premissa de que os gêneros musicais são importantes articuladores de engajamentos das lives musicais. Ele pontua que diferentes gêneros musicais geram balizas regulatórias, performáticas e, portanto, poéticas bastante particulares, possibilitando pensar a performance atuando em articulação com os gêneros musicais em um processo comunicativo ancorado na corporeidade e, ao mesmo tempo, em uma experiência de sociabilidade nas lives.

1.2 As lives de música como sintoma da plataformização: gêneros musicais e materialidades

A segunda apresentação foi da professora e pesquisadora Adriana Amaral (Unisinos) que procurou situar as lives como objeto comunicacional no contexto da plataformização (Poell, Nieborg e Van Djick, 2020) através da articulação de dois elementos centrais: gêneros musicais e materialidades a partir

das propostas analíticas propostas por Van Djick (2013) de construtos tecno-culturais e estruturas sócio-econômicas. Para tanto, ao longo da sua fala ela recupera algumas noções de plataformização no contexto da indústria fonográfica em suas relações com os diferentes gêneros musicais e plataformas de música (Amaral, 2009) indicando transformações no consumo musical e na própria construção de endereçamentos dos gêneros musicais, como nos casos das possibilidades de “tagueamento social” como no caso dos estudos sobre o Last.fm na década passada. A plataformização da música pode ser pensada a partir da confluência entre os estudos das materialidades, estudos de software e elementos sócio-econômicos, além das articulações entre os estudos de som e música e a cultura digital.

Como casos ilustrativos, Amaral trouxe duas lives pertencentes a diferentes gêneros musicais e em duas redes distintas: As lives do Gothicat Festival (YouTube/Facebook/Twitch) e as lives da Valesca Popozuda (Instagram). Ela também teceu algumas observações sobre a produção de uma live de músicos independentes no âmbito do curso de graduação em Produção Fonográfica da Unisinos. No caso do Festival Gothicat há mediações e transposições do formato tradicional de festivais alternativos para o ambiente do vídeo com a presença de um apresentador, o jornalista e “youtuber” da cena gótica europeia André Savetier - apresentador do canal The Wave of Things que conjuntamente com a banda italiana de darkwave Ash Code - fizeram a curadoria a partir dos vídeos enviados pelos próprios artistas. Essa remediação entre vídeos gravados em shows, videoclipes e formatos como lyric vídeos e até mesmo vídeos gravados em casa durante a pandemia alteram a forma de entendimento e de fruição do que se pensa como festival. Ao mesmo tempo, estruturas mais tradicionais como recurso da curadoria do jornalista e dos músicos, a ênfase na qualidade das indicações do material de bandas novas e do apoio à cena musical remonta aos discursos subculturais tradicionais.

Da mesma forma as lives do curso de Produção Fonográfica realizadas em maio no Instagram foram pensadas nessa articulação entre o profissionalismo e o “Faça Você Mesmo”. As dificuldades relacionadas ao uso dessa plataforma para lives musicais fez com que uma turma focasse no “ao vivo” trocando entradas e tendo a jornalista Camila Kehl como apresentadora e uma outra turma resolvesse experimentar com vídeos gravados, mas também mantendo a questão da apresentação. Já no exemplo da live da funkeira Valesca Popozuda, a ideia do profissionalismo não aparece e é deslocada para a questão do lo-fi, da dublagem e da relação com a imagem e os processos de celebrificação, onde a importância está mais na conexão com os seguidores e a presença material da cantora amplificando os laços e vínculos com os fãs, dispensando apresentações e produzindo a live a partir de sua casa em seu perfil pessoal.

1.3 Performances de autenticidade em tempos de pandemia: a live Em Casa com Ivete

A pesquisadora e professora da UFF Simone Pereira de Sá apresentou uma análise da primeira live de Ivete Sangalo. Simone nos provocou a pensar como a estética do YouTube está sendo apropriada pela televisão, reconfigurando a estética da transmissão de shows ao vivo na TV. Nesse exercício, ela analisou as lives a partir das estratégias de plataformização da música trilhando as seguintes pistas: a) Live como produto nativo da cultura digital; b) Analisar a live a partir da noção de roteiro performático de Diana Taylor (2013) e pensar sobre a materialidade desta performance; c) Indagar como se dão estas múltiplas formas de endereçamento da performance, habitando ao mesmo tempo a cultura digital e a televisão. A partir desses caminhos, questiona as apropriações e tensões que são produzidas nesta circulação multiplataformas: O que Ivete encena? E como encena? E nos provoca a pensar no roteiro

utilizado para que a live funcionasse num cenário de escassez de profissionais, aparatos técnicos e de público presencial que fazem parte da experiência dos shows ao vivo. Para ela há uma aposta na encenação de uma autenticidade construída a partir da exibição do ambiente e da vida privada da cantora: marido, filho mais velho, cozinha.

Como categorias de análise, ela traz as seguintes perspectivas: 1) Atores humanos que performam: Ivete, o marido e o filho mais velho, tendo como cenário o ambiente doméstico (cozinha/sala da casa); 2) Exibição das tecnologias de produção: computador em cima da bancada no qual escolhem as músicas bases para Ivete cantar; celular que ela consulta para ver mensagens dos fãs; câmera manuseada pelo marido; 3) Figurino: pijama de bolinha pink desconfortável; 4) Repertório: festa, animação, grandes sucessos, cânones do carnaval e do pop e um grand finale com clássicos da disc music. Na sua análise, Simone Pereira de Sá pontuou que o roteiro reforça certas marcas da persona de Ivete: relação familiar bem resolvida, filhos tardiamente, harmonia, sinceridade, faz as coisas com o coração. E, ao mesmo tempo, mostra uma cantora que domina qualquer palco e que não se amedronta frente às limitações do cenário de pandemia.

Nas suas indagações, Simone Pereira de Sá coloca que o show mantém uma coerência performática com a trajetória de Ivete, mas a performance evoca a informalidade e o amadorismo associados à cultura digital, apostando em vários momentos numa performance incongruente com o ambiente dos shows ao vivo transmitidos pela televisão. Nesse sentido, ponderou que se leva para a televisão algumas marcas estéticas do ambiente digital. E talvez, isso possa reconfigurar as transmissões televisivas de shows ao vivo, ainda muito marcadas pela mediação de âncoras, críticos e comentaristas. A pesquisadora relacionou essa análise com seu último trabalho, em co-autoria com Juliana Guttman e Simone Evangelista Cunha (2020),

no qual discute modos de apropriação de gêneros televisivos para constituição de áudio/visualidades no contexto digital, e mostra que um dos seus interesses é pensar justamente nesta articulação entre as múltiplas audiovisualidades que articulam televisão e internet, entendendo como a estética das lives do YouTube estão sendo apropriadas pela televisão.

1.4 (Re)mediações

A mesa foi finalizada por Victor de Almeida Nobre Pires (UFAL), Mario Arruda (UFRGS) e Marcelo Bergamin Conter (IFRS) que pensam o fenômeno das lives a partir de seus tensionamentos na interface dos campos da música e das mídias, articulando esse fenômeno a um cenário de múltiplas mediações culturais e sociotécnicas, que tem nos gêneros musicais e nas sonoridades uma centralidade importante. Eles analisaram o contexto das lives como uma remediação da performance ao vivo materializando-as em três casos de estudo específicos: o primeiro ligado aos artistas do indie, a partir do caso da live do Lou Barlow; o segundo exemplo vem de artistas ligados ao mainstream musical brasileiro, como Raça Negra e Ivete Sangalo; e outra mais ligado à música eletrônica, a partir dos casos de festas promovidos pela plataforma Zoom. A tentativa dos pesquisadores foi oferecer uma reflexão sobre diferentes materialidades da música ao vivo a partir de suas apropriações tecnológicas durante o contexto histórico da pandemia de Covid-19.

Primeiramente, apontaram para diferentes articulações entre as lives, os artistas, os gêneros musicais, as plataformas, os equipamentos de transmissão e público consumidor, relações que nos levam para complexas articulações da música com a sociedade e a tecnologia. Também ilustraram o rico cenário midiático e a centralidade que a música ao vivo assumiu durante o período de isolamento social. Em um segundo ponto, propuseram-se a pensar as remediações da

música ao vivo e refletir sobre as ressignificações dos palcos físicos e midiáticos ocupados por artistas, DJs, bandas e grupos performáticos dos mais diversos. Ou seja, a proposta deles é pensar as lives, não como um fenômeno “novo” ou “inovador”, mas como um retrato de nossa relação histórica com a música.

2. Cultura da conectividade

2.1 Ecologia comunicacional e escuta conexa

A segunda mesa, “Cultura da Conectividade, distopia e música em tempos de ambientação digital”, foi aberta por Jeder Janotti Jr, professor e pesquisador da UFPE, que teve como principal argumentação a importância da conectividade em um amplo sistema de consumo musical para escutar música em tempos de cultura digital. Na sua análise, ele pontuou que o acesso aos conteúdos musicais pressupõe conexões em rede através de subscrições em plataformas de disponibilização de música, aplicativos, hardwares, playlists, canais, compartilhamentos, ajuntamento de dados e partilha de rastros de navegação dos usuários. Estas informações são, ao mesmo tempo, performances de gosto e cluster de dados dos usuários. Neste universo, as categorizações musicais são parte do ajuntamento de consumidores que performam similaridades de gostos e rotas de navegação, que servem também para agrupamentos em redes de endereçamento dos anúncios digitais.

Janotti Jr observou que toda territorialização (e suas conexões) tem por pressuposto demarcações entre o dentro e o fora, bem como permissões especiais de circulação entre estes espaços, portanto, analisa que os vínculos estabelecidos na ação de escutar música são materializados de formas distintas. Ao citar José Van Dijck (2013), sublinhou que uma ecologia comunicacional deve levar em conta a conectividade digital como marca dos vínculos que atravessam as escutas musicais

em ambientações digitais. Ao pensar na escuta conectada, apontou que a plataforma YouTube é conhecida pelo acesso gratuito e plataformas como Deezer e Spotify, apesar da opção acesso gratuito com anúncios, firmaram-se no mercado através da opção de assinaturas premiuns que permitem escutas com ordenamento de músicas, sem anúncios publicitários. Para Janotti Jr., na paisagem musical atual, escutar música sem a interrupção dos inconvenientes anúncios tornou-se sinal de status e distinção cultural.

Na sua explanação ele também explorou as associações entre alguns gêneros musicais, plataformas e aplicativos de consumo de música, como Funk e YouTube, conexão recentemente ampliada pela presença da plataforma TikTok. Dessa forma, o pesquisador entende que as microambientações e o entrelaçamento de diferentes plataformas formam uma importante trama para a configuração do consumo de música nos tempos atuais e que as articulações entre classe, faixa etária, gênero, língua e raça operam recortes no consumo cultural, criando poéticas que incorporam as ambientações digitais ao modo como se escuta e consome conteúdos musicais.

Neste cenário, a utilização de plataformas de disponibilização de conteúdos musicais em aplicativos para diferentes dispositivos significa não só um espraiamento das possibilidades de escuta, bem como a arquitetura de íntimas relações entre conectividade, presença ubíqua da música, categorização musical e clusters de dados dos usuários. Janotti Jr ressaltou que se antes se pensou em cultura de massa e homogeneização da escuta, desde o consumo de música em conectividade o que se observa é uma crescente importância dos processos de customização das relações com a música.

Ao finalizar, Janotti Jr mostrou que o ecossistema de mídias conectadas acabou por assentar as curadorias humanas e não humanas como parte da escuta musical em ambientação digital, o que gera um certo acalanto através do pertencimento

a clusters de assinantes agrupados pelas preferências por músicas e trajetos semelhantes, o que fez com que os sistemas de recomendação fossem incorporados como parte do consumo musical. Para o pesquisador, escutar música é partilhar conexões e sentir-se agrupado através de sonorizações e categorizações musicais. E finalizou com a questão: mais do que nunca “a classificação classifica o classificador”, mas quem classifica a classificação?

2.2 O racismo como tecnologia social

Tobias Queiroz, professor e pesquisador da UERN, fez a próxima apresentação da segunda mesa e trouxe questões relacionadas a inquietações movidas pelos trabalhos de Ruha Benjamin (2019) e do livro organizado por Tarcizio Silva (2020). Sua fala dialogou com os Estudos de Ciência e Tecnologia, evidenciando uma leitura crítica da Teoria Racial. Para tanto, Queiroz traz como estudo de caso as lives da cantora carioca Teresa Cristina e focou seu trabalho na discussão das fissuras expostas pelo racismo a partir das materializações das lives na plataforma do Instagram. Ele sugeriu pensarmos nas estratégias de visibilização/invisibilização da rede social e observou como práticas discriminatórias se assentaram sem maiores questionamentos. Nessa perspectiva, Queiroz apontou para questões levantadas por Benjamin em seu livro “Race After Technology” (2019), onde a pesquisadora mostra como os códigos de plataformas são estruturados para direcionar as ações através de práticas racistas.

Queiroz trouxe sua atenção para a live no Instagram de Teresa Cristina onde, a partir de uma lógica da precariedade, porém com apropriações e com agenda política bem delimitada, a cantora buscou uma poética próxima da “coerência expressiva”, como apontam as pesquisadoras Simone Sá e Beatriz Polivanov (2012). Para ele essas questões foram potencializadas pela fala em primeira pessoa de Teresa Cristina, construída e, um

diálogo intimista e, ao mesmo tempo, apresentando brechas para a comunidade negra ocupar espaço político, em sintonia com a própria cantora, mesmo diante das limitações técnicas da plataforma Instagram.

Por outro lado, ele apontou que a própria Teresa Cristina exibiu o rompimento com estas marcas ao se consolidar como exemplo bem-sucedido de interação midiática em tempos pandêmicos no Instagram. A exceção confirma a regra da estrutura racial. Seu jeito espontâneo, tomando cerveja, fazendo lanches, rindo dos comentários e chorando emocionada, a cantora faz emergir de outro modo, a tensividade de elementos raciais, marcadores da sociedade brasileira. Na sua fala, Tobias Queiroz colocou que para a branquitude não necessita, a priori, de criar espaço e agenciamento cultural para suas vozes, ao contrário dos grupos minoritários. A capacidade intelectual e cognitiva da branquitude não é posta em dúvida, e se isto ocorrer, é sempre a posteriori. Para a pessoa negra as trajetórias são invertidas. A capacidade intelectual e cognitiva é posta em dúvida, a priori, e quando consegue um espaço de voz, isso exige que falemos sobre a necessidade de discutir as desigualdades raciais na sociedade.

Com atividades virtuais diárias, sempre no mesmo horário, temáticas pré-definidas e com caráter intimista, Teresa Cristina cultivou um número considerável de fiéis telespectadores. A hipótese de Tobias Queiroz é que este movimento desvelou um certo desconforto das pessoas negras em utilizar as lives do Instagram ou o Tinder, daí a necessidade da criação de “BlackTinders” e “BlackInstas” como uma espécie de “Quilombismo”, como sugere Abdias Nascimento (2019). Para Tobias Queiroz, estas são gambiarras que reforçam que tanto as redes sociais, plataformas e, conseqüentemente o consumo de música são atravessados por questões de gênero e de raça, e não há mais como obliterar estas questões. Por fim, o pesquisador chamou nossa atenção para não se continuar a

invisibilizar potenciais ocupações políticas por estes corpos negros e de negras na esfera midiática.

2.3 Na rede das baianas

A última fala da segunda mesa foi da pesquisadora e professora da UFRB Nadja Vladi Gumes que mostrou parte da sua pesquisa sobre a atual cena de música pop da Bahia no ecossistema de mídias conectadas, a partir da noção de cena musical atravessada por questões de recortes raciais e de gênero neste momento de pandemia. Sua explanação foi uma tentativa de compreender como se dão os fluxos de partilhas e dissensos a partir de plataformas como YouTube, Twitter e Instagram para entender como esses ambientes comunicacionais possibilitam o discurso racial e de identidade de gênero de artistas como Luedji Luna e Larissa Luz, pensando o lugar que os corpos dessas mulheres negras ocupam no ambiente de plataformização da música. Apesquisadora tentou compreender como as duas artistas utilizam essas ambientações (Instagram, Twitter, YouTube), reafirmando posições como o ativismo, a cultura afrobaiana e o afrofuturismo, marcas presentes nas performances da atual cena de música pop da Bahia.

Assim, para Vladi a autenticidade de mulheres negras ativistas construída pelas duas artistas fomenta o engajamento com os/as fãs e perpassa pela questão racial trabalhada nos posts de Instagram e Twitter. Percebe-se então que essa agenda pode ser observada a partir de comentários, fotografias e (re) postagens em torno da ancestralidade, poesias, arte, como também através de posições sobre questões contemporâneas como o assassinato do afro americano George Floyd e o movimento Black Lives Matter. A ideia, ao pensar a cena de música pop da Bahia nesse ecossistema, é perceber como se dá engajamento das artistas e fãs nas plataformas, indagando como a agenda do ativismo protagoniza os comentários dos/das fãs e fortalece as práticas musicais de Larissa e Luedji

afirmando territorialidades afetivas, sonoras e políticas que compõem a nova cena.

Ela aponta que as experiências dessas artistas possibilitam, na perspectiva pensada pela historiadora norte-americana Joan Scott (1988), compreender as desigualdades persistentes e refletir sobre a força política da música pop nessas performances em fluxo, e também entender como a cultura da conectividade tem ampliando o discurso desses grupos minoritários. Para ela a centralidade de raça e gênero nessa pesquisa é urgente e necessária, principalmente por ter a cidade de Salvador como protagonista. Ao finalizar, pontua que traz ainda ideias iniciais para compreender como essas artistas se instrumentalizam na luta antirracista e como os usos desse ecossistema, a partir das questões raciais e de identidade de gênero, moldam essas novas experiências e essas novas formas de presença.

3. Músicas e sons que ecoam nas cidades: outras sensibilidades em tempos de pandemia e distopia

A terceira e última mesa teve como foco os processos de sensibilização e de construção de conexões sociais temporárias através de “manifestações musicais presenciais mais distanciadas” que (re)configuram as paisagens sonoras. O pesquisador e professor da UFRJ, Micael Herschmann, apresentou na live Cátedras da INTERCOM uma análise sobre o modo como músicas e sons que ecoam nas cidades mais vazias, e silenciosas, chamando atenção para a presença recorrente de ondas sônicas difusas de diversos tipos que ecoam não só convocando a nossa atenção, mas também mobilizando de maneira catártica os actantes nos territórios sônicos. Herschmann trouxe exemplos de registros de artistas cantando, tocando, dançando e reproduzindo música nos balcões e varandas das urbes do exterior. E o exemplo do Brasil que, por conta de uma crise política, econômica e institucional

sem precedentes, realizou de forma recorrente manifestações políticas, que ganham expressividade na forma de “painéis” e “janelas”, nos quais emergiram protestos intensos contra a gestão atual do governo federal.

Para Herschmann, temos tido a oportunidade de constatar que vêm se produzindo durante a pandemia processos de sensibilização e de construção de relevantes conexões socioculturais e políticas temporárias que se materializam através de “manifestações sonoras presenciais mais distanciadas”, que constroem processos de reterritorialização urbanos com alguma potência. Na sua fala, ele tratou do caso dos músicos que se organizaram nos últimos três meses nas janelas, balcões e varandas em iniciativas de interação musical com os arredores. Ao citar o escritor francês Jacques Attali que fala que os “ruídos caracterizam a atividade social de diferentes épocas”, o pesquisador pontuou que o contexto dessa pandemia tem demonstrado que o homem moderno e especialmente o contemporâneo construiu e sedimentou uma cultura bem ruidosa da qual é profundamente dependente. Em outras palavras, Herschmann apontou que o interessante é que nesse contexto os atores estão descobrindo que têm também dificuldade em lidar com menos ruídos no cotidiano. Na sua percepção nem sempre o “silêncio” produz impactos positivos sobre os indivíduos, especialmente quando há um vírus de alta letalidade nos rondando, alerta o pesquisador.

Herschmann lembrou que podemos retomar os argumentos do Murray Schafer sobre a relevância da “ecologia sonora” e os efeitos nefastos do seu desequilíbrio sobre o homem. Micael Herschmann acredita que um “ambiente mais emudecido” pode entristecer e adoecer expressivos segmentos da população das cidades, em territórios nos quais os atores são acostumados em habitar ambientes marcados por palimpsestos sonoros intensos. Para ele, em muitos relatos durante a pandemia, se constata que os atores afirmam se

ressentirem dos sons que vazavam de forma esquizofônica pela cidade, e afirmam inclusive se ressentir do muzak cotidiano que antes tanto reclamavam, mas que estavam habituados. Na sua pesquisa observa que esses sons que importunavam, também faziam com que as pessoas se sentissem parte de uma coletividade pulsante. Outro aspecto destacado por Herschmann é que a música foi acionada, especialmente pelos atores como uma potente tecnologia do self, no sentido empregado por Tia DeNora. Assim, a música é agenciada não só como uma forma de autocuidado, como uma maneira de alterar nem que seja apenas temporariamente o estado de consternação e tristeza, mas também vem sendo empregada de forma astuciosa e tática como uma forma de se reconectar precariamente à algumas pessoas, para se reintegrar um pouco com o “tecido social”.

Herschmann destacou que para muitos atores a experiência do distanciamento e isolamento social foi vivenciada como uma “experiência de medo” e de perda de importantes referenciais. Traz como exemplo países como Itália e Alemanha que, em tempos de lockdown, a palavra de ordem era resistir, tentando manter de alguma forma, ainda que de maneira tênue, os laços com o entorno. Para o pesquisador, nessas circunstâncias não é à toa que uma composição - que foi reproduzida frequentemente nessas manifestações dos balcões - uma canção popular oriunda do meio trabalhador do século XIX intitulada *Bella Ciao*, virou uma espécie de hino dessa re-existência dos indivíduos em isolamento. Para ele tem sido possível perceber facilmente que as músicas que ecoam nessas manifestações são em geral muito conhecidas pela população local e acionaram uma espécie de “repertório mnemônico básico” da coletividade, pois em geral o efeito que se procura produzir na vizinhança é uma dinâmica a mais participativa possível: seja tocando algum instrumento, seja cantando junto ou mesmo dançando com os músicos.

Salientando Tia DeNora e Michael Bull, respectivamente, ele colocou que a tática de se produzir uma condição de “asilo musical contra o estresse” ou de bolha pode constituir-se em estratégia de sobrevivência interessante, que permitiu aos atores se distanciarem um pouco da avalanche de notícias trágicas ou distópicas que emergem no noticiário, redes sociais e na mídia de forma geral. Para Herschmann a proposta nessas iniciativas musicais vai em outra direção: através delas procura-se promover a reconexão com o outro, buscando alterar o psiquismo e o estado de espírito não só de quem está diretamente envolvido na iniciativa, mas da vizinhança e arredores que vai consumir essas performances musicais, essas sonoridades. Herschmann aponta o prazer da reconexão social nesse contexto muito peculiar e delicado, mas também a dimensão política dessas iniciativas mobilizadoras. Nesse sentido, observa que Giuliano Obici assinala de maneira contundente que a música que ecoa nos espaços urbanos voluntariamente ou involuntariamente acaba por promover políticas do som, pois geram experiências coletivas potentes que podem ganhar múltiplos significados, alguns até com sinais contraditórios.

Herschmann ressaltou que as experiências musicais recebidas como desejáveis e capazes de produzir nos atores um “estado momentâneo de ânimo”, de espírito coletivo e excitação, contraditoriamente podem gerar, ao mesmo tempo, nostalgia e angústia nos envolvidos, pois fazem com que se recordem não só justamente aquilo que está fazendo tanta falta hoje, mas também que não se sabe ainda precisar quando será possível voltar a realizá-las de maneira presencial e menos distanciada. Para Herschmann o caso da experiência musical coletiva, especialmente dos concertos ao vivo são valorizados aspectos relacionados às dinâmicas e consequências das sociabilidades: aprecia-se as performances, as estéticas, a qualidade de som e o ambiente

associado à aquelas iniciativas; mas é comum os atores estimarem esses acontecimentos por serem oportunidades de viverem experiências marcadas pela catarse em grupo, caracterizadas pela enorme proximidade e pelo intenso emprego corporal, pelo exercício da escuta e canto coletivos, da dança em grupo e/ou de taticidades de todos os tipos.

Herschmann sinalizou ainda que durante essa pandemia, a sensação é a de que os sons veiculados na grande mídia e nas redes sociais atualizaram o imaginário da “cidade do medo”, na qual o outro representa mais do que nunca um enorme risco no dia a dia. Ao mesmo tempo, a organização destas iniciativas musicais com as vizinhanças sensibilizou e mobilizou os atores: ressignificando sonoramente os espaços, gerando experiências coletivas que constroem territorialidades sônico-musicais, as quais promovem ainda que precariamente a reintegração de fragmentos do tecido social.

Considerações

Esse texto apontou alguns caminhos para se pensar como a música se materializa em um momento de isolamento social e pandemia, nas quais as formas presenciais foram transportadas para plataformas digitais, principalmente com as lives musicais, um formato que se potencializou para a fruição de música e a interação como uma forma de estarmos juntos, em casa. Dessa forma, o que tentamos trazer neste texto são fragmentos sintéticos da série de conversas iniciadas a partir do projeto “Lives Cátedra INTERCOM”, que prosseguiram durante o mês de junho possibilitando aos pesquisadores do GP Música, Som e Entretenimento pensar em diversas facetas desses processos que envolvem a plataformização da música, acentuada pela situação deflagrada pelo surgimento do novo coronavírus.

É importante lembrar às leitoras e aos leitores que o que foi apresentado aqui são ainda estudos iniciais de pesquisas,

mas que já apontam caminhos que permitem reflexões que envolvem a atualidade desse momento para entender as fricções (antigas e novas) que surgem e enlaçam os campos da música e das mídias como as modulações da música ao vivo, a centralidade das plataformas online, a materialidade dos dispositivos de escutas musicais, a performance, as lógicas de mercado, as territorialidades sônicas, as transformações da cidade diante das desigualdades de classe, raça e gênero que continuam a estruturar as relações sócio-culturais em nossa sociedade. Dessa forma, ao tentar trazer aqui o pensamento em processo dessas pesquisadoras e pesquisadores queremos chamar a atenção para a centralidade da música nas nossas vidas e principalmente sua importância para os estudos comunicacionais.

Referências

AMARAL, Adriana. Plataformas de música online. Práticas de comunicação e consumo através dos perfis. *Revista Contracampo*, Niterói, n. 20, nov. 2009. Disponível em: <periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17185/10823>

AMARAL, Adriana; AQUINO, Maria Clara. Eu recomendo.. e etiqueto: práticas de folksonomia dos usuários do Last.fm. *Revista Líbero*, ano XII, n. 24, p. 117-129, dez. 2009.

AUSLANDER, Phillip. *Liveness: Performance in a Mediatized Society*. New York: Routledge, 2008.

BENJAMIN, Ruha. *Race after technology: abolitionist tools for the new Jim code*. Medford, MA: Polity, 2019.

BULL, Michael. *Sound moves*. Nova York: Routledge, 2007.

DENORA, Tia. *Music and Everyday Life*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

FECHINE, Yvana. *Televisão e presença*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2008.

Nadja Vladi, Adriana Amaral, Jeder Janotti Jr., Marcelo Conter, Mario Arruda, Micael Herschmann, Simone de Sá, Thiago Soares, Tobias Queiroz e Victor Nobre

FRITH, Simon. *Performing rites: on the value of popular music*. Cambridge MA: Harvard University Press, 1998.

GUTMANN, J., CUNHA, S. E., PEREIRA DE SÁ, S. *As performances de empoderamento de Pepita em múltiplas audio/visualidades*. Trabalho apresentado ao GT Som e Música da XXIX Compós. Campo Grande, 2020.

HERSCHMANN, Micael; FERNANDES, Cíntia S. *Música nas ruas do Rio de Janeiro*. São Paulo: Ed. INTERCOM, 2014.

JANOTTI JR, Jeder. *Gêneros Musicais em Ambientações Digitais* (recurso eletrônico). Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG

MADRID, Alejandro. *Why Music and Performance Studies? Why Now?*. *Trans Revista Transcultural de Música*. v.13, n.1, 2009. Disponível em <sibetrans.com/trans/articulo/1/why-music-and-performance-studies-why-now-an-introduction-to-the-special-issue>. Acesso em 22 de agosto de 2020.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: Documentos de uma militância Pan-Africanista*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

PEREIRA DE SÁ, Simone Maria Andrade; HOLZBACH, Ariane Diniz. #u2youtube e a performance mediada por computador. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 20, p. 146-160, dez. 2010.

POELL, Thomas; NIEBORG, David e VAN DIJCK, José. Plataformização. *Revista Fronteiras estudos midiáticos*, São Leopoldo (RS), n. 22, v. 1, p. 2-10, janeiro/abril, 2020. Disponível em: <revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.01>

SCOTT, Joan. *Gender on the Politics History*. New York: Columbia University Press 1988 (p.28-50).

SILVA, Tarcízio (Org.). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares, afrodiaspóricos*. São Paulo: Literarua, 2020.

SOARES, Thiago. O videoclipe no horizonte de expectativas do gênero musical. *E-Compós*, v. 4, 26 jun. 2005.

Nadja Vladi, Adriana Amaral, Jeder Janotti Jr., Marcelo Conter, Mario Arruda, Micael Herschmann, Simone de Sá, Thiago Soares, Tobias Queiroz e Victor Nobre

TAYLOR, D. *O Arquivo e o Repertório: Performance e Memória Cultural nas Américas*. BH: Editora UFMG, 2013.

VAN DJICK, José. *The Culture of connectivity: a critical history of social media*. Oxford University Press: NY, 2013.

VAN DJICK, J., POELL, T., WAAL, M. *The Platform Society: Public Values in a Connective World*. Oxford University Press: NY, 2018.

AS MÚLTIPLAS MISSÕES DO RÁDIO NA CRISE DA COVID-19

MARCELO KISCHINHEVSKY, DEBORA CRISTINA LOPEZ,
LUIZ ARTUR FERRARETTO, VALCI ZUCULOTO E
FERNANDO MORGADO

A pandemia de Covid-19 impôs desafios inéditos ao fazer radiofônico. Emissoras tiveram não apenas que informar seus ouvintes em relação aos riscos trazidos pelo novo coronavírus, mas também adotar novas rotinas produtivas, para assegurar a saúde de seus profissionais, e enfrentar um fluxo inédito de desinformação. Há evidências de que o rádio desempenha papel central no enfrentamento à rápida disseminação da Sars-CoV-2, devido às características de meio de comunicação ágil, de credibilidade, apto para disseminar informação rapidamente para um grande público.

Na Espanha, pesquisa com 560 ouvintes apontou crescimento no número de horas de consumo radiofônico, considerado a fonte mais crível em tempos de politização da saúde pública e ataques ao conhecimento científico (RODERO, 2020). No Brasil, pesquisa Kantar Ibope Media divulgada em abril de 2020 revelou que 77% da população ouvia rádio e, deste percentual, 71% tinham mantido ou aumentado o tempo

médio de escuta e 20% estavam ouvindo “muito mais” durante a primeira fase das medidas de isolamento social .

O crescimento na audiência de podcasting foi ainda mais significativo, de acordo com levantamento da Voxnest: 2% em nível global, resultado puxado por Turquia, Índia, Colômbia, Argentina e Brasil. Houve aumento expressivo na Europa (53%), inclusive em países que adotaram lockdown, como Itália (29%) e Espanha (25%), com forte redução na mobilidade urbana – uma das chaves para o consumo cotidiano de podcasts.

Pesquisadores de todo o mundo vêm buscando dar respostas às muitas interrogações deixadas por uma pandemia que se alastra rapidamente, deixando um rastro de medo, incertezas e, muitas vezes, negacionismo. Em meio a discussões sobre um nebuloso “novo normal”, surgem esforços também no sentido de apoiar o ensino-aprendizagem de rádio e o letramento midiático, como o rico livro eletrônico de professores, jornalistas e radialistas colombianos que reúne textos, infografia e áudios sobre as possibilidades expressivas e informativas da radiofonia (ANGRINO e BALLESTEROS, 2020) e os ebooks de ampla circulação Covid-19 e comunicação, um guia prático para enfrentar a crise, com versões em português, espanhol e inglês (FERRARETTO e MORGADO, 2020a, 2020b e 2020c) e Dez passos para o ensino emergencial no rádio em tempos de Covid-19 (FERRARETTO e MORGADO, 2020d), lançados pelo Núcleo de Estudos de Rádio (NER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Todos gratuitos, de livre acesso.

Nesse contexto, o Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), promoveu debate sobre “O rádio na crise da Covid-19”, como parte da série de Lives Cátedra INTERCOM, no dia 4 de junho de 2020 . Na ocasião, foram discutidas as possibilidades de reconfiguração do fazer

comunicacional a partir da experiência dos professores Luiz Artur Ferraretto (UFRGS) e Fernando Morgado (Facha), coordenadores do NER/UFRGS, e os riscos de desestruturação do radiojornalismo profissional, a partir de dados levantados pela professora Valci Zuculoto (UFSC). A moderação da live foi realizada pelos professores Marcelo Kischinhevsky (UFRJ) e Debora Cristina Lopez (UFOP).

A seguir, os principais pontos que se desdobram destas discussões e que, com a pandemia ainda fora de controle, seguem na ordem do dia.

Um guia para lidar com a crise numa perspectiva comunicacional

Escrito por Luiz Artur Ferraretto e Fernando Morgado e lançado em abril de 2020, o livro Covid-19 e comunicação, um guia prático para enfrentar a crise parte do princípio de que todas as mídias precisam convergir no apoio à sociedade na luta contra a pandemia do novo coronavírus. A obra representa também um esforço do Núcleo de Estudos de Rádio (NER) da UFRGS, que extrapola seu foco original e exercita uma visão ampla, colaborativa e integrada sobre todos aqueles que protagonizam a dinâmica comunicacional.

Criado em 2016, dentro do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, em Porto Alegre, o NER reúne professores e estudantes. É certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência de fomento ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações do governo federal brasileiro. O foco do núcleo reside no mercado brasileiro de rádio, com clara ênfase nas emissoras comerciais. Tal opção se justifica pelo fato de os integrantes do NER entenderem que essas estações preponderam no setor de radiodifusão e precisam ser analisadas diante de um cenário ampliado da comunicação

em uma sociedade marcada pelas culturas da convergência (JENKINS, 2008) e da conexão (JENKINS; FORD; GREEN, 2014), pela midiamorfose (FIDLER, 1998) e pelo rádio expandido (KISCHINHEVSKY, 2016).

Assim, na elaboração de Covid-19 e comunicação, considera-se a vigência de uma sociedade em que se vive agregando e misturando formas comunicacionais antes isoladas, estando todas conectadas, em menor ou em maior grau, entre si. Em tal sociedade, os meios e os veículos afetam-se mutuamente, retrabalhando conteúdos e formas de transmissão e de recepção desses. Constatado que o rádio transborda para diversos suportes e avança sobre áreas antes exclusivas de outros meios, extrapola-se essa ideia para o conjunto da mídia, amparando-se nos processos culturais de convergência, de conexão e de transformação interrelacionada dos meios.

Apesar de partir do conhecimento científico, Covid-19 e comunicação, um guia prático para enfrentar a crise foi pensado com o intuito de ser uma cartilha de orientação e divulgação, indo ao encontro dos parâmetros que orientam os estudos e as reflexões do núcleo, que foram devidamente ampliados e aplicados também às demais mídias:

- (1) O rádio é um serviço relacionado à informação: cidadania, entretenimento, jornalismo, publicidade etc.
- (2) O comunicador (jornalista e/ou radialista) deve atuar como curador de conteúdo, mediador/fomentador de interlocução e certificador de acontecimentos e de posicionamentos.
- (3) Na contemporaneidade, o meio rádio posiciona-se como produtor de conteúdo em um contexto multiplataforma operado por profissionais que assumem múltiplas funções.
- (4) Há uma necessidade de mudança de cultura em, pelo menos, três níveis: formação, profissão e gestão.

(5) O contexto comunicacional é dinâmico e as mudanças ocorrem em velocidades diferentes em cada um dos meios tradicionalmente considerados como tal: jornais e revistas, rádio, TV e internet.

(6) Na disputa pela atenção do público e dos anunciantes, todos e tudo concorrem com todos e tudo. (FERRARETTO, MORGADO, 2020a, p. 7).

Processa-se há décadas uma acelerada conexão social baseada na convergência de conteúdos em áudio, imagem, texto e vídeo, compartilhados por amadores e profissionais. A pandemia e a circulação de desinformação comprovam a necessidade de se valorizar a comunicação organizada e corretamente realizada. Há que vencer, na guerra de narrativas, a Quinta Coluna das chamadas fake news e dos interesses obscuros. Nesse sentido, a pandemia de Covid-19 só poderá ser vencida com um planejamento estratégico para a crise em si e outro para a comunicação relacionada com esta crise.

Ainda que isoladas em suas residências, mas conectados através de diferentes meios tecnológicos, as pessoas necessitam de companhia virtual e de orientação segura, sendo que esta vem em larga medida da mídia profissional. Sendo assim, o NER acredita que:

(1) Nunca foi tão necessário ter tanto conhecimento do que se divulga em agências e assessorias de comunicação, jornais, revistas, estações de rádio, emissoras de televisão e serviços noticiosos e de entretenimento via internet.

(2) Nunca foi tão necessário ter tanta precisão na veiculação de informações por esses veículos de comunicação.

(3) Nunca foi tão necessário combater fake news.

(4) Nunca foi tão necessário cuidar da saúde de quem produz comunicação.

(5) Nunca foi tão necessário pensar na sustentação

econômica dos veículos de comunicação.
(FERRARETTO, MORGADO, 2020a, p. 8).

Em relação à produção e oferta de conteúdo, o guia...

[...] adota a ideia de movimento pendular: de jornalismo para entretenimento e vice-versa, de generalista para especializado e vice-versa, de ao vivo para gravado e vice-versa, de falado para musical e vice-versa, de imagens sobre o fato para a do profissional que descreve e narra esse fato e vice-versa, de mais interativo para menos interativo e vice-versa, de informação mais pública para menos pública e vice-versa, de uma comunicação tecnicamente mais sofisticada para outra menos sofisticada e vice-versa, de trabalho remoto (home office) para dentro do veículo e/ou em área externa e vice-versa etc. (FERRARETTO, MORGADO, 2020a, p. 8-9)

A obra assume, ainda, que “todos são produtores de conteúdo na sociedade contemporânea”. Coloca, entretanto, o profissional em um patamar mais relevante do que o ocupado pelo leigo.

É curador de conteúdo, mediador/fomentador de interlocução e certificador de acontecimentos e de posicionamentos. Assim, obriga-se a seguir procedimentos éticos e técnicos, além de assumir a responsabilidade pela definição de um planejamento constante. Em um momento de crise como o atual, isso vale para empresários, gestores e produtores de conteúdo de todas as áreas da comunicação humana. (FERRARETTO, MORGADO, 2020a, p. 9)

Covid-19 e comunicação, um guia prático para enfrentar a crise considera a existência de quatro diferentes campos de conteúdo:

- (1) O do jornalismo, no qual, mais do que nunca, é preciso diferenciar sempre a notícia ou o serviço informados do que é opinião e interpretação a respeito desses.
- (2) O da publicidade, de onde vem a sustentação econômica dos veículos, e o da propaganda, através da qual ocorre a necessária e imprescindível divulgação pública das ações de governo e de instituições envolvidas no combate direto à pandemia.
- (3) O das relações públicas, interrelacionado com as ações de divulgação jornalística e propaganda, mas focado na valorização institucional das várias instâncias do processo e de seus protagonistas.
- (4) O do entretenimento, essencial durante o confinamento (distanciamento social, isolamento, quarentena ou contenção comunitária/quarentena comunitária), quando se faz necessário manter o ânimo e a concentração nas medidas de segurança sanitária recomendadas pela Organização Mundial da Saúde. (FERRARETO, MORGADO, 2020a, p. 9-10)

No livro, procurou-se, ainda, pensar o papel auxiliar que a comunicação exerce no combate à pandemia. Nesse sentido, considerou-se a realidade dos veículos até as primeiras semanas do ano de 2020, a sua transformação durante e depois da crise, projetando um possível contexto suscitado a partir do instante em que for possível entrar em uma etapa de maior normalidade. A obra propõe reflexões a partir de quatro valores que precisam ser considerados por todos os agentes envolvidos no âmbito dos veículos de comunicação, notadamente empresários, gestores e produtores de conteúdo:

- (1) Flexibilidade, remetendo à ideia de adaptação fácil a novos cenários, sem abandonar, no processo, aquilo que é essencial.
- (2) Responsabilidade, qualidade de quem reconhece

seu papel e o exerce o mais plenamente possível, procurando obedecer a parâmetros éticos e técnicos na realização de suas atividades.

(3) Parceria, expressão de uma união baseada na solidariedade entre quem se coloca no mesmo patamar, dialogando e aproveitando diferenças para o exercício da complementaridade focada na consecução de objetivos comuns.

(4) Coragem, demonstração de força diante de situações complicadas que, para serem resolvidas, exigem criatividade, persistência, resistência e, acima de tudo, uma reação positiva frente à adversidade. (FERRARETTO, MORGADO, 2020a, p. 10-11).

Covid-19 e comunicação, um guia prático para enfrentar a crise baseia-se nas recomendações éticas presentes em distintos documentos de entidades representativas – empresariais e de trabalhadores – do setor de mídia e comunicação, além de valer-se de parâmetros técnicos ensinados em cursos universitários da área.

Sem a pretensão de estabelecer um olhar definitivo e estanque para algo tão dinâmico, o livro procura:

(1) Indicar procedimentos e provocar ações para a manutenção das atividades de agências e assessorias de comunicação, jornais, revistas, estações de rádio, emissoras de televisão e serviços noticiosos e de entretenimento via internet.

(2) Fornecer informações sobre a importância da comunicação e as suas formas de auxílio no enfrentamento da pandemia.

(3) Ir ao encontro de outros esforços semelhantes desenvolvidos, nacional e internacionalmente, por entidades da área de comunicação.

(4) Demonstrar, por meio do esforço concretizado na obra, a importância do investimento público na pesquisa científica e o compromisso das

instituições de ensino com um resultado prático de sua atuação, em especial em situações de crise. (FERRARETTO, MORGADO, 2020a, p. 11)

Por entender que apenas um esforço transnacional será capaz de gerar a força necessária ao combate da pandemia do novo coronavírus, Covid-19 e comunicação, um guia prático para enfrentar a crise foi disponibilizado gratuitamente na internet em três idiomas – português, espanhol e inglês –, com seus direitos de uso totalmente liberados desde que citada a fonte. Os pesquisadores do NER comprometem-se publicamente a revisar e lançar, com o mais fácil acesso possível, uma nova edição ampliada da obra caso verifiquem alterações significativas no futuro.

O exercício do radiojornalismo na crise da Covid-19

Ao debatermos impactos da crise provocada pela pandemia no meio rádio, as observações emergem paradoxais. Verifica-se alavancagem do potencial de informação carregado pelas mídias áudio e radiofônicas, sobretudo pela prática radiojornalística, tanto local quanto global, o que deveria e precisa ser valorizado e perseguido, principalmente neste momento em que tanto mais necessitamos de mídias e espaços de informação e comunicação com credibilidade e qualificação. Diante de mais este fenômeno que robustece o sentido de permanência do meio, pode-se dizer que o rádio também salva vidas, ao ter fortalecido seu papel social que, em situação catastrófica como a que estamos vivenciando, igualmente se aprofunda e torna-o ainda mais indispensável.

Lembrando José Ignacio López Vigil em seu Manual urgente para radialistas apaixonados (2003), é possível (re) conhecer a força informativa do rádio e o quanto este seu vigor é corroborado na atualidade. Conforme este autor, o rádio deve “informar para formar”, “informar para

inconformar” e “informar para transformar”. Concordando com López Vigil sobre a que se destina informar, consideramos que essas principais funções da informação servem como verdadeiras armas (de defesa da vida, é preciso ressaltar). Armas para combater os tantos flagelos e males impostos à humanidade nestes tempos assustadores que nos assolam, do coronavírus, intolerâncias de todos os matizes, desinformação aos ataques à democracia.

Por ser um meio secular, mesmo com esta potencialização de suas funções sociais, o rádio poderia também ser condenado à morte, da mesma forma estarecedora que se conforma a nossa atual realidade, na qual idosos e outras pessoas vulneráveis morrem diariamente às centenas, aos milhares, vítimas da Covid-19, e são consideradas descartáveis; suas mortes, naturalizadas como inevitáveis. Um contexto em que não apenas mortes, mas também o desemprego, não ter dinheiro para comer, entre muitas outras, são condições que igualmente afloram como inexoráveis ou banais. Mas bem ao contrário, esta crise sanitária que enfrentamos, sem precedentes há pelo menos 100 anos, vem reafirmando a essencial existência do rádio e ressaltando suas características e recursos que o tornam um dos meios de comunicação que mais se adequam à prática do jornalismo, sobretudo o local (ZUCULOTO; FARIAS, 2019).

Circulando informação, utilidade pública, entretenimento, o rádio também está ajudando a salvar vidas nesta crise e isso, em todas suas configurações: rádio de antena (seja no AM em extinção ou no revigorado FM), rádio na internet, webrádio, podcast, como em todos seus suportes e modos de recepção que vão do insubstituível radinho de pilha ou mesmo dos alto-falantes do pioneiro rádio-poste até o rádio de antena sintonizado nos smartphones ou as emissoras acessadas pela web.

Entretanto, nesta pandemia principalmente, deve-se compreender o meio em escopo ainda maior, na sua completude, observando também os impactos da crise na prática produtiva radiofônica e nesta, obviamente, os seus profissionais. Ou seja, quem faz o rádio, do técnico ao repórter, do produtor ao apresentador. E justamente neste foco é que encontramos um drástico contraste ao fortalecimento cada vez maior da função do meio. Encontramos a não valorização dos potenciais radiofônicos, em especial os voltados à informação, justamente quando são mais necessários para se confrontar um contexto contemporâneo de emergência sanitária enquanto mais se propaga desinformação.

A crise tem levado a sociedade a buscar meios de informação que considera confiáveis e, assim, impulsionado o consumo de mídias informativas, entre as quais o rádio, conforme dados de levantamentos de Kantar Ibope Media (2020) e Datafolha (2020). Ao mesmo tempo, porém, os profissionais são cada vez mais desvalorizados e considerados prescindíveis, sofrendo impactos que vão de condições de trabalho precárias até o desemprego. Uma pesquisa da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), realizada com profissionais brasileiros, já apontava em abril para uma precarização agravada durante a pandemia. De acordo com os dados da pesquisa divulgados pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ, 2020a), a maior parte dos jornalistas brasileiros relatou enfrentar problemas emocionais como ansiedade e estresse, redução salarial e/ou de benefícios, demissão, falta de equipamentos de proteção para desenvolver seu trabalho, entre outros impactos negativos da Covid-19.

Com o avanço da crise, poucos meses depois, a Federação evidenciou que houve agravamento das condições de trabalho impostas à categoria. Em outro levantamento, este próprio e concluído em julho, quando já se completavam cinco meses de Covid-19 no Brasil, a FENAJ (2020b) constatou que “3.930

profissionais jornalistas que trabalham em redações com carteira assinada, nas bases de 16 Sindicatos do país, tiveram redução de salário e de jornada durante a pandemia”. A nova pesquisa também revelou que “outros 81 jornalistas tiveram seus contratos de trabalho suspensos e 205 foram demitidos.”

O diagnóstico foi elaborado pelo Departamento de Mobilização, Negociação Salarial e Direito Autoral da FENAJ, com informações levantadas pelos Sindicatos de Jornalistas do Município do Rio, do Distrito Federal, de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Ceará, Londrina, Maranhão, Espírito Santo, Pernambuco, Minas Gerais, Sergipe, Alagoas, Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraíba, a partir dos acordos individuais e coletivos possibilitados pela Medida Provisória 936/2020, que foi convertida na Lei 14.020/2020, criando o Programa Emergencial de Emprego e Renda. (FENAJ, 2020b)

O estado de São Paulo e o município do Rio de Janeiro foram as bases sindicais que registraram mais jornalistas afetados. Ao divulgar os dados, a Federação Nacional dos Jornalistas classificou os resultados da pesquisa como alarmantes, “considerando a condição de risco que os profissionais enfrentam no contexto de pandemia”. Segundo o diretor Rafael Mesquita, do Departamento de Mobilização, Negociação Salarial e Direito Autoral da FENAJ, mesmo incluídos entre os profissionais de atividades essenciais, “diferentemente de trabalhadores da linha de frente, que em alguns casos conquistaram, merecidamente, algum tipo de adicional, nós fomos submetidos às medidas que reduzem direitos durante a crise sanitária.” O diretor reclamou que “enquanto arriscamos nossas vidas na cobertura noticiosa e nas assessorias de imprensa, somos massacrados pela redução salarial, as suspensões e as demissões” (2020b).

E não somente a categoria profissional, mas o Jornalismo, como instituição, ao mesmo tempo em que se

aprofunda a sua centralidade, a sua necessidade essencial para atender à sociedade no seu direito de receber informação de interesse público, viu acirrar-se os ataques e as tentativas de desconstituição da sua importância e da sua função social. A violência contra profissionais da comunicação como um todo, sobretudo contra a imprensa, recrudescceu durante a pandemia. Investidas neste sentido vêm tendo no próprio presidente da República um grave exemplo.

Monitoramento dos ataques de Jair Bolsonaro ao jornalismo e aos jornalistas, também realizado pela FENAJ (2020c), aponta que apenas nos seis primeiros meses deste ano o presidente atacou a imprensa 245 vezes. O levantamento, que vem sendo produzido pela entidade desde o ano passado, evidencia “211 categorizadas como descrédibilização da imprensa, 32 ataques pessoais a jornalistas e 2 ataques contra a FENAJ. São quase dez ataques ao trabalho jornalístico por semana, neste ano.”

Para além dos números, os dados mostram que as notícias sobre as ações do governo ou a postura do presidente sobre diversos assuntos transformam a imprensa em sua “inimiga”, com a construção de uma narrativa de ataques com o objetivo de promover a descrédibilização do trabalho jornalístico e da credibilidade da produção de notícias. Algumas vezes o presidente coloca a imprensa e os jornalistas como “inimigos do País”, por conta de coberturas que o desagradam. (FENAJ, 2020c)

A partir desta breve contextualização com foco principalmente no exercício do radiojornalismo sob a pandemia, observamos que a grave crise vem realçando a permanência cada vez maior do rádio e demais mídias sonoras, nas suas completudes, e também evidenciando, com igual grau de importância, a necessidade de valorização do jornalismo.

E compreendendo que o radiofônico se constitui em um dos meios mais adequados à prática jornalística, precisamos defender e trabalhar para que efetivamente desenvolva seu decisivo papel social de produzir, emitir, disponibilizar e fazer circular informação de interesse público.

Considerações finais

A pandemia acelerou os processos de desenvolvimento de vacinas e medicamentos, mobilizando toda a comunidade científica em nível planetário. Imunizantes que antes levavam até quatro anos para serem testados e aprovados agora passam por testes em larga escala em etapas cada vez mais comprimidas. Guardadas as devidas proporções, a comparação com os desafios colocados aos pesquisadores de áreas biomédicas como imunologia pode ser estendida ao campo da comunicação. O sentido de urgência, com a perda de vidas diariamente, se impõe. Emissoras de rádio foram obrigadas a colocar a maior parte das suas equipes em regime de teletrabalho. Comunicadores, repórteres e produtores passaram a atuar de modo remoto, utilizando tecnologia para compartilhar conteúdos, realizar entrevistas, entrar ao vivo no ar, desenvolver novos conteúdos.

As mudanças no fazer radiofônico são profundas e ainda estão por ser devidamente estudadas. Vão da estética e da linguagem, com crescente participação de vozes captadas com equipamentos caseiros, a aspectos trabalhistas, com redução de equipes, salário e jornada, incertezas em relação ao futuro e à segurança dos profissionais. Não há ainda clareza sobre tendências de aumento ou queda de audiência, bem como de faturamento publicitário, durante a pandemia. A crise da Covid-19 pode, portanto, acelerar processos de desorganização do mercado de trabalho formal ou mesmo favorecer novos hábitos de escuta e novas práticas profissionais, tanto de atores tradicionais (emissoras AM/

FM), quanto de podcasters, núcleos de produção radiofônica universitária, coletivos, ativistas etc.

O papel do rádio na pandemia vai além da disseminação de informações sobre a crise sanitária. No meio, encontramos ações diretamente vinculadas ao tema que exploram também o entretenimento, a divulgação de ciência, a utilidade pública, o radiodrama, entre outros. A música também assumiu protagonismo, permitindo um certo descolamento da tragédia e dos dados de avanço do vírus, fundamental para o período de isolamento social. Entre todos os movimentos e espaços ocupados pelo rádio, talvez a educação seja o mais surpreendente. Em um ciclo característico do meio, práticas pouco observadas foram retomadas, como é o caso das experiências registradas em São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Maranhão. Seja através de parcerias para a produção e circulação de pequenas inserções pedagógicas e informativas ou pela transmissão de aulas com duração de até uma hora, o acionamento do rádio permite alcançar um público diverso (que contempla do ensino fundamental I à educação de jovens e adultos) que muitas vezes não tem conexão à internet.

Essas experiências não são seminais. Em catástrofes anteriores, como o surto de ebola na África entre os anos 2013 e 2016 ou o terremoto chileno em 2010, há registros de aulas pelo rádio. Antes disso, no início do rádio brasileiro, havia ações de educação pelo dial. Edgard Roquette-Pinto desenvolvia ações como estas na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do meio no Brasil. Ações posteriores, como o Movimento de Educação de Base, o Projeto Minerva e o Programa Escola Brasil marcam a perenidade (ainda que não predominância) da relação entre educação e radiodifusão. Roseane Andrelo (2012) demonstra que a educação pelo rádio esteve presente na trajetória do meio através de diversas iniciativas que incluem projetos e ações de implementação de rádio escola.

Os contextos da pandemia são mais complexos do que a questão sanitária em si. Economia, educação, comunicação, turismo, mobilidade urbana, atendimentos de saúde para além do Sars-CoV-2, desenvolvimento científico, produção e distribuição de alimentos e insumos são alguns dos processos afetados pelas decisões políticas, pela (não) integração ao pensamento coletivo. A comunicação radiofônica, por falar a públicos diversos, por seu dinamismo e por atingir também sujeitos não conectados, é central nestes processos. Desta forma, pode contribuir para minimizar lacunas formativas e informativas, para o combate à descredibilização da ciência, para auxiliar na organização social regional, entre outros.

O fazer radiofônico tem sido tensionado durante a pandemia. Mudanças nas rotinas, com a incorporação de produções remotas, o acúmulo (ainda maior) de funções nas emissoras e a convivência com a insegurança em relação à saúde física e mental do comunicador, os ataques ao jornalismo e à ciência (fontes fundamentais do jornalismo em tempos de Covid-19) e também em relação à estabilidade profissional convivendo com o protagonismo do meio, com a relevância de seu papel para a audiência, com seu lugar formativo e informativo.

O rádio tem respondido a esse cenário e investido em novas formas de contar uma história. Durante a pandemia, surgiram inovações estéticas e narrativas tanto em produções de emissoras hertzianas quanto de rádio expandido. Outros elementos caros ao meio se reforçaram, como o diálogo com o ouvinte, a informação de utilidade pública e a conexão com o conteúdo local. Os processos tornaram-se ainda mais complexos, articulando-se com novos espaços de circulação, como a podosfera e a ecologia dos smart speakers. O protagonismo do meio derivou em novos objetos sonoros, em fenômenos a serem analisados, debatidos e compreendidos.

A resposta do mundo acadêmico a estes desafios tem que ocorrer em amplo espectro. Novas pesquisas deverão dar pistas sobre o comportamento e as percepções da audiência, a reconfiguração do fazer radiofônico em seus aspectos trabalhistas, legais e sociológicos, a diversidade da oferta de conteúdos e das fontes de informação, o ensino-aprendizagem de rádio sem o espaço articulador dos laboratórios, o letramento midiático do público para se contrapor à intensa circulação de campanhas de desinformação.

Neste sentido, é de sempre fazer ecoar desafios como o feito por Fernando Peixoto, inspirado em Brecht, no livro *Introdução à peça radiofônica*, de George Bernard Sperber (1980). Mesmo de 40 anos atrás, permanece atual para o (re) conhecimento da importância do meio.

[...] Hoje a técnica avança. E também a procura e a inquietação. É impossível escrever sobre tudo isso. É necessário ouvir. [...] O essencial é que esta estranha linguagem é viável: um campo inesgotável a ser ainda explorado pelos que se empenham no conhecimento e na transformação da sociedade. Para nós, o rádio, ainda que seja instrumento de maior penetração no povo brasileiro, parece um aparelho moribundo, medíocre ou limitado. Não é. Caberia a nós assumi-lo enquanto linguagem e instrumento. [...] O rádio é uma arma. As palavras de Brecht voltam como desafio/acusação: temos diante de nós um instrumento capaz de falar. É claro que sabemos que ele está nas mãos daqueles que, em benefício de sua classe, preferem-no como instrumento de silêncio ou de mentira. Mas saberemos ou não conquistá-lo e fazê-lo falar? Ou não teremos nada a dizer? (PEIXOTO, 1980, p. 5-10)

Precisamos continuar fazendo o rádio falar. O meio tem, sim, muito a dizer e, dizendo, participar da construção da democracia na comunicação e da própria democracia no Brasil, salvando vidas. Assim, também é de voltar a ecoar o que

está anunciado no texto de apresentação de uma publicação comemorativa dos 20 anos da Rádio Nacional (1956): “Onde há um rádio e todo homem é capaz de ouvir, tudo está salvo”.

Referências

ANDRELO, Roseane. O rádio a serviço da educação brasileira: uma história de nove décadas. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 12, n. 47, p. 139-153, 11.

ANGRINO, Daniel, BALLESTEROS, Tito (coord.). *Radio y coronavirus: Aprendizajes del medio de comunicación en tiempos de pandemia*. Colômbia, jul. 2020. Recurso digital disponível em: <drive.google.com/file/d/133Wsv4dOBu4ZD4Jywp1o3BMmkUWDC1B2/view>. Podcasts disponíveis em: <br.ivoox.com/pt/podcast-radio-coronavirus_sq_f1955407_1.html>.

BERTOLOTO, Rodrigo. *Onda resistente*. UOL. <uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/centenario-radio-viabiliza-aulas-onde-conexao-nao-chega-durante-pandemia/#cover>. Acesso em: 17 de setembro de 2020.

Em cidades do interior do país, escolas usam rádios locais para levar conteúdo a estudantes. *GaúchaZH*. Disponível em: <gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2020/05/em-cidades-do-interior-do-pais-escolas-usam-radios-locais-para-levar-conteudo-a-estudantes-ckaslzsl5007l01qysvrz8f16.html>. Acesso em 17 de setembro de 2020.

FENAJ. *Pesquisa Fij*: 61,25% dos jornalistas brasileiros têm aumento de ansiedade e estresse com o trabalho na pandemia. 2020a. Disponível em: <fenaj.org.br/pesquisa-fij-6125-dos-jornalistas-brasileiros-tem-aumento-de-ansiedade-e-estresse-com-o-trabalho-na-pandemia>

FENAJ. *MP 936*: Mais de 4 mil jornalistas do país tiveram impactos salariais durante a pandemia. 2020b. Disponível em: <fenaj.org.br/mp936-afeta-mais-de-4-mil-jornalistas>.

FENAJ. *Presidente Bolsonaro promove 245 ataques contra o jornalismo no primeiro semestre*. 2020c. Disponível em: <fenaj.org.br/presidente-bolsonaro-promove-245-ataques-contra-o-jornalismo-no-primeiro-semester>

FERRARETTO, L. A.; MORGADO, F. *Covid-19 e comunicação: um guia prático para enfrentar a crise*. Rio de Janeiro: Válega, 2020a. 62p. Disponível em: <bit.ly/livroner>.

FERRARETTO, L. A.; MORGADO, F. *Covid-19 y comunicación, una guía práctica para enfrentar la crisis*. Rio de Janeiro: Válega, 2020b. 62p. Disponível em: <bit.ly/libroner>.

FERRARETTO, L. A.; MORGADO, F. *Covid-19 and communication: a practical guide to face the crisis*. Rio de Janeiro: Válega, 2020c. 62p. Disponível em: <bit.ly/bookner>.

FERRARETTO, L. A.; MORGADO, F. *Dez passos para o ensino emergencial no rádio em tempos de COVID-19*. Rio de Janeiro: Válega, 2020d. 45p. Disponível em: <bit.ly/dezpassosner>.

FIDLER, R. *Mediamorfosis: comprender los nuevos medios*. Buenos Aires: Granica, 1998.

JENKINS, H. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.

JENKINS, H.; FORD, S.; GREEN, J. *Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável*. São Paulo: Aleph, 2014.

KANTAR IBOPE MEDIA. *Covid-19: Impactos no consumo de mídia – Rádio*. Disponível em: <kantaribopemedia.com/brasil-consumo-de-radio>. Acesso: 16/9/2020.

KISCHINHEVSKY, M. *Rádio e mídias sociais: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

PEIXOTO, Fernando. Descobrimos o que já estava descoberto. In: SPERBER, George Bernard (org). *Introdução à peça radiofônica*. São Paulo: EPU, 1980.

RÁDIO NACIONAL. *Rádio Nacional - 20 anos de liderança a serviço do Brasil, 1936-1956*. Publicação comemorativa da emissora. Rio de Janeiro: Rádio Nacional, 1956.

Rádio substitui salas de aulas durante pandemia do coronavírus. *EBC*. Disponível em: <radios.ebc.com.br/reporter-nacional/2020/06/

o-radio-vem-contribuindo-com-milhares-de-estudantes-ao-substituir-salas-de>. Acesso em: 17 de setembro de 2020.

RODERO, Emma. Radio: the medium that best copes in crises. Listening habits, consumption, and perception of radio listeners during the lockdown by the Covid-19. *El Profesional de la Información*, v. 29, n. 3, 2020. Disponível em: <doi.org/10.3145/epi.2020.may.06>.

TEIXEIRA, Milena; BALZA, Guilherme. Sem internet, estudantes de São Paulo e Ceará recebem conteúdo pelo rádio durante a pandemia. *G1*. Disponível em: <g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/09/sem-internet-estudantes-de-sao-paulo-e-ceara-recebem-conteudo-pelo-radio-durante-a-pandemia.ghtml>. Acesso em: 17 de setembro de 2020.

VIGIL, José Ignacio López. *Manual urgente para radialistas apaixonados*. São Paulo, Paulinas, 2004.

VOXNEST. State of the Podcast Universe – 2020 Mid-Year Preview. Disponível em: <mcusercontent.com/38445fb7288a06856872a31cf/files/0d292c4f-bb44-457f-bd3c-e2c822b928ef/Voxnest_2020_Mid_Year_Preview_Report.pdf?mc_cid=2c70176619&mc_eid=3954ad4644>. Acesso: 16/9/2020.

ZUCULOTO, V. R. M.; FARIAS, K. W. De volta para o futuro: valorização do jornalismo local na migração AM-FM em Santa Catarina. In: *Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, 17, 2019, Goiânia. Anais[...] Goiás: SBPJor, 2019. Disponível em: <sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2019/paper/viewFile/2010/1133>.

POLIFONIA E ALTERIDADE: COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO EM ÉPOCA DE PANDEMIA DA COVID-19

ROSE MARA PINHEIRO E ANA LUÍSA ZANIBONI GOMES

Introdução

A proposta do GP Comunicação e Educação foi apresentar uma roda de conversa virtual com a presença de pesquisadores de todas as cinco regiões do país, com uma participação especial dos professores Adilson Citelli e Ismar de Oliveira Soares, ambos da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo, e referências nacionais para os conceitos e práticas da interface da Comunicação e Educação.

Tendo como cenário a disseminação da pandemia da Covid-19 em todo o mundo e no Brasil, com características regionais diferentes, a pertinência da relação dessas duas áreas foi evidenciada sob vários aspectos, situações e vozes, com a perspectiva de uma reflexão ampla e abrangente que considerou experiências e conceitos importantes para a manutenção da comunicação, para além da sala de aula, de forma a garantir a conexão, a conectividade, a alteridade, numa prática de diálogo com a sociedade.

Para compor o panorama das atividades educativas nas cinco regiões do país foram convidados oito colegas pesquisadores: Rosane Rosa, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (RS); Diva Souza Silva, Christiane Pitanga e Vanessa Matos dos Santos - Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Sérgio Luiz Alves da Rocha, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (RJ); Rita Argollo, da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC (BA); Cláudio Messias, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG (PB) e Will Montenegro, da Universidade do Amazonas – UNAMA (PA), com mediação de Rose Mara Pinheiro – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS (MS), completando a representatividade das cinco regiões do país: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul.

A partir dessa dinâmica diferenciada da roda de conversa virtual, o GP, além de se fazer representar, trouxe uma perspectiva abrangente tanto da graduação e pós-graduação, de universidades públicas e particulares, mas também do ensino médio e do tripé ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, o tema da *live* – Polifonia e Alteridade - pode ser efetivamente vivenciado, mostrando a complexidade das diversas e plurais realidades da educação brasileira em época de pandemia, mas ao mesmo tempo apresentando propostas e alternativas de enfrentamento, capazes de aproximar as duas áreas, mesmo no formato virtual, e também trazendo reflexões que contribuem para o debate referente aos vários desafios do ensino remoto.

Naquele período, apenas seis das 69 universidades federais de ensino superior do país, segundo levantamento da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) não haviam paralisado suas atividades acadêmicas e praticamente todas as aulas das escolas de ensino básico estavam suspensas.

Há de se pontuar que por uma feliz coincidência a *live* foi realizada no mesmo dia da Marcha Virtual pela Vida, que reuniu inúmeras organizações, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), com o objetivo de

chamar a atenção dos brasileiros para o fortalecimento dos valores fundamentais para que a sociedade brasileira tenha condições de enfrentar a pandemia de coronavírus: a vida, a saúde e do SUS, a solidariedade, a preservação do meio ambiente, a democracia, a ciência e a educação¹.

Valores comuns expressos nas pesquisas e práticas da relação da Comunicação e Educação. Importante frisar que o GP de mesmo nome da Intercom foi criado formalmente em 2001, mas há registros no Portcom² de artigos sobre a interface apresentados no Congresso Nacional de 1994 e depois anualmente no GT Comunicação e Educação a partir de 1995. Como divulgado no Congresso Nacional de 2018, o GP

aglutina pesquisadores não só das áreas da Comunicação e da Educação como também da Pedagogia, das Licenciaturas e da Educomunicação. Além disso, estudiosos de outras áreas, como Música, Saúde e Humanidades em geral, também têm apresentado suas reflexões nos espaços de atividades do GP com pesquisas oriundas de territórios educativos formais, informais ou não-formais (GOMES *et al*, 2018, p. 2).

Desde o início, uma preocupação recorrente do GP é a dedicação a temas próprios do vínculo entre Comunicação e Educação, sendo que “grande parte das discussões ali mantidas

1. Portal da SBPC. Disponível em <portal.sbpnet.org.br/noticias/participe-da-marcha-virtual-pela-vida-no-dia-9-de-junho> Acesso em 1º de junho de 2020.

2. Portal de Livre Acesso à Produção em Ciências da Comunicação. Disponível em <portcom.intercom.org.br/index.php>. Acesso em 30 de agosto de 2020.

são as reconfigurações do mundo contemporâneo, onde cada vez mais os dispositivos formativos e educacionais são tangidos e embalados pelo universo da comunicação e das tecnologias” (GOMES *et al*, 2018, p. 3). Segundo o levantamento realizado em 2018, o grupo possui 82 pesquisadores participantes regulares, a maioria doutores com mais de 40 anos de idade, principalmente das áreas da Comunicação, Letras e Pedagogia.

Nesses 20 anos de produção constante nos Congressos Nacionais, o GP Comunicação e Educação tem contribuído para o aprofundamento das questões focadas no processo ensino-aprendizagem mediado pelas tecnologias, com ênfase à comunicação, entendida como diálogo, com o objetivo utópico de transformação do indivíduo, da sociedade e do mundo em que vivemos. O resgate à prática dialógica e ao protagonismo do aluno, detentor de repertório próprio, criativo e dinâmico, possuem o poder emancipador que abre caminho para uma construção coletiva de uma nova realidade, propondo a junção de saberes, a troca de experiências e vivência com o outro.

Comunicação, Educação e Tecnologia

As aproximações Comunicação e Educação se evidenciam a partir de meados do século XX, em função da expansão dos meios de comunicação, sobretudo a partir da chegada da Televisão e sua influência na sociedade.

Podemos considerar três abordagens básicas nesses estudos, a partir das quais se destacam pontos de convergência, possibilidades de interrelação e desafios. A primeira destaca que a vulnerabilidade aos apelos midiáticos pode influenciar na formação de hábitos socialmente negativos. A segunda abordagem defende que fatores culturais, sociais e contextuais relativizam o poder dos veículos de comunicação

e a terceira considera os meios de comunicação como criadores de consensos e legitimadores de poder. Nessas lógicas, à mídia deveria se opor uma educação libertadora e democratizadora. Em comum, as três vertentes referem-se a formas de apreensão do mundo e evidenciam a necessidade de a Educação ampliar o diálogo com formas discursivas geradas fora de seus espaços tradicionais. (GOMES *et al*, 2018, p. 3)

Com a proposta da Leitura Crítica dos Meios, um movimento nas organizações não-governamentais se articula para incentivar a sociedade, sobretudo os jovens, a refletirem sobre o papel e a influência dos meios de comunicação. Ao longo da segunda metade e final do século XX, a escola se vê diante de um cenário desafiador, com o crescimento da evasão e da violência, além de ter de rever sua contribuição à sociedade como único espaço do saber e do conhecimento.

No início do século XXI, o tripé Comunicação, Educação e Tecnologia já era apontado como um desafio para a escola e para os próprios meios de comunicação, resumindo para Orozco-Gómez (2002) como uma das “problemáticas substantivas do novo milênio”. Há 18 anos, o pesquisador mexicano já considerava o cenário preocupante.

Constitui um desafio central, não só para os comunicadores e os educadores preocupados pelo avanço da tecnologia telemática e digital, e suas múltiplas vinculações mútuas, mas também para a democracia e, claro, para a cultura, como processos maiores que contextualizam e condicionam a geração, circulação e consumo do conhecimento (ORÓZCO-GOMEZ, 2002, p. 58).

A preocupação com a tecnologia já vem desde muito antes quando, por exemplo, em 1969, Paulo Freire publica no Chile o ensaio *Extensão ou Comunicação*.

A compreensão crítica da tecnologia, da qual a educação de que precisamos deve estar infundida, é a que vê nela uma intervenção crescentemente sofisticada no mundo a ser necessariamente submetida ao crivo político e ético. Quanto maior vem sendo a importância da tecnologia hoje, tanto mais se afirma a necessidade e rigorosa vigilância ética sobre ela (FREIRE, 2006, p. 102).

Por mais que houvesse preocupação e reflexão sobre o avanço das tecnologias, nenhum prognóstico foi capaz de prever a proliferação avassaladora da desinformação e a substituição das aulas presenciais por TICs. Nesse contexto de incertezas, ansiedades, medos e pressões de todos os tipos, os professores, as escolas, as famílias e as autoridades se viram numa encruzilhada complexa e tensa, desafiados para enfrentarem um futuro não planejado e sem vislumbrar um período de término.

A própria Educomunicação, que surge como conceito na virada do século XXI, após a identificação de práticas vivenciadas por pesquisadores da América Latina, relaciona a tecnologia com a Comunicação e Educação, estendendo sua atuação para o exercício de uma cidadania que promova a transformação social.

Falamos, aqui, não apenas da perspectiva didática do uso das tecnologias, mas da perspectiva civilizatória de conviver com as tecnologias em todos os espaços da vida em família, na comunidade e na escola, reconstruindo seu uso social, no espaço de uma agenda formadora de sujeitos políticos. Estamos na verdade diante de uma questão política, no sentido grego dado ao conceito de “Polis”, imaginando como os atenienses se apropriavam da filosofia para repensarem constantemente

seus vínculos mútuos e suas propostas de ação. O que propomos é saber como as tecnologias devem ser assumidas pela ampla comunidade educativa (a escola e seu entorno, somada à família, à mídia e à própria cidade educadora) (SOARES, 2008, p. 53).

Da mesma forma, Buckingham traz a reflexão sobre a desigualdade do acesso presente na educação, apontando para a missão da escola:

O advento da tecnologia digital indica uma necessidade de se estender a missão tradicional da escola (...) a escola existe, em parte, para proporcionar aos jovens experiências sociais, intelectuais e culturais que eles não teriam sem ela. (...) As escolas deveriam desempenhar um papel fundamental na tentativa de nivelar as desigualdades de participação, ou seja, o acesso desigual às oportunidades, experiências, habilidades e conhecimentos que irão preparar a juventude para uma ampla participação no mundo de amanhã (BUCKINGHAM, 2012, p. 56).

Apesar de todas as reflexões e questionamentos sobre o papel da escola, a influência da tecnologia e a função da comunicação, que permearam as discussões acadêmicas nos últimos 50 anos, não estávamos preparados para vivenciar o desafio atual proveniente da pandemia. Fomos todos forçados a refletir sobre processos e metodologias de trabalho para manter nossas atividades acadêmicas e o contato com nossos estudantes.

Com esse viés tecnológico, imposto pela disseminação da Covid-19 no Brasil, o GP Comunicação e Educação propôs uma reflexão necessária sobre o desafio das aulas remotas e para a manutenção das atividades com os estudantes, por meio de tecnologias da informação e da comunicação.

Polifonia e Alteridade

Com esse cenário angustiante, de múltiplas epidemias, muito além da Covid-19, o GP de Comunicação e Educação deu início à roda de conversa resgatando o sentimento de esperança, com fundamento em Paulo Freire. Nesse sentido a proposta da prática educ comunicativa ou da interrelação Comunicação e Educação é mobilizar a sociedade em prol da transformação sem, contudo, ignorar as barreiras ou os obstáculos que nos ameaçam.

Sem sequer poder negar a desesperança como algo concreto e sem desconhecer as razões históricas, econômicas e sociais que a explicam, não entendo a existência humana e a necessária luta para fazê-la melhor sem esperança e sem sonho. A esperança é necessidade ontológica. (...) Como programa, a desesperança nos imobiliza e nos faz sucumbir no fatalismo onde não é possível juntar as forças indispensáveis ao embate recriador do mundo (FREIRE, 1992, p. 5).

Com ênfase no tema da *live*, a pesquisadora Rosane Rosa trouxe para o debate o significado do conceito africano do *Ubuntu* – “sou quem sou porque somos todos nós. O que eu sou pelo o que nós somos”. Com o sentido de que somos fruto da coletividade ou que dependemos da relação com o outro, Rosane exemplificou a expressão com frases do bispo Desmond Tutu e do ex-presidente da África do Sul Nelson Mandela. O *Ubuntu* significa também a consciência de que fazemos parte de algo maior e que precisamos estar abertos ao outro. Segundo Rosane, foi com essa inspiração que Nelson Mandela conseguiu vencer o *apartheid* naquele país.

A Polifonia e a Alteridade fazem parte da relação Comunicação e Educação e da essência da prática educ comunicativa, uma vez que o exercício do ouvir e o diálogo são características de todo o processo. O pensamento

de Emmanuel Levinás é recuperado pela professora Vanessa Matos, que reafirma a necessidade de acolhimento do outro, uma vez que a nossa formação e construção depende da relação com o outro.

A prática da comunicação dialógica, visa a melhoria das relações entre as pessoas e o fortalecimento da mobilização social, em favor de interesses coletivos. Um paradigma orientador de ações, que se materializa quando pessoas de áreas diferentes, mas movidas por um único objetivo nas mais diferentes áreas, conseguem articular processos comunicativos em favor de causas comuns, fazendo uso – de forma democrática e compartilhada – dos recursos e tecnologias disponíveis (SOARES, 2020).

A alteridade, nesse sentido, é tão essencial para a relação Comunicação e Educação como para a própria essência do ser humano, que se descobre a somatória de influências e relações ao longo de sua existência. Na relação com o outro é que assumimos a nossa identidade e nos percebemos quem somos. Dessa forma, a relação Comunicação e Educação procura despertar a construção coletiva, a participação equilibrada, mas nem por isso sem conflitos e embates, mas um ambiente onde cada um possa exercer e ser em relação com o outro.

Relatos de Experiências

Após o entendimento do conceito e das premissas essenciais para que a relação Comunicação e Educação aconteça, a *live* trouxe as experiências regionais dos pesquisadores naquele momento de pandemia. A professora Rosane Rosa, na disciplina Comunicação, Educação e Cidadania, da UFSM – uma das universidades federais que não suspenderam as atividades acadêmicas – , estimulou os

estudantes a participarem de uma campanha internacional que analisou 98 produções audiovisuais sobre a Covid-19 realizadas no Brasil e, num segundo momento, produziu três spots e sete podcasts que foram veiculados em uma rádio comunitária em Santa Maria/RS e em Moçambique. Para ela, a experiência foi um exemplo do entendimento do *Ubuntu*, mostrando a construção e a realização coletiva.

As professoras Christiane Pitanga e Vanessa Matos relataram a experiência na graduação do curso de Jornalismo e no mestrado profissional no Programa de Tecnologias, Comunicação e Educação, da UFU/MG. Com realidades diferentes naquele período, a graduação estava com aulas suspensas e a pós-graduação seguia com orientações e defesas, e o programa de extensão Conexões Educomunicação mantinha os estudantes em atividades remotas.

O relato do professor Sérgio Luiz, do IFRJ, também com o calendário letivo suspenso, trouxe uma reflexão voltada para o aluno do ensino médio. Apesar de considerar o momento muito desafiador, com dificuldade de acesso e a questão das famílias no isolamento social, além da precarização do trabalho ter sido acentuada com a Covid-19, o professor apresentou uma experiência multidisciplinar que promove *lives* no Facebook, com a participação ativa dos estudantes, no canal “no pandemônio”. A iniciativa até aquele período havia promovido cinco *lives*, com discussões sobre obras literárias e questões econômicas, de saúde e raciais.

De Ilhéus/ES, a professora Rita Argollo seguiu a mesma linha de explanação, considerando a crise sanitária, econômica e política, o que gerou uma instabilidade desafiadora. A UESC também estava com o calendário suspenso, mas as atividades administrativas estavam sendo mantidas remotamente. Por conta própria, alguns professores retomaram algumas atividades e os contatos com os estudantes, como um projeto de extensão que

trabalha com escolas públicas de ensino médio. O principal questionamento da professora foi referente a necessidade de revisão da metodologias e práticas de ensino, considerando que ninguém passará por esse período ileso. Com a iniciativa dos professores, os estudantes estavam produzindo podcasts e eventos on-lines transmitidos pela TV UESC.

O professor Claudio Messias, coordenador do bacharelado em Educomunicação da UFCG/PB, fez um resgate sobre a presença do estado, refletindo sobre a relação com a educação e a educação mediada pela tecnologia, principalmente sobre a situação dos excluídos. Para ele, a situação é muito complicada e ainda há muito o que se avançar em termos da relação Comunicação e Educação. Na UFCG as aulas estavam suspensas e havia uma proposta de regime acadêmico excepcional, que retomaria as atividades acadêmicas de forma remota.

De Belém/PA, o professor Will Montenegro trouxe a realidade do ensino na iniciativa privada, sob três eixos: Planejamento, Tecnologia e Conectividade. A habilidade com os processos e a necessidade de se pensar o acesso em relação aos estudantes que não têm acesso, mas também aqueles que têm. As instituições particulares logo no início da pandemia já adotaram o ensino remoto e mantiveram as aulas do semestre, que deveria ser finalizado no início de julho.

Após os relatos e questionamentos, o professor Ismar de Oliveira Soares afirmou que a pandemia permitiu rever os processos educativos para readequar as relações com os estudantes, por meio da prática dialógica, construir com eles um caminho possível para a manutenção das atividades. Segundo o professor Ismar, a comunicação deve ser transversal e a partir das necessidades reais estudantes e professores devem construir um outro currículo, com novos conteúdos e metodologias.

Considerações Finais

A experiência da *live* promovida pelo GP Comunicação e Educação foi muito positiva e importante para discutir as relações nesse momento de pandemia. Com uma expressiva participação, tanto de inscritos quanto de visualização, a *live* contribuiu para o entendimento desse momento desafiador para todo o sistema de educação.

A relação Comunicação e Educação pode apontar caminhos em relação às práticas de ensino-aprendizagem mediadas pela tecnologia, de maneira que seja possível manter o diálogo e a construção coletiva, e ao mesmo tempo que as desigualdades sejam reduzidas.

Em busca de uma abordagem menos tecnicista, a Educomunicação pode oferecer subsídios para pensar os fenômenos de ensino-aprendizagem numa sociedade profundamente impactada pelos dispositivos tecnológicos. “Não adianta a tecnologia reforçar o processo educativo tradicional. É preciso antes de mais nada repensar a escola. Repensar a educação a partir dos próprios educandos (...) e verificar para que pode servir a tecnologia (OROZCO-GÓMEZ, 2014, p. 45).

Referências

BUCKINGHAM, David. Precisamos realmente de educação para os meios? In: *Comunicação & Educação*. Ano XVII, n.2, julho/dez. 2012 p. 41-60.

CITELLI, Adilson O. Comunicação e Educação: aproximações. In: BACCEGA, Maria Aparecida (org). *Gestão de Processos Comunicacionais*. São Paulo: Atlas, 2002.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GOMES, Ana Luisa Zaniboni, NAGAMINI, Eliana e PINHEIRO, Rose Mara. Grupo de Pesquisa Comunicação e Educação da Intercom: quem somos, onde estamos, o que estudamos e quais horizontes nos desafiam. *Anais do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Joinville/SC. 2018. Disponível em <portalintercom.org.br/eventos1/congresso-nacional/2018>. Acesso em 5 de setembro de 2018.

LÉVINAS, Emmanuel. *Entre Nós*. Ensaaios sobre alteridade. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. *Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania*. São Paulo: Paulinas, 2014.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. *Comunicação, Educação e Novas Tecnologias: Tríade do Século XXI*. Comunicação & Educação, 23. 2002. p. 57-70.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um diálogo entre Educação e Comunicação. *Educom.Saúde-SP*. 2020. Disponível em <eadses.saude.sp.gov.br>. Acesso em 5 de setembro de 2020.

SOARES, Ismar de Oliveira. Muitos Meios, Muitas Comunicações. In: Salto para o futuro, *SEED/MEC*, ano XVIII, Boletim 18, set/out/2008, 49-58.

PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DA FOLKCOMUNICAÇÃO

MARCELO PIRES DE OLIVEIRA E MARCELO SABBATINI

Este texto é resultado de uma entrevista realizada pelo Prof. Marcelo Sabbatini, vice-coordenador do GP Folkcomunicação, mídia e interculturalidade, com o Prof. Marcelo Pires, em 11 de junho de 2020.

Marcelo Sabbatini: Olá a todos, espero que estejam todos protegidos e bem, em casa, para iniciarmos mais esta live, agradecendo a INTERCOM pelo espaço e pela oportunidade. Terei como entrevistado meu xará Marcelo Pires, companheiro de longa data. Quando cheguei na Folkcomunicação ele já estava lá e convivemos na Rede Folkcom, primeiro ele como secretário e logo como presidente, quando levou a Conferência Brasileira de Folkcomunicação para Ilhéus, Bahia, onde agora é professor. Ou seja, uma pessoa com amplo conhecimento desta teoria e deste campo de pesquisa, alguém mais que indicado para representar o GP Folkcomunicação, Mídia e Interculturalidade da INTERCOM neste ciclo. Olá, Marcelo!

Marcelo Pires Oliveira: Boa tarde a todos e todas. Quero antes de iniciar agradecer o convite para fazer parte deste diálogo e desejo homenagear nesse momento ao Mestre, Professor José Marques de Melo, quem nos inspirou a realizar as pesquisas em Folkcomunicação. Também quero agradecer a minha amiga e professora Cristina Schmidt, que me apresentou à teoria da Folkcomunicação. E sem especificar muito as contribuições que tiveram na minha trajetória, desejo elencar algumas pessoas que me são caras: Osvaldo Trigueiro, Maria Érica de Oliveira, Betania Maciel, Beatriz Dornelles, Maria Cristina Gobbi, Antonio Holhfeldt, Severino Lucena, Luiz Custódio da Silva, Fábio Corniani, Guilherme Fernandes, Karina Janz Woitowicz, Sergio Gadini, Yuji Gushiken, Lawrenberg Advíncula, Cristian Aguilar, e você – meu amigo – Marcelo Sabbatini. Sem falar de muitos outros colegas e amigos que encontrei pelo caminho, em congressos, conferências e palestras sobre a Folkcomunicação. Boa noite a todos e todas.

MS: Considerando que temos uma audiência ampla, não limitada aos pesquisadores de nosso GP, você poderia apresentar brevemente o que é a teoria da Folkcomunicação? E falar da relevância dela, hoje?

MPO: A Folkcomunicação é uma teoria Brasileira pensada e formulada por Luiz Beltrão, jornalista, professor de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco e diretor do curso de Comunicação da Universidade de Brasília, onde buscou sua titulação de doutor. Sua tese é justamente a semente da teoria da Folkcomunicação.

Este nome foi dado pela junção de duas palavras – “folclore” e “comunicação”. Na época de Luiz Beltrão, no Brasil folclore se escrevia com “K”, e assim nasceu Folkcomunicação, também com “K”, como Joseph Luyten historiou. O que para muitos questionadores mais atuais da teoria foi motivo de estranhamento e crítica, pois parecia uma

submissão a uma língua estrangeira, uma americanização. Mas não, pois assim era grafado o termo até a reforma ortográfica de 1970. Mas o que me espanta, atualmente, é que as mesmas pessoas que criticam a nomenclatura utilizam no seu linguajar corriqueiro as palavras “live” ao invés de “transmissão ao vivo”, isso que estamos fazendo agora. Ou hambúrguer, para falar de um lanche, palavra que por sua vez também tem origem não portuguesa. Então esse tipo de crítica não cai bem para eruditos. Creio que existe, por outro lado, um preconceito e uma necessidade de marcar território, no campo das Ciências da Comunicação.

Mas a Folkcomunicação é uma teoria que já possui mais de 50 anos de existência e que possui já três ou quatro gerações de teóricos e pesquisadores que a utilizam em suas pesquisas; ela mostra-se muito pertinente e capaz de abarcar pesquisas dos mais variados temas, tendo, como possibilidade a análise do campo da Comunicação pelo viés da cultura popular. Ela parte do princípio de que o ser humano é um ser comunicacional e não são apenas os grandes veículos de massa que comunicam, mas que as classes não-hegemônicas, periféricas ou marginalizadas, segundo o termo consagrado por Beltrão, adotam seus próprios sistemas.

Importante notar aqui que apenas no Brasil observamos uma divisão entre “folclore” e “popular”. Em outros países a cultura popular é compreendida como toda a forma de manifestação cultural que venha das classes menos privilegiadas, independente de possuírem ou não uma longa tradição.

Assim, a Folkcomunicação é uma teoria e uma ferramenta para nos auxiliar a observar e analisar o mundo contemporâneo pelas lentes da cultura popular – essa cultura ampla, viva e operante que se transforma na mesma velocidade em que as pessoas e a sociedade também se transformam. Até mesmo quando falamos da cibercultura, há um espaço para a

cibercultura popular, como podemos observar pelos “memes” que proliferam pelas redes sociais.

A Folkcomunicação é, então, para concluir e resumir, uma teoria legitimamente brasileira da Comunicação que estuda como as manifestações desta cultura popular, que alguns chamam de folclore, influenciam e são influenciadas pelos meios de comunicação massivos. Investiga também quais são as estratégias, táticas e ferramentas que as classes populares utilizam para informar suas realidades, seja para seu próprio grupo ou seja para a sociedade mais ampla.

MS: Mais além do folclore e das tradições populares, quais são as expressões folkcomunicacionais que estão sendo estudadas?

MPO: Um primeiro ponto a considerar é que a Folkcomunicação, assim como o folclore, é algo vivo. E neste sentido encontramos críticas, equivocadas, de que o folclore é fechado, que ele é estanque, que é uma tradição que não pode ser modificada. Esquecendo-se que as pessoas que fazem o folclore, elas se atualizam continuamente.

Muitas pesquisas são feitas dentro do escopo da Folkcomunicação, entre elas podemos pensar na teledramaturgia como objeto – novelas, filmes e seriados –, em como ela se apodera e ressignifica os saberes populares ao apresentar seus enredos, seja através de histórias completas ou por meio de determinados personagens que encantam ao público. Temos aí como exemplo – Roque Santeiro, O Auto da Compadecida, Cordel Encantado, Hoje é Dia de Maria, O Homem que Desafiou o Diabo – entre outras produções.

Também há as apresentações folclóricas e as festas midiaticizadas, como o Carnaval, a Festa do Boi de Parintins, o São João, que agora se aproxima e que pela primeira vez assistiremos exclusivamente pela televisão ou pelas redes digitais. Podem ser entendidas como movimentos

folkcomunicacionais, pois são características da cultura popular e que serão ressignificadas neste momento, inclusive como forma de resistência.

Observamos o surgimento das mídias digitais, como o Facebook que tem muitos personagens folclóricos que são objeto de estudo. Um é o Bode Gaiato, que representa a essência popular nordestina e de seu humor ferino. O Whastapp também tem sido utilizado para a propagação da cultura popular, através de “memes” e fotos que são postadas nos mais diferentes grupos. Ou seja, a Folkcomunicação se mantém sempre atualizada, por tratar de que maneira a cultura popular trabalha sua realidade e seu contexto.

Então entre o massivo se apropriando do popular e o popular buscando caminhos não-hegemônicos para difundir e circular a informação através dos grupos marginalizados, temos uma ampla variedade de expressões sendo pesquisadas na atualidade e que vão muito além de uma interpretação limitada do folclore tradicional, como por exemplo são as festas, danças, artesanato...

MS: Em seu “DNA”, a Folkcomunicação tem uma proximidade com a ação popular, com uma práxis. Poderia citar alguns casos onde a Folkcomunicação expande o conceito de pesquisa e leva a Universidade mais além de seus muros?

MPO: Com certeza! Vou começar citando o trabalho do professor Luiz Custódio da Silva com seu, seminário dos Festejos Juninos promovido na Universidade Estadual da Paraíba, no qual se propõe que os pesquisadores observem esta festa tão relevante para a cultura nordestina não apenas pelo exótico, mas enquanto vivência e significado para todos aqueles que fazem parte da festa. Como componente do projeto, grupos de alunos produzem um jornal do evento e visitam a zona rural de Campina Grande. Usando a “folk” como base teórica, os estudantes se aproximam desta classe rural mais pobre, em contraposição àquela ideia do “ruralista”,

o grande proprietário de terras. São em sua grande maioria comunidades alijadas do processo político, econômico e social e com o trabalho de campo da Folkcomunicação busca-se dar voz a estas pessoas antes invisíveis.

Outra ação é o que o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural do Pernambuco tem feito, através de diversas pesquisas que contemplam a cultura popular, associada aos fluxos comunicativos como uma ferramenta de desenvolvimento, capaz de prover o meio de subsistência e renda para as populações do chamado “rurbano” (a confluência entre o rural e o urbano), frequentemente em situações de fragilidade.

Também gostaria de mencionar uma ação mais antiga, meu trabalho de doutorado com artistas populares. A interação da pesquisa proporcionou aos sujeitos da pesquisa um novo sentimento de importância, de pertencimento à comunidade. Hoje eles conhecem seu papel de protagonistas e não se consideram meros “objetos” de uma pesquisa a cujos resultados sequer terão acesso, pelo contrário. Eles têm história, sua tradição, sua maneira de pensar, desenvolvem afetividade com aquilo que fazem. Por isso na terminologia da Folkcomunicação são chamados de “agentes”. É isso que os trabalhos de Folkcomunicação realizam, ao criarem um diálogo respeitoso com os agentes culturais populares. Nós, pesquisadores, damos a eles a noção de que não são elementos passivos, mas sujeitos ativos do processo e com eles também aprendemos.

Esta orientação de pesquisa voltada a uma práxis, para utilizar o termo que você utilizou na pergunta, promove o conceito de “ativista folkmediático”, como bem o definiu Osvaldo Trigueiro: aquele que utiliza as suas ferramentas, oriundas da cultura popular para se afirmar e afirmar sua comunidade dentro da globalização.

Finalmente, esta atividade de campo que frequentemente une a pesquisa e a extensão descobre toda uma outra realidade que o mundo capitalista não abarca, pois estas comunidades se organizam de maneira distinta.

MS: Alguns pesquisadores da Folkcomunicação têm aproximado esta teoria das chamadas “epistemologias do Sul”, dos debates decoloniais. Como se dá esta relação, em seu entender?

MPO: Para mim esta questão está numa relação estreita com o pensamento de Beltrão, que estudou os fenômenos comunicacionais populares no interior do Brasil e percebeu que eles possuem uma dinâmica própria e que em muitos momentos criam movimentos contra-hegemônicos. O pensamento decolonial também parte dessa premissa, a de existir uma forma de pensar própria da cultura das ex-colônias, que na modernidade está cada vez mais ativa e presente. Há hoje um movimento por maior autonomia e reconhecimento da diversidade cultural que existe nas Américas com suas Culturas Híbridas, como diria Nestor Canclini.

Particularmente, a Revista Internacional de Folkcomunicação – RIF – tem publicado muitos textos sobre o pensamento decolonial. Os autores escrevem textos muito interessantes, baseados nessa teoria e dialogam com a Folkcomunicação de maneira bastante natural, o que deixa evidente que a própria Folkcomunicação é uma teoria que compõe a corrente decolonial.

MS: Até o momento traçamos um panorama da Folkcomunicação, de forma geral. Mas agora, entrando na temática proposta neste ciclo de “lives” realizado pela INTERCOM: em relação à pandemia do Covid-19, como você observa as manifestações da comunicação popular na disseminação de informações?

MPO: O isolamento social tem impedido que exista uma maior circulação da comunicação popular, mas as redes sociais digitais estão atendendo essa demanda. Temos o exemplo da prefeitura de Salvador, que utilizando uma linguagem popular, com a expressão “se pique no Corona”, significando “vai embora”, busca estabelecer uma conexão com o receptor.

Voltando ao Bode Gaiato e aos “memes” em geral, o humor popular estabelece uma interpretação da cultura, satirizando, ironizando, forma de crítica, mais contundente que a própria realidade nossos dilemas da pandemia. E aqui destaco, a capacidade de rir do absurdo revela nossa capacidade de entender o absurdo e de nos colocarmos, enquanto sociedade, diante deste desafio, de contextualizar a tragédia.

Mas estas manifestações não ocorrem somente nas redes digitais, elas estão nas ruas. Aqui na Bahia, por exemplo, os vendedores ambulantes agem como disseminadores, ao utilizar máscaras e álcool em gel e falam sobre a Covid-19 com seus clientes.

MS: Uma das bases da Folkcomunicação é o “two-step flow of communication”, que coloca um intermediário nos fluxos de comunicação, o líder de opinião. Mais tarde Trigueiro criou o conceito de ativismo midiático. Nestes debates sobre a pandemia, podemos observar a presença destas figuras?

MPO: Penso que sim, pois, apesar dos meios de comunicação de massa, em especial o rádio e a televisão terem assumido uma posição de protagonismo com relação à doença, haja vista a atenção que todos os gestores têm dado para a mídia, na intenção de manter a população informada, ainda assim o líder de opinião ou o intérprete das camadas populares é importante. As informações estão confusas, em diversos momentos. Veja como exemplo o auxílio emergencial, em que muitas pessoas não conseguem receber e outras recebem sem nenhum esforço.

Já a falta de clareza em relação aos números de infectados e mortos não estabelece uma confiança sobre os dados divulgados. Nessa ocasião as pessoas voltam a confiar naquelas pessoas próximas e que são detentoras de um maior conhecimento dentro do grupo, seja por sua atividade social, seja por sua capacidade de interpretar o que os veículos de comunicação de massa apresentam como informação.

Portanto nesta situação em que precisamos extrapolar nossos referenciais, pois nos encontramos numa realidade totalmente diferente da que estávamos acostumados vemos os grandes meios de comunicação na dianteira, mas também vemos esta “pessoa do meio”, que “faz a ponte”. Percebo isso quando saio à rua para fazer o essencial, quando noto estes personagens que filtram as informações e fazem seus pares questionar e falar sobre a crise. Importante notar que um líder de opinião não necessariamente é um líder ungido, a quem foi atribuído este papel. Geralmente são pessoas com capacidade natural de interpretar o mundo e que circulam por sua comunidade.

Em relação a este último ponto, tenho observado os motoristas de aplicativos assumindo o papel do ativismo midiático, pois eles se movem não apenas através dos estratos sociais, mas também pela geografia urbana, recolhendo os mais variados tipos de opiniões e acontecimentos, para logo reinterpretá-los.

MS: Diante de todas polêmicas causadas pelos efeitos do vírus – não somente no Brasil, mas em todo mundo, ficou evidenciado que ciência e pesquisa nunca são neutras, mas estão sujeitas a um debate político. Como a inserção deste elemento – o político – foi vivenciado nas manifestações folkcomunicaçãois?

Este é um aspecto crucial de nossa vida e como acadêmicos somos também seres políticos. Não podemos

esquecer nossos vieses, muito menos deixar de ter um posicionamento crítico.

O que a pandemia revelou, ainda mais duramente, é a imensa desigualdade econômica e social do país, imerso numa crise sanitária, numa crise política e numa crise econômica, esta última se arrastando há mais de 25 anos. Nos governos recentes, todas as “bolsas” implementadas, apesar de seu impacto, foram somente maneiras de atenuar estas desigualdades e de uma educação com problemas evidentes. Temos um sistema de saúde precária e qualquer espantamento com as dimensões da crise da pandemia seria hipocrisia, pois já vivíamos com isto.

Agora, tomando a intervenção de Betania Maciel no bate-papo, também precisamos levar em conta a interseccionalidade, ou seja, uma escala das desigualdades. Se elas são evidentes em alguns momentos, em outros são invisibilizadas. A mulher pobre e negra seria a mais prejudicada neste sistema, precisando vencer mais barreiras de exclusão e de preconceito. Na pandemia vimos episódios de precarização do trabalho e até um ponto, de escravagismo, conforme este segmento marginalizado fica mais sensibilizado e vulnerável.

Voltando à Folkcomunicação, além da pesquisa de campo, precisamos trabalhar com a perspectiva de que a cultura popular é muito rica. Ao interpretarmos esta cultura com as ferramentas metodológicas e com o auxílio dos teóricos, estamos justamente entendendo como estas desigualdades estão vivas nas comunidades periféricas, como elas não são apenas um ensaio ficcional. Tudo isto é relatado, é observado junto aos sujeitos, auxiliando-nos a construir um tipo de conhecimento que muitas vezes é negado pelas correntes dominantes.

E isto nos traz ao negacionismo. Queria lembrar aqui um estudo do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, irmão do cartunista Henfil. Realizado na década de 1980 nas favelas

do Rio de Janeiro, quando o governo Brizola iniciou um desmonte das pequenas estruturas de assistência para dar vazão a um projeto megalomaniaco de centros integrados, os chamados “brizolões”. A saída do governo do morro deu espaço a outro tipo de poder, que é a figura do traficante de drogas e que traria problemas no futuro, como diagnosticou Betinho. Apesar da integração de hospital, escola, centro de lazer, tudo concentrado num local, com redução de custos, o resultado desta política foi a perda de capilaridade do Estado, abrindo espaço para outros agentes tomarem conta. Betinho avisou, “vai dar problema” e hoje percebemos a situação no Rio de Janeiro, no que concerne a guerra entre tráfico de drogas, população e Estado. Este é um exemplo de pesquisa social aplicada, de pesquisa de campo que dialoga com as comunidades, entendendo como elas se comunicam, como elas se percebem e como elas percebem o mundo.

Então agora a Folkcomunicação vai se embrenhar nos fluxos comunicacionais destes grupos marginalizados, entendendo as ferramentas que eles utilizam, sejam celulares, sejam grafites e murais, e de que maneira estas causas lhes tocam. Na crise de saúde, as informações que são veiculadas oficialmente não equivalem à leitura que diferentes públicos fazem. Logicamente aquela dos segmentos populares não é a mesma que uma classe média faz, que um empresário faz. E isto tem repercussões em como elas se apropriam desta leitura para tomar decisões no cotidiano.

Mas o governo fecha os olhos para as Ciências Humanas e neste momento fecha para todas as ciências, incluindo as biológicas e médicas, contemplando uma salvação milagrosa, descartando a pesquisa científica séria.

MS: Recorrendo a Boaventura de Souza Santos, em sua *Cruel Pedagogia do Vírus*, não seriam crises separadas O fato de que o mundo vive uma crise permanente, sustentada pelo sistema capitalista. De fato, antes da pandemia tivemos

protestos violentos no Chile, Equador e outros países. Como a Folkcomunicação se encaixa no panorama comunicacional, no qual os meios de comunicação de massa passam a ser questionados e desacreditados?

MPO: O maior problema está mesmo na confiança da informação, e o ser humano tem uma tendência, como estudou Luiz Beltrão, a preferir acreditar em uma pessoa próxima de sua convivência a acreditar em grandes conglomerados de mídia.

Um fenômeno recorrente nos últimos tempos são as “fake news”, as notícias falsas, elas se disseminam por conta de que alguém recebe uma mensagem ou informação de alguém em quem confia e acredita que a notícia é verdadeira e a espalha para outras pessoas. Com isso a cadeia se alastra, pois ao receber a mensagem de alguém em quem confiamos, a busca por confirmação cai a quase zero e logo acreditamos naquela notícia sem fundamentação na verdade.

Ao longo do tempo, e em especial na América Latina, onde os regimes de exceção dominaram os meios de comunicação e muitos dos veículos que fizeram a transição para os tempos democráticos mantiveram a mácula de apoio a regimes ditatoriais, ainda que por questão de sobrevivência, e por isso ganharam uma aura de desconfiança por parte do público. Aqui no Brasil, a maior “vilã” é a Rede Globo, que notadamente faz uma cobertura tendenciosa e em alguns momentos apocalíptica. Não que a pandemia e seus efeitos não sejam nefastos.

Ontem o número de mortos ultrapassou 39 mil vidas. São 39 mil pessoas que tiveram suas vidas interrompidas, famílias que perderam pessoas queridas e importantes. Nós mesmos perdemos pessoas queridas para esse vírus. Há o medo instalado e a informação é a melhor ferramenta contra o pânico e para nutrir a esperança de que dias melhores virão.

Mas como resgatar a credibilidade, se no centro de toda informação está uma batalha política escancarada, aqui no Brasil? O presidente fala na corrida eleitoral de 2022, em meio a uma pandemia! Governadores antagonizam o poder central e as pessoas, nós, cidadãos não temos voz e nem vez nessa disputa. Ficamos reféns de medidas, que ora são adequadas, e ora se mostram temerárias. O que fazer? Como resistir? Nesse momento o papel da Comunicação, e da Folkcomunicação especificamente, fazem-se mais importantes por mostrarem que nós seguimos sendo seres comunicacionais e que precisamos da informação confiável para seguirmos vivendo.

MS: Outro ponto que a pandemia tem levantado é a exclusão. Por exemplo a educacional, conforme se coloca um ensino remoto emergencial que se baseia fortemente em tecnologias da informação e comunicação – que as classes menos favorecidas não possuem. Como a Folkcomunicação se insere neste contexto?

MPO: Osvaldo Trigueiro já relatou que, mesmo precariamente, os ativistas folkmediáticos, estão se munindo das ferramentas digitais e com isso muitos já estão incluídos nas novas tecnologias. Mas os dados sobre a inclusão digital apontam para um grande vazio informacional. No Brasil temos, segundo dados da agência Reuters de 2018, 40% da população que não possui acesso à Internet. Para deixar mais claro, se somos 210 milhões de pessoas no Brasil, são 84 milhões de pessoas fora da rede. Esse número representa mais que a população de todos os estados do Nordeste e Norte juntos. É o dobro da população do estado de São Paulo. Não é um número inexpressivo como muitas ações e propagandas nos fazem pensar.

Agora, um paradoxo dos números é que existem, segundo a Anatel, dados de abril de 2020, mais de 226 milhões de celulares ativos no Brasil. Isso dá pouco mais de um celular por habitante. Mas esses números não contam

quantas pessoas possuem mais de um celular. De toda maneira é a partir desse número que parte a falsa noção de que todos os brasileiros estão conectados, pois haveria pelo menos um celular por habitante.

Assim, existe uma falsa impressão, por parte de nós, classe média, de que há uma boa inclusão digital e de que as ferramentas digitais de home-office, delivery e compras online são fáceis e democráticas. Mas não são.

Um exemplo nesta questão de cobertura da rede é a própria Ilhéus, cidade do interior baiano, embora litorânea. O campus onde trabalho é mais afastado, na zona rural e ali muitas operadoras sequer proporcionam o sinal telefônico. Também é o caso de alunos que moram em comunidades quilombolas, bastante isolados, alunos que relatam não conseguir utilizar mensagens de texto (SMS), muito menos Whatsapp. Aqui não se trata de uma questão do usuário e da tecnologia, mas da falta de estrutura. Em comparação com grandes cidades, onde a cobertura é praticamente universal, temos uma diferença que em minha opinião remete ao capitalismo e aos excluídos ou marginalizados que ele cria.

Dito isso, a Folkcomunicação também utiliza um elenco de autores para realizar análises em conjunto, com aportes teóricos de outras disciplinas. Dessa forma, o estudo de Raymond Williams mostra como a televisão se desenvolve nas grandes cidades, onde há condições tecnológicas e estruturais para atender um maior número de espectadores, enquanto o rural se faz distante e inacessível.

Mas para que essa verdade seja melhor compreendida é que os estudos da Folkcomunicação se fazem úteis. É no conhecimento da realidade comunicacional das comunidades periféricas que reside a percepção de que as desigualdades sociais e econômicas se mantêm apesar da evolução tecnológica.

MS: Também temos a questão do preconceito racial, levando a manifestações em vários países, a partir da violência policial e da morte de George Floyd. Como a Folkcomunicação pode ser utilizada para compreender este fenômeno, profundamente ligado aos “excluídos”?

MPO: Penso que a Folkcomunicação pode ser uma ferramenta para vencer os preconceitos, em especial às diferenciações arbitrárias das camadas de cultura. Muitas vezes as pessoas têm a tendência de só respeitarem e entenderem aquilo que faz parte de seu círculo, de sua história e formação. Isto é, nós só percebemos e damos valor para aquilo que nos é familiar.

Recordo aqui os cursos de educomunicação que ministrava a professoras do Ensino Básico. Elas falavam dos alunos como se tivessem medo, como se falassem de um inimigo. E aqui temos que reconhecer que na educação brasileira temos uma classe média ensinando uma classe baixa. Na visão destas professoras, por que elas dariam munição para que este inimigo chegasse onde elas estão? E neste ponto gostaria citar Gramsci e o conceito do intelectual orgânico, aquele intelectual autogestado dentro da própria comunidade. Como hoje fazem as comunidades indígenas, cujos membros vão para as escolas e faculdades para logo voltarem e melhorá-las por dentro. Sempre que há uma pessoa olhando de forma preconceituosa para aquela comunidade está se criando um problema maior.

Já em relação às quotas, e respondendo ao comentário da colega Suely Maux, estas precisam ser aplicadas com muito cuidado e critério. Mesmo se configurando como reparação histórica, vejo na própria universidade situações de preconceito interno entre os alunos e a realização de bullying contra os cotistas. Detecto isso nas disciplinas de tecnologia que leciono, onde meu maior enfrentamento é esta desigualdade tecnológica, geralmente associada à classe econômica.

Por isso, ao estudar a Folkcomunicação temos que nos “vestir da humildade” e como Paulo Freire disse, aprender com o conhecimento do outro. A Folkcomunicação, na minha percepção é essa ponte de respeito, afeto e compreensão de que, apesar de diferente, o outro é semelhante e muitas vezes igual a nós em muitas coisas.

O preconceito é justamente uma carapaça que muitas pessoas vestem para não compreender as diferenças e enxergar nelas as semelhanças. O pior preconceito que ainda vivemos é o racial, em que ainda temos manifestações de agressão a jovens negros, moradores de favelas e da periferia.

Aqui podemos destacar fenômenos novos e antigos de demonstração de preconceito no Brasil, pois não estamos imunes. Um deles foi no ano passado a corrente de ódio e perseguição que sofreu a jovem jornalista Maju Coutinho da Rede Globo, que com competência e serenidade enfrentou agressões e se afirmou como apresentadora de um telejornal nacional. Um caso mais recente envolve o menino João Pedro no Rio de Janeiro e, há poucas semanas, o acidente fatal e cruel que fez vítima o menino Miguel, na cidade do Recife. As manifestações após todos esses episódios estão ligadas aos excluídos, sujeitos e objetos das pesquisas de Folkcomunicação e à Comunicação dos Excluídos, como definiu Beltrão.

Finalmente, em nossa modernidade, o “hoje” colide com o “ontem”. Festas tradicionais possuem forte cunho exclusivo e preconceituoso e o próprio Carnaval teve altos e baixos de modelos elitistas, com bailes em clube, festas apenas para poucos associados ou para aqueles capazes de comprar um ingresso, até os modelos mais populares. Os preconceitos estão vivos e somente vão deixar de existir quando enxergamos o outro como um semelhante.

MS: Estamos falando de participação, de acesso, de representação democrática. Contudo, a China, onde o vírus surgiu, foi extremamente hábil em conter sua disseminação,

tomando medidas autoritárias e centralizadoras. Ou dito de outra forma, os processos democráticos seriam menos eficazes nestas situações de crises extremas?

MPO: Não penso assim. O que acontece na China é um episódio envolto em muita polêmica, e que sempre esbarra em questões mais profundas de políticas externas, guerras econômicas e eixos de influência das potências mundiais. Não sou um profundo conhecedor de política externa, sou um pesquisador das minorias e de comunidades carentes, que não tem acesso à Internet, acesso à educação de qualidade e muitas vezes nem à saúde e condições higiênicas básicas. Portanto o que aconteceu na China, chegou ao Brasil pelo filtro das redes de comunicação internacionais e nacionais, não pode ser considerado ao pé da letra. De fato, o vírus ficou restrito só a uma província? E o resto do país? Ficou imune? Porque não há notícias sobre o restante da China? Se o vírus foi contido por lá, como ele se espalhou tão rapidamente para o restante do planeta?

MS: Voltando a Boaventura de Souza Santos, este pensador defende que diante deste paradoxo precisaremos imaginar soluções democráticas, participativas, no âmbito de comunidades e da educação cívica, com valores de solidariedade e cooperação. Tem uma “cara” de Folkcomunicação; como a pesquisa e a prática neste campo poderão contribuir?

MPO: Boaventura de Souza Santos é um autor que muitos colegas da Folkcomunicação recorrem para ampliar o espectro da pesquisa em Folkcomunicação. Creio que ao conhecermos as dinâmicas sociais e culturais das comunidades periféricas e carentes, conhecemos uma outra lógica dentro do sistema capitalista, na qual a democracia é vivida de uma forma mais intuitiva, na qual o respeito ao outro é a tônica das relações sociais. A busca pela convivência harmoniosa entre as divergências e, em especial, o conhecimento de que o bem comum é muito maior do que o bem individual. A

Folkcomunicação mostra isso em todas as suas pesquisas com as comunidades excluídas ou marginalizadas.

Michel de Certeau, em seu livro *A Invenção do Cotidiano* fala sobre as relações invisíveis na periferia e que o Estado com sua estrutura voltada para as classes hegemônicas e muitas vezes opressoras não percebe. A Folkcomunicação com sua pesquisa olha diretamente para esses “invisíveis” e tenta dar-lhes visibilidade. Essa semana o nosso Ministro da Economia Paulo Guedes falou do surgimento de 38 milhões de brasileiros que não existiam na base de dados do governo. Não estavam visíveis. Não há uma categoria para eles. A Folkcomunicação fala deles todos os dias. Mas nós também somos muitas vezes invisibilizados.

Agora, também precisamos ter em conta outro fenômeno. Canclini, em *Consumidores e Cidadãos*, destaca aquelas pessoas que optaram por ser meramente consumidores, não estando preocupados com direitos políticos, com liderança ou mesmo com sua capacidade de opinar sobre a vida coletiva. Para elas, emprego e comida na mesa seriam suficientes para uma existência tranquila. Isto se faz mais nítido em países onde há a opção do voto, com indivíduos delegando suas vidas a um governo que tome decisões por elas. A democracia é muito cansativa para certas pessoas!

MS: Relacionado ao ponto da exclusão, a pandemia tem colocado em questão o modelo neoliberal, uma vez que o Estado assumiu um grande número de funções, o único capaz de dar respostas de amplo alcance. Ao mesmo tempo, um sentimento de solidariedade e apoio mútuo tem florescido. Teremos uma “nova sociedade”, quando a pandemia acabar? Uma sociedade mais folkcomunicacional, por assim dizer?

MPO: Não estou muito otimista com relação ao futuro, pois as ações, na minha opinião, em todas as esferas da gestão do Estado, foram demoradas e muitas vezes conflitantes. O modelo de organização política partidária e antagonista que o país vive nos últimos anos, e que foi acirrada pela última

eleição presidencial abriu muitas feridas e a crise sanitária só as escancarou. Os antagonismos entre os poderes da República, deixam a nossa democracia bastante enfraquecida. Nós, o povo, que no ideal democrático, somos aqueles que delegam o poder e devem ser o único foco e objetivo de atenção dos poderes constituídos ficamos reféns de uma situação insana. Na qual pela manhã havia uma informação, logo desmentida pela tarde, para a noite termos uma terceira versão. Assistimos perplexos falas divergentes e pouco convincentes de gestores e supostos líderes de governo, que eram desmentidas e muitas vezes ironizadas por outros líderes. Vimos ministros serem demitidos ou se demitirem em meio a uma confusão generalizada.

Também vimos o que aconteceu com outros países ao redor do planeta. Os Estados Unidos, que é a vitrine da democracia também teve seu momento de estado autocrático. A Nova Zelândia, que está sendo elogiada por ter zerado os casos da Covid-19 em seu território também tomou medidas radicais em que os cidadãos só fizeram seguir as regras impostas. Será que uma situação de crise da dimensão dessa pandemia tem espaço para a democracia? Ou será que nessa hora é que se espera daqueles que forem escolhidos pelo voto popular para nos guiar que assumam a responsabilidade a eles dada e nos tirem da confusão da melhor maneira possível?

Para mim, assim como uma vez me disse Renato Ortiz na ocasião dos protestos e jornadas de 2013, pensava-se que após a tomada das ruas por uma juventude “pilhada”, com vontade de mudar, que bradava “o gigante acordou”, haveria envolvimento e participação. Mas com seu grande conhecimento sociológico, Ortiz previu, “não vai acontecer nada” e logo todos voltaram a suas casas e seguiram com suas vidas. Eu também penso assim. O “novo normal”, será por um curto tempo, depois vamos nos esquecer das máscaras e de lavar as mãos. Vamos adotar o lema da influencer Gabriela Pugliesi, uma das primeiras infectadas pelo vírus em nosso país, mas que tempos depois decretou:

“vamos viver o agora, por que o amanhã não interessa!”. O Covid-19 seguirá fazendo suas vítimas ocasionalmente, como são as outras doenças com as quais convivemos, e vamos voltar a fazer festas, andar de trem, metrô e ônibus lotados. Vamos nos beijar e nos abraçar. Vamos seguir enfileirados nos hospitais aguardando atendimento.

Tenho idade suficiente para ter vivido os primeiros momentos da AIDS no Brasil, com um grande medo da contaminação e pessoas morrendo diariamente. Hoje a AIDS parece controlada, já não se discute o número de mortes, nem temos o sentimento de medo. Tenho alunos que não se protegem sexualmente, não consideram esta preocupação pertinente, apesar de contraírem doenças e “engravidarem”. O pico da AIDS foi em nossa geração e por isso penso em relação ao coronavírus que haverá uma hora em que a coisa vai se normalizar e a gente vai voltar e vai se esquecer.

Enfim, não penso que essa crise mudará tanto o ser humano. Pois o que estamos vendo, são ações de desrespeito ao isolamento social, diariamente pessoas se aglomerando em filas nos bancos para buscar o auxílio emergencial. Pessoas irresponsáveis fazendo festas e divulgando em redes sociais. Lembrem do episódio do final de semana passado da médica que foi agredida no Rio de Janeiro por festeiros em um bairro nobre. O maior problema, na minha opinião, e me desculpo com os mais otimistas, é que o ser humano prossegue a ser um animal individualista e mesquinho.

Mas para não acabar essa minha fala em um tom pessimista, penso que se ensinássemos aos nossos estudantes e jovens os conceitos da Folkcomunicação e se eles fizessem pelo menos uma pesquisa de campo com a Folkcomunicação, eles poderiam enxergar os invisíveis sociais que agora apareceram nas filas dos bancos. Eles veriam a beleza que existe nas manifestações de cultura popular e poderiam abandonar um pouco do ranço classe média que nos cerca e persegue.

A (RE)-INVENÇÃO DO TELEJORNALISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA

FLÁVIO PORCELLO, EDNA MELLO, ARIANE PEREIRA,
CÁRLIDA EMERIM, CRISTIANE FINGER E ILUSKA
COUTINHO

O ano de 2020 vai ficar marcado pelas múltiplas formas remotas de comunicação sendo as lives, modelos de produção audiovisual ao vivo, as mais utilizadas em diferentes formatos. Exibidas em plataformas de redes sociais ou corporativas, são um tipo de produto muito próximo a natureza do telejornalismo ou o jornalismo para telas. Como campo de mutações constantes, o telejornalismo se mantém como elemento importante na sociedade porque assume esta essência em permanente reconfiguração.

Assim, a Live Cátedra INTERCOM, sessão 14, a cargo do GP Telejornalismo da INTERCOM foi concebida para ser realizada como se fosse um programa de entrevistas na TV. A diretoria científica da INTERCOM propôs a realização das lives pelos Grupos de Pesquisa e, imediatamente, o GP Telejornalismo aceitou o desafio e passou a pensar no formato a ser exibido. Lembramos dos métodos utilizados pelo nosso grupo durante as sessões de apresentação e discussão de trabalhos nos congressos científicos. A Rede de Pesquisadores

em Telejornalismo (TELEJOR) que une os pesquisadores do nosso GP em torno do ensino e da pesquisa em Telejornalismo reúne profissionais com experiência em TV e tem, como um de seus princípios, fazer com que as discussões teóricas sobre televisão e jornalismo audiovisual sigam a dinâmica da TV: ou seja, linguagem informal em textos objetivos, claros, precisos, com o máximo de ilustrações e imagens que ampliem o conhecimento sobre o tema tratado.

Falar com outra pessoa ou com um grupo de dezenas de pessoas exige obediência às técnicas do discurso no modelo audiovisual. O uso das lives em tempos de pandemia foi muito útil por reunir pessoas em home-office em reuniões virtuais já que o distanciamento social impedia deslocamentos e viagens. Mas o excesso de exposição ao vídeo sem observar os aspectos formais estéticos, éticos e da natureza desta produção tais como um bom áudio, iluminação adequada, ambiente compatível, entre outros cuidados, traz prejuízos a quem faz e, principalmente, a quem assiste. Outro ponto a ser considerado é o tempo da narrativa, fator fundamental para chamar a atenção do público e mantê-lo atento ao tema. E o timing da narrativa também merece atenção. Diferente do tempo de duração, respeitar o timing significa pensar nas longas e monótonas exposições orais que dispersam a atenção dos mais interessados ouvintes/expectadores. Por todas estas considerações é que a equipe do GP Telejornalismo que sistematizou a sessão das Lives Cátedra INTERCOM resolveu adotar as técnicas de TV.

Em tempos de pandemia a atividade jornalística, como todas as outras atividades, ficou muito limitada. Jornalismo de TV se faz na rua, onde a notícia está. Com essas limitações, o telejornalismo passou a ser feito à distância, entrevistados em home-office gerando seus próprios áudios e vídeos para as entrevistas, imagens de arquivo em profusão para cobrir os offs, já que repórteres e cinegrafistas tiveram as atividades

externas limitadas pelo isolamento social. Neste contexto, surgiu a ideia de debater em formato e ritmo de televisão, ao vivo, como em um programa de entrevistas, a rotina produtiva dos repórteres que estão na linha de frente da cobertura jornalística no país. E assim foi feito!

O encontro entre a academia e o mercado

Durante muito tempo a academia e o chamado “mercado de trabalho” dos jornalistas pareciam viver em universos diferentes. A televisão e o telejornalismo não eram objetos das pesquisas de mestrands e doutorandos. Um conteúdo por demais popular para se tornar estudos de dissertações e teses.

Mesmo na graduação o ensino do telejornalismo demorou a fazer parte dos currículos dos cursos de jornalismo, um pouco por descaso, um pouco por falta de estrutura técnica como câmeras, estúdios, switchers, iluminação entre outros. Mas o interesse dos alunos pelo telejornalismo não pode ser ignorado e universidades públicas e privadas tiveram que investir, minimamente, em equipamentos para que os estudantes pudessem “colocar a mão na massa”.

Algumas décadas se passaram e a academia começou a mimetizar as práticas jornalísticas das principais emissoras de televisão, adotando não apenas seus formatos, mas também suas regras em manuais geralmente escritos por profissionais ou ex-profissionais preocupados em passar o conhecimento a diante. Nos programas de pós-graduação stricto sensu, a televisão e o telejornalismo começaram a ser estudados, mas quase sempre num viés tão crítico que parecia completamente desconectado com o mundo do trabalho.

Foi preciso que uma série de repórteres, produtores, editores, apresentadores, chefes de reportagem e de redação voltasse a estudar para então reunir a experiência prática e teórica

na formação docente. Esta é a origem da maioria dos integrantes do GP de Telejornalismo da INTERCOM e da Rede TELEJor.

Mas o que tornou este encontro entre pesquisadores, professores, alunos e os repórteres de rede assim tão especial?

A pandemia igualou a todos na busca de soluções para produzir, captar, editar e veicular as notícias em vídeo. Talvez, pela primeira vez não houvesse uma fórmula de sucesso a seguir e as experimentações foram mútuas. Conversar sobre isso, uma experiência única que deve se repetir por algum tempo. Se neste momento as dúvidas são: Como fazer uma passagem mascarado? Como gravar um off em casa? Como convencer as fontes a gravarem suas próprias imagens e depoimentos? O que ganhamos, o que perdemos e o que deve permanecer no telejornalismo no período pós-pandemia? Estas e outras questões suscitaram o debate com os três profissionais atuantes nos telejornais nacionais.

Live: a prática do jornalismo audiovisual em telas

A live intitulada “A (re)-invenção do telejornalismo em tempos de pandemia”, foi aberta pela Diretora Administrativa Sônia Maria Ribeiro Jaconi que destacou a importância da iniciativa da INTERCOM e a pronta resposta que dos GPs que organizaram 20 sessões de acordo com seus temas de pesquisa. Em seguida, também em textos breves e objetivos, como é característico dos programas de telejornalismo, a coordenadora, professora Edna Mello e o vice-coordenador, professor Flávio Porcello, explicaram como seria a dinâmica da entrevista.

Os entrevistados são três experientes repórteres que estão na linha de frente da cobertura jornalística: Sônia Bridi (TV Globo/RJ), Léo Sant’Anna (SBT/RJ) e André Rohde (Record/SC). A condução da entrevista e encaminhamento de perguntas do público foi feita da professora Cristiane Finger, também jornalista com longa experiência profissional em

TV. Na produção, acompanhando a reação da audiência e sistematizando os temas que o público perguntava para encaminhar aos convidados estavam, também, três outras experientes profissionais de TV, as professoras Ariane Pereira, Cárlica Emerim e Iluska Coutinho. Em telejornalismo o trabalho em equipe é prerrogativa básica para um programa de dar certo.

A primeira pergunta foi sobre fazer jornalismo em tempos de isolamento social: “Eu sempre gostei de estar nas ruas, falando diretamente com as pessoas no local onde está a notícia”, respondeu Sônia Bridi, acrescentando que “o ambiente fala muito sobre as pessoas”:

Como correspondente internacional eu reportava com as pessoas na rua e voltava para casa onde tinha meu escritório para finalizar as matérias. Hoje, com a pandemia e as medidas restritivas exigidas para o isolamento social sou uma repórter que reporta de dentro de casa (BRIDI, 2020).

Ela disse que perde muito por não estar no ambiente onde a notícia acontece. “Sinto falta da rua, do contato com as pessoas, de ir para o ambiente onde está a notícia”. E acrescentou os prejuízos que as matérias feitas em home office trazem:

Me incomoda muito o áudio das gravações para cobrir o off das matérias. O som sai abafado e a narrativa fica distante daquilo que as imagens estão mostrando. Mas como sou casada com um repórter cinematográfico montamos um mini estúdio aqui em casa (BRIDI, 2020).

Paulo Zero, o repórter cinematográfico e marido de Sônia Bridi, organizou as câmeras para captação de imagens, microfones para captação do áudio, tripés, iluminação para a

gravação das entrevistas, passagens e stand ups e inovou para melhorar o áudio: o casal de jornalistas usou da criatividade para melhorar o som, criando a própria cabine de áudio. Bridi mostrou durante a live a cabine: é uma caixa de isopor, forrada com a espuma que reveste as cabines profissionais e estúdios de gravação. Na hora de gravar os offs ela coloca a cabeça dentro da “caixa-cabine” e grava: “O som melhorou consideravelmente!”, disse. E ela fez o que o bom jornalismo faz: levantou da cadeira, e buscou para mostrar ao público a caixa de isopor forrada com espuma e coberta com uma cortina de pano com a qual ela grava seus offs em melhores condições técnicas já que está trabalhando em casa sem as condições técnicas ideais. Repórter de TV pode e deve ilustrar com imagens o que está falando. E foi o que Sônia Bridi fez.

Léo Sant’Anna revelou que quando está na rua fazendo reportagens neste período de limitações pelo isolamento social grava os offs de dentro do carro da reportagem, pois “o microfone capta o som ambiente externo que fica compatível com o fundo sonoro das entrevistas e das passagens ou stand ups gravados nas ruas”.

O repórter destacou que as equipes são orientadas a evitar longas permanências nas ruas para proteção própria e proteção aos entrevistados também: “Estamos evitando gravar offs nas cabines de áudio da TV ou mesmo na redação para evitar a contaminação”. Ele acrescentou que nunca antes usaram tantas imagens de arquivo para ilustrar as matérias. E enfatizou a falta que todos estão sentindo da convivência diária na redação: “A gente sente falta do debate, da discussão de idéias, de enfoques, de abordagens. O trabalho em equipe e a rotina das redações são insubstituíveis”, disse Sant’Anna.

A gente deve falar aquilo que as pessoas precisam ouvir. Em 20 anos de carreira ainda não tinha

visto algo parecido: antes, a violência pautava os jornais, mas a pandemia a partir de março passou a dominar o noticiário e a audiência das TVs subiu (SANT'ANNA, 2020).

Vale destacar que, naquele horário de final de tarde ele estava na redação do SBT RJ fechando a matéria sobre a prisão de Fabrício Queiroz ocorrida horas antes. Por isso precisou interromper a participação na entrevista por alguns momentos, caminhou em plano seqüência para gravar o off da matéria na redação, saiu do vídeo do celular e voltou logo que possível para seguir dando a entrevista. Foi um legítimo flagrante do que é a dinâmica da vida de um repórter.

André Rohde, disse que tem trabalhado na redação como repórter da TV Record em Florianópolis, mas faz boa parte de sua produção pela internet. Acrescentou que estar nas ruas em busca da notícia é a essência do telejornalismo que deve estar onde os fatos estão acontecendo:

Percebo que essa eu uma mudança que veio para ficar. Logo no início tudo era precário, mas agora as condições melhoraram, pois há mais recursos e melhores condições técnicas para realizar o trabalho jornalístico. Mas reitero que nada substitui a rua e o trabalho em equipe na redação (ROHDE, 2020).

Ele disse, também, que “o telejornalismo daqui em diante será influenciado pelos novos recursos tecnológicos e exemplificou citando a profusão de lives que simplificaram o processo de realização de entrevistas, evitando deslocamentos e viagens e facilitando e agilizando a presença de fontes nas matérias, independente da distância dos locais onde se encontram. Mas Rohde salientou que gostaria de ver “menos imediatismo e mais profundidade” nos conteúdos editoriais do telejornalismo.

Outro tema tratado foi a questão das fake news e sua capacidade de disseminar notícias falsas. Os três foram unânimes em afirmar que o telejornalismo é o antídoto perfeito para combater a desinformação. Destacaram a grande penetração da TV como fonte de informação para a quase totalidade da população brasileira e enfatizaram que o público deve consultar os meios de comunicação profissionais que exercem o bom jornalismo sempre que tiver dúvida sobre a veracidade de alguma informação que chegue pelas redes sociais, grupos de WhatsApp ou fonte desconhecida. Bridi observou:

Essas coisas sempre existiram. Antes chamava-se “boato” ou “propaganda” quando era feita pelo estado que oficializava informações falsas para subjugar movimentos contrários ao poder. Empresas criavam e criam informações para impor suas visões. Nem gosto de chamar fake news, chamo de “mentiras” (BRIDI, 2020).

Sant’Anna complementou afirmando que “é um cenário preocupante. As fake news são um trampolim para o telejornalismo mudar. Agenda Setting já nos ensinou que o jornalismo é o meio mais confiável para informar a população”. E Rohde concluiu:

As chamadas fake news fazem parte de um fenômeno que tem a ver com as redes sociais. A pessoa que já tem opinião formada acredita naquilo que chega pelo grupo de whatsapp. É bolha em que ela vive e se informa. Mas a questão dos robôs que disseminam e alimentam a circulação das falsas notícias é caso de polícia. Tem quem espalha e tem os que criam as mentiras para serem espalhadas (ROHDE, 2020).

Os três profissionais também opinaram sobre as hostilidades que as equipes de TV sofrem nas coberturas

jornalísticas, inclusive nas matérias que tratam da pandemia pois, por incrível que possa parecer, há pessoas e grupos organizados que culpam a Imprensa pelas notícias sobre o assunto. André Rohde observou que a pandemia veio agravar uma situação que já existia:

A gente sente na rua o clima de hostilidade. Passamos por situações difíceis e sofremos agressões a toda a hora em qualquer lugar. Pessoas interpelam o repórter para saber o que ele vai dizer. Ameaçam, intimidam, constroem o profissional. A politização da pandemia é uma ameaça ao exercício do jornalismo (ROHDE, 2020).

Léo Sant'Anna afirmou:

Sou interpelado na rua. As pessoas ameaçam, hostilizam, tentam impedir o trabalho. É culpa da polarização. Há ódios, ressentimentos. Nas manifestações de junho de 2013 também foi assim. Os pilares do jornalismo balançam, mas não quebram. (SANT'ANNA, 2020).

Sônia Bridi acentuou que está muito pior do que era antes:

Mas isso não foi inventado agora. As pessoas descontentes com qualquer coisa descontam nos jornalistas que estão ali na rua. Quem está descontente com alguma coisa ou algum tema que a Imprensa esteja tratando quer atirar no mensageiro. Se a carta traz más notícias quem sofre é o carteiro. O problema é que agora se não há incentivo, há omissão em relação a determinados atos. O protesto e a hostilidade contra jornalistas ganharam uma chancela oficial (BRIDI, 2020).

E acrescentou:

As agressões não são novidades, mas é impossível que continue esse ódio e esse ressentimento. Mas cem por cento bom não vai ficar nunca. Com o jornalismo sempre foi assim. Como dizia Millôr Fernandes: “Fazer jornalismo é dizer o que não querem ouvir. O resto é secos e molhados”. É muito mais fácil tentar desacreditar quem está dando a notícia do que rebater os fatos. Principalmente quando os fatos estão bem apurados (BRIDI, 2020).

A mediadora da entrevista, Cristiane Finger, encaminhou perguntas que vieram pelo chat da live, pelo WhatsApp e pelo Facebook que também transmitia a entrevista. Ao todo mais de 300 pessoas assistiram durante a hora e meia que durou a transmissão ao vivo. Uma das perguntas selecionadas foi a do jornalista e professor de jornalismo Carlos Kober que indagou sobre o papel social do jornalismo, a humanização das notícias e o futuro da profissão. Os três entrevistados destacaram a importância do jornalismo como fonte de informação e de formação das pessoas. E enfatizaram o orgulho de ser jornalista. Sônia Bridi, da TV Globo, disse:

O jornalismo é daquelas profissões eternas. Pode-se mudar do mimeógrafo para as lives e continuamos fazendo jornalismo. A live é algo mais parecido com a educação do que com o jornalismo. Acredito que o jornalismo do futuro vai trazer as pessoas para a notícia. Telejornalismo sempre foi caro pelo custo dos equipamentos e as despesas com a operação técnica, deslocamentos, etc. Hoje, os equipamentos estão mais acessíveis, os custos operacionais estão menores e as transmissões pela internet também estão mais popularizadas. E assim muita gente já tem o seu próprio canal. É muito bom! O jornalismo não existe para dizer às pessoas o que elas querem ouvir. Existe para dizer às pessoas o que elas precisam saber para poder tocar suas vidas (BRIDI, 2020).

André Rohde, da TV Record, assinalou que “gostaríamos de dar só notícias boas, mas o papel do jornalismo é falar sobre o que é de interesse público. E interesse público, muitas vezes, não é o mesmo que interesse do público”. Léo Sant’Anna, do SBT, complementou: “O telejornalismo nunca vai desaparecer pois tem uma qualidade incomparável que é a imagem. E as pessoas querem ver o que aconteceu. É a força da TV na transmissão das mensagens”. Como se diz nas redações de telejornalismo: “se o programa é bom a gente nem vê o tempo passar e quando ele acaba ficamos com vontade de ver mais”. Foi o que aconteceu na Live Cátedra INTERCOM intitulada “A (re)-invenção do telejornalismo em tempos de pandemia”, com três experientes repórteres que estão na linha de frente da cobertura jornalística no Brasil: Sônia Bridi (TV Globo/RJ), Léo Sant’Anna (SBT/RJ) e André Rohde (Record/SC).

Pesquisas em telejornalismo: uma rede de saberes

Pesquisas em rede desenvolvidas em torno de temas atuais, que tenham impacto para a sociedade e para o telejornalismo, são desenvolvidas ano após ano pelos pesquisadores que integram a TeleJOR, que tem um de seus encontros anuais realizado durante o Congresso Nacional da INTERCOM. Ciência aplicada – voltada à reflexão sobre o fazer jornalismo de TV e, simultaneamente, à transformação dessa prática – que tem relação direta e estreita com o tecido social. Afinal, no Brasil, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia de 2015 (a última realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República), os telejornais são, para grande parte da população brasileira, a única fonte diária de informação.

Mesmo com o crescente aumento de popularidade da internet, proporcionada pela diminuição de custo dos dispositivos tecnológicos móveis, a televisão ainda é o meio de comunicação de maior acesso entre os brasileiros, de acordo

com a pesquisa. O levantamento revelou, por exemplo, que 95% dos entrevistados dizem ver TV com frequência e 73% diariamente. Mas o dado essencial é que 79% dos brasileiros assistem à televisão para se informar. Em 2020, essa confiança no veículo e nos telejornais foi reiterada por pesquisa realizada, no mês de março, período em que a pandemia de coronavírus chegou ao Brasil, pelo Datafolha. Segundo o levantamento, 61% dos entrevistados afirmaram confiar nas informações sobre a Covid-19 divulgada pelos programas jornalísticos de TV, que lideram o ranking de credibilidade.

A pesquisa em telejornalismo realizada em rede buscando, de modo síncrono, pensar criticamente o fazer jornalismo audiovisual e transformar essa mesma prática é o principal mote da Rede TeleJOR desde 2006, ano em que foi lançado o primeiro livro do grupo – Telejornalismo: A nova praça pública. Pesquisadores que, naquele momento, reuniam-se ainda nas sessões do NP (Núcleo de Pesquisa) de Jornalismo da INTERCOM e que, de modo organizado, propuseram, quando da reformulação dos Núcleos de Pesquisa para as Divisões Temáticas (DTs) subdivididas em Grupos de Pesquisa (GPs), o GP de Telejornalismo. O grupo tem se reunido todos os anos nos congressos nacionais da INTERCOM desde 2009, com média de 32 trabalhos por edição do evento.

A relevância das reflexões desenvolvidas tem gerado uma série de publicações, já desde a criação do grupo. O livro “40 anos de telejornalismo em rede nacional: Olhares críticos”, que tem como objeto central o Jornal Nacional, nasceu da reunião das primeiras discussões realizadas no grupo de pesquisa em Telejornalismo, em congresso da INTERCOM realizado em Curitiba (2009). A publicação tem a assinatura do GP Telejornalismo da INTERCOM e da Rede TeleJOR, e foi apoiada por seis programas de pós-graduação em Comunicação. Lançada em novembro daquele ano, a obra registrou a contribuição da academia para a

celebração das primeiras quatro décadas do jornalismo em rede de TV no Brasil.

Os encontros e debates do grupo durante os Congressos Nacionais da INTERCOM possibilitaram que as pesquisas em rede fossem intensificadas e, assim, desde 2012, os resultados compilados foram publicados em oito livros, que integram a coleção “Jornalismo Audiovisual”: O Brasil (é)ditado, de 2012; Telejornalismo: nas ruas e nas telas (2013); Telejornalismo em questão (2014); Telejornal e praça pública (2015); Telejornalismo e poder (2016); Desafios do telejornalismo: ensino, pesquisa e extensão (2017); Epistemologias do telejornalismo brasileiro (2018); e Telejornalismo local: teorias e conceitos (2019). Todos pela Editora Insular.

Dessa forma, a confiabilidade do telejornal em tempos de pandemia e as transformações nas rotinas produtivas do telejornalismo levaram a TeleJOR e o GP de Telejornalismo da INTERCOM a propor a seus integrantes e à outros pesquisadores da área que refletissem sobre A (re)invenção do Telejornalismo em tempos de pandemia, título de um dos três livros que serão lançados, esse ano, no Publicom (evento integrante da programação do INTERCOM 2020). A coletânea – publicada pela Editora Insular – conta com 18 artigos, que são complementares entre si, redigidos por 45 pesquisadores de todas as regiões do país. A obra contará ainda com “orelha”, prefácio e posfácio redigidos pelos três jornalistas participantes da live de mesmo título do livro, realizada pelo GP de Telejornalismo em parceria com a Cátedra INTERCOM. Para além de A (re)invenção do Telejornalismo em tempos de pandemia, os pesquisadores de telejornalismo ainda publicarão outras duas coletâneas em 2020: Telejornalismo contemporânea – 15 anos da Rede Telejor e Telejornalismo 70 anos – O sentido das telas, ambos também pela Insular e com lançamento no Congresso Nacional de 2020 da INTERCOM.

Referências

BRIDI, S.; SANT'ANNA, L.; ROHDE, A. Live Cátedra Intercom - Sessão 14: *A (re)-invenção do telejornalismo em tempos de pandemia*. Disponível em: <youtube.com/v=lmeuVY8jjOw>. Acesso em 02 ago 2020.

COUTINHO, Iluska. A produção social do Telejornalismo: Um olhar sobre os estudos acerca da oferta de conhecimento nos noticiários de TV. *Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom*, 2011. Disponível em: <intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1275-1.pdf>. Acesso em 02 ago 2020

MARQUES, José. TVs e jornais lideram índice de confiança em informações sobre o coronavírus, diz Datafolha. São Paulo: *Folha de S. Paulo*, 23.mar.2020. Disponível em: <folha.uol.com.br/poder/2020/03/tvs-e-jornais-lideram-indice-de-confianca-em-informacoes-sobre-coronavirus-diz-datafolha.shtml>. Acesso em 28.ago.2020.

ESPORTE, OLIMPÍADAS E PARALIMPÍADAS: ENTRE UTOPIAS E DISTOPIAS

RAFAEL DUARTE OLIVEIRA VENANCIO E TATIANE HILGEMBERG

2020 é ano olímpico. O que isso significa?

Ser ano olímpico significa não apenas o ano de realização dos Jogos Olímpicos de Verão, bem como, normalmente na sequência, os Jogos Paralímpicos. É um encerramento de um ciclo de quatro anos em que diversas modalidades organizam campeonatos em todos os níveis – do local ao internacional – para proporcionar um ranqueamento classificatório para que os atletas disputem os dois maiores torneios multiesportivos do mundo.

No entanto, 2020, apesar de ser ano olímpico, não foi ano olímpico.

A explicação, que parece óbvia no momento da escritura do presente texto, talvez não seja no futuro. Em 2020, o mundo foi “paralisado” pela pandemia da Covid-19, quando os seres humanos foram compelidos a ficarem em isolamento social/quarentena para preservação da saúde e resguardo do sistema de hospitais e assistência médica. As palavras de ordem eram “Fique em casa. Fique saudável. Fique seguro”.

Para evitar contato humano dos atletas no período agudo da pandemia, bem como aglomeração do público espectador, diversos eventos esportivos foram cancelados ou interrompidos mundialmente, começando entre fevereiro e março de 2020. Em agosto do mesmo ano, alguns retomaram, especialmente as ligas americanas de esporte profissional (NBA, NHL e MLB, além de categorias de esporte a motor), Fórmula 1 e campeonatos de futebol, com destaque para os torneios europeus que possuem calendário que abrangem metades de dois anos.

E os jogos olímpicos e paralímpicos?

Em 2020, eles deveriam ser realizados na capital japonesa, em Tóquio, que fora sede das Olimpíadas em 1964, conforme decisão da 125ª reunião do Comitê Olímpico Internacional (COI), realizada em Buenos Aires, em 2013.

Originalmente, as datas de realização seriam de 24 de julho a 9 de agosto de 2020 para os Jogos Olímpicos e de 25 de agosto a 6 de setembro de 2020 para os Jogos Paralímpicos, marcando respectivamente a 32ª e a 16ª edição desses eventos.

No entanto, no fim de março de 2020, devido à pandemia e a impossibilidade da realização das últimas competições do ciclo olímpico e paralímpico, ambas edições foram adiadas. Continuarão a serem conhecidas como “Tóquio 2020”, mas realizadas em 2021. As datas previstas são 23 de julho a 8 de agosto de 2021 para os Jogos Olímpicos e de 24 de agosto a 5 de setembro de 2021 para os Jogos Paralímpicos.

Esse adiamento não foi isento de comoção. Uma declaração considerada polêmica foi emitida pelo vice Primeiro Ministro do Japão, Taro Aso, durante os debates de cancelamento ou não dos Jogos.

O vice-primeiro ministro do Japão, Taro Aso, acredita que Tóquio está sentindo os efeitos de

uma “maldição” que atinge as Olimpíadas “a cada 40 anos”, enquanto a crise do coronavírus continua ameaçando os Jogos. (...)

“É um problema que acontece a cada 40 anos - são as malditas Olimpíadas, e isso é um fato”, disse Aso.

A reivindicação de Aso deriva do fato de o Japão iria seriar os Jogos Olímpicos de Verão em 1940, mas a Segunda Guerra Mundial forçou o cancelamento dos Jogos até 1948. Ao final, o Japão teve que esperar até 1964 para finalmente sediar os Jogos Olímpicos de Verão. Em 1980, países como Estados Unidos, China e Japão boicotaram as Olimpíadas que estavam sendo realizadas na União Soviética, após o país invadir o Afeganistão (MOTA, 2020, s/n).

À luz dessas declarações e de outras reflexões sobre marcas problemáticas que os projetos olímpicos e paralímpicos possuem, o GP Comunicação e Esporte da Intercom participou do projeto *Lives Cátedra Intercom* que tinha enquanto mote o tema central “Um mundo e muitas vozes: da utopia à distopia?”. A *live* organizada pelo GP foi intitulada “Esporte e olimpismo: entre utopias e distopias” e realizada no dia 23 de junho de 2020 tendo uma mesa composta por José Carlos Marques (Unesp), Tatiane Hilgemberg Figueiredo (UFRR), Rafael Duarte Oliveira Venancio (USP) e Ary José Rocco Jr. (USP).

O presente texto demarca uma breve retomada de temas postos na *live*, bem como indicativo das referências teóricas utilizadas para as análises. Primeiramente serão abordadas questões sobre o projeto olímpico e o olimpismo, baseado em arcabouço teórico da pesquisa de pós-doutorado de um dos autores (VENANCIO, 2020). Depois, as questões sobre o paradesporto vinculado com as reflexões postas em pesquisa de mestrado e de doutorado da outra autora do texto (FIGUEIREDO, 2010, 2017).

Breves considerações arquetípicas sobre o movimento olímpico

Apesar de polêmicas, as mencionadas declarações de Taro Aso acerca de uma maldição do esporte olímpico fazem sentido para os pesquisadores de imaginário social, bem como aqueles que fazem a reflexão do esporte usando arcabouços de áreas tais como Narratologia, Psicanálise, Psicologia Analítica, entre outros.

O projeto olímpico surge enquanto mecanismo de utopia dentro do mundo dos esportes. É notório o uso comum de frase atribuída ao criador dos Jogos Olímpicos, o Barão Pierre de Coubertin, de que o “importante é competir”.

Na verdade, toda a lógica do projeto olímpico é utópica desde o primeiro manifesto escrito por Coubertin: o manuscrito do discurso de 25 de novembro de 1892 que foi feito em Sorbonne na ocasião do aniversário de 5 anos da União das Sociedades Francesas de Esportes Atléticos (*Union des Sociétés Françaises de Sports Athlétiques*). Este manuscrito só foi doado em fevereiro de 2020 para o Museu Olímpico do COI e o press release comemorativo disso deixa claro o tom futurista, utópico que Coubertin pregava para o esporte e para as olímpiadas (quatro anos antes de sua primeira edição):

Pierre de Coubertin concluiu seu Manifesto reafirmando em alto e bom som sua visão de que os Jogos Olímpicos da era moderna podem contribuir para a construção de um mundo melhor por meio do esporte:

Quanto ao atletismo em geral, não sei qual será o seu destino, mas quero chamar a atenção para o importante fato de que apresenta duas novas características desta vez na série de suas transformações seculares: é democrático e internacional. A primeira dessas características garante o seu futuro: além do que é democrático, não há nada viável no momento. Quanto à segunda, abre perspectivas inesperadas diante de nós. Há pessoas a quem você chama utópicos quando

falam sobre o fim da guerra e você não está totalmente errado, mas há outros que acreditam na redução progressiva das chances de guerra e eu não vejo nenhuma utopia nisso. É evidente que o telégrafo, os caminhos-de-ferro, o telefone, a apaixonada investigação científica, os congressos, as exposições fizeram mais pela paz do que todos os tratados e todas as convenções diplomáticas. Espero que o atletismo faça mais: aqueles que viram 30.000 pessoas correndo na chuva para assistir a um jogo de futebol não me acharão exagero (OLYMPIC, 2020, s/n).

No entanto, às declarações do francês Pierre de Coubertin (1863-1937) sobre o grandioso destino-manifesto do olimpismo, é válido apresentar as ressalvas postas por um contemporâneo seu, o suíço Carl Gustav Jung (1875-1961):

Tomem algum sistema bem-definido cujas propriedades conhecemos a *grosso modo*, por exemplo, algum movimento geral e bem-documentado, digamos a religião cristã, [que] na verdade representa o ideal máximo, e perguntem pela sombra (...). Tudo que existe gera uma sombra e, sendo assim, a sombra factualmente existente do cristianismo consiste numa sombra imensa, uma sombra terrível e trágica, digo eu: uma gargalhada de escárnio do inferno (JUNG, 2019, p. 14-15).

Criador da Psicologia Analítica, Jung, um dos arcabouços teóricos de um dos autores do presente texto (VENANCIO, 2020), é um autor de tinta forte em suas análises de imaginário e da psique humana. Quando ele está colocando o conceito de *sombra* nas questões de imaginário, ele está introduzindo o aspecto dual que os arquétipos possuem na constituição do inconsciente coletivo.

Podemos ir além e afirmar que, no limite, o próprio inconsciente - seja individual ou coletivo para seguir os termos

propostos por Jung - é matéria em mutação, levando a surgir arquétipos em desdobramento de outros arquétipos, sendo que todos eles estariam desdobrados no limite, tal como o próprio Jung (2013) afirma, em relação ao arquétipo mais central de todos, o arquétipo da totalidade: o *Selbst*, traduzido como *Self* ou *Si-Mesmo*. Tal como bem o junguiano Murray Stein resume, o si-mesmo é “o centro, fonte de todas as imagens arquetípicas e de todas as tendências psíquicas inatas para a aquisição de estrutura, ordem e integração” (STEIN, 2006, p. 206).

O olimpismo se coloca em uma posição de *Selbst* do esporte enquanto capaz de mudar o mundo – a utopia que não é utopia do mencionado discurso/manifesto de Coubertin de 1892 –, assim sua sombra seria de uma distopia que mostra, quicá, o que há de pior no tecido social.

Assim, não estaríamos apenas falando apenas de “maldições” tal como vice-primeiro ministro do Japão, Taro Aso, acredita existir de 40 em 40 anos. O que há aqui, em termos de Psicologia Analítica, é uma dinâmica entre *Selbst* e *sombra* que permeia o esporte olímpico como um todo.

Para demonstrar isso de maneira mais sintética e adequada para um artigo científico que, por definição, possui um espaço mais limitado, construímos a seguir um quadro ilustrativo de como, ao longo dos anos e das edições do Jogos Olímpicos, os ideias utópicos e de totalidade dos Jogos (*Selbst*) foram tensionados por condições distópicas e de fragmentação discursiva (*Sombra*):

Quadro ilustrativo – *Selbst* e *Sombra* dos Jogos Olímpicos

Edição dos jogos olímpicos	Fatos do <i>Selbst</i>	Fatos da <i>Sombra</i>
Atenas 1896	Reviver o espírito olímpico no lugar de sua inspiração.	Coubertin gostaria que os primeiros jogos fossem em Paris em 1900 junto com a Exposição Universal. Há também a afirmação dele que a participação feminina seria “não-prática, desinteressante, não-estética e incorreta”.

Paris 1900	Os Jogos Olímpicos fazendo parte da maior celebração do engenho humano: a Exposição Universal.	A Exposição Universal roubou a cena e muitos dos eventos sequer foi registrada na época enquanto olímpicos.
Saint Louis 1904	Os Jogos Olímpicos se tornam mundiais indo para um segundo continente.	Novamente, fazer parte da Exposição Universal tirou a importância dos jogos. Coubertin é acusado de pensar mais nos interesses comerciais do que em visibilidade. A Guerra Russo-Japonesa e as dificuldades de transporte fazem que apenas 10% dos atletas não fossem norte-americanos.
Jogos Intercalados de 1906*	Atenienses organizam uma Olimpíada no mesmo molde e cidade de 1896. É introduzida pela primeira vez questões que permanecem até hoje tais como cerimônias de encerramento e premiação de medalhas com hasteamento de bandeiras nacionais.	Os Jogos foram considerados, na época, um sucesso. No entanto, não são oficiais porque ficaram fora do ciclo olímpico de 4 anos.
Roma / Londres 1908	Os jogos em Londres foram um sucesso, incluindo provas célebres tal como a distância atual da Maratona e definição de regras olímpicas.	Os jogos seriam realizados em Roma, mas a erupção do Vesúvio em 1906, obrigaram a mudança de sede. Problemas de guerra entre Finlândia e Rússia, bem como quebras de protocolos de Suécia, Estados Unidos e Irlanda causaram problemas diplomáticos.
Estocolmo 1912	Consolidação do modelo dos jogos.	Os jogos foram uma forma de solucionar o impasse de 1912, mas só foram realizados com a promessa de Coubertin de que em 1916 os jogos seriam em Berlim.
Berlim 1916**	Jogos cancelados por causa da Primeira Guerra Mundial.	A sede era uma das principais beligerantes da Primeira Guerra Mundial.
Antuérpia 1920	Jogos realizados apenas um ano após o Acordo de Paz de Paris, demarcando retorno aos ideais utópicos olímpicos.	O próprio Acordo de Paz de Paris impediu a participação de diversas nações. Alemanha, por exemplo, só retornaria em 1928.
Paris 1924	Busca de continuidade do modelo. Inclusão do lema "Citius, Altius, Fortius".	Restrições do Acordo de Paz de Paris ainda em voga. Jogos foram um grande fracasso financeiro.

Amsterdã 1928	O modelo se consolida e não há prejuízo financeiro considerável. Início do atletismo feminino.	Críticas abertas à expansão do esporte feminino.
Los Angeles 1932	Retorno da intercontinentalização dos jogos. Lucro financeiro. Criação da vila olímpica.	Queda do número de nações participantes por causa dos efeitos da Grande Depressão de 1929. O presidente dos EUA se recusa a abrir os jogos por causa do cenário financeiro mundial.
Berlim 1936	Os jogos foram um sucesso midiático e esportivo.	Os jogos foram a principal propaganda nazista do período pré-Segunda Guerra Mundial.
Tóquio/Helsinque 1940**	Jogos cancelados por causa da Segunda Guerra Mundial. Foi marcada uma mudança de sede para Finlândia, mas sem sucesso.	Japão queria os jogos para propaganda política em 1932 para consertar o escândalo diplomático da Manchúria. Depois, o país se tornou um dos principais beligerantes da Segunda Guerra Mundial.
Londres 1944**	Jogos cancelados por causa da Segunda Guerra Mundial.	A sede era uma das principais beligerantes da Segunda Guerra Mundial.
Londres 1948	Escolha compensatória por causa do cancelamento dos jogos de 1944.	Organização marcada pela austeridade. Instalações esportivas construídas por trabalho forçado de prisioneiros de guerra.
Helsinque 1952	Escolha compensatória por causa do cancelamento dos jogos de 1940.	Boicote de Taiwan contra a participação de chineses. Início da propaganda soviética baseada em resultados esportivos.
Melbourne 1956	Mundialização dos jogos ao ocorrer em um terceiro continente e, pela primeira vez, no Hemisfério Sul. Recebe o apelido de "Jogos Amigáveis".	Crise de Suez e repressão à Revolução Húngara levou a boicote de delegações.
Roma 1960	Os jogos superam os 5 mil atletas. Há o primeiro negro africano medalhista olímpico de ouro, Abebe Bikila, que chama atenção ao correr descalço a Maratona.	Erros de arbitragem ocorrem, tirando a medalha de ouro no nado livre de Lance Larson, por recusa ao uso de equipamentos eletrônicos de auxílio e medição de tempo.
Tóquio 1964	Os jogos finalmente chegam ao quarto continente. São jogos com introduções eletrônicas.	Indonésia é banida dos jogos por não aceitar atletas de Israel e Taiwan nos jogos asiáticos de 1962.

	O primeiro negro africano medalhista olímpico de ouro em 1960, Abebe Bikila, se torna o primeiro bicampeão olímpico da Maratona.	Rodésia do Norte inicia os jogos com esse nome. No dia do encerramento, usa o nome de Zâmbia para demarcar o processo de independência que ocorria no país no mesmo momento. África do Sul é banida por causa do Apartheid. Abebe Bikila, que venceu "romanticamente" descalço em 1960, vence o bicampeonato olímpico com um "patrocínio" da Puma nos pés.
Cidade do México 1968	Primeiros jogos que usam equipamentos 100% eletrônicos de medição. Primeira vez que os jogos vão para a América Latina.	Os jogos foram realizados marcados pela repressão do movimento estudantil mexicano no massacre de Tlatelolco. Protestos Black Power e a favor da Primavera de Praga nos pódios causam polêmica sob a acusação de politização dos jogos.
Munique 1972	"Jogos Alegres": revitalização das imagens europeia e alemã pós-guerra.	Massacre de Munique em plena Vila Olímpica.
Montreal 1976	Solução neutra diante das propostas de Moscou e Los Angeles no contexto da Guerra Fria.	O governo canadense barra Taiwan antes de qualquer parecer do COI. Boicote das seleções africanas porque a Nova Zelândia não foi punida por jogar rúgbi contra a banida África do Sul.
Moscou 1980	Reelaboração das cerimônias de abertura e de encerramento, mostrando um sucesso mais teatral.	Marcado pela Guerra Fria, recebe um boicote liderado pelos Estados Unidos (diante da Guerra Afegã-Soviética) e se torna um dos jogos com menor número de países desde 1956.
Los Angeles 1984	Jogos com melhor sucesso financeiro e de planejamento de todos os processos de organização.	Boicote do bloco soviético em protesto ao boicote de 1980.
Seul 1988	Jogos para revitalizar a imagem asiática pós-guerra.	Construção de "campos de concentração" de moradores de rua para evitar a presença deles nas olimpíadas.
Barcelona 1992	Primeira olimpíada sem boicotes políticos. Reforço da ideia mundial de "Amigos para Sempre".	Endurecimento contra os movimentos autonomistas basco e catalão. Suspeita de escândalos financeiros no setor da construção civil.

Atlanta 1996	Celebração do centenário olímpico, uma das competições mais antigas do mundo.	Atentado ao Parque Olímpico Centenário. Polêmica sobre a preterida candidatura de Atenas.
Sydney 2000	Competição entra em seu 3º século de disputa/novo milênio. Promoção da paz entre as Coreias.	A série <i>Rainbow Six</i> , de dois anos antes, imagina os jogos enquanto vítima de um ataque pandêmico terrorista.
Atenas 2004	Retorno ao berço olímpico.	Protestos na maratona. Efeitos financeiros que levariam a crise econômica grega.
Pequim 2008	Retorno a um país socialista sem problemas políticos. Considerado o maior sucesso logístico desde 1984.	Repressão a protestos. Início da suspeita de <i>doping</i> massivo de atletas.
Londres 2012	Ênfase em sustentabilidade e preocupação com o impacto ambiental.	Recusa dos países árabes em homenagear os mortos de 1972 durante a cerimônia de abertura. Polêmicas políticas entre Taiwan e China, Rússia e Ucrânia, Argentina e Reino Unido. Aumento das questões de <i>doping</i> e endurecimento na proteção comercial dos jogos.
Rio 2016	Primeiros jogos na América do Sul. Superada a marca dos 11 mil atletas participantes. Destaque para a inclusão dos times de refugiados.	Escândalos políticos, econômicos e sanitários no país-sede, além de suspeita de corrupção no país-sede. Escândalo russo de <i>doping</i> afetando mais de uma centena de atletas.
Tóquio 2020***	Busca de modernização dos jogos diante da questão do <i>doping</i> . Reflexão sobre as questões sanitárias.	Pandemia da Covid-19 adia os jogos para possível data em 2021. Por causa de direitos comerciais, os jogos continuarão a ser denominados "Tóquio 2020".

*Edição fora da contagem oficial | **Edição cancelada | ***Edição adiada

Fonte: Elaboração própria a partir dos conceitos de Jung (2013, 2019), inspirada em análise metodológica desenvolvida em Venancio (2020)

Assim, vemos que não é apenas por causa da Covid-19 que os jogos olímpicos foram marcados por questões de distopia. Sua condição de evento máximo do esporte e de ideal humano, utopizada pelo criador Barão de Coubertin, sempre foi marcada por questões distópicas. E, sempre será assim,

graças ao valor máximo que o arquétipo olímpico tem sobre a nossa sociedade. Afinal, tal como nos lembra Jung, não há *Selbst* sem *Sombra*.

Breves considerações sobre o esporte paralímpico

Os Jogos Paralímpicos são indubitavelmente o evento paradesportivo mais importante do mundo. Além de ser o segundo maior evento esportivo em número de participantes e países.

As Paralimpíadas têm sido fundamentais para a mudança de atitudes da sociedade em relação às pessoas com deficiência; além disso, também é fator fundamental para a inclusão do tema na pauta das discussões políticas, promovendo o conceito de uma sociedade sem barreiras. Contudo é interessante ressaltar que os estudos acadêmicos sobre a história do evento ainda dão os primeiros passos. Não há arquivo ou biblioteca que documente essa história, e os registros sobre os Jogos, principalmente os anteriores à edição de 1988, foram perdidos, jogados fora ou destruídos por incêndio no caso dos Jogos de Roma/1960 (BRITTAIN, 2010). Percebemos, também, que os autores que se debruçaram sobre o tema divergem em alguns números e datas. Para evitar entrar em tal conflito, uma vez que não realizamos uma pesquisa histórica dos Jogos, iremos apenas delinear alguns fatos importantes a fim de contextualizar o evento no qual nosso objeto está inserido.

O governo Britânico, preocupado com o aumento do número de lesionados no pós Segunda Guerra, criou, em 1944, o *Spinal Injuries Centre* (Centro de Lesionados Medulares) no Hospital de Stoke Mandeville. Ludwig Guttmann, então diretor do centro, introduziu as práticas esportivas como parte da reabilitação dos pacientes e é visto por muitos como o Barão de Coubertin dos Jogos Paralímpicos (GOLD; GOLD, 2007).

O esporte como reabilitação e recreação cresceu e Guttman promoveu em 1948 o primeiro Stoke Mandeville Games (que só receberam o nome de Jogos Paralímpicos na edição de 1964). Gradualmente o evento deixou de ser voltado para os pacientes ou pessoas que passavam por processo de reabilitação. Em 1959 como resposta à demanda por maior financiamento e organização internacional foi criado o *International Stoke Mandeville Games Committee* (Comitê Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville), que ficou responsável pela organização dos Jogos até 1972 (GOLD; GOLD, 2007).

Os Jogos de Seoul/1988 são considerados como o marco dos Jogos Paralímpicos modernos (LEGG; STEADWARD, 2011), e foram os primeiros sob a coordenação do ICC. O evento além de ter tido a mesma sede dos Jogos Olímpicos, utilizou os mesmos locais de competição, o que representou a linha divisória entre o esporte como reabilitação e o esporte de alto rendimento. A partir dessa data comissão técnica e atletas se profissionalizaram ainda mais, houve maior atenção midiática e ampliação de patrocínios.

A mídia, como elemento na formação da opinião pública, também tem um importante efeito em como o esporte se desenvolve e é praticado (vide as mudanças de regras em alguns esportes por conta das transmissões televisivas). Atualmente é impossível pensar em um grande evento esportivo sem a presença dos meios de comunicação. Assim é fácil notarmos que ‘o que’ a mídia cobre e ‘como’ realiza essa cobertura, e trata os participantes em cada esporte, podem ser questões que criam barreiras devido a estereótipos, trivialização e sub-representação. Essas barreiras nos meios tendem a ser resultado de dois aspectos: a quantidade de cobertura e a representação de esportes e atletas (BERNSTEIN, 2002; PEDERSEN, 2002).

Representações midiáticas do atleta paralímpico

Não obstante o seu potencial, o histórico de atuação da mídia em termos das representações e discursos adotados referentes à pessoa com deficiência, não raro, apenas replica os preconceitos e estereótipos sociais.

Durante nosso percurso acadêmico, analisamos, entre outros, a cobertura dos Jogos Paralímpicos de 1996, 2000, 2004 e 2008 pelos jornais O Globo, Estado de São Paulo (FIGUEIREDO, 2017); de 2012 pelos impressos Folha de S. Paulo, O Globo, Estado de Minas e Zero Hora (FIGUEIREDO, 2019); e a cobertura de 2016 foi analisada em todos os periódicos anteriores com a exceção do Estado de S. Paulo e Estado de Minas (HILGEMBERG, 2019). Em nossos estudos percebemos que desde a cobertura dos Jogos Paralímpicos de 1996, o foco principal esteve na prática esportiva.

De acordo com Schantz e Gilbert (2001) os meios de comunicação de massa tendem a enfatizar ações, recordes, performances, resultados, estatísticas e bastidores quando representam o esporte. A cobertura midiática dos atletas com deficiência muitas vezes centra-se predominantemente sobre a performance e os sucessos destes atletas, enfatizando a importância dos recordes, medalhas e tempos (SMITH; THOMAS, 2005). Reichhart e Myazhiom (2012) analisaram a cobertura dos Jogos Paralímpicos no jornal L'Equipe de 1960 a 2004, e perceberam que durante todo o período os resultados de diferentes esportes foram apresentados, e quebra de recordes anunciadas. Bertling (2012) que analisou os jogos de Sydney/2000 e Salt Lake City/2002 em três jornais diários alemães, chegou à conclusão semelhante, ou seja, a cobertura teve ênfase em resultados, e complementa esse dado afirmando que esse tipo de cobertura pode ser produzida sem muitos custos, uma vez que é alimentada pelas agências de notícia. Raab e Janda (2012) em seu estudo sobre a cobertura dos mesmos jogos na televisão alemã apontam a predominância

da temática relacionada à performance esportiva, seguida pela explicação das diferentes modalidades e classificações funcionais. Maika e Danylchuk (2016) analisaram a cobertura dos Jogos de Londres/2012 nos dois principais impressos canadenses, e em 61,4% do material o esporte foi a temática principal. E assim também indica nossos estudos.

Alguns desses autores (SCHELL; DUNCAN, 1999; SCHANTZ; GILBERT, 2001) criticam os meios de comunicação, afirmando que ao focar apenas em resultados, geralmente positivos, tende-se a trivializar a performance e conquistas dos atletas perpetuando o modelo médico da deficiência. Nós mesmos, em outros trabalhos, deixamo-nos inundar por essa ideia. No entanto ao anunciar medalhas, tempos e recordes e seus significados acreditamos que os jornalistas demonstram dar maior importância ao factual, aproximando a cobertura do esporte paralímpico à do esporte olímpico, ou mesmo do esporte em geral.

As questões terminológicas também ocuparam um lugar de destaque e importância em nosso estudo. A linguagem alimenta as práticas sociais que geram sentido, e no uso da linguagem coabitam a ordem e a diversidade (SPINK; MEDRADO, 2004), servindo como espelho refletor do interior da pessoa. A linguagem é utilizada pela sociedade como veículo transmissor de pensamentos. Segundo Marks (1999) a linguagem tem um importante papel em retirar a deficiência da experiência humana mundana e trata-la radicalmente como “outro”, a pessoa com deficiência é constituída como “não exatamente humana”.

Assim, quando o jornalista utiliza um conjunto de linguagens em sua história, ou os editores reafirmam um conjunto de códigos culturais em suas produções noticiosas, eles reforçam códigos e conhecimentos culturais. Em outras palavras, linguagem molda significado e o significado é

controlado por aqueles em posições hegemônicas nas redes ou instituições ou em ambos.

Em nossa pesquisa pudemos perceber que os termos genéricos (como o nome do atleta, sua nacionalidade, etc.) foram os mais utilizados desde a cobertura de Atlanta/1996. Dessa forma observamos que a maior presença desse tipo de termos pode ser revelador da exigência jornalística da neutralidade ou, em alternativa, pode indicar a existência de uma conscientização por parte de jornais e jornalistas de que a terminologia utilizada, relativamente às pessoas com deficiência, pode refletir e influenciar as atitudes em torno dessas, criando e/ou perpetuando estereótipos (FIGUEIREDO; NOVAIS, 2009).

Percebemos também que o uso de terminologias consideradas inadequadas, como “paralítico”, “pessoa incapacitada”, “vítima”, tendem a diminuir com o passar do tempo; evidenciando que apesar de estar caindo em desuso a terminologia inadequada ainda faz parte das rotinas midiáticas, comprovando que o processo de assimilação por parte dos meios tende a ser lento.

Além disso, o que vemos na literatura é que a cobertura midiática dos atletas paralímpicos segue duas vertentes: ou santificam o atleta transformando-os em heróis trágicos que superaram seu destino terrível (*supercrip*) ou ignora-os e perpetuam a imagem das pessoas com deficiência como objetos de pena (coitadinho) (SCHANTZ; GILBERT, 2012). As pesquisas realizadas no início dos anos 1990 descobriram forte tendência para histórias que focavam no estereótipo do *supercrip* ou super-deficientes e pessoas com habilidades extraordinárias para lidar e superar seus obstáculos. Já nos anos 2000 estudos como, por exemplo, o de Fong e Katz (2012) que analisaram os jornais impressos americanos e canadenses durante as Paralimpíadas de Inverno em Vancouver/2010, encontraram um menor percentual, mas ainda verificaram ser

esse um dos estereótipos mais populares. Os nossos resultados mostraram que durante cobertura dos Jogos Paralímpicos de 1996, 2000, 2004 e 2008 o estereótipo do super-herói aparece em elevadas taxas, enquanto que o coitadinho apresenta decréscimo. Em 2012 ambos os estereótipos já apareceram com taxas bem inferiores (16% e 6,66% respectivamente), números que continuaram a cair em 2016, quando a análise mostrou 8% de estereótipos relacionados ao *supercrip* e cerca de 7% ao coitadinho.

A vitimização das pessoas com deficiência reforça o paradigma do coitadinho, pois complementa o processo de objetificação da pessoa com deficiência, em que estes indivíduos se tornam a personificação de suas deficiências. Sendo o propósito o de evocar compaixão e caridade, por se centrarem na tragédia pessoal destes atletas. Já no estereótipo do *supercrip*, assim como Scheel e Duncan (1999), percebemos que esse estava mais associado à superação de barreiras, o que é muito semelhante à cobertura de atletas e Jogos Olímpicos, portanto não se chegou a uma conclusão definitiva, se o estereótipo empodera ou não o atleta e se há conotação positiva ou negativa.

Considerações finais

Sobre a questão olímpica, reforçamos a questão da pertinência do arquétipo em nossa sociedade, mas sempre temos que lembrar as considerações de Jung sobre a *Sombra* de conceitos totalizantes, dos arquétipos que são *Selbst*. Podemos até ir além e dizer que enquanto as Olimpíadas continuarem ter relevância ampla (social, econômica, política, midiática e esportiva), terá sua sombra. A questão é não nos encantamos pelas utopias sem encarar de frente sua face distópica, lição essa que se torna ainda mais pertinente diante dos fatos pandêmicos de 2020.

Sobre a questão paralímpica, apesar de não se saber de forma definitiva qual a influência que meios de comunicação têm sobre a sociedade, sabemos da sua particular importância na representação das pessoas com deficiência, pois além de refletir as percepções do público, têm um papel fundamental na formulação destas percepções. Ao veicular quaisquer acontecimentos e informações, a mídia institui um contrato de leitura, um vínculo com seu leitor, telespectador ou ouvinte. Assim, ela passa a organizar sua agenda de acordo com o interesse do público baseado na aceitação, atualidade, empatia, interesse público, índices de audiência, entre outros. Os meios de comunicação transformam, dessa forma, os acontecimentos em espetáculos movidos pela cultura de massas, e também, por uma busca incessante por maiores índices de audiência.

Analisando nossos dados em conjunto percebemos que há ambiguidade na cobertura dos impressos. Por um lado, temos o uso mais frequente de terminologias genéricas que apontam para a importância da pessoa; bem como a forte presença de slogans que mostram o foco no atleta e performance. Por outro lado, temos a presença de algumas terminologias consideradas inadequadas, os estereótipos do “coitadinho” e do *supercrip* e a relativa força das ideias que apontam o reforço de estereótipos vinculados à deficiência e/ou à tragédia. Podemos concluir que há conscientização dos meios de comunicação analisados sobre a importância da linguagem e terminologia, mas também há necessidade de vender histórias de interesse humano, principalmente através de narrativas de superação vinculadas à deficiência.

Em nosso estudo conseguimos dar um panorama de como o atleta paralímpico foi representado durante a cobertura dos Jogos de Atlanta/1996 a Rio/2016 pelos jornais analisados; no entanto, algumas questões ficaram em aberto. Acreditamos que para melhor entender a ambiguidade desses resultados, seria necessário não só um estudo longitudinal que

compreendesse edições prévias dos Jogos a fim de se comparar as coberturas de cada edição, como também entrevistas com jornalistas e editores.

Referências

BERNSTEIN, A. Is it time for a victory lap? *International Review for the Sociology of Sport*, 3, p. 415-428, 2002.

BERTLING, C. Disability Sports in the German Media. In: SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (Eds.). *Heroes or Zeroes? The media's perceptions of Paralympic sport*. Illinois: Common Ground Publishing LLC, 2012. p. 55-64.

BRITTAIN, I. *The Paralympic Games Explained*. United States and Canada: Routledge, 2010.

FIGUEIREDO, T. H. *Atleta Real x Atleta de Papel: A perspectiva individual dos atletas paralímpicos e sua representação na mídia impressa*. 2017. 221f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

_____. *Os Atletas Paraolímpicos na Imprensa: Análise comparativa da cobertura noticiosa da mídia no Brasil e em Portugal de 1996-2008*. 2010. 122f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Faculdade de Letras e Engenharia, Universidade do Porto, Porto. 2010.

FIGUEIREDO, T.; NOVAIS, R. A Antiguidade ainda é um posto? Os momentos de vitória nos Paraolímpicos de Pequim. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32., 2009, São Paulo. *Anais...*, São Paulo, 2009.

FONG, A; KATZ, S. USA vs. Canada: An analysis of media coverage of Paralympic athletes. In: SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (Eds.). *Heroes or Zeroes? The media's perceptions of Paralympic sport*. Illinois: Common Ground Publishing LLC, 2012. p. 113-120.

GOLD, J. R.; GOLD, M. M. Access for all: The rise of the Paralympic Games. *The Journal of the Royal Society for the Promotion of Health*, v. 127, n. 3, 2007. p. 133-141.

HILGEMBERG, T. Visibilidade do atleta e esporte paralímpico: formas de exposição. In: DALLA DÉA, V. [et al] (Eds.). *Visibilidade do esporte e atleta paralímpico*. Goiânia: Gráfica UFG, 2019. P. 17-30.

JUNG, C. G. *Aion: Estudo sobre o simbolismo do si-mesmo* (Obra Completa vol. 9/2). Petrópolis: Vozes, 2013.

JUNG, C. G. *Sobre sonhos e transformações*. Petrópolis: Vozes, 2019.

LEGG, D; STEADWARD, R. The Paralympic Games and 60 years of change (1948-2008): Unification and restructuring from a disability and medical model to sport-based competition. *Sport in Society: Cultures, Commerce, Media, Politics*, v.14, n. 9. p. 1099-1115-2011.

MAIKA, M.; DANYLCHUK, K. Representing Paralympians: The 'Other' Athletes in Canadian Print Media Coverage of London 2012. *The International Journal of the History of Sport*, v.33, n. 4, 2016. p. 401-417.

MARKS, D. *Disability: Controversial debates and psychosocial perspectives*. London and New York: Routledge: 1999.

MOTA, B. "Coronavírus: Tóquio 2020 está sendo atingida por 'maldição olímpica', diz vice-primeiro-ministro". *Blasting News Brasil*, 20 de março de 2020. Disponível em <br.blastingnews.com/esporte/2020/03/coronavirus-toquio-2020-esta-sendo-atingida-por-maldicao-olimpica-diz-vice-primeiro-ministro-003093429.html>. Acesso em 12/08/2020.

OLYMPIC. "Le Texte Fondateur Rédigé Par Pierre De Coubertin Trouve Sa Place Au Musée Olympique De Lausanne". *Comité International Olympique*, 10 de fevereiro de 2020. Disponível em <olympic.org/fr/news/le-texte-fondateur-redige-par-pierre-de-coubertin-trouve-sa-place-au-musee-olympique-de-lausanne>. Acesso em 12/08/2020.

PEDERSEN, P. M. Examining Equity in Newspaper Photographs – a content analysis of the print media photographic coverage of interscholastic athletics. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 37, n. 3/4, p. 303-318, 2002.

RAAB, N.; JANDA, S. Coverage of the Beijing Paralympic Games on German Television. In: SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (Eds.) *Heroes or Zeroes? The media's perceptions of Paralympic sport*. Illinois: Common Ground Publishing LLC, 2012. p. 85-94.

REICHART, F; MYAZHIOM, A. C. L. Media Coverage of the Paralympic Games from 1960 to 2004 by the Sport Newspaper 'L'Equipe': Change in event an participation representation. In: SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (Eds.). *Heroes or Zeroes? The media's perceptions of Paralympic sport*. Illinois: Common Ground Publishing LLC, 2012. p. 25-36.

SCHANTZ, O.; GILBERT, K. An Ideal Misconstruted: Newspaper coverage of the Atlanta Paralympic Games in France and Germany. *Sociology of Sport Journal*, 18, p. 69-94, 2001.

SHELL, L.; DUNCAN, M. A Content Analysis of CBS's Coverage of the 1996 Paralympic Games. *Adapted Physical Activity Quartely*, 16, 1999. p. 27-47.

SMITH, A.; THOMAS, N. The 'inclusion' of elite athletes with disabilities in the 2002 Manchester Commonwealth Games: An exploratory analysis of British newspaper coverage. *Sport, Education and Society*, v. 10, n. 1, 2005. p. 49-67.

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B. Produção de Sentidos no Cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. P. (Org.) *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 2004.

STEIN, M. *Jung: o mapa da alma*. São Paulo: Cultrix, 2006.

VENANCIO, R. D. O. *Futebol não é só no gramado: A narrativa no radiodrama esportivo de Estevam Sangirardi*. 2020. 175f. Relatório Final (Pós-Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

O CAFÉ INTERCOM E AS SAFRAS COMUNICACIONAIS DE JOSÉ MARQUES DE MELO

ELIANE MERGULHÃO E RODRIGO GABRIOTI

Uma pergunta curiosa certamente move todos os seguidores do professor José Marques de Melo neste momento: o que ele estaria pensando e articulando sobre a Comunicação em meio à pandemia da Covid-19? Infelizmente, nos falta sua presença física para dar tais rumos e provocar seus discípulos por meio de projetos. Porém, seu legado permite isto, se observados dois aspectos: o primeiro, a atemporalidade de seus pressupostos e teorias; o segundo, a mobilização entre pesquisadores que usufruem de sua intelectualidade e orientação como espólio.

Este texto leva nossas assinaturas, as quais compartilhamos com mais onze vozes, ou se preferirem, outras 22 mãos, que seguiram à risca uma das predileções do professor: reunir diferentes gerações, diversos pontos de vista, inúmeros sotaques para discutir e produzir Comunicação. Logo, as tradicionais manhãs de sábado se mantiveram como condição ao tempo. Alterado foi o espaço, afinal, 2020 nos exigiu o distanciamento social, pois como a “vacina” simbólica mais

eficaz, por ora, não aparece, precisamos evitar a proliferação do coronavírus. Assim, pela plataforma Zoom, com transmissão ao vivo pelo Facebook, e documentado pelo Canal da Intercom, no Youtube, colegas pesquisadores, diretores da Intercom, ex-orientandos e a família de José Marques de Melo foram para a frente das telas e fizeram da co-presença uma teia de afetos.

Confessamos que se torna difícil dar um aspecto científico a este texto, mas isso é preciso. E encontramos em um livro de Muniz Sodré – a quem homenageamos aqui também por ter sido forte suficiente para derrotar o coronavírus – sentidos comuns atribuídos à Comunicação e que nos fazem notar que José Marques de Melo é Ciência, é Comunicação. Os níveis pelos quais Sodré (2014) discute uma noção científica à Comunicação parecem um retrato fiel da trajetória de Marques de Melo.

O primeiro nível é o relacional. Sem nos alongar pela teoria de Muniz Sodré, esta etapa representa as construções de pensamento que permitem refletir mais uma época em que a relação social se constitui por uma agregação institucionalizada de indivíduos. No segundo nível, a vinculação onde pesquisa e sujeito se encontram para estabelecer uma compreensão, a partir de uma dada estrutura em que a compreensão não vem da reprodução do objeto, mas sim, de um novo acontecimento gerado. E, por fim, o terceiro nível, chamado de crítico-cognitivo, que envolve a redescrição da pesquisa no sentido de uma diversidade processual da Comunicação enquanto modo ativo de conhecimento cujas mutações socioculturais exigem autoquestionamento. Dados estes aportes teóricos, é possível reconhecer que o professor Marques de Melo se relacionou para refletir, se vinculou para atender o que acontecia em diversos momentos sociais, culturais e comunicacionais. E, ainda foi defensor, da redescrição como método para saber o que o campo produz.

Não à toa que tais feitos e memórias foram o germe da recém-criada Cátedra em Comunicação e Informação Intercom “José Marques de Melo”. O Brasil e a Comunicação têm estreita relação com Cátedras desse gênero, pois, sabe-se que o processo para a implantação da Cátedra/Unesco, por aqui, em 1994, se deu no Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS). Foi a terceira Cátedra de Comunicação, na América Latina. As outras duas já existiam na Colômbia e no Uruguai. Além do Brasil, a Unesco pretendia mais uma no México.

Vários motivos existiam para o Brasil ter sido escolhido pela Unesco, mas o principal foi a presença do professor Marques de Melo, no corpo docente do IMS. Àquela altura, o professor já era uma celebridade, na Área da Comunicação, e conhecido internacionalmente pelo amplo domínio em relação às pesquisas voltadas ao mundo comunicacional. Em 1992, ele já havia recebido o título de Catedrático de Comunicação, na Universidade Autônoma de Barcelona. Após várias visitas de membros da Unesco à Instituição, o Governo Federal liberou a instalação da Cátedra, em solo brasileiro. E, assim, o IMS, em São Bernardo do Campo, estava autorizado a abrir a primeira Cátedra Brasileira de Comunicação. Ela foi instalada, no dia 21 de maio de 1996, em uma sessão solene. Na oportunidade, o professor José Marques de Melo anunciou os objetivos e as diretrizes dessa nova conquista, como afirma Andrade (2015, p.6), na época, membro do Comitê Executivo da Cátedra Unesco/Umesp de Comunicação para o Desenvolvimento Regional.

(...) proporcionar e fortalecer o ensino, a pesquisa e a extensão no que diz respeito às Ciências da Comunicação; fomentar o uso dos meios de comunicação em programas de desenvolvimento regional e promoção do intercâmbio científico entre instituições brasileiras e congêneres latino-americanas.

Observa-se, desde então, que os eventos realizados na Cátedra fortaleciam muito as pesquisas desenvolvidas, em várias partes do Brasil. E é justamente isto que a atual Cátedra em Comunicação e Informação Intercom - José Marques de Melo tem como proposta, agora trilhando pela Sociedade Brasileiros dos Estudos Interdisciplinares da Comunicação, os mesmos objetivos idealizados, há três décadas, articulando projetos de pesquisa de forma significativa. Segundo a professora Sônia Jaconi, diretora administrativa da Intercom, na gestão 2017-2020, e uma das idealizadoras da Cátedra, a proposta é promover eventos e pesquisas como fazia o professor José Marques de Melo.

Esta nova Cátedra eclode em meio à ascensão das *lives*, por isso, o formato foi escolhido entre as primeiras, envolvendo os Grupos de Pesquisa da Intercom que propuseram discussões pertinentes e atuais, como registram os demais artigos deste e-book. Paralelamente a isso, outro evento, criado no passado pelo professor, e agora retomado é o Café Cátedra Intercom. A diretora científica da Intercom, Nair Prata, fez questão de destacar esse reinício e lembrar que o evento recomeçou justamente em junho, mês emblemático da biografia do professor.

Um encontro científico e fraterno ao mesmo tempo. Não é um evento de tristeza, mas um evento de celebração porque o legado que ele deixou é tão grande que nós ainda somos e vamos ser profundamente impactados por todo o trabalho dele, pelo pensamento dele, pela obra que ele deixou.

Esta afirmação vai ao encontro do que disse a professora Maria Immacolata Vassalo de Lopes: “Esta homenagem é dizer que o professor José Marques de Melo continua mais vivo do que nunca entre nós. E assim ficará”.

O agora denominado Café Cátedra Intercom ressurgiu em um momento particular da vida da humanidade – a pandemia do coronavírus – e também de problemas específicos brasileiros que atingem a pesquisa de todas as Áreas do Conhecimento em cheio, principalmente, no que se refere aos cortes de investimentos. O alento vem com esse ressurgimento e por ser junho, um mês marcante porque se comemoraria, no dia 15, o aniversário natalício do professor Marques de Melo, e no dia 20, se rememoraria a data da morte dele, a Diretora Científica, Nair Prata, e a Diretora Administrativa, Sônia Jaconi, ambas sempre envolvidas nos projetos criados pelo professor, decidiram dar continuidade aos ideais do eterno Mestre. E assim o I Café Cátedra Intercom foi realizado, no dia 20 de junho de 2020, no dia e horário prediletos do professor: o sábado pela manhã. Incontáveis foram as vezes em que ele realizou eventos nesse dia, no Centro Cultural da Intercom, em São Paulo. E por ter a certeza que agregar sempre foi um ato contínuo na trajetória do professor, esse evento de agora reuniu pessoas envolvidas no campo da Comunicação, que de formas diferentes, mas especiais, foram influenciadas e associadas aos projetos do nosso saudoso e inesquecível Professor.

Esta iniciativa alegrou a viúva do professor, dona Sílvia Briseno Marques de Melo. Emocionada, ao lado do filho Marcelo, aproveitou aquela manhã de sábado para reviver histórias como a própria origem do Café INTERCOM, que era realizado em livrarias, sempre com a presença de grande público. Tempos, também, recordados saudosamente pelo ex-orientando de Mestrado e Doutorado, Robson Bastos, um dos atuais coordenadores do Fórum Ensicom. Robson recordou quando o evento saiu de São Paulo, foi para outras Capitais e agora chega ao digital.

A ideia de tirar os pesquisadores do ambiente acadêmico para um ambiente cultural teve como importância democratizar a Comunicação. De

trazer as novas gerações, de trazer um público diferenciado. Um público que, na verdade, não conhecia a INTERCOM, não conhecia as nossas pesquisas também. Um ambiente de amizade e confraternização.

A mesma ideia segue vigente. E os ideais somados aos laços fraternos foram expressados pelo filho do professor. Marcelo Briseno Marques disse no encontro: “É muito emocionante estar celebrando este dia e na companhia de gente tão zelosa e dedicada por tudo que meu pai construiu. Não só na Intercom, mas também nas relações sociais”. Com a mesma esperança de todos, Marcelo disse que o momento vai ser superado. E o recado não poderia vir de outro lugar, senão do escritório do professor. De lá, diante da tela do computador, Dona Sílvia lembrou: “A Intercom tem que renascer sempre. O Brasil precisa. O momento está difícil, mas com boa vontade, tudo anda. Esse plano da Cátedra vai ser formidável”.

As palavras da família Marques de Melo são um alento e sempre uma forma de entender o mundo como o professor. Para o presidente da Intercom, Giovandro Ferreira, a diretoria trabalha com a mesma ideia que José Marques de Melo diante da adversidade.

Eu queria lembrar muito esse espírito do Melo de buscar trabalhar na adversidade, sobretudo, no momento onde a intolerância tá muito forte em nosso país. Eu acho que a nossa entidade deve ser uma semente, deve ser um ponto de construção para isso que estamos vivendo e o exercício de saber trabalhar na adversidade. Eu acho que isso aí é fundamental.

Último orientando do professor, Flávio Santana destacou que a Cátedra Intercom de Comunicação e Informação tem a mesma missão da Intercom no tocante a compartilhar o saber. Ao sugerir que se perpetue o legado de Marques de

Melo para pesquisas e projetos deixados, os integrantes da Cátedra podem se inspirar no trabalho do professor junto à Cátedra Metodista onde se construiu um vasto acervo do Pensamento Comunicacional Brasileiro e Latino-americano. Um dos exemplos de tantas situações que o professor ajudou a construir ao lado de muitos pesquisadores. Basta observar o número de pessoas orientadas por ele. Para se ter uma ideia, foram aproximadamente 95 orientações de Mestrado, 49 de Doutorado e 10 de Pós-Doutorado. Sem contar as participações em bancas, eventos e muitas homenagens recebidas.

Este primeiro evento, na retomada do Café, não seria suficiente para falar de toda a construção intelectual do professor. Por isso é que Eliane Mergulhão convocou todos para que não deixem intervalos a fim de que ninguém se acomode, um termo aliás que como ela bem lembrou, era contestado por Marques de Melo que, a todo tempo, tinha um projeto, um acontecimento. A marca deste primeiro Café, além da homenagem, foi segundo Mergulhão, reunir no mesmo evento um grupo com experiências e gerações totalmente diferentes. “Temos aqui os novinhos e os vários filhos do professor na fase adulta”. E é justamente desse perfil agregador de Marques de Melo que falamos no tópico a seguir.

Marques de Melo, o agregador

A ideia de colocar o termo “conexão”, no título do Café, foi proposital e carregada de sentidos quando Nair Prata e Sônia Jaconi optaram por isso. A justificativa, segundo Jaconi, é que o professor incentivava sempre a conexão entre pessoas, pesquisas e estudos no campo da Comunicação. E muito dessa característica própria, Marques de Melo levou para dentro da Intercom. De acordo com Giovandro Ferreira, a entidade cultiva a relação entre gerações para construir a Ciência entre passado, presente e futuro.

O presidente se recordou do Congresso de Curitiba, quando Muniz Sodré e Antonio Fausto Neto declararam abertamente que a Intercom é a única entidade que consegue trabalhar com as diferentes gerações de pesquisadores. “Isso tem muito o espírito do Melo”, destaca Giovandro. O símbolo de tudo isto que estamos dizendo melhor se representa pela relação construída entre José Marques de Melo e Anamaria Fadul. Era o ano de 1969 e ambos se conheceram pelo acaso. Essa relação mudaria a história da professora que deixou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para atuar na Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP.

Devo tudo a ele. Eu precisava, para ser contratada, de um atestado de boa conduta. E aí o chefe do meu departamento virou e falou para eu pedir ao professor Marques. Eu nunca tinha visto o professor Marques, nem o conhecia. Entrei na sala dele, pedi um atestado de boa conduta. Ele assinou o documento.

Trabalhando juntos, Fadul se recorda que, entre 1971 e 1973, Marques de Melo a ironizava por ensinar aos alunos as Teorias Críticas, de Adorno e Horkheimer. E foi nesse momento que ela percebeu como o professor construía a ponte entre vínculos e conhecimento. Ela contou, como exemplo disso, o Congresso da Intercom de 1979, em Santos, quando ele já tinha a preocupação em integrar pesquisadores brasileiros e internacionais. Em relação aos estrangeiros, Fadul destaca que primeiro foram os latino-americanos e os norte-americanos. Depois, portugueses e espanhóis.

Essa visão internacional, esclarece Fadul, começa com o curso que Marques de Melo fez no Ciespal, em Quito, capital do Equador, e que depois continua em conjunto com gente da Universidade do Texas, em Austin, nos EUA. “Ele

era um pesquisador brasileiro que tentava se integrar com a América Latina e, também, com países do primeiro mundo, principalmente, os EUA, que ele conhecia os pesquisadores, no Ciespal”.

Sobre isso, Juçara Brittes lembra que nas aulas de Mestrado, o professor trazia autores pioneiros como Jacques Kayser, por isso, o reconhecimento que ela faz a Marques de Melo em estimular seus alunos a entender qual o pensamento e a contribuição dos latinos para a consolidação de uma Escola Latino-Americana de Comunicação.

Ele reconheceu a existência dessa Escola porque ele estava ali. As produções estão aí. Foram muito importantes, inclusive, para os primeiros projetos de Políticas de Comunicação aqui da América Latina e que ele reuniu todos esses pioneiros. A maioria estava viva ainda. Eles estavam todos no primeiro evento da Escola Latino-Americana de Ciências da Comunicação. Vinha o Luís Ramiro Beltrán, essas pessoas dessa geração.

A presença de Marques de Melo, pelo mundo, foi lembrada também pela presidente do Conselho Curador da Intercom, Margarida Kunsch. Ela destacou o papel dele na América Latina onde criou uma Escola de Comunicação e também no espaço Iberoamericano sem ter a preocupação exclusiva com o Jornalismo, a sua especialidade. “A preocupação dele foi realmente com o campo da Comunicação como um todo. Sempre procurando defender as Ciências da Comunicação, seus avanços e sua consolidação no país”.

Quando convidada pelo professor para participar da INTERCOM, Margarida Kunsch disse ter percebido o papel central das entidades científicas nessa articulação e em todo esse trabalho de defesa do campo, principalmente,

no tempo da Ditadura, quando as universidades tinham que ficar caladas. Ela se recorda que a Intercom reservava espaço para o debate e a defesa das minorias subalternas.

Um dos ensinamentos que aprendi muito com o professor José Marques de Melo foi justamente esse esforço coletivo, voluntário. É um trabalho público, de uma prestação de serviço público que você desenvolve para as entidades. Eu participei ativamente com ele, tanto na Intercom como também na criação de entidades internacionais: Socicom; na reconstrução da Alaic; criação da Assibercom e Confibercom. O professor sempre se preocupava muito em defender que a nossa Área tinha que mostrar para o mundo que a produção em Língua Portuguesa, em Língua Espanhola tinha seu conjunto de obras que precisaria ser reconhecido pela comunidade internacional. Daí sua preocupação com as entidades.

Esse ideal de trabalhar sempre junto com as pessoas foi destacado pela professora Juçara Brittes, ex-orientanda de Marques de Melo. Um comportamento que se resume em verbos, como apontou Eliane Mergulhão: “Incentivar, construir, ligar várias dimensões sem fazer distinção nenhuma. Uma pessoa que não era pesquisador, tornava-se pesquisador com ele”. Mergulhão também fez questão em falar que José Marques de Melo se doava: seja em amor, materiais ou conhecimento.

Logo, Flávio Santana testemunhou isso, pois, ele reconhece no professor a humildade em ver, nos jovens, a aptidão de dar início e continuidade à trajetória acadêmica oportunizando e delegando missões científicas. “É difícil não me emocionar com esses momentos, com todas as contribuições, com todas as oportunidades que o professor Marques me deu e tem dado até hoje.

Marques de Melo, o pesquisador

Depois da morte do professor, projetos inéditos de pesquisa foram encontrados em seu computador pessoal. Um deles já foi executado e certamente outros virão. Flávio Santana contou, durante o Café Cátedra Intercom, que até seu último instante de vida, o professor estava pesquisando.

A Dona Sílvia e o Marcelo sabem muito bem que até o dia 20 de junho de 2018, o professor tinha acabado de selecionar os jornais em caixas enviadas para a Intercom para iniciar esse projeto de Jornalismo Comparado, influenciado lá, em 1966, quando ele publicou Estudos de Jornalismo Comparado, pela Editoria Pioneira, num livro lançado em 1972. E que, em 2016, ele volta com pesquisadores contemporâneos para fazer uma comparação daquele periódico com a contemporaneidade com o intuito de entender como se comportava a imprensa diária na contemporaneidade contrastando esses dois cenários.

Esse tipo de pesquisa caracterizava o trabalho do professor José Marques de Melo como entusiasta do estado da arte. Uma condição que Margarida Kunsch reforça como esforço para a produção de obras de referência, atividade que teve início com os antigos boletins da Intercom registrando lançamentos, bibliografias, entre outros. Para ela, a falta de obras de referência leva as pessoas a reproduzirem estudos que já foram feitos. E isso seria uma preocupação do professor José Marques de Melo, na opinião dela, que defende dar continuidade ao grande levantamento da produção científica, por meio de projetos coletivos, para que se conheça de fato, o estado da arte na Comunicação do Brasil.

Em sua fala, Anamaria Fadul disse ter notado que ultimamente o professor estava mais voltado para a pesquisa regional. Esta afirmação se confirma com esta sua última

pesquisa que citamos sobre Jornalismo Comparado. Fadul entende que Marques de Melo estava querendo saber o que acontecia com a cultura nas mais diferentes regiões do país. E terminou dizendo como avalia a contribuição do grande amigo para a pesquisa em Comunicação no Brasil.

Em primeiro lugar, essa ideia de documentação. Em segundo lugar, essa visão internacional que ele sempre teve e que de certa forma vai continuar por todos os anos posteriores, né? Uma coisa que foi muito interessante pra gente foi a integração de pesquisadores de comunicação com antropólogos e cientistas políticos da Unicamp, UFMG e dos EUA. Os pesquisadores antropólogos, cientistas políticos estavam muito preocupados e interessados em ver a importância da telenovela na cultura brasileira. E aí a gente fez um trabalho realmente muito interessante com pesquisadores internacionais do Texas e também pesquisadores brasileiros.

A continuidade se dá e Giovandro Ferreira acredita que dois aspectos da pesquisa de José Marques de Melo se tornaram permanentes e crescentes. Primeiro, a preocupação que ele tinha com a Comunicação e Cidadania. Giovandro lembrou que Marques de Melo resgatou textos da História do Brasil, do período de Colombo e Gutemberg. Segundo, foi a preocupação com o nosso complexo de inferioridade. “Ele sempre afirmava que aqui era um lugar de reflexão também. Não só de reflexão alheia sendo reproduzida aqui. Como transformar o complexo do colonizado numa relação mais simétrica com os pares de outros continentes”.

O trabalho de José Marques de Melo, na pesquisa e na articulação do conhecimento e das relações, possibilitou à professora Maria Immacolata Vassalo de Lopes dizer que ele teve, junto com outros, um papel de dar uma rubrica para a pesquisa em Comunicação que viveu e teve registrada

fortemente sua turbulência por ter surgido dentro das Ciências Sociais. A professora destacou que quanto mais linhas entrarem no campo, mais teorias vão disputar o mesmo capital em uma ideia bonita sem acabar com o outro. E isso, ela considera que Marques de Melo percebeu e levou para a Capes e o Cnpq, por exemplo.

A partir disso, Immacolata destacou que o Brasil reconhece a Comunicação como um campo com autonomia, com suas especificidades, com seu capital epistemológico, com seu capital teórico, com seu capital metodológico, com as suas temáticas. Assim, ela afirmou: “Marques de Melo é um clássico! Os clássicos dentro de um campo são aqueles cujo trabalho nunca se esgota. Eles podem ser de outro momento, até de outro século, mas a relação com eles é sempre no sentido de que eles continuam falando para o presente”. E complementou:

Eu uso o professor Marques e sua bibliografia em suas atitudes como uma referência, um modelo de fato. Ele é um clássico que não pode ser dispensado. Um clássico brasileiro! É muito importante ter esse ponto de vista. E ele, nessa sua classicidade, vamos dizer assim, foi desde um administrador, o visionário, o agregador, o ativista, um militante a fazer portanto o quê? A sua documentação.

Marques de Melo, o orientador

As características atribuídas pela professora Maria Immacolata que fecham o tópico anterior podem ser vistas nos trabalhos de seus orientandos, ainda que o professor tentasse se inibir um pouco diante do novo pesquisador, como lembrou Juçara Brittes: “Ele me disse no primeiro encontro que nunca ia ser meu psicólogo porque ele ia ser meu orientador. E na verdade, ele acabava sendo orientador, psicólogo...”

Evidentemente que esse alerta era, digamos, um certo tipo de charme. O professor gostava de compartilhar o que sabia e estimular seus discípulos. Em outra passagem, a própria Juçara deixa isto muito claro. “O professor nos ensinou muito a buscar as raízes do conhecimento [...] um dia, o professor José Marques me falou: ‘para de só escrever o que já falaram as vacas sagradas. Seja você um pouco’.

Flávio Santana ressaltou que todo orientando de Marques de Melo sabe o que significa ter trabalhado com ele. Além das orientações, todo dia surgia um projeto novo, uma ideia, uma reunião. Muitas dessas ideias surgiam, na Cátedra Metodista, como se recorda Eliane Mergulhão. “Quando ele dizia que ia ao banheiro, na volta, eu brincava com a Sônia Jaconi: tem projeto em vista”. E esses projetos não ficavam só no papel. Eles se tornavam grandes eventos.

Quando não eram projetos, vinham ideias. Rodrigo Gabrioti contou que sua pesquisa de doutorado sobre os fomentos da Fapesp, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, partiu do professor. “Você precisa fazer um estudo da arte sobre o fomento da pesquisa em Comunicação. A gente precisa saber como as agências de fomento estão legitimando o nosso campo”. Com a ideia de construção do estado da arte do campo, ele queria que a investigação começasse, na década de 1960, período em que ele já havia conseguido verba para pesquisa. Não foi possível chegar até lá porque não se tinha acesso aos documentos, mas, Gabrioti lembrou que junto ao professor, pensou em outro recorte para adotar outro método. Por isso, diz: “O professor sempre foi um visionário. Tudo que ele falava, fazia sentido. José Marques de Melo é imortal”

Desafios

Abrimos este trabalho questionando o que estaria fazendo o professor neste contexto que vivenciamos.

Diante do que foi discutido no Café Cátedra Intercom, do que conhecemos ainda mais dessa trajetória esmiuçada a partir de vivências e recordações de colegas, discípulos e parentes, durante a *live* José Marques de Melo: conexão e investigação permanentes, é evidente que seus discípulos não poderiam fechar o encontro sem propostas que instigam novas pesquisas.

Dessa forma, esse convite fica pelo fechamento de duas ex-presidentes da Intercom. Para a professora Margarida Kunsch, cabe a todos, batalhar para que a Área da Comunicação seja uma Grande Área do Conhecimento, no Brasil. E um passo para isso, por meio da pesquisa, das relações e da consolidação de entidades como esta recente Cátedra Intercom, seria na visão dela, revitalizar o Portcom como Centro de Documentação que apresente obras de referência que sirvam a toda essa nova geração que surge para que eles desenvolvam pesquisas novas com a missão de dar continuidade a todo esse trabalho de pesquisa e defesa do campo.

Nós já chegamos no patamar de número de cursos de graduação, de pós-graduação, de produção científica. Eu acredito que isso é uma batalha que certamente nós temos que enfrentar. Como isso é possível? Por meio de uma pesquisa contínua. Pesquisas geradas nos cursos de nossas universidades, nos grupos de pesquisa, sendo difundidas e articuladas muito mais pelas entidades científicas da Área da Comunicação.

E a professora Maria Immacolata Vassalo de Lopes acredita que a pós-pandemia vai ser uma questão de toda a sociedade e da ciência também que terá de se preocupar com o objeto a ser gerado. “Vamos ser convocados a fazer isso [...] e ter ajuda sem dúvida alguma sempre do legado do professor Marques de Melo”.

Em síntese, constata-se que a Cátedra em Comunicação e Informação Intercom - José Marques de Melo será crucial para os pesquisadores, na área de Comunicação, terem a certeza que o professor estará sempre presente em nossos corações, fazendo com que não deixemos de realizar os projetos criados por ele, como também, elaborarmos novos projetos, pois, pesquisar e agregar são as ações mais intensas que temos que herdar do nosso eterno mestre José Marques de Melo.

Referências

ANUÁRIO Unesco Umesp de Comunicação Regional. *Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional*. Universidade Metodista de São Paulo: n.19 [jan-dez. 2015]. São Bernardo do Campo: UMESP, 2015, p. 5-42.

SODRÉ, Muniz. *A ciência do comum*: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014. 323p.

O FIM DO CINEMA? A RECONFIGURAÇÃO DO CIRCUITO CINEMATOGRAFICO SOB A PANDEMIA

LUÍZA ALVIM, LUÍZA LUSVARGHI, PEDRO BUTCHER E TALITHA FERRAZ

Introdução: uma perspectiva histórica

A proliferação da tecnologia eletrônica nos anos 1980 e do digital nos 1990 já havia provocado reflexões profundas sobre a produção e circulação das obras fílmicas e seu impacto sobre as audiências. No entanto, a necessidade de isolamento social em função da pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2) interrompeu abruptamente (por maior ou menor tempo) as experiências coletivas de apreciação e consumo das obras audiovisuais no mundo em 2020 e estimulou as experiências de consumo caseiro que já vinham se afirmando e expandindo nos últimos anos, acirrando o debate. Para discutir essas questões, adotamos uma perspectiva de análise a partir da revisão bibliográfica do tema no campo dos Estudos de Cinema e da Economia da Cultura.

Quando o cinema surgiu, no fim do século XIX, não possuía uma identidade definida. Praças, circos, feiras e teatros populares estavam entre os primeiros espaços por onde

circulava a imagem em movimento. Em maio de 1897, o Bazar de la Charité, em Paris, foi cenário de um incêndio de grandes proporções, iniciado pela explosão de um cinematógrafo. Na tragédia, morreram 125 pessoas e outras centenas ficaram feridas, a maior parte mulheres e crianças. Pouco mais de um ano depois do início da “febre do cinematógrafo”, portanto, a imagem em movimento viveu seu primeiro recuo, após um acontecimento que chamou atenção para a necessidade de regulação do poder público na garantia de segurança das plateias (ENTICKNAP, 2005, p. 137).

Depois de ter conquistado autonomia como indústria e como arte, o cinema sofreu vários abalos identitários e econômicos, sempre relacionados ao fato de ser uma atividade simbólica ligada ao capitalismo industrial e, portanto, atrelada a transformações tecnológicas. Em “O fim do cinema?”, Gaudreault e Marion (2016, p. 25-51) propõem uma lista daquelas que teriam sido as “oito mortes” do cinema. Dentre elas, quatro merecem destaque por terem combinado crises profundas de natureza estrutural e identitária com semelhanças à crise provocada pelo digital.

No fim dos anos 1920, a passagem do cinema silencioso para o sonoro, além de ter exigido uma substituição completa de equipamentos nos estúdios de produção e nas salas de exibição, o que representou grandes investimentos e endividamentos, provocou uma forte reação dos “puristas” pelos efeitos que teria na linguagem dos filmes. Mais tarde, o surgimento e expansão da televisão, processo iniciado em meados dos anos 1940 e que se prolongou até a década de 1970 (com diferentes ritmos, dependendo do país), retirou da sala de cinema a proeminência como espaço único de acesso à imagem em movimento, tanto como entretenimento quanto como informação. Quando a produção em massa permitiu a popularização definitiva dos aparelhos e as emissoras se organizaram como redes de transmissão nacional, a televisão assumiu o centro das formas

de comunicação massiva e se consolidou como novo fenômeno econômico e social.

A partir da década de 1980, a TV paga e as novas tecnologias de reprodução da imagem (nesse primeiro momento, a fita VHS, um pouco adiante o DVD) trouxeram um novo abalo, que atingiria simultaneamente o cinema e a TV aberta. Mais recentemente, a digitalização e a internet abalam as tecnologias existentes, talvez de maneira mais profunda do que em qualquer um desses momentos anteriores, por representar um maior acesso aos meios de produção e descentralizar o eixo dos canais distributivos, ainda que nesse ponto não tenha representado, necessariamente, uma democratização.

Pensar o cinema na perspectiva de sua finitude não é uma prerrogativa nem do atualíssimo cenário pandêmico global, tampouco do contexto imediatamente antecessor desta que parece ser uma das mais significativas crises de nossa história recente. O que nós nos acostumamos a chamar de cinema carrega consigo marcas antigas de relações híbridas e toda uma sorte de impurezas temporais, técnicas, estéticas e discursivas, que determinadas diligências históricas apaziguaram em virtude de comprometimentos com a construção de sentidos originários, identitários, evolutivos, cronológicos e/ou teleológicos para as mídias ópticas (seus arranjos, parentescos e familiaridades).

Em meio a operações ora intencionais, ora contingentes, diversas naturezas, qualidades e funcionalidades sociotécnicas e expressivas ligadas às aventuras da representação mecânica de espaço-tempo-movimento foram historicamente “levadas a cabo” em modelos institucionalizados muito por conta de necessidades de viabilização comercial/industrial, promocional, narrativa/linguística/semântica, artística, tecnológica, espacial/territorial, política e acadêmica. Portanto, diante de complexos esforços para a sistematização

de séries históricas, organicidades e elos de pertencimento do universo cinematográfico a seus mitos de origem, não é difícil identificarmos a naturalidade com que vozes proféticas explanam – muitas vezes com o auxílio de evidências da práxis e fundamentações teóricas bem sólidas – uma espécie de ‘apocalíptica do cinema’.

Se quisermos incomodar as apostas que seguem esse sentido em meio a debates de pesquisa, crítica, recepção, mercado, imprensa etc., talvez seja válido lembrarmos a quem faz a (velha) pergunta “o cinema morreu ou está a morrer?”, que qualquer resposta mais apressada e categórica aí lançada engendrar-se-á, essencialmente, já num plano de cristalização e fixação (pelo menos, histórico e discursivo) das múltiplas combinações e recombinações ocorridas entre os diversos elementos e processos que “formam” o cinema, ou aquilo que pressupomos que ele seja.

A pandemia como elemento catártico de mudança: o cinema diante de mais uma crise

A pandemia provocou uma desestabilização que se expressou em diversos níveis, do macro ao micro; do econômico, político e social ao individual, e acelerou processos que já vinham ocorrendo em determinados campos. Nos terrenos social e político, por exemplo, a aplicação de novos dispositivos de segurança, como a instalação de medidores de temperatura corporal na entrada de prédios públicos e comerciais, ou o uso de drones para vigiar e alertar a população que desrespeitasse as normas da quarentena, ao lado de uma nova expansão do compartilhamento de dados privados, a exemplo do fornecimento de informações sobre o deslocamento da população por companhias telefônicas para órgãos governamentais, abriram precedentes que apontam para uma consolidação de dispositivos típicos da sociedade de controle (DELEUZE, 1994).

Algumas das grandes acelerações provocadas pela pandemia afetaram em cheio o setor audiovisual. No entanto, essa onda atingiu o campo em um momento em que ele já se encontrava imerso em uma crise profunda, ligada – outra vez – a uma transformação tecnológica. Essa transformação pode ser demarcada pelos sucessivos processos de adesão do audiovisual à tecnologia digital: inicialmente na pós-produção das obras, depois na produção, e finalmente na distribuição e na exibição. Essa última etapa só se tornou viável com a entrada em cena da internet banda larga. Mas essa crise causada pela necessidade de isolamento social ocasionada pela pandemia, que, como mencionamos, interrompeu as experiências coletivas das salas e festivais de cinema, fez com que as experiências de consumo caseiro ganhassem um novo e intenso impulso com a consolidação das plataformas de streaming. A pandemia chega num momento em que a atividade como um todo vinha atravessando essa crise e buscando novas formas de organização, ainda sem qualquer cenário definido. Um mercado um tanto caótico, mas já, muito claramente, dominado pelas companhias de um capitalismo emergente, baseado no serviço e informação: Apple, Amazon, Google, Netflix etc.

Assim como um pedaço importante da história do cinema nos Estados Unidos (EUA) é hoje conhecida como a “guerras das patentes”, a fase que estamos atravessando vem sendo chamada de “guerras do streaming”. Poderíamos ampliar, talvez, para as “guerras das janelas” – pois o ponto que vem sendo o centro de debate dessa nova disputa dos grandes capitais está na forma como a indústria audiovisual se organizou em janelas de exibição, do jargão em inglês *window views*, e que se tornou também o ponto central de toda a regulação do setor. A entrada em cena dos serviços de streaming não gera apenas uma competição intensa entre os novos operadores em ação, mas desestabiliza e movimenta

toda a cadeia, gerando uma série de tensões e mobilizações dos agentes já estabelecidos.

A pandemia enfraquece consideravelmente, se não permanentemente, a experiência das salas de cinema, que representava, na hierarquia de janelas, o ponto de maior prestígio, ainda que economicamente mais fraco. As salas que sobreviveram às crises anteriores, sobretudo as chamadas salas de rua, longe dos shoppings centers, que já vinham com dificuldades de sustentação econômica há tempos, terão condições de sobreviver a essa crise mais recente? Como em outras camadas da economia, os indícios apontavam para uma maior facilidade dos grandes grupos na travessia das turbulências e chances de recuperação. No entanto, nos EUA, por exemplo, um dos maiores mercados e de mais forte cultura cinematográfica do mundo, redes como a AMC Theaters estiveram perto de fechar definitivamente e precisaram vender parte de seu circuito, enquanto algumas salas pequenas ao redor do mundo estão conseguindo sobreviver por meio do suporte local e de financiamento coletivo (NISHIDA, 2020, AFTAB, 2020). O prolongamento da quarentena, no entanto, esvazia qualquer possibilidade de perspectiva definitiva de recuperação do setor das salas de exibição, enquanto reafirma a grande demanda por produtos audiovisuais nos serviços que oferecem entretenimento em casa.

Um detalhe muito importante a se ressaltar é que, muitas vezes, passadas as crises e quando se redefinem as configurações do mercado, prevalece a ideia de que esses movimentos teriam sido “naturais” e “inevitáveis”. Essa é uma perspectiva que certamente ganhará força e que, historicamente, sempre atendeu aos interesses da indústria, que tem entre suas principais ferramentas os discursos de naturalização e a utilização dos “determinismos tecnológicos”. No entanto, como afirma Peter Decherney (2016, p. 1): “As primeiras histórias de Hollywood difundiram narrativas de

pioneiros revelando técnicas de filmagem essenciais por meio da experimentação e pela descoberta. Mas não há nada natural ou inevitável na forma como as imagens em movimento são usadas para contar histórias”. A mesma ideia pode se estender aos procedimentos da indústria e do comércio cinematográfico, encarnado na ideia de que “o consumidor é rei”. É claro que as tecnologias trouxeram muito mais autonomia aos espectadores, mas a questão é muito mais complexa, e ignora completamente o funcionamento dos mecanismos de distribuição e de acesso. O desejo do consumidor depende de muitos elementos, e dentre eles da oferta, determinada em sua grande maioria pelos canais comerciais de distribuição, e do imenso investimento em marketing não apenas na promoção de produtos, mas também nas marcas dos canais e nos modos de consumo e recepção. No caso dos serviços de streaming é representado pela promoção do binge watching, a disponibilização de todos os capítulos de uma série em um único dia e o estímulo ao seu consumo imediato, configurando uma espécie de nova “disciplina da recepção” ou “pedagogia do meio” (CASTELLANO; MEIMARIDIS, 2016, p. 195).

Acontecimentos, rupturas e desdobramentos sociotécnicos, comerciais, estéticos, narrativos, perceptivos, materiais etc. não têm sido experimentados pelo cinema apenas ao longo dos seus atuais 125 anos de trajetória “oficial”. Fatores de imprecisão e irregulares fazem parte também da extensa e híbrida jornada daquilo que a historiografia tradicional considera ser o seu campo de origem, predecessor. Ou seja: cogitar precisões ou previsões acerca de datas de nascimento, pontos de virada ou falecimento do cinema e suas coisas é arriscado mesmo dentro da perspectiva cronológica ou das historiografias que hierarquizam etapas de “evolução” e “progresso”.

Seguindo esse raciocínio, se as condições de possibilidade da(s) morte(s) do cinema são colocadas sob

perquirição, que, então, a tarefa de examiná-las encare seu caráter fadigoso, propondo – para além da desconfiança em relação a abordagens lineares (que traçam descendências entre dispositivos, arrumações ambientais, modos de representação e regimes de espectadorialidade no cerne do que, habitualmente, chamamos de pré e pós-cinemas) – uma cuidadosa observação dos cruzamentos do cinema com outras mídias (e outras realizações técnicas/tecnológicas/científicas, a exemplo da fisiologia, a indústria bélica, a física etc.). Afinal, “[...] é melhor evitar todas as formas de narrativas teleológicas quando se trata de história do cinema.”, conforme adverte Thomas Elsaesser (2018, p.24), pontuando ainda que:

[...] afora a história da fotografia, as histórias do telégrafo, do rádio, do gramofone e do telefone sempre estiveram muito mais entrelaçadas com a do cinema do que os especialistas das respectivas mídias admitiram. Um olhar mais atento (mas também mais comparativo) para o período entre as décadas de 1870 e 1900, nos Estados Unidos e na Europa, revelou que o cinema (ou melhor: o que se tornaria cinema) não tinha uma origem específica (eram muitas origens, e determinadas de modo muito arbitrário), nem momentos de descoberta intencionais (bastante afortunados) ou objetivos predeterminados (muito contraditórios e obsoletos com demasiada rapidez) (ELSAESSER, 2018, p. 24).

Adotar, portanto, a desnaturalização de determinadas cosmologias e mitologias e visões menos imediatistas acerca das ancestralidades e existência uma ‘pedra fundamental do cinema’ pode ser uma atitude profícua para o aprofundamento das discussões hoje preocupadas com os sinais de desgaste e as claras mutações que atingem os cenários de produção, distribuição e exibição já há algumas décadas, bem antes do ano-marco de 2020. É inegável que desde a consolidação de nossa era digital e, mais recentemente, durante a aceleração

da algoritmização da vida, estamos presenciando abalos ainda mais potentes se comparados aos impactos vivenciados em épocas passadas, quando o cinema também foi afetado por crises mundiais, reorganizações do mercado, alterações de gosto do público, reconfigurações urbanas, redefinições e transformações tecnológicas etc.

Também no passado, uma série de atores sociais e autores indagaram-se sobre mortes e ressurreições do cinema. Gilles Deleuze (1992), por exemplo, associou as mortes do cinema à Segunda Guerra Mundial (o totalitarismo e o horror que se aderem à imagem) e à TV (mídia de função social, pedagógica, de controle e poder que se tornou hegemônica, enquanto o cinema, a despeito dos poderes a que serviu e instaurou, soube conservar sua função estética e noética). Não raro, as causas apontadas para as mortes do cinema, ainda hoje, se dirigem igualmente às mídias e aos aparatos audiovisuais extrínsecos ao universo identitariamente circunscrito ao cinematográfico; conforme já citamos, nesse elenco encontram-se, por exemplo, a própria TV (provavelmente, a mais clássica de todas estas razões), a TV com controle remoto, o VHS, o DVD/Blu-Ray, a TV a cabo, as ricas grades das TVs por assinatura, o computador desktop, os laptops pessoais, os tablets, o streaming etc. Há ainda todo um acalorado debate sobre o fim do cinema à luz das propostas do cinema expandido, das videoinstalações em museus, do transcinema etc., que, em geral, colocam a imagem projetada, os dispositivos, a duração, as ambiências e as formas de espetatorialidade nos limites das artes plásticas performativas e visuais, encontrando a resistência de visões que defendem parâmetros para a legitimidade da identidade cinematográfica (BELLOUR, 2012; DUBOIS, 2004; MACHADO, 1997; MACIEL, 2008; PARENTE, 2008).

A mudança de modelo de negócios do mercado exibidor e distribuidor na década de 1970 foi a maior responsável pelo fechamento de salas no Brasil. Em 1975 existiam 3.276

salas, e em 1995, o número caiu para 1.033 salas (RUFINO, 2018). Com a rearticulação e consolidação dos multiplexes, o mercado exibidor brasileiro voltou a ter em 2018 o mesmo número de salas daquele período, com 3.316 salas, já em meio ao surgimento de novas janelas de exibição e da consolidação das plataformas de streaming. Em amplo estudo divulgado pela Agência Nacional de Cinema (Ancine) voltado para o circuito exibidor nacional, já era perceptível que o tempo que a obra leva para sair dos cinemas e chegar ao vídeo doméstico ou plataformas era referente à questão de ser um lançamento de menor porte (OCA-ANCINE, 2017). As produções originais de grupos como HBO, Amazon e Netflix intensificaram esse movimento. Já as produções nacionais sofrem um impacto ainda maior. No período entre 2011 e 2015, a TV paga foi a principal janela de exibição absorvedora dos longas-metragens brasileiros exibidos comercialmente em salas de exibição. Dos 100 filmes que estrearam em 2011 nos cinemas, 86 foram exibidos na TV paga até o ano de 2015. Entre os 14 filmes restantes, metade também não estreou em vídeo doméstico e TV aberta, tendo sido exibidos somente em salas de exibição. Nesses estudos preliminares, não entraram as plataformas de streaming, mas é fato que elas não reservam um espaço para o produto nacional, preferindo apostar nas suas poucas produções originais locais. Plataformas como SP CinePlay e Looke exibem títulos locais, pois o Brasil nunca teve uma plataforma de streaming oficial como Argentina.

Salas de cinema, nostalgia, aura e cinefilia

Todo esse vasto cenário nos indica que as distensões e os espasmos tecno-midiáticos do(s) cinema(s), em suas fases modernas e pós-modernas, incluem interseções com dimensões sócio urbanas, midiáticas, tecnológicas e culturais que, dificilmente, desenharam-se na história de forma homogênea e linear. Isso traz para nós boas oportunidades

para reconhecermos de forma mais explícita a existência de desregulações temporais, coexistências de diferentes idades/ etapas sociotécnicas e relativizações no que diz respeito a categorias como presente, passado, futuro, contemporâneo, antigo, porvir, obsoleto, atual, inovador etc.; o interessante seria, assim, promovermos o acolhimento desses argumentos em debates e investigações sobre as historicidades e os agenciamentos das/entre mídias audiovisuais (tendo em mente que o cinema aqui reside).

Esse viés de análise é válido para, por exemplo, analisarmos como diferentes arranjos do dispositivo sala de cinema participam, ao longo da história, tanto das configurações das cidades e suas paisagens construídas como dos modos com que as pessoas praticam sociabilidades e consumos culturais, usam e ocupam espaços públicos/urbanos, tecem itinerários, cartografam mapas afetivos, produzem memórias individuais e coletivas, entre outras ações que contam muito sobre as conexões mídia/tecnologia/meio urbano/época histórica e as variadas estruturas materiais e corporais que acompanham a inserção dos cinemas nas cidades.

Em especial os cinemas de rua ou ‘de calçada’ – categorizados como “equipamentos coletivo de lazer” e “marcos referenciais urbanos” (FERRAZ, 2012) –, são dispositivos que exerceram, por quase um século inteiro, um sólido protagonismo entre os demais aparatos sociotécnicos do audiovisual, que, no decorrer do tempo, também foram ganhando funções e valor de uso e troca na vida cotidiana, imediata e prática de indivíduos, famílias, cidades e sociedades. No entanto, os cinemas integraram, por muito tempo soberanos e com presenças muito marcantes, a realidade tangível de ruas e praças mundo afora, compondo vivências individuais, coletivas e todas as sortes de experiências afetivas/emotivas, psíquicas, mnemônicas, perceptivas/sensoriais, políticas e ideológicas de seus frequentadores.

Mesmo já tendo passado por fases de sedentarização, busca e definição de recintos exclusivamente voltados para suas finalidades exibidoras (que, grosso modo, aconteceram entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX), a sala de cinema continuou ao longo do século XX, e também no século XXI, encarnando-se nos mais diversos recantos físicos das cidades, dispondo de variados estilos arquitetônicos, desenhos de interiores e ambiências, além de uma série de tecnologias de projeção de imagem em movimento e som, proporções de telas, parâmetros técnicos para as arrumações dos assentos, condições de conforto, salubridade, segurança e acessibilidade.

No que tange aos cinemas de rua, já mencionamos brevemente o arrefecimento de público que sofreram, sobretudo, a partir das décadas de 1970 e 1980 em todo o mundo, o que ocasionou ondas de fechamento de pequenas casas exibidoras e a falência de uma boa parte dos palácios da exibição ainda remanescentes das décadas de ouro do cinema clássico, hegemônico e de massa (correspondente, em geral, aos anos 1940 e 1950). Porém, mesmo com tais demarcações temporais mais ou menos nítidas, não podemos necessariamente afirmar que há uma história global que abrace os fenômenos e as condições de aparecimento, consolidação, apogeu, declínio e desaparecimento da sala de cinema no Brasil ou no mundo.

Essa concepção tem como respaldo as perspectivas teórico-metodológicas desenvolvidas no âmbito da New Cinema History, das Histórias de Cinemas e da Memória da Ida ao Cinema (ALLEN, 2011; BILTEREYST, MALTBY, MEERS, 2011; GENNARI, HIPKINS, O'RAWE, 2018; KUHN, 2002; MALTBY, BILTEREYST, MEERS, 2012; FERRAZ, 2012; FREIRE, 2012; SARAIVA, 2013; SOUSA, 2013; VIEIRA e PEREIRA, 1983): três eixos de investigação vizinhos, que se distanciam da prioridade que o texto fílmico e as esferas de produção ganham nas abordagens da Grande

História do Cinema, dirigindo seus estudos para as micros histórias, a história oral, as etno-historiografias e as revisões historiográficas de acontecimentos e lacunas das ‘estórias’ da exibição e distribuição, culturas das telas, práticas e memórias das audiências, sempre tendo em perspectiva os atravessamentos de dinâmicas locais e globais do próprio mercado audiovisual e de contextos extracineamatográficos territoriais/geográficos, políticos, econômicos e socioculturais.

A depender do tipo de relação que se estabeleça entre os contextos regionais, a vida cotidiana urbana, as práticas culturais dos habitantes e as formas de acesso e uso dos circuitos de salas de cinema disponíveis localmente, constataremos percursos de vida, morte e manutenção de cinemas particulares, datados, circunscritos, embora cruzados por aspectos concernentes ao que ocorre em seu entorno, à sua distância. O que queremos dizer é que qualquer iniciativa que tente traçar cronologias, linearidades históricas, filiações e rotas para explicar a permanência e/ou o desaparecimento (e, em certos casos, o reaparecimento) de equipamentos coletivos de exibição irá esbarrar na dificuldade (ou nas rasidades e ‘erros’ de abordagem) que comumente se instala nos paralelos erguidos entre diferentes realidades urbanas, materiais e socioculturais; nas ciladas do determinismo tecnológico; nas macrocondicionantes históricas da indústria do entretenimento audiovisual; e nas tendências universalizantes de análise (seja do tipo de operação do capital ou das configurações urbanas e do cinema em si etc.).

É certo que a sala de cinema, como já comentamos, não ocupa mais um lugar preferencial nas experiências de espectadorialidade e práticas de consumo audiovisual dos públicos. Hoje, outros dispositivos, janelas e plataformas cumprem esse papel dentro da natureza e da razão técnica que lhes constituem e que não vêm, propriamente, do cinema (fato que nos remete a uma ‘anedota identitária’ que indaga:

o “cinema” contemporâneo de fato experimentado e do qual tanto se teme a morte, ainda tem algo a ver com o cinema imaginado que tanto se teme perder?). Novos modelos de usabilidade, estímulos perceptivos/ sensoriais, estatutos narrativos, estratégias transmídia e intermedialidades etc. se sofisticam e avançam, a cada dia, mais e mais terrenos pelos investimentos de conglomerados e startups de mídia, entretenimento, produção de conteúdo e TI no desenvolvimento de técnicas, linguagens, equipamentos, aplicativos, sistemas operacionais, softwares, super capacidades de fluxo e armazenamento de dados, codificações digitais de toda e qualquer coisa, inteligência artificial, internet das coisas, realidade virtual, algoritmos...

“O que resta do cinema” (AUMONT, 2012), caso ele ainda não tenha morrido, talvez hoje não escape das órbitas daquilo que, muitas vezes, se apresenta com o seu nome, embora nem de longe guarde com ele qualquer parentesco ou amizade. A cilada talvez se arme na base de uma questão de nomenclatura, pois, sabemos, todo nome se vincula, invariavelmente, a esferas discursivas, que, por sua vez, são habitadas por jogos de poder e atuações de forças micro e macropolíticas. Assim, diante de perspectivas finalistas e/ou proféticas sobre a morte do cinema, é pertinente contarmos com os amparos advindos de quadros genealógicos, arqueológicos, micro históricos etc., para desestabilizar a naturalidade de indagações (e respostas) que partem de entendimentos sobre a história do(s) cinema(s) pela via de ordens sucessórias, dialéticas, apocalípticas e teleológicas.

No entanto, quando olhamos para realidades urbanas brasileiras, não há como negar a existência de situações em que, de fato, as ameaças de morte ao pouco que resta de traços de cinemas nas ruas das cidades e cotidianos das pessoas são já antigas e constantes. Nesse caso, não nos reportamos apenas às formulações teóricas do âmbito dos estudos da

história do cinema ou aos embates das esferas institucional e mercadológica, mas à vida prática de quem não tem a chance de acessar a grande tela e experimentar a fruição fílmica ao lado de um coletivo de desconhecidos que, por poucas horas, partilham o ambiente de uma sala escura. Portanto, existe uma morte social e urbana do cinema ligada a complexas camadas de segregação social, territorial e cultural que destituem os espaços de vida das pessoas da infraestrutura básica e das condições de acesso a equipamentos coletivos de lazer, cultura e cidadania.

Para moradores de regiões pobres e cidades que não têm salas de exibição ou que contam somente com multiplex de shoppings centers (cujos acessos não são democratizados), o cinema já morreu. A única chance de trazê-lo, em algum grau, “de volta” para as ruas e os caminhos das pessoas, parece ser, justamente, a partir do valor autêntico-aurático que ainda envolve o equipamento coletivo cinema em determinadas instâncias. Curiosamente, desta vez, todo o percurso crítico às construções de mitos de origem e legitimidade identitária que atestam a existência de um meta-histórico e tradicional “verdadeiro cinema” já não encontra ressonância. As produções de memória e as diversas manifestações discursivas das “nostalgias ativas” das antigas audiências ou de militantes culturais (FERRAZ, 2017) organizam-se como instrumento de luta em ações de mobilização e projetos coletivos, que hoje se movimentam em prol da preservação ou da reabertura de cinemas de rua, como é o caso do Coletivo CineRua-Pernambuco (Recife) e do Movimento Cine Vaz Lobo (Rio de Janeiro).

No seu famoso ensaio, Walter Benjamin (2008) incluía o cinema dentro do padrão de reprodutibilidade técnica que faria com que a obra de arte, quando assim reprodutível, perdesse sua aura. A aura estava ligada principalmente à presença, ao aqui e agora (*hinc et nunc*), à possibilidade (por vezes associada

à dificuldade) de se estar defronte à obra original. Não havendo “original” nas cópias de películas e sendo todas elas idênticas, o cinema, por este raciocínio, não teria aura.

Nem tanto, pois, em primeiro lugar, as cópias não são totalmente idênticas (algumas mais gastas que outras, sem contar com possíveis adições ou retiradas de sequências, diferentes formatos, como cópias em 70mm ou 35mm, cópias com viragem ou não no cinema silencioso etc). Em segundo lugar, as condições de exibição jamais assim foram. Se isso é bastante evidente no que se refere à parte sonora no cinema silencioso (altamente dependente da exibição e realizada como performance ao vivo), também no cinema sonoro era bem diferente ver um filme num cinema “lançador” de primeira linha ou num rincão longínquo.

Um aspecto que se relaciona à aura é a cinefilia. Se o cinema demorou algum tempo para ser tomado a sério pela intelectualidade do início do século XX, nos anos 1950-1960, torna-se um elemento cultural de essencial importância dentro da sociedade da época: são formados vários cineclubes, dos quais saíram muitos dos cineastas dos “cinemas novos” (como a Nouvelle Vague francesa, o Cinema Novo brasileiro etc) e isso numa época em que, justamente, a televisão ameaçava a hegemonia da sala de cinema como local a se consumir audiovisual.

Ao saudar a nova era das séries, cuja maior referência foi o drama épico *Game of Thrones* (HBO, 2011-2019), com investimentos e produção semelhantes aos da indústria cinematográfica, o pesquisador francês François Jost cunhou o termo *seriefilia* (JOST, 2012), sugerindo que elas certamente iriam substituir o cinema como culto. No entanto, o que vem sendo observado é que os grupos de streaming buscam competir com os demais também no lançamento de filmes originais, como ocorreu com a produção original da Netflix *Roma* (2018), falada em espanhol, inspirada pelo

neorrealismo italiano, e, portanto, ancorando-se em tradições narrativas cinematográficas de oposição aos blockbusters hollywoodianos.

A experiência do cinema: passado, presente e futuro

A expansão da circulação de filmes de longa-metragem e obras audiovisuais nos últimos anos já assinalava a mudança do modelo de negócios de exibição que sob a pandemia vem sofrendo drástica aceleração. Embora não seja possível afirmar ainda quais tendências devam prevalecer, é nítido que em 2021 outras formas de distribuição de conteúdo audiovisual estarão em cena, visto que a crise sanitária acarretou mudanças de hábitos e de comportamentos no mundo inteiro. Os cinemas drive-in passaram a ser vistos como opções desejáveis. Os Drive Ins, tradição nos Estados Unidos que nunca teve grande desenvolvimento no Brasil, é oficializado como a primeira janela de exibição no País pela Ancine em julho deste ano (FILME B, 2020).

Essas transformações, contudo, não são inevitáveis, elas representam escolhas econômicas e políticas voltadas para a manutenção do faturamento, o que pode implicar na supressão de conteúdos presenciais para regiões menos favorecidas, historicamente descartadas pelas salas de exibição que no Brasil encontram-se sob domínio de grandes conglomerados estrangeiros como Cinemark.

Mas as transformações das atividades cinematográficas não se referem somente às formas de consumo de produtos audiovisuais, mas também de agenda. Em que medida os filmes que chegam às salas de cinema são relevantes entre os assuntos culturais discutidos numa determinada sociedade? Em artigo de 1996, Susan Sontag observava que a perda de significância social do cinema estava associada a um possível desaparecimento da já aqui evocada cinefilia. Por outro lado, por mais que a cinefilia se torne manifesta nos espaços de

sala de cinema ela também é alimentada e se desenvolve em fóruns online de compartilhamento e discussão de filmes. Além disso, como a própria Sontag observa, é a cinefilia que mantém vivos os cinemas de sala. Nisso, ela conserva o valor aurático das salas.

Conforme apontam Gaudreault e Marion (2016), já houve uma perda da química (nos dois sentidos) da película com o advento da projeção digital. Se a discussão da perda da aura for levada às últimas consequências, lamentar-se-á a substituição do nitrato pelo acetato como material da película, já que o nitrato, embora muito mais inflamável, propiciava nuances de preto e branco de maior beleza. Por outro lado, mesmo com outra tecnologia, uma projeção digital numa sala escura continua sendo uma projeção.

Para Raymond Bellour (2012), ou melhor, para o seu personagem no diálogo imaginário em *La querelle des dispositifs*, assistir a um filme numa sala de cinema é uma “experiência única” – e, nesse sentido, aurática. Mantendo o contexto religioso da aura, qualquer outro tipo de audio-visão, ainda que válido, seria uma forma “degradada” (BELLOUR, 2012, p.14), ou, podemos acrescentar, para condizer ainda mais com o léxico religioso, uma profanação. Especialmente na França houve todo um movimento em defesa das salas de cinema, sendo exemplo disso o posicionamento contrário do Festival de Cannes quanto à participação de filmes da Netflix que não tivessem estreado em salas.

É preciso ainda dizer algumas palavras sobre questões acústicas, que se tornam bastante relevantes num momento em que o espaço fechado da sala cinema não está em funcionamento em grande parte do mundo no momento. Embora as plateias tenham sido frequentemente muito barulhentas tanto na época do cinema silencioso quanto na do sonoro, com a mudança tecnológica do sonoro houve, como observa Thompson (2002), uma busca de fundamento num pensamento acústico com

vistas a garantir uma boa qualidade de reprodução sonora, assim como já acontecera com a arquitetura das novas salas de concerto na virada do século XX. Quanto a estas, há um certo consenso, ao menos no século XX, de que cada espectador mantenha o silêncio para não atrapalhar a performance dos artistas. Um silêncio religioso. Um silêncio aurático. É este silêncio e esta relação de devoção para com as obras que a cinefilia prega e põe em prática.

Mais ainda, a transformação da arquitetura de salas em função da acústica teve forte participação de exibidores da indústria cinematográfica (THOMPSON, 2002). Muitas das transformações por que passaram as salas de cinema ao longo do século XX e início do século XXI foram relacionadas com evoluções na parte sonora, no sentido de se obter maior qualidade de reprodução e uma maior imersão do espectador (pensemos nos sistemas surround 7.1 e, mais recentemente, embora menos presente nas salas, no Dolby Atmos).

Com as novas situações de espetatorialidade – afinal, antes mesmo da pandemia de Covid-19, já se via filmes em computadores, em celulares, seja em casa ou durante um deslocamento barulhento em meio de transporte, em telas em aviões etc –, se a imagem já é prejudicada, o que se dirá da acústica. Todos os recursos sonoros pensados para uma sala são reduzidos a muito pouco ou, até mesmo, a nada, quando se vê algo sem ouvir o som, só lendo legendas. Arlindo Machado já dizia numa palestra na Cinemateca do MAM-Rio, em 2009, pensando especificamente na parte imagética, que estávamos entrando na era da “baixa definição”, mesmo com o potencial de captar-se imagens em cada vez maior definição. Algo semelhante acontece com a parte sonora.

Para se obter qualidade sonora num home theater, seria necessário um investimento razoável para equiparar-se à de um ambiente fechado de uma boa sala de cinema (levando-se em conta que o adjetivo valorativo considera o que foi

estabelecido como padrão a partir do final do século XX com o sistema Dolby). A exibição em salas ficará restrita a um nicho de poucos que ainda definirão como prioridade ter a experiência do cinema em boa qualidade imagética e sonora, além da valorização do aspecto coletivo dessa experiência? Ou a qualidade (quando for buscada) dependerá do investimento de cada um em suas casas, numa experiência cada vez menos coletiva? O futuro nos dirá.

Referências

AFTAB, Kaleem. *Why cinemas will bounce back from the corona virus crisis*. London: BBC.com, Film, Culture in Quarantine, 6 abr 2020. Disponível em: <bbc.in/30tLwPe> Acesso: 19 jun 2020).

ALLEN, Robert C. Reimagining the history of the experience of cinema in a post-moviegoing age. In: MALTBY, Richard; BILTEREYST, Daniel; MEERS, Phillippe (orgs.). *Explorations in New Cinema History: approaches and case studies*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011. p. 41-57.

AUMONT, Jacques. *Que reste-t-il du cinéma?* Paris: Vrin, 2012.

BELLOUR, Raymond. *La querelle des dispositifs*. Paris: Éditions P.O.L., 2012.

BENJAMIM, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre Literatura e História de Cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BILTEREYST, Daniël; MALTBY, Richard; MEERS, Philippe (orgs.). *Cinema, audiences and modernity: new perspectives on European cinema history*. Oxon, New York: Routledge, 2011.

CASTELLANO, Mayka; MEIMARIDIS, Melina. Netflix, discursos de distinção e os novos modelos de produção televisiva. *Contemporânea Comunicação e Cultura*, v. 14, n. 2, p. 193-209, maio-ago 2016.

DECHERNEY, Peter. *Hollywood: A Very Short Introduction*. Nova York: Oxford University Press, 2016.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

DUBOIS, Phillippe. *Cinema, vídeo, Godard*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ELSAESSER, Thomas. *O cinema como arqueologia das mídias*. São Paulo: Edições Sesc, 2018.

ENTICKNAP, Leo. *Moving Image Technology: From Zoetrope do Digital*. Londres: Wallflower Press, 2005.

FERRAZ, Talitha. *A Segunda Cinelândia Carioca*. Rio de Janeiro: Mórula, 2012.

_____. Activating nostalgia: cinemagoer's performances in Brazilian movie theatres reopening and protection cases. *Medien & Zeit*, n. 4, p. 72-82, 2017.

FILME B. *Boletim Edição 13 de Julho*. Drive-Ins são oficializados como primeira janela. Rio de Janeiro: Filme B. Disponível para assinantes. Acesso em: 13 jul 2020.

FREIRE, Rafael de Luna. *Cinematographo em Niterói: história das salas de cinema de Niterói*. Niterói: Niterói Livros; Rio de Janeiro: INEPAC, 2012.

GAUDREAULT, André; MARION, Philippe. *O fim do cinema? Uma mídia em crise na era digital*. São Paulo: Papirus, 2016.

GENNARI, Daniela Treveri; HIPKINS, Danielle; O'RAWE, Catherine. (orgs.). *Rural Cinema Exhibition and Audiences in a Global Context*. 1ed. Londres: Springer International Publishing, 2018.

JOST, François. *De que as séries são sintoma?* Porto Alegre: Editora Sulina, 2012.

KUHN, Annette. *An everyday magic: cinema and cultural memory*. London: I.B. Tauris & Co, 2002.

MACHADO, Arlindo. *Arte e mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

MACIEL, Kátia (org.). *Transcinema*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2008.

MALTBY, Richard; BILTEREYST, Daniël; MEERS, Philippe. *Explorations in New Cinema History: approaches and case studies*. Oxford: Blackwell Publishing, 2011.

NISHIDA, Sahoko. *Crowdfunding for Japan's small independent movie theaters a huge hit*. Mainichi Japan, 15 abr 2020. Disponível em: bit.ly/31nFtuS. Acesso em: 20 jun 2020.

OCA (Observatório do Cinema Brasileiro e do Audiovisual) da ANCINE (Agência Nacional do Cinema). *Circulação de Obras Brasileiras pelos Segmentos do Mercado Audiovisual (2011 A 2015)*. Uma Análise a partir dos Lançamentos de 2011 em Salas de Exibição, 2017. Disponível em: oca.ancine.gov.br/sites/default/files/publicacoes/pdf/segmentos_do_mercado_audiovisual.pdf. Acesso em 31 ago. 2020.

OCA (Observatório do Cinema Brasileiro e do Audiovisual) da ANCINE (Agência Nacional do Cinema) Salas de Exibição 2017 (01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017). *Informe de Mercado*. Disponível em: oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/informe_exibicao_2017.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020.

PARENTE, André. Cinema de exposição: o dispositivo em contra/campo. *Revista Poiésis*, n. 12, p. 51-63, nov. 2008. Disponível em: poiesis.uff.br/PDF/poiesis12/Poiesis_12_cinemaexposicao.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

RUFINO, Luana. *Filmes Brasileiros: Causa ou efeito*. O cenário em 2018 e as perspectivas para 2019. Festival do Rio, 5 de novembro de 2018. Disponível em: ancine.gov.br/sites/default/files/apresentacoes/Apresentac%C3%A7%C3%A3o%20Luana_RioMarket_Filmes%20Brasileiros%2028004%29.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020.

SARAIVA, Kate. *Os cinemas do Recife*. Recife: Funcultura. 2013.

SONTAG, Susan. The decay of cinema. *New York Times Magazine*, February 25, 1996. Disponível em: nytimes.com/1996/02/25/magazine/the-decay-of-cinema.html. Acesso em: 21 jul. 2020.

SOUSA, Marcia Cristina da Silva (Márcia Bessa). *Entre achados e perdidos: colecionando memórias dos palácios cinematográficos da cidade do Rio de Janeiro*. 2013. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-graduação em Memória Social, UNIRIO.

SPANGLER Todd; RUBIN, Rebecca. AMC theaters bankruptcy likely, analysts say. Film, Box Office. *Variety*, 9 abr 2020. Disponível em: [bit.ly/3gtzOdd](https://www.variety.com/3gtzOdd). Acesso em: 20 jun. 2020.

STAIGER, Janet. Combination and Litigation: Structures of Film Distribution, 1896-1917. In: ELSAESSER, Thomas. (org). *Early Cinema: Space, Frame, Narrative*. Londres: British Film Institute, 1990.

THOMPSON, Emily. *The soundscape of modernity: architectural acoustics and the culture of listening in America, 1900 – 1933*. Cambridge: MIT Press, 2002.

VIEIRA, João Luiz; PEREIRA, Margareth. *Espaços do sonho: arquitetura dos cinemas no Rio de Janeiro 1920-1950*. Rio de Janeiro: Embrafilme, 1983. (mimeografado).

A ESCASSEZ DOS RECURSOS DE COMUNICAÇÃO EM DIFERENTES ESCALAS – A UTOPIA DE UM PAÍS CONECTADO NA PANDEMIA DE 2020

SONIA VIRGÍNIA MOREIRA, NÉLIA RODRIGUES DEL BIANCO E JACQUELINE DA SILVA DEOLINDO

Introdução

Ao mesmo tempo em que a comunicação via internet mostrou o caminho da abundância de informações, com o mundo acessível em telas usando o teclado ou a voz, e abriu a possibilidade para se encontrar praticamente tudo, o nosso olhar de educadores e pesquisadores nos conduziu a uma situação de contraste no Brasil durante a crise provocada pela pandemia da Covid-19: o da escassez de acesso à informação, de formas e instrumentos de comunicação capazes de atender segmentos vulneráveis da população.

Na economia da década de 1970, essa dualidade foi designada pelo professor Edmar Bacha como “Belíndia” para caracterizar na época a existência simultânea de uma microrregião Bélgica, rica e com recursos de toda ordem, e uma macrorregião Índia, pobre e com recursos escassos. Em 2020, essa natureza dual corresponde à coexistência daqueles que são visíveis e invisíveis no mundo digital. A percepção do que está aparente, que é óbvio, e daquilo que está escondido,

não manifesto, cabe em várias bases, entre as quais as demográficas, de dados oficiais, de políticas comunicação e, inclusive, da produção acadêmica.

Há pouco mais de dez anos tratávamos da “invisibilidade” da Geografia na Comunicação ao reproduzir o registro de Ken Hillis (1998) sobre a invisibilidade da Comunicação na Geografia. A chegada da pandemia em março de 2020 trouxe à luz e reescalou a invisibilidade da desigualdade social. Números de fontes oficiais distintas mostraram que, naquele momento, quase 42 milhões de brasileiros eram invisíveis para as políticas governamentais (G1, 2020a), entre eles 5,5 milhões de trabalhadores informais (GRAVAS, 2020) com risco de perderem a ajuda federal de R\$ 600,00. A situação pormenorizou dados do Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU, segundo qual os 10% mais ricos concentram cerca de 42% da renda total do país (PNUD, 2019), e da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios 2019, mostrando que a parcela de 1% da população com maiores salários correspondia a quase 34 vezes o rendimento de 50% da população com menor rendimento (IBGE, 2020a).

Ainda que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mantenha tendência de avanço, as desigualdades permanecem: entre 1990 e 2018, o país apresentou aumento consistente do seu IDH, com crescimento de 24%, mas em relação a 2017 o crescimento foi praticamente nulo, evoluindo de 0,760 para 0,761 pontos. Na avaliação de 189 países, o Brasil está em 79º posição no ranking mundial. Na América do Sul é o 4º país com maior IDH, com Chile, Argentina e Uruguai à frente (PNUD, 2019).

No ambiente digital, a escala da desigualdade registrada pelo IDH estava oculta pelo otimismo com a velocidade do crescimento e de disseminação da internet em várias regiões entre 2010 e 2020. A pandemia, porém, mostrou que persistiam pontos de território sem acesso a celular ou computador pessoal conectado em rede, essencial

para garantir o registro em programas de benefícios sociais, assim como estudar e trabalhar. A possibilidade de receber o auxílio emergencial, por exemplo, revelou estratos da população em situação de vulnerabilidade econômica e desconectadas do mundo digital, uma evidente situação de escassez no mundo físico em contraste com a abundância digital. Souza et al. (2020) analisaram em relatório do IPEA como 10,9 milhões de trabalhadores elegíveis ao auxílio emergencial estavam fora do Cadastro Único para Programas Sociais, impossibilitados de receber rendas temporárias. Com as recomendações sanitárias proibindo aglomeração em locais públicos, esse grupo precisava da conexão à internet para se inscrever no programa.

Esses brasileiros invisíveis reforçam a percepção de que, apesar dos avanços, persistem no Brasil regiões de sombra, sem acesso a tecnologias, onde inexistem ou são escassos instrumentos de comunicação que facilitem a circulação da informação e o uso de serviços digitais. A PNAD Contínua TIC Domicílios 2018 (IBGE, 2020b) aponta que, naquele período, quase 21% dos domicílios pesquisados não tinham acesso à internet. Os brasileiros invisíveis no mundo digital viviam principalmente nas áreas rurais, 50%, e também nas cidades, onde quase 17% dos domicílios estavam desconectados.

A proposta deste artigo é debater essa escassez pelo olhar das Geografias da Comunicação, considerando escalas e territórios, e também das políticas públicas de comunicação, em especial o acesso à tecnologia digital. Recorremos ao conceito de escala como dispositivo de ordenação da vida social, cultural, política e econômica. Além da revisão bibliográfica, a metodologia incluiu a coleta de informações em bancos de dados públicos em setores específicos: Anatel; IBGE; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Portal Brasileiro de Dados Abertos e Comitê Gestor da Internet.

O conceito de escala e a desigualdade digital

Merleau-Ponty, em *Le visible et l'invisible*, assinala que “é verdade que o mundo é o que vemos e que, contudo, precisamos aprender a vê-lo” e que, para isso, precisamos “nos igualar, pelo saber, a essa visão, tomar posse dela, dizer o que é nós e o que é ver, fazer como se nada soubéssemos, como se a esse respeito tivéssemos que aprender tudo” (1979, p. 18). A reflexão do filósofo francês é compatível com os vínculos espaciais que se constroem entre a geografia e a comunicação, em particular em relação às escalas. Para Andrew Herod (2011) as escalas são, de modo geral, produzidas no convívio social como dispositivos de ordenação em relação à vida social, cultural, política e econômica e “têm consequências reais para a vida social e nos permitem falar sobre questões de desenvolvimento espacialmente desigual” (HEROD, 2011, p. 12-13). Assim, o conceito de escala nos permite abordar diferentes espaços dentro de uma unidade escalar específica, como uma região, e identificar processos como globais ou locais.

Nas diversas escalas, o corpo é o começo de tudo, o primeiro nível das escalas, e “o que entendemos como ‘corpo’ nos permite apreendê-lo como uma escala espacial” (HEROD, 2011, p. 59-60). Na pandemia, o corpo ganhou relevância no contexto das escalas enquanto entidade biológica e social, entendido como parte de um continuum da existência. Herod (p. 88) resgata o pensamento de Merleau-Ponty, que sugere: “não temos um corpo, mas somos um corpo”. As escalas do corpo, do urbano, do regional, do nacional e do global estão todas interconectadas no continuum da vida. No período da pandemia esse continuum foi afetado, o corpo ganhou relevância em várias escalas e fomos obrigados a conviver diariamente com imagens fortes na mídia – das ruas, de hospitais, de cemitérios – nas quais o corpo, essa entidade individual, essa primeira escala integrada com a natureza e com culturas distintas, estava no centro da pandemia devastadora.

A escala dos brasileiros invisíveis revelados nesse período reforça também a percepção de que, apesar dos avanços, persistem no Brasil as regiões de sombra, sem alcance à tecnologia, onde inexistem ou são escassos instrumentos de comunicação que permitem acesso à informação e a serviços digitais. A dimensão escalar nos ajuda a perceber os níveis de hierarquia como registros essenciais, que estão na base de muitas análises, e de que forma as diferentes camadas da escala podem influenciar a percepção de um objeto de estudo. O processo de globalização, principalmente com a disseminação das cadeias de produção globais, fez com que o corpo (neste caso, os consumidores) ficasse cada vez mais invisível.

Condições econômicas de acessibilidade demandam instrumentos que permitam o desenvolvimento da capacidade dos sujeitos para as funcionalidades das tecnologias. No mundo contemporâneo há uma estreita relação entre o acesso aos meios de informação e de comunicação, a efetivação dos processos de desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. A carência de infraestrutura é um dos fatores que contribuem para o aprofundamento da desigualdade social, especialmente entre aqueles sem acesso digital.

No Brasil, o Comitê Gestor da Internet (CGI) identifica dois níveis de desigualdade nos parâmetros de conexão: a desigualdade de primeiro nível (ter ou não acesso) e a de segundo nível (acessar, mas com diversos graus de limitações). Ao analisar esse primeiro nível, a PNAD Contínua TIC Domicílios 2018 (IBGE, 2020b) aponta que 79,1% dos lares têm acesso à internet, enquanto 20,9% estão sem conexão, a maioria em áreas rurais (50,2%) e parte reduzida em áreas urbanas (16,6%). O crescimento de conexões a partir de 2015 alimentou a utopia da popularização e suas possibilidades libertadoras para o cidadão de menor renda. Mas é preciso observar de perto, e em escala nacional, onde se concentram os índices de escassez para entendermos as condições de uso e

de apropriação das tecnologias de informação e comunicação. Os motivos alegados para não acessar a internet, registrados na pesquisa do IBGE, são indicadores da desigualdade (PNAD, 2018): falta de interesse (34,7%); serviço de acesso caro (25,4%); nenhum morador sabia usar a internet (24,3%); o equipamento para acessar a rede é caro (4,7%). No segundo nível de desigualdade, os dados da TIC Domicílios 2019 (CETIC, 2020a) apontam que 70 milhões de brasileiros têm acesso precário à internet ou não têm conexão. Um em cada quatro brasileiros não usa a internet, o que representa um universo de 47 milhões de pessoas desconectadas. Entre a população das classes D/E são quase 26 milhões (43%) de não-usuários. Dos 58% dos brasileiros que acessam a rede exclusivamente via telefonia móvel, 85% pertencem às classes D e E. Tal situação é decorrente, em parte, da falta de computador e de serviços de banda larga em casa: são 20 milhões de domicílios sem conexão à internet, principalmente da região Nordeste (35%), em famílias com renda de até um salário mínimo (45%).

No momento em que a população dependeu da conexão digital para atravessar a pandemia, se verificou a carência de instrumentos que permitiriam acesso fácil, barato, seguro e rápido. Segundo o Comitê Gestor da Internet (CGI, 2020), as dificuldades das famílias de baixa renda para obterem conexões de qualidade se devem a contratos de serviços que não suportam o uso de ferramentas online para trabalhar, estudar e acessar serviços. Outro fator inibidor do acesso com qualidade está relacionado ao custo: um plano com 35 Mega de velocidade pode custar R\$ 78,00 mensais. O preço final ao consumidor é resultado da alta carga tributária brasileira, considerada pela União Internacional de Telecomunicações como a maior do mundo, que corresponde a cerca de 40% da conta final.

A desigualdade de acesso à internet tem maior impacto junto a crianças e jovens em idade escolar de famílias vulneráveis

que precisam de pacotes com capacidade para streaming, download e videoaulas. Quase metade (42,36%) dos candidatos do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), principal meio de acesso ao ensino superior, não tem computador em casa. Em estados das regiões Norte e Nordeste, o percentual de candidatos do Enem sem computador se aproxima de 70%, de acordo com micro dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira em 2019. Candidatos relatam dificuldades que os colocavam em desvantagem na disputa por uma vaga. Em uma família de baixa renda, os gastos prioritários são com a compra de alimentos, produtos de limpeza e aluguel – a internet é o último item de prioridade. Em 2020, a dificuldade para assistir aulas online levou várias universidades públicas a lançarem programas de distribuição de kits de acesso à internet. A UFRJ, por exemplo, na qual 45% dos alunos têm renda familiar abaixo de 1,5 salário mínimo, distribuiu 13 mil kits para estudantes de graduação e pós-graduação (G1, 2020b).

O cenário de desigualdade no provimento de conectividade, agravado pela crise econômica em que parcela significativa da sociedade ficou sem renda durante a pandemia, levou o Comitê Gestor da Internet a recomendar aos poderes Executivo e Legislativo a aplicação de recursos para financiar a expansão de infraestrutura de redes, sobretudo em comunidades de periferias e localidades remotas, além de garantir o pagamento dos serviços de telecomunicações e de conectividade à internet para usuários em estado de vulnerabilidade econômica (CGI, 2020).

A desigualdade regional e local da informação

Como os recortes geográficos apontam, a assimetria na distribuição dos recursos tecnológicos citados anteriormente se percebe no espaço. A escassez de informação também se dá nos âmbitos regional e

local e isso se reverte, como diz Milton Santos, em uma questão política porque pode comprometer as condições para o exercício pleno da cidadania. Ao escrever sobre a distribuição desigual da informação no seu livro *O espaço do cidadão* (primeira edição em 1988, por ocasião da reabertura política no Brasil), o geógrafo apontou como os grandes centros monopolizavam as vozes e a propaganda das novidades uma vez que esses lugares dispunham de mais recursos tecnológicos, humanos e financeiros para sustentar a produção – e o consumo – de notícias.

Por conseguinte, a informação fabricada é econômica e geograficamente concentrada. Dispondo da exclusividade dos canais de difusão, os responsáveis pela informação descem até aos indivíduos, ao passo que estes não podem fazer subir suas aspirações até eles. Essa desigualdade é tanto econômica e social quanto geográfica. Quanto mais longe dos centros do poder, mais difícil é fazer ouvir a própria voz (SANTOS, 2011, p. 173-174).

Trinta e dois anos depois do lançamento de *O espaço do cidadão*, ainda que tenhamos testemunhado avanços tecnológicos e uma maior popularização de recursos como a internet, é possível afirmar que a distribuição e o acesso a infraestrutura, dispositivos e conteúdos que favoreceriam maior inclusão informativa não são equânimes nem pelas classes sociais, nem pelas distintas faixas etárias, nem sobre o território. Se na cidade grande são mais numerosas e intensas as redes informativas, que permitem maior acesso às fontes, melhor percepção das diferenças entre elas e maior capacidade de pressão sobre as instâncias decisórias, na periferia informativa são grande os custos social, político, cultural e humano. Neste caso, podemos pensar na relação centro-periferia em escalas distintas - quando

tratamos, por exemplo, da sede e das zonas distritais de um município e de áreas urbanas e rurais. “Com efeito, existem num mesmo país diferentes situações de pobreza”, observa Santos (2011, p. 175).

Esse desenho da distribuição de mídia e dos canais de informação representa uma tendência já observada internacionalmente e que se reproduz em escalas, tendo no topo da hierarquia as chamadas cidades mundiais (KRÄTE; TAYLOR, 2004; MOREIRA; DEOLINDO, 2015). No Brasil, a produção de jornais impressos, os domínios de internet e as emissoras de TV estão concentrados em São Paulo e no Rio de Janeiro, seguidos das capitais estaduais, com ênfase no Sudeste, Sul e parte do Centro Oeste, a chamada região concentrada (SANTOS; RIBEIRO, 1979; IBGE, 2008; 2020). No estado do Rio de Janeiro, a concentração de produção de mídia ocorre na região metropolitana; no interior do estado, nas cidades centro-de-região, nas cidades pequenas e médias que polarizam um conjunto de outras com as quais estabelecem relações e trocas de diversas ordens (DEOLINDO, 2019).

Nos centros urbanos de diferentes grandezas – metrópoles, cidades médias e cidades pequenas, e em cada uma delas em particular – a comunicação em seu nível mais elementar é estabelecida pelos fluxos locais de informação. Estes se realizam sob diversas formas e formatos, configurados pelos aspectos geográficos, histórico-culturais, técnicos, tecnológicos e econômicos, que, por sua vez, se afetam de modo complexo e não apenas caracterizam cada lugar como também colaboram com o posicionamento das cidades dentro de sua região. E assim é possível pensar escala como relação. O estudo Regiões de Influência das Cidades publicado pelo IBGE nos anos 1980 (Figura 1) mostrava como mídia e hierarquia urbana estavam relacionadas naquela época.

Figura 1 – Bens e serviços (Regic 1987)

Bens e Serviços Selecionados segundo Níveis Hierárquicos de Oferta.

NÍVEL HIERÁRQUICO	RAMO DE ATIVIDADE	BENS E SERVIÇOS
Centro Metropolitano	Comércio Varejista	1. Equipamento para consultório dentário. 2. Equipamento médico-cirúrgico. 3. Convidados Santa-Velho. 4. Livros importados. 5. Instrumentos óticos de precisão. 6. Produtos farmacêuticos. 7. Estação de TV.
	Comércio Atacadista e representações	8. Exame de eletroencefalograma. 9. Escola de engenharia. 10. Faculdade de medicina. 11. Escritório de publicidade. 12. Escritório de consultoria econômica e planejamento.
	Serviços	1. Móveis para escritório. 2. Material para dentista. 3. Outilhio para hospitais. 4. Máquinas de calcular. 5. Refrigeradores comerciais. 6. Material para indústria gráfica. 7. Lâmpadas para os mercados zona. 8. Lanchas e motores de popa. 9. Protetores e cintas. 10. Livros para engenharia e/ou medicina. 11. Máquinas para filmar e/ou projetar. 12. Tecidos. 13. Círculos. 14. Jornais diários.
Capital Regional	Comércio Varejista	15. Médico otorrinolaringologista. 16. Médico cardiologista. 17. Médico neurologista. 18. Exame de eletrocardiograma. 19. Faculdade de economia. 20. Faculdade de administração. 21. Faculdade de direito. 22. Instalações elétricas ou hidráulicas. 23. Escritório de arquitetura.
	Comércio Atacadista e representações	1. Azeites e vinhos. 2. Televisores. 3. Cortinas e tapetes. 4. Máquinas de escrever. 5. Veículos Ford ou General Motors. 6. Bicicletas. 7. Motores e bombas. 8. Azulejos decorados. 9. Máquinas fotográficas. 10. Óculos com receita médica. 11. Produtos alimentares em conserva. 12. Material de limpeza doméstica. 13. Arigos de marinha. 14. Gar de hoje. 15. Material para construção civil. 16. Médico pediatra. 17. Médico ginecologista. 18. Médico otorrinolaringologista. 19. Faculdade de filosofia, ciências e letras. 20. Serviços de engenharia.
	Serviços	1. Sacaria, arma fuzado, inseticidas e ferramentas agrícolas. 2. Forno de engomar, rádio, liquidificador e geladeira. 3. Móveis estofados. 4. Peças e acessórios de veículos. 5. Automóvel novo Volkswagen. 6. Tintas e cerâmica. 7. Ferragens e louça. 8. Cerveja. 9. Coca-Cola. 10. Hospital Geral. 11. Médico de clínica geral. 12. Laboratório de análises clínicas. 13. Curso normal. 14. Curso de 2º grau. 15. Agência de banco particular. 16. Agência de banco estadual. 17. Agência do Banco do Brasil. 18. Serviço de Contabilidade. 19. Impressos. 20. Escritório de advocacia. 21. Estação de rádio.
Centro Sub-Regional	Comércio Varejista	
	Comércio Atacadista e representações	
	Serviços	
Centro de Zona	Comércio Varejista	
	Comércio Atacadista	
	Serviços	

Centro Metropolitano Estação de TV

Capital Regional Jornais diários

Centro de Zona Estação de rádio

Fonte: IBGE, 1987, p. 18, adaptado pelas autoras.

Tomando o estado do Rio de Janeiro como exemplo, mesmo 40 anos depois da intensificação dos processos de regionalização da TV, da popularização de algumas tecnologias e da consequente flexibilização do posicionamento da mídia na rede urbana, a lógica e a dinâmica de localização dos meios e recursos de comunicação permanecem quase os mesmos. Se nos anos 1980 as emissoras de TV aberta estavam apenas na cidade do Rio de Janeiro, um centro metropolitano, hoje elas podem ser encontradas em capitais regionais com população entre 200 mil e 500 mil habitantes, como Campos dos Goytacazes, a 300 km da capital do Estado. Os jornais diários, que eram editados e impressos em capitais regionais, hoje podem ser encontrados em centros sub-regionais, com população entre 70 mil e 100 mil habitantes. Outras mídias, como impressos mensais, sites de notícias e emissoras de rádio estão em funcionamento em centros urbanos de todas as categorias. Cada um organiza, a seu modo, seus sistemas de comunicação, de maneira mais ou menos sofisticada, a depender do contexto e da grandeza, porque todos têm necessidade social de informação. Entretanto, as cidades mais proeminentes permanecem como aquelas a ofertar serviços de mídia mais complexos que, ao fim, acabam por cobrir apenas a sede do município e seu entorno mais imediato, apesar da distribuição do conteúdo produzido ser mais ampla. Ou seja, fora da área de influência dessas mídias, diversas localidades continuam descobertas, aspecto que marginaliza quem mais precisa de informação e torna acessível a boa parte da população uma comunicação centralizada de produção de rádio e TV aberta, com baixa predominância do regional e local.

Apesar dos processos de regionalização midiática, verifica-se a prevalência de padrões típicos das dimensões nacional e global, tanto no que se refere à concentração espacial nos centros mais proeminentes, quanto aos modos de fazer e

tipos de conteúdo. A mídia local e regional adquire relevância para o seu público quando consegue inovar e tratar de forma mais próxima as questões das comunidades não contempladas pela mídia hegemônica e traduzir acontecimentos mais amplos, mas que afetam as cidades e regiões onde estão inseridas.

Nessas áreas de escassez de produção noticiosa tem crescido a importância das plataformas online para a produção jornalística/informativa. Entretanto, a ausência ou de oferta do serviço de telecomunicação em determinadas localidades e os motivos diversos de problemas de acesso à internet, limitado a quem pode pagar, criam uma divisória digital isolando ou dificultando a inclusão de centros urbanos ou áreas de menor renda.

Como diz Milton Santos, distância geográfica implica também em distância política e informativa (SANTOS, 2011, p. 174). Podemos considerar as consequências dessa exclusão em tempos graves como o da pandemia, quando o acesso à informação, às orientações e providências repassadas por especialistas, pesquisadores, profissionais e gestores dos serviços de saúde e educação, para citarmos apenas alguns elementos, são imprescindíveis à preservação da vida e ao funcionamento ordenado e seguro dos diversos setores da sociedade.

Políticas públicas para reduzir o desequilíbrio de acesso

Um dos instrumentos para enfrentar o desequilíbrio no acesso às tecnologias de comunicação e informação são as políticas públicas. É por meio das políticas que governos traduzem seus propósitos em programas e ações de modo a gerar resultados e mudanças efetivas para melhor. Quando implementadas, as políticas são submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação e seu rumo pode ser corrigido a partir de análises de resultados.

Considerando o acesso desigual à internet, há necessidade de repensar a política que configurou a forma como são projetadas e implantadas as redes móveis. Por um lado, há limitações de capacidade em função das tecnologias e radiofrequências baseadas em modelos estatísticos de ocupação dinâmica dos espaços urbanos, que privilegiam a mobilidade das pessoas. De outro lado, o processo regulatório pode ser um entrave, como a regulação para instalação de torres de telefonia no país. Atualmente existem mais 300 leis em diferentes níveis – estadual, municipal, nacional –, parte delas desatualizadas e com exigências que dificilmente podem ser cumpridas em áreas de ocupação ou comunidades, por exemplo, como ruas com pelo menos 10 metros de largura e terreno com título de propriedade registrado em cartório para instalação da antena. Com menos antenas de transmissão, cai a qualidade do serviço. Segundo a União Internacional de Telecomunicações, a capacidade ideal para cada antena é de, em média, até 1.500 acessos simultâneos. Em São Paulo, porém, essa média pode atingir 3.500 acessos simultâneos em momentos de pico. Na periferia, o volume salta para até 18.000 acessos simultâneos por torre. Isto significa que, mesmo que o cidadão tenha recursos para contratar um bom serviço de internet, se estiver em um bairro periférico não conseguirá receber o serviço com a mesma qualidade disponível em bairros nobres.

A alfabetização digital é outra face da desigualdade a ser enfrentada por meio de políticas públicas. Pessoas em condição de vulnerabilidade conseguem ter acesso à internet pelo celular, mas enfrentam dificuldades no uso pela falta de habilidades tecnológicas. Um caminho para reverter esse quadro é a aplicação correta do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST). Criado em 2000 pela Lei nº 9.998, o Fundo é formado por taxas pagas pelas empresas do setor correspondente a 1% da receita operacional

bruta. Passadas duas décadas, o FUST arrecadou mais de R\$ 22,6 bilhões, de acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações.

Há um claro descompasso entre o volume arrecadado e a aplicação dos recursos. Dos R\$ 16,05 bilhões recolhidos entre 2001 e 2015, apenas 1,2% foi utilizado na universalização dos serviços de telecomunicações, um assunto que se estende desde a privatização da telefonia e que poderia atenuar o abismo digital que isola parte da população. Nessas duas décadas, recursos do FUST foram usados apenas uma vez ao destinar cerca de R\$ 500 mil para um programa de acessibilidade digital, o Projeto de Atendimento a Instituições de Apoio a Pessoas com Deficiência Auditiva (QUEIROZ, 2010, p. 19). Pouco menos de 70% da arrecadação foi empregada “em outros fins”, como remuneração de instituições financeiras, auxílio-transporte para servidores do Ministério das Comunicações e assistência médica, odontológica e pré-escolar para dependentes (ACIOLLY, 2020). A promessa de revolucionar o acesso à informação no Brasil, portanto, não se efetivou com a criação do FUST. Deixaram de ser atendidos vários aspectos previstos, como interligar os estabelecimentos de ensino à internet; atender comunidades pequenas e com baixo poder aquisitivo; garantir a cobertura em áreas remotas e de fronteira; ampliar a telefonia rural e assegurar acesso a telefone e internet de alta velocidade em escolas, bibliotecas, hospitais, delegacias e outros órgãos públicos (ACIOLLY, 2020).

Caso tivesse sido cumprida integralmente a política pública de implantação de telecentros, a inclusão digital estaria resolvida no período da pandemia. Hoje existem de 4 mil centros instalados no país, a maioria em escolas (31%) ou bibliotecas (22%) e 9% em associações comunitárias ou entidades assistenciais. Mesmo assim, comunidades em periferias não puderam acessar os telecentros porque as escolas e bibliotecas ficaram fechadas durante o isolamento social e os usuários

também não conseguiram receber orientação gratuita, ainda que oito em cada dez centros públicos de acesso tenham monitores para esclarecer dúvidas. Em tempos normais, os telecentros em escolas ou bibliotecas são utilizados, em sua maioria, para pesquisa escolar (96%), digitação de currículos ou outros documentos (75%), utilização de CD, DVD e arquivos em pen-drive (74%) e para acessar a internet por wi-fi (63%) (CETIC, 2020b).

Em meio a políticas que falham no cumprimento de objetivos e metas, o avanço e interiorização das Prestadoras de Pequeno Porte (PPP) é hoje um indicador positivo para superar a exclusão digital vinculada à renda e à localização geográfica dos usuários. Em 2019, pequenos provedores locais ou regionais conectavam 23,2% dos usuários de internet no Brasil. Em janeiro de 2020, esses provedores somavam mais de 10 milhões de acesso (ANATEL, 2020). Atualmente, os pequenos provedores de internet são responsáveis por levar a conexão por fibra óptica para o interior, que chegam a 15,7% dos municípios brasileiros e correspondem a 875 entre as 2.633 localidades atendidas em 2019 (ANATEL, 2020). Essa expansão foi induzida por uma política pública que prevê a redução de carga normativa – em especial a Resolução nº 694/2018, que definiu como Prestador de Pequeno Porte as empresas com mercado inferior a 5% no varejo em que atuam. Em 2019, o Ato nº 6.539 reforçou a definição ao considerar como PPPs as prestadoras não pertencentes aos grandes grupos de telecomunicações em operação no país (Telefônica, Claro, TIM, Oi e Sky/AT&T). Os dois passos completaram iniciativa importante para fomentar a inclusão digital datada de 2017/2018, anos de criação e aprovação do regimento interno do Comitê de Prestadoras de Serviços de Telecomunicações de Pequeno Porte (CPPP) junto à Anatel.

Mesmo assim, ainda hoje precisamos de políticas públicas eficientes, que garantam o acesso ao mundo digital

em escala nacional e não desconsiderem as peculiaridades das escalas locais e regionais.

Considerações finais

Este olhar sobre a escassez dos recursos de comunicação em diferentes escalas é resultado de pesquisas empreendidas há pelo menos dez anos pelas autoras em momentos distintos e em regiões diversas sobre jornalismo, radiodifusão, audiovisual e as geografias possíveis para a comunicação. A pesquisa empírica tem mostrado de modo sistemático a dificuldade tanto em obter indicações sobre contextos múltiplos como em conseguir localizar e lapidar, para então situar e analisar, as informações obtidas (com muita frequência) em estado bruto em bancos de dados oficiais. A falta de uma cultura de prestação de contas ao cidadão afeta a atividade do pesquisador ao demandar tempo maior em campo para conseguir compor um repertório condizente com o presente, que sirva para apontar rotas para um futuro com menos desigualdade, inclusive digital.

Entendemos que muitas disciplinas da Comunicação dependem do saber ler as diferentes realidades para incorporá-las nos currículos e assim exercer a função das universidades, que é preparar profissionais que sejam agentes ativos em uma realidade em permanente transformação. A pesquisa é um dos vetores e, com ela, a divulgação científica, para fazer circular o conhecimento. Como disse o professor da Universidade de Harvard Michael Kremer, um dos três ganhadores do Nobel de Economia em 2019 junto com Esther Duflo e Abhijit Banerjee, “a informação transmitida de forma incompreensível para os mais pobres pode ser uma barreira maior ao desenvolvimento econômico do que a falta de tecnologia ou de interesse dos governantes” (KREMER; FRAGA, 2020). Para ele, “a crise do coronavírus pode incentivar o uso de tecnologias simples”, principalmente para aqueles que se encontram distantes dos grandes centros e em situação de exclusão.

Referências

ACCIOLY, Dante. Após 20 anos e R\$ 22,6 bi arrecadados, FUST falha em ampliar acesso à internet. *Agência Senado*, 17 de agosto de 2020. Acesso em 20.ago.2020 em: <senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/17/apos-20-anos-e-r-22-6-bi-arrecadados-fust-falha-em-ampliar-acesso-a-internet>.

ANATEL. *Evolução dos acessos de Banda Larga Fixa por Porte da Prestadora e Empresa*, 2020. Acesso em 28.fev.2020 em: <anatel.gov.br/paineis/acessos/banda-larga-fixa>

CETIC. *TIC Domicílios 2019*. Rio de Janeiro: CETIC, 2020a.

CETIC. *TIC Centros Públicos de Acesso 2019*. Rio de Janeiro: CETIC, 2020b.

DEOLINDO, Jacqueline da S. *O negócio da mídia no interior*. Curitiba: Appris, 2019.

G1. *Auxílio emergencial de R\$ 600,00 revela 42 milhões de brasileiros invisíveis aos olhos do governo*, 26 de abril de 2020a. Acesso em 30.abr.2020 em: <g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/04/26/auxilio-emergencial-de-r-600-revela-42-milhoes-de-brasileiros-invisiveis-aos-olhos-do-governo.ghtml>

G1. *UFRJ vai distribuir 13 mil kits para acesso à internet*. G1, 2 de junho de 2020b. Acesso em 15.jun.2020 em: <g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/02/ufrj-vai-distribuir-13-mil-kits-para-acesso-a-internet-estudantes-precisam-fazer-inscricao-no-site.ghtml>.

GRAVAS, Douglas. Invisíveis, 5,5 milhões de informais correm risco de perder ajuda de R\$ 600,00. *O Estado de S. Paulo [Economia]*, 20 de abril de 2020. Acesso em 25.abr.2020 em: <economia.estadao.com.br/noticias/geral,invisiveis-5-5-milhoes-de-informais-correm-risco-de-perder-ajuda-de-r-600,70003276664>

HEROD, Andrew. *Scale*. London: Routledge, 2011.

HILLIS, Ken. On the margins: the invisibility of communications in geography. *Progress in Human Geography* Vol 22 (4), 1998, p. 543-566. DOI: <doi.org/10.1191%2F030913298669028680>

IBGE - PNAD Contínua 2019: rendimento do 1% que ganha mais equivale a 33,7 vezes o da metade da população que ganha menos. *Agência de Notícias IBGE*, 6 de maio de 2020a. Acesso em 14.jun.2020 em: <agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27594>

IBGE – PNAD Contínua TIC Domicílios 2018. Internet chega a 71,9% dos domicílios do país. *Agência de Notícias IBGE*, 29 de abril de 2020b. Acesso em 15.jun.2020 em: <agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27515>

IBGE – PNAD Contínua – Tabelas 2018. Acesso à internet e televisão, posse de telefone móvel celular para uso pessoal. *IBGE*, 2019. Acesso em 20.mai.2020 em: <ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=27138&t=resultados>

IBGE - *Regiões de Influência das Cidades 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Acesso em 08.jul.2020 em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>.

IBGE - *Regiões de Influência das Cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, DGC, 1987.

IBGE - *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Acesso em: 20.jun.2019 em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>.

KRÄTKE, Stefan; TAYLOR, Peter J. A world geography of global media cities. *European Planning Studies*, v. 12, n. 4, 2004, p. 459-477. DOI: <10.1080/0965431042000212731>

KREMER, Michael; FRAGA, Érica. Informar mais pobres de maneira incompreensível freia o desenvolvimento. *Folha de S. Paulo*, 13 de junho de 2020. Acesso em 15.jun.2020 em: <folha.uol.com.br/mercado/2020/06/informar-mais-pobres-de-maneira-incompreensivel-freia-o-desenvolvimento-diz-nobel-de-economia.shtml>.

MERLEAU-PONTY, M. *Le visible et l'invisible*. Paris: Éditions Gallimard, 1979.

MOREIRA, Sonia V.; DEOLINDO, Jacqueline da S. Cidades mundiais, redes e indústria de mídia. In: SILVA, Paulo Celso; GARCIA, Wilton; LARUCCIA, Mauro M. (Org.). *Midicidade*. Sorocaba: MidCid, 2015, p. 10-30. Acesso em: 23.abr.2018 em: <comunicacaoecultura.uniso.br/publicacoes/midicidade_2015.pdf>.

PNUD. *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. New York, PNUD, 2019. (Versão em português: Camões – Instituto da Cooperação e da Língua).

QUEIROZ, Cláudia Santa Rita. *O Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST*. Brasília: UnB, 2010. Curso de Especialização em Orçamento e Políticas Públicas [Monografia].

SANTOS, Milton; RIBEIRO, Ana Clara T. *O conceito de região concentrada*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1979.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. In: SILVA, Elisiane; NEVES, Gervásio R.; MARTINS, Liana B (org.). *Milton Santos - O espaço da cidadania e outras reflexões*. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011, p. 75-224.

SOUZA, Pedro H.; SOARES, Sergei; PAIVA, Luís H.; BARTHOLO, Leticia. Nota Técnica nº 60. Estimativas de público elegível e custos do benefício emergencial criado pelo PL 9.236/2017. IPEA, março 2020. Acesso em 28.jun.2020 em: <ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35416>

A PESQUISA DE TELEVISÃO E TELEVISUALIDADES NA INTERCOM: CONTINUIDADES, RUPTURAS E PERSPECTIVAS

BRUNO DE SOUZA LEAL, CARLOS EDUARDO
MARQUIONI E GUSTAVO DAUDT FISCHER

Sempre é momento para discutir a televisão, por mais que os dispositivos de transmissão se multipliquem e as interações mediadas por interfaces se tornem cada vez mais complexas, ainda há algo da ordem do televisivo que sobrevive, ao mesmo tempo em que se mantém em permanente estado de transformação. O Grupo de Pesquisa de Estudos de Televisão e Televisualidades da INTERCOM (anteriormente sob o nome de “Televisão e Vídeo”) vem buscando colaborar e incentivar a circulação das pesquisas neste âmbito e aproveitou o convite para a realização das “Lives” da entidade em 2020, para convidar seus ex-coordenadores, mas sempre pesquisadores na área, a conversar sobre suas visões sobre a televisão e as questões que dela decorrem para a pesquisa. Separamos, neste texto, as falas dos professores Bruno Leal (UFMG) e Carlos Marquioni (UTP) realizadas no dia 16 de junho de 2020 e cujas abordagens podem ser percebidas pelo leitor como complementares, na medida em que levantam um conjunto de questões sempre necessárias quando abordamos

a pesquisa em televisão (suas linguagens, diversidades de abordagens e o caráter mutante do meio, por exemplo) e também trazem as iniciativas que tornam o GP um ambiente de trabalho colaborativo, não apenas pelo estímulo às investigações que têm como ponto culminante o congresso nacional da INTERCOM, como as novas iniciativas que refletem a maturidade do grupo, como os primeiros passos na construção de uma pesquisa conjunta.

Por fim, cabe ressaltar que as colocações feitas pelos dois pesquisadores inspiram-se nos seus respectivos textos que estarão presentes no primeiro livro organizado pelo GP, no qual será possível conhecer ainda mais os importantes movimentos de continuidades e rupturas mapeados não apenas pelos textos de diversos pesquisadores que lideraram este grupo de pesquisa desde seu surgimento, mas chegando até trabalhos de destaque apresentados nas últimas duas edições do congresso nacional, em um processo de contribuição e renovação constante para os desafios da pesquisa de televisão e suas sempre instigantes televisualidades.

Bruno de Souza Leal

É um enorme prazer estar aqui. Curiosamente, há uma sequência cronológica nas nossas falas hoje: eu fui coordenador do GP de Televisão e Vídeo e passei a bola pra Suzana que, se não me engano, passou a bola para o Carlos. Então, tem uma sucessão de coordenadores aqui, uma sucessão afetivamente linear. Aceitei com muita alegria o convite para a conversa hoje. Em parte, pelo impacto que o GP teve, ou tem, em mim, toda vez que eu participo dele, na convivência com colegas pesquisadoras e pesquisadores e nas descobertas que essas trocas nos propiciam. Uma das coisas que mais me agrada no GP de Televisão e Televisualidades é a diversidade que ele abriga. Essa é uma característica do Congresso da INTERCOM - por

ser um evento muito aberto, muito abrangente. E isso se reflete positivamente no GP de Televisão e Televisualidades. Eu, sem a menor dúvida, aprendi muito no GP, um espaço de uma diversidade de abordagens, de perspectivas, de entendimentos sobre a televisão e os fenômenos televisuais, um momento de encontro que me é muito caro e que eu guardo com muito carinho. Alguns debates que se desenvolveram ao longo dos encontros da INTERCOM me são memoráveis, por diversas razões, em diversos aspectos. Assim como o GP Estudos de Televisão e Televisualidades tem uma importância grande na minha trajetória, acredito que tenha também nos caminhos de várias pessoas aqui virtualmente presentes.

Quero trazer três pontos de debate e que recuperam discussões que estão melhor formuladas no artigo “De que falamos quando falamos televisão?”, publicado no livro do GP organizado pelo Gustavo Draudt e pelo Carlos Marquioni. Quando eu comecei a estudar televisão, no início dos anos 2000, a gente estudava um fenômeno muito facilmente reconhecível: “televisão” (e parecia não haver dúvidas sobre o que falávamos). Até hoje, me interessa uma dimensão textual da televisão, entendendo o texto sob o prisma da textualidade, ou seja, numa dimensão semiótica, historicamente situada, de articulação de linguagens em perspectiva multimodal, em que palavra, imagem, som, vídeo e outros elementos estão articulados. No início dos anos 2000, me interessava muito como que os programas, os produtos televisuais, em especial os telejornalísticos, eram conformados textualmente e também questões como que telespectador era sugerido, que combinação de linguagens configuravam, que narrativas se desenvolviam. À medida que o tempo foi passando, à medida que eu fui estudando, passei a me interessar cada vez mais uma abordagem historicizante das textualidades e dos fenômenos televisuais. Interessam-me os fenômenos televisivos, ou audiovisuais, ou teleaudiovisuais, ou de televisionamento -

o nome que a gente quiser - numa perspectiva histórica, em diálogo com passados, presentes e futuros. E eu creio que essa abordagem temporalizada e temporalizante organiza um pouco do que eu vou falar aqui.

O primeiro ponto que me parece ser importante, que eu acho que é um desafio dos estudos de televisão, é o próprio termo televisão. Para mim, é uma questão muito delicada, porque o termo, que parecia ser uma expressão muito pacífica há 10,15 anos atrás, hoje já não é mais, uma vez é que marcado, ricamente creio, por uma desconexão acentuada entre significados e referentes. Não há um significado predominante para aquilo que a gente entende, hoje, como televisão. Do ponto de vista teórico, eu posso até produzir certas restrições, mas, do ponto de vista da maneira como as pessoas a vivem, televisão é algo muito diverso.

E se o significado de televisão não é uma coisa óbvia, a instabilidade do referente torna a flutuação do termo algo ainda mais complexo. Porque quando eu falo televisão, a que eu me refiro? A um produto específico (como série, novela, telejornal)? Ou me refiro a um aparelho, o televisor (pensando, inclusive, que o televisor mudou muito ao longo dos anos e comporta variações atualmente. Afinal, uma smart tv é um aparelho com configurações distintas de um televisor a cores sem conexão wi-fi e de um monitor portátil, em preto e branco)? Ou será que falo de um serviço de streaming, da tv a cabo ou de aplicativos como o Youtube? Parece-me que palavras como televisualidades (que a Suzana trabalhou e vem trabalhando, o Gustavo também, assim como o Marquioni e que hoje dá nome ao GP) são esforços de tentar ampliar, ou registrar, ou alcançar, essa diversidade do que, hoje, se diz por televisão - tanto do ponto de vista de significado, quanto do ponto de vista de referente.

Menos do que um problema, entendo que essa flutuação é extremamente positiva. É um elemento de riqueza dos

estudos de televisão, pois da diversidade e da complexidade do fenômeno e das diversas formas como a “televisão” se insere no cotidiano. Cada pesquisadora, cada pesquisador tem que buscar as suas respostas possíveis, encontrar os seus caminhos para lidar com a amplitude e a fragmentação dos fenômenos televisuais. Para mim, digo, para as minhas pesquisas, para as minhas indagações, é importante perguntar, por exemplo, para um certo universo específico de pessoas, o que elas entendem por televisão. Da mesma forma que os meus alunos de 5/7 anos atrás entendiam como televisão alguma coisa muito próxima da TV aberta, eu tenho interlocutores, talvez os meus alunos de hoje, que compreendem, por televisão, algo muito mais localizado, provisório, muito mais impreciso; tanto que, às vezes, a pergunta “você assiste televisão?” gera um certo incômodo estimulante. Cada resposta a essa pergunta traz consigo discussões em torno das noções de mídia, de experiência, de linguagem, de dispositivo, entre outras, que são extremamente potentes para os estudos de televisão e das televisualidades. E eu não estou aqui nem descartando nenhuma resposta possível. Acho que todas as respostas são bem-vindas.

Um segundo ponto, articulado a essa multiplicidade instável da “televisão” a gente vê cada vez mais nas dinâmicas de circulação de produtos e no que se pode chamar de “contaminação” de linguagem. É muito comum você ver Youtubers cujos canais trazem características de programas da tv aberta, como o Encontro com Fátima Bernardes, por exemplo. Essa composição heteróclita de produtos, processos e linguagem desafia gestos categorizantes, como os que alimentaram os estudos de televisão no final do século XX. Expressões como paleo e neotevê, hipertv, pós TV são parte desses gestos, assim como os diferentes trabalhos que operaram ou se perguntaram sobre a morte da TV. O que me parece estimulante é que todas as previsões, se podem

parecer insuficientes sob certo olhar, ao mesmo tempo guardam uma grande potência, porque foram diagnósticos muito interessantes em certos momentos. As previsões e categorizações não deram conta da expansão televisiva. A gente vive hoje com uma televisão cada vez mais aberta, cada vez mais fragmentada, que nos desafia conceitualmente.

Na perspectiva historicizante que vem me orientando nos últimos anos, o interessante não é se os vaticínios da morte ou da hipertrofia televisual estavam certos ou errados. A questão não é essa e sim: o que morria ou hipertrofiava-se naquele momento? O que era apontado como o fim? O que então estava no fim? E o que se transformava e apontava para uma outra coisa? Essas questões me parecem mais potentes que determinar certos ou errados. Isso porque o que morria muitas vezes era uma certa imagem da televisão, como sua associação à TV aberta. Às vezes, era uma condição de telespectatorialidade, como diferentes estudos sobre o zapping mostraram.

A riqueza do fenômeno televisivo e televisual esbarra em outros envelhecimentos. As nossas terminologias se tornam anacrônica à medida que o próprio fenômeno vai se transformando, que vai se deslocando e nos fazendo deslocar. A própria ideia de um espectador como sinônimo de receptor, por exemplo, já está um pouco velha, pois já não dá conta das experiências de navegação, consumo, usabilidade, produtores, entre outras, que caracterizam as televisualidades atualmente. Muitas vezes, a gente tem que usar o termo e justificá-lo ou explicá-lo, esclarecendo e delimitando seus sentidos. É preciso, frequentemente, nos nossos trabalhos, reposicionar os termos que são parte da nossa herança de pesquisa e que foram conformados em uma dada conformação dos estudos televisivos, num dado momento histórico. Isso não implica, ou pede, eu não diria que invenção terminológica constante, porque, à medida que o fenômeno televisual se transforma,

se começarmos a criar novos termos teríamos uma miríade de expressões voláteis e, em certa medida, inúteis. Ninguém iria conseguir entender nada e nossos encontros virariam uma conversa de analfabetos ou de linguagens estranhas. Seguramente, novos termos são necessários e bem-vindos, porém, esse gesto de tomar uma palavra ou expressão problematizá-la me parece bastante potente hoje nos estudos de televisão. Não basta pensar e analisar o que é televisão, é necessário também refletir e (re)elaborar uma espécie de arquitetura terminológica associada ao televisivo. Produto, processo, programa, fluxo: esses termos, entre outros, são bastante interessantes, não como dados, não como algo resolvido, mas como caminhos para que possamos abrir, pensar, refletir sobre essa diversidade de experiências televisivas.

Um terceiro ponto, que me é fonte constante de frustração, diz respeito aos acervos televisuais. Gente, com todo respeito, por favor, eu acendo muitas velas para o YouTube, como professor e pesquisador de televisão, pois, se não fosse ele, eu não conseguia acessar alguns programas e produtos de 30, 40 anos atrás. Se não fosse o Youtube, eu não conseguiria ver os comerciais hoje clássicos de cigarros, como os de Marlboro dos anos 70, ou ter acesso a certas cenas do Chacrinha. Tem algo do acervo da antiga TV Tupi na Cinemateca Brasileira - que eu espero que se preserve - com materiais extremamente importantes. A frustração, porém, vem do fato que é muito difícil resgatar uma memória da televisão no Brasil. É muito difícil ter acesso à diversidade das experiências televisuais do presente e do passado (recente ou remoto) e isso mesmo quando temos em mente as grandes cadeias televisivas, como Globo, Tupi, Bandeirantes, Manchete. Quando consideramos a diversidade regional da experiência televisiva do Brasil continental, a ausência de acervos é algo assustador. Se eu quero ter acesso a uma programação, a um programa regional feito por uma TV de qual ou tal estado, isso é muito difícil.

Não há uma (política de) memória audiovisual no Brasil e isso tem impactos muito ruins na pesquisa de televisão, pois quase sempre a gente corre o risco ou se vê obrigado a fazer pesquisa de televisão anacronicamente, como se não houvesse história. E, às vezes, criamos marcos fundacionais muito perigosos.

A televisão sempre foi muito porosa. Tem a ver com rádio, tem a ver com circo, tem a ver com teatro. Ela sempre lidou muito bem com uma diversidade de produtos e de processos, com o jornalismo impresso, com jornalismo de rádio e agora com diferentes produtos de internet. E acompanhar essas transformações, essa diversidade de formas, de apropriações, de experiências atuais e antigas, é decisivo para a gente entender o que está acontecendo hoje e para a gente não cair em armadilhas fáceis. A ausência de acervos, em especial acervos públicos, e de uma política de memória audiovisual no Brasil, me parece que é um elemento efetivo de disputa de controle de narrativa, de controle de saber a televisão, seus processos e suas tensões.

Um dos estudos feitos sobre TV no Brasil que eu admiro fortemente é da Fernanda Maurício da Silva, que pesquisou talk shows e agora trabalha com programas regionais. A partir das pesquisas históricas da Fernanda Maurício, entendemos que a ideia de talk show foi posta no Brasil pelo Jô Soares como uma marca específica e que apaga e desloca programas e figuras como Hebe Camargo e outros programas de caráter mais popular. A marca talk show coloca esses programas, que coexistiram ou que antecederam ao do Jô Soares, num outro ponto, num outro lugar. Agora, o talk show, efetivamente, começa com Jô Soares? Ou o sofá da Hebe Camargo não é talk show desde que nasceu para as câmeras? Ou a Hebe diz de um talk show de uma outra tradição, de um outro lugar, de uma outra dicção? Eu entendo que no momento que a gente não apenas lê sobre, mas vê a imagem de um programa antigo, quando a gente experiencia o som, acompanha a narrativa,

quando vê o movimento do ator na novela antiga dos anos 70, a reportagem do programa de auditório, a gente consegue, inclusive, fazer flutuar certezas ou marcos inaugurais que um marketing televisivo nos apresenta.

Claro que estamos lutando, nesse momento, para preservar o pouco que se conquistou e sonhar com centro de memória audiovisual brasileiro, com o risco de perder a Cinemateca Brasileira, pode soar como delírio. Tomara que não seja, pois isso nos deixa num certo presentismo, numa visada muitas vezes pouco espessa das transformações históricas do fenômeno televisivo. A televisão, na sua curta história, passou e passa por muitas transformações. Televisão é um fenômeno mutante e atentar para essas mudanças me parece fundamental quando a gente pesquisa produtos e processos televisuais.

Esse caráter mutante da televisão nos desafia constantemente e é preciso olhar a televisão nessa sua complexidade. O que me parece extremamente potente - e eu estou pensando também nas minhas orientações, nas minhas pesquisas - é o quanto que há de televisões, de televisualidades, sendo vividas de maneiras muito peculiares e próprias nas diferentes realidades e experiências televisuais. E isso me parece um elemento bastante estimulante; na verdade, bastante poderoso. Eu creio que nenhum dos pontos que eu falei, tirando essa ausência de uma política de memória, são ruins ou entristecedores. Mesmo ausência de uma política de memória, de acervo audiovisual, me parece um lugar de luta e é nesse ponto que eu gostaria de encerrar. A tv é hoje, como vem sendo desde que surgiu, um campo de disputas, perpassado por interesses comerciais, empresariais, políticos, financeiros, estéticos, de agentes diversos. Essas disputas alcançam telespectatorialidades, formas, tecnologias, produtos, processos e também modos de apreender e pensar a televisão. Nesse cenário aberto, tenso e multifacetado, não há como não nos posicionarmos como pesquisadoras e pesquisadores e é

por isso mesmo que pesquisar televisão e televisualidades é necessário, cada vez mais.

Carlos Eduardo Marquioni

Gostaria de agradecer ao Gustavo e ao Francisco pelo convite a participar desta mesa com pesquisadores por quem tenho grande admiração e cuja produção é tão relevante no contexto dos Estudos de Televisão e Televisualidades.

Na minha fala, vou iniciar abordando algumas ações recentes desenvolvidas no âmbito do GP (para isso, utilizo parte da apresentação de livro que organizei junto com Gustavo), e concluir apontando o que entendo como um fator chave no avanço das pesquisas em televisualidades (a saber: a integração de nossas investigações com um entendimento mais sistematizado de software – ou, como prefiro pensar: com a aproximação da Comunicação com aquela que parece constituir uma nova área irmã – a Engenharia de Software); para esta parte final, vou mencionar projeto de iniciação científica que orientei (o então aluno de Análise de Sistemas trabalhava durante o projeto [e ainda trabalha] em uma TV, acho que o caso ajuda a ilustrar essa minha percepção de futuro).

Considero relevante destacar inicialmente que a coordenação do grupo no período 2018-2019 (conduzida por mim e Gustavo) apresentou, em 2018, na reunião dos membros do GP em Joinville/SC, a sugestão de publicação periódica de um livro. Na oportunidade, foi apresentado o procedimento geral para a publicação, além de ser definido o tema do call for papers relativo ao Volume 1: continuidades e rupturas em tempos de múltiplas plataformas. A materialização do volume avançou no encontro do GP de 2019 em Belém/PA (quando foram iniciados contatos com a Editora Cásper Líbero). O volume 1 - que contou com o apoio da Diretoria Científica da INTERCOM – a quem agradeço na pessoa da pesquisadora e

Diretora Científica Nair Prata - deverá ser publicado em breve (eletronicamente) e está organizado em três partes.

(i) Na primeira parte, procurando manter uma memória do grupo, a partir do olhar de seus coordenadores, assim como das reconfigurações no contexto dos estudos de televisão e televisualidades no Brasil, em especial porque 2019 marcou os primeiros 10 anos do GP, os pesquisadores que tiveram mandato entre 2010 e 2017 foram convidados a enviar textos nos quais apresentassem sua percepção do contexto das pesquisas em televisão e televisualidades no Brasil. Entendemos que, em função da espécie de visão panorâmica que os coordenadores do GP acabam desenvolvendo (particularmente, entendo, durante a coordenação) contribuem decisivamente para o estabelecimento de uma memória crítica do grupo que merece ser formalizada e mantida.

(ii) A segunda parte contém artigos de pesquisadores em formação (em nível de mestrado e doutorado) que participaram dos encontros do GP e tiveram artigos escolhidos (em votação realizada pelos participantes presentes) como os melhores apresentados em cada nível de formação em pesquisa. Aqui procuramos, ao convidarmos aqueles pesquisadores em formação a participar do Volume, destacarmos a relevância dos congressos anuais da INTERCOM na formação de investigadores da Comunicação no Brasil (eventualmente, também incentivar o cuidado no desenvolvimento dos artigos e apresentações nas futuras submissões ao GP).

Finalmente, (iii) a terceira parte agrupa os artigos dos pesquisadores que encaminharam trabalhos em resposta ao call for papers e tiveram parecer de publicação favorável. Há aqui, então, um registro dos artigos submetidos que procuram analisar especificamente as continuidades e rupturas nas televisualidades nos tempos de múltiplas plataformas.

O conjunto dessas três partes contribui para traçar um panorama dos estudos de televisão e televisualidades no Brasil no momento quando o GP ingressa em sua segunda década de existência; em função da quantidade de Instituições e regiões de origem dos autores, é apresentada uma visão ampla e (entendo) interessante das investigações em televisualidades no Brasil – reitero, considerando tanto ex-coordenadores quanto pesquisadores e pesquisadores em formação.

Ainda no encontro de Belém/PA, foi proposta e acatada pelos participantes do GP a constituição de uma ação em rede para desenvolvimento de atividades de pesquisa. A ação, intitulada Iniciativa ‘Televisualidades de Ponta a Ponta’, instituiu um coletivo de pesquisadores que estaria continuamente organizado (a partir do grupo de pesquisas) para análises e reflexões acerca das televisualidades (inicialmente) em território nacional, englobando, inclusive, a condução de projetos de pesquisa para investigar temas e/ou eventos de interesse no contexto das televisualidades. O estabelecimento de tais projetos deve se dar procurando abordar temas e/ou ocorrências passíveis de monitoramento em âmbito nacional (por exemplo, investigando o modo como as televisualidades são articuladas quando da realização de um evento esportivo ou político de interesse/cobertura nacional).

A primeira ação da Iniciativa foi intitulada como Projeto ‘Olimpíadas 2020’, e foi definida para monitorar a cobertura das emissoras de TV linear/aberta dos Jogos Olímpicos de Tóquio em 2020. Com o adiamento dos jogos, o projeto (que contou com coletas de dados empíricos ainda em 2020) também foi adiado para 2021. Lamento que o status ainda inicial da constituição da Iniciativa não tenha possibilitado realizar cobertura da Covid-19. Esperamos para o futuro próximo termos capacidade de articulação que permita atuar inclusive em situações de crise.

A estrutura de organização do (renomeado) Projeto

‘Olimpíadas 2020/21’ auxilia a entender as frentes básicas de investigação das pesquisas que costumam ser apresentadas nos encontros do GP. Para entender, menciono a seguir tal organização...

Frente 1 (Televisualidades em Experiência de TV); coordenada por mim, corresponde ao subprojeto no qual são monitorados conteúdos veiculados em experiência de TV pelas emissoras linear/aberta. Como venho defendendo em minha produção recente, a experiência de TV (articulada à noção de experiência que venho tentando desenvolver) constitui o fator de reconhecimento (em caráter processual) da televisão enquanto televisão (para além do aparato, do hardware, do aparelho de TV propriamente dito). Aqui são acompanhados então programas jornalísticos e de entretenimento – assistidos, em fluxo, em qualquer plataforma de distribuição.

Frente 2 (Televisualidades em dissecação: escavações sobre a memória das imagens); coordenado por Gustavo, é subprojeto no qual são monitoradas as imagens televisivas visando sua dissecação. Atua-se aqui na perspectiva da identificação de camadas de memórias (diferentes temporalidades, devires, tendências). Busca-se nesta frente assinalar características técnicas/tecnoculturais, estéticas e de linguagens (montagens, narrativas, sonoridades, entre outras), organizadas em coleções de imagens acessadas via banco de dados.

Frente 3 (Tecnologias e televisualidades: modalidades de entrega “Out TV Set” e conteúdo individualizado); subprojeto coordenado por Francisco, no qual são monitorados conteúdos veiculados pelas emissoras linear/aberta em suas plataformas online e por empresas de streaming. Interessam as entregas de conteúdo por quaisquer sistemas fora da entrega linear. São observadas as estratégias de engajamento da audiência e o uso de Máquinas de Aprendizagem, através

de Inteligência Artificial (Machine Learning/IA), no conteúdo transmitido e/ou na publicidade personalizada diretamente relacionada ao conteúdo transmitido.

Mas porque frentes com estas características/conteúdos (e não outros)?

Para além dos interesses de pesquisa dos responsáveis por cada uma delas, como mencionei, entendo que as três frentes básicas de investigação do primeiro projeto da Iniciativa Televisualidades de Ponta a Ponta constituem uma espécie de mapa das pesquisas tipicamente apresentadas nos encontros do GP. Mas não apenas: complementarmente, arriscaria dizer que elas também estabelecem um indicador de para onde tendem a ser orientadas as investigações ao longo dos próximos anos de existência do grupo. Não quero com isso praticar futurologia: apenas comentar que imagino que as perspectivas de investigação que vem sendo conduzidas (que poderiam ser generalizadas a partir da breve apresentação realizada de cada frente como associadas a modos de ver, análise das produções e integração com tecnologias e recursos da cultura digital) devem continuar, por algum tempo, motivando os debates tanto no âmbito do GP como no contexto da produção prática de televisualidades.

E destaco que, associado a esta minha percepção, como inclusive procurei mencionar em artigo recém-publicado, venho defendendo a necessidade de nos debruçarmos para formular o que constituiriam os Estudos de Software Televisuais. Trata-se de uma espécie de desdobramento dos Estudos de Produção (que abarcaria, entre outros fatores, a relação entre ciclos de vida de desenvolvimento de software e produção de TV). Para justificar tal necessidade (inclusive considerando uma empiria), cito aqui (e encerro minha fala) o caso de um projeto de iniciação científica que orientei em 2018-2019.

Ao selecionar um projeto de iniciação científica (e não de mestrado ou doutorado que oriento no PPG em Comunicação e Linguagens da UTP (onde atuo), procuro destacar meu entendimento de que a percepção que menciono alcança, além das pesquisas *stricto sensu*, também a formação básica (e chega inclusive ao mercado da Comunicação). No caso do projeto de iniciação científica, o aspirante a aprendiz de jovem pesquisador era um aluno do curso de Análise de Sistemas que atuava profissionalmente [e ainda atua] em um canal de TV de vendas de produto [os programas são veiculados em formato vitrine de produtos]; apenas este contexto talvez já possibilite entendimento do porquê defendendo uma aproximação nas investigações entre Comunicação e Software. Mas é possível desenvolvê-lo um pouco.

No projeto, o aluno iniciante em pesquisa desenvolveu análises e reflexões acerca dos requisitos básicos/mínimos a atender e do processo de software a empregar, visando o desenvolvimento de um app de segunda tela a ser utilizado pela audiência do canal de TV. O artigo resultante foi inicialmente apresentado pelo aluno no INTERCOM Júnior em 2019 Belém/PA (no grupo de Comunicação Multimídia, então coordenado por Francisco – atual vice-coordenador de nosso GP). Em 2020, após revisão (considerando as contribuições recebidas no congresso da INTERCOM), o texto está em vias de ser publicado em periódico científico que aceita artigos de graduados.

Complementarmente, fui informado (na última semana), que o app está em desenvolvimento/construção (considerando os requisitos propostos e utilizando o processo debatido na iniciação científica) para ser efetivamente disponibilizado para uso pela audiência do canal (com lançamento previsto para daqui a seis meses). Talvez o mais importante: o aluno tem interesse em avançar com sua trajetória científica, inicialmente em paralelo às atividades na indústria (de software e TV).

O caso parece tanto ilustrar o aspecto inclusivo e de formação dos congressos anuais da INTERCOM (em vários níveis de pesquisa) como também destaca que integrações da Comunicação com a Engenharia de Software são viáveis, em termos práticos, desde pesquisas conduzidas em nível de iniciação científica (abordando investigações desenvolvidas no *stricto sensu* [como era inclusive o caso no projeto que menciono]. Ou seja, era um projeto de iniciação científica, mas que usava, como referência, uma outra pesquisa conduzida no âmbito do *stricto sensu* por mim).

Reitero entender que o caso que uso para ilustrar minha fala possibilita inferir que pesquisas associadas às três frentes mencionadas (abordando, de forma generalizada, os modos de ver, as análises das produções e a integração com tecnologias e recursos da cultura digital – presentes, inclusive, no projeto de iniciação científica) tendem a continuar despertando interesse em vários níveis de investigação (afinal, as televisualidades e as reconfigurações associadas ao contexto das televisualidades são um fato). Daí minha afirmação de que não se trataria de mera futurologia indicar que aquelas três frentes marcam um momento da produção de televisualidades e que também tendem a continuar sendo objeto de análises e reflexões nas apresentações do GP.

Finalmente, (e termino), gostaria de acreditar que a aproximação entre Academia e Mercado que se deu no projeto de IC (a partir da aproximação entre a Comunicação e a Engenharia de Software) passará a alcançar as investigações que todos conduzimos em Televisão e Televisualidades (algo que, particularmente entendo, marcaria um salto qualitativo em nossas pesquisas).

COMUNICAÇÃO PARA A CIDADANIA EM TEMPOS DE COVID-19

CICILIA M. KROHLING PERUZZO, ROZINALDO ANTONIO
MIANI, DENISE TERESINHA DA SILVA, CLÁUDIA REGINA
LAHNI, PATRÍCIA GONÇALVES SALDANHA, PABLO
NABARRETE BASTOS E SUELEN DE AGUIAR SILVA

O Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, completa 20 anos em 2021. O GP teve como base o Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação e Cultura Populares, que, a partir de reativagem realizada pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, tornou-se o Núcleo de Pesquisa (NP) Comunicação para a Cidadania, em 2001, permanecendo com esta característica até a nova reativagem, realizada de 2008 para 2009. Neste período, quando foi criada a Divisão Temática (DT) Comunicação, Espaço e Cidadania, os sócios da INTERCOM nucleados nesta perspectiva de trabalho seguiram as determinações da entidade e transformaram o perfil de Núcleo de Pesquisa (NP) para Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania. O uso da preposição “para” denota a relação de subordinação da Comunicação à Cidadania, como meio indispensável para a sua realização. O que implica contínua tarefa de disputa epistemológica, política, material e simbólica para a construção da equidade de classe,

raça e gênero. A relação entre os termos engloba as múltiplas práticas comunicativas das vertentes comunitária, alternativa e popular. Isso coloca este Grupo de Pesquisa em estratégico lugar de tensionamento entre diferentes perspectivas de pesquisa, luta e militância no campo da Comunicação.

No contexto da pandemia que assolou o país e atinge, segundo dados oficiais, mais de 4 milhões de infectados e de 130 mil mortes pela Covid-19, até os primeiros dias de setembro de 2020, os segmentos da população que mais sofrem estão nas periferias das cidades uma vez mais expostos a condições de vida de maior risco de contágio e piores condições de assistência médica. Contudo, para além dos programas de assistência do poder público, as organizações comunitárias locais também se organizam para enfrentar essa situação. Estas que já estavam mobilizadas para achar alternativas frente aos problemas sociais cotidianos com os quais convivem em bairros, favelas e comunidades em condições de vulnerabilidade social, se deparam com outro inesperado e grande problema, de saúde pública, e se reorganizam para resistir à pandemia. Participar das lives da INTERCOM foi um importante momento de encontro e trabalho em rede, entre pesquisadoras e pesquisadores do GP Comunicação para a Cidadania, colaborando para a construção da Ciência do País. Isso, com destaque nesse ano de 2020, em que tanto se deslegitima a Ciência (infelizmente) da qual tanto se precisa. Essa alegria do encontro nos fortalece, nesse momento de caos que enfrentamos. Os autores deste capítulo buscaram dar conta dos muitos desafios impostos à comunicação para a cidadania em tempos de Covid-19.

Comunicação popular e comunitária na pandemia, a proximidade que salva vidas

As experiências de comunicação para a cidadania são diversas e marcadas pela solidariedade no intuito de prestar serviços de interesse público, assistência operacional como

para obter o auxílio emergencial, e de suprir as famílias mais carentes com alimentos e produtos de higiene, fundamentais na prevenção do contágio por coronavírus. Nesse contexto, somam-se a difusão de informações confiáveis sobre as formas de possível contaminação pelo coronavírus, as orientações sobre a necessidade de isolamento social e os cuidados preventivos, além de como agir em caso de acometimento da enfermidade. Apesar de ampla divulgação desse tipo de mensagem através dos meios de comunicação convencionais, a informação disseminada não chega a todos de forma igualitária, tanto pelo alcance das tecnologias quanto pelos tipos de mídias acessadas e os níveis diferentes de absorção dos conteúdos. Então, a comunicação popular e comunitária também se fez necessária e colocou esses temas na ordem do dia nas áreas periféricas, além, claro, nas demais zonas das cidades e no meio rural. Ao vincular-se às lutas sociais para fazer avançar o respeito aos direitos humanos e o exercício da cidadania, ela revelou uma capacidade ímpar de adaptação às realidades das comunidades, ao alterar rapidamente o foco de seus conteúdos para evidenciar temas da pandemia, como no caso das rádios comunitárias e podcasts. Há rádios comunitárias que, inclusive, cederam espaço na programação para a transmissão de aulas de escolas formais, já que nem todos os estudantes dispunham de acesso à internet de banda larga. Essa adaptação pode ser percebida também quando a comunicação popular e comunitária se empodera de formas, meios, canais e formatos de comunicação conforme às condições locais e as características de cada grupo para e com os quais atua, bem como pela linguagem que incorpora, aquela dos próprios receptores a quem também se destina. Nesse processo emissores e receptores se intercambiam no ato de produção e difusão de conteúdos, o que reforça a já famosa premissa colocada por Mário Kaplún (1985) sobre a reciprocidade da relação emissor-receptor na comunicação

popular. A comunicação popular e comunitária tem assim a capacidade de falar diretamente às comunidades, pois conhece sua realidade e usa a mesma linguagem delas. Nada mais natural a comunicação face a face, a comunicação direta, tornar-se evidente nesse processo. No entanto, além da comunicação dialogal pelo contato pessoal, aos poucos as lideranças foram encontrando saídas para a produção de conteúdos de maior alcance, a exemplo do uso do carro de som, a realização de debates e campanhas nas rádios comunitárias, produção de podcasts, vídeos, campanhas de esclarecimentos e por pedidos de doação etc., divulgados em perfis nas mídias sociais digitais e nos próprios sítios institucionais das associações e em redes de WhatsApp, para difundir informações fidedignas e combater a desinformação disseminada pelas fake news.

Uma das características da comunicação popular e comunitária é fato de estar inserida na realidade dos públicos prioritários, já que se interconecta com as atividades de organizações protagonistas do que fazer comunitário local, e não apenas no momento da pandemia do coronavírus. Desse modo, a proximidade é uma das características expressivas da comunicação popular e comunitária no Brasil. Proximidade de base territorial, mas que também expressa outros territórios simbólicos de caráter cívico, ou seja, de compromisso com o interesse público e com o outro. No bojo dela, se maneja a comunicação dialogal e diferentes especialidades comunicacionais como as relações públicas populares, a publicidade social, o audiovisual e o jornalismo comunitário. Essas expressões comunicacionais se tornaram claras por meio do trabalho comunicativo entrelaçado ao processo de auto-organização comunitária das associações locais desenvolvido com grande capacidade de se reinventar, diante das dificuldades tradicionais, mas que de repente são acrescidas de outras que põem em risco a vida de todos e de cada um/a.

Nessa situação, a solidariedade humana aflora, tanto internamente nos bairros, favelas e comunidades periféricas expressas em iniciativas das próprias organizações comunitárias locais e suas lideranças que auxiliam no combate à desinformação e no suprimento de necessidades básicas de sobrevivência, quanto de agentes externos ao contribuírem com doações e prestação de serviços, entre outros aspectos.

Nesse tempo de Covid-19, a comunicação popular e comunitária assume de forma mais clara sua performance persuasiva, uma vez casada com o fator mobilização e incentivos à mudança de atitudes em relação aos cuidados individuais e a responsabilidade para com o outro, seja através do uso de máscaras, higiene das mãos ou pelo distanciamento social requerido. Mostrou-se interconectada aos argumentos nos contatos pessoais e nas campanhas de relações públicas populares e publicidade social, seja nos debates, negociações por doações, recepção e distribuição de auxílios e assim por diante. Ou seja, a persuasão não necessariamente é invasora de individualidades ou apenas propícia ao consumismo, às vezes ela se faz necessária para contribuir à abertura de novos horizontes em direção ao espírito cívico, em benefício da sociedade, pela vida e ampliação da conquista dos direitos de cidadania.

A pandemia como uma expressão das contradições da ordem capitalista e a comunicação popular e comunitária como ofensiva contra-hegemônica

Esta seção foi organizada em três momentos: apresentação de breves apontamentos sobre a realidade da pandemia, em especial no Brasil; reflexão sobre os desafios da conjuntura política decorrentes da pandemia; discussão sobre o papel e os compromissos da comunicação popular e comunitária nesse contexto. Antes de mais nada, importante destacar nosso profundo respeito, admiração e solidariedade

a todas as comunicadoras e todos os comunicadores populares que têm atuado nas frentes de ação e de luta contra a pandemia provocada pelo novo coronavírus em todos os cantos deste país. Cada ação, cada militante ou ativista dessas práticas e, por outro lado, cada pessoa atendida por estas ações compõem uma base social que expõem as bases mais perversas de um projeto societário injusto e desumano que responde pelo nome de “capitalismo”.

Não podemos negligenciar a realidade nua e crua das consequências perversas da atual pandemia. A cada novo dia, a cada semana, a cada mês, os números de contaminações e de mortes aumentam progressivamente tornando inviável, inclusive, a apresentação de números (para se ter uma ideia, no início de julho/2020 o número de mortes havia ultrapassado 60 mil e havia quase 1,5 milhão de brasileiros contaminados; no início de setembro/2020 o número de mortos já tinha mais do que dobrado com mais de 121 mil mortes e chegávamos perto de 4 milhões de casos de Covid-19; quem sabe quantos milhares de pessoas terão morrido ou se contaminado quando o leitor tiver contato com este texto!). E, mais! É preciso considerar que os “números oficiais” não expressam a realidade concreta da pandemia no Brasil, pois além do “caos numérico” resultante das intervenções do governo Bolsonaro na definição da metodologia para a produção dos dados oficiais, ainda há, no Brasil, uma “lógica” de subnotificação, principalmente, pela falta de uma política de testagem.

Não bastasse isso, é necessário reconhecer que há muito de ineditismo nessa pandemia - principalmente, a gravidade e a letalidade da doença e a dimensão e seriedade dos impactos sociais produzidos - e que ainda há muito a ser conhecido e compreendido sobre a Covid-19 como um fenômeno mundial. No entanto, também é necessário reconhecer que os impactos da pandemia têm se revelado diferentes quando considerados os países e grupos sociais mais pobres. Ou seja, a pandemia

intensificou as desigualdades na ordem capitalista, na medida em que expôs a “divisão de classes na saúde” (DAVIS, 2020, p.9). Nas palavras da professora Antônia Rozimar Machado e Rocha, “a atual pandemia expôs as chagas abertas de uma sociedade marcada por uma aguda divisão de classes e de extrema desigualdade social, revelando a face cruel da negação ao direito à saúde e à vida” (ROCHA, 2020).

No Brasil, toda essa realidade é particularmente agravada, pois estamos sob a vigência de um governo com viés autoritário e que reativou com intensidade o modelo neoliberal para as áreas sociais e econômicas. Como uma das consequências que afeta diretamente a realidade imposta pela pandemia, vivemos um período de desinvestimento na saúde, marcado pela maximização dos lucros da rede privada de saúde e pela austeridade e privatização do setor público com reduções nos orçamentos estaduais e federal destinados a esse setor. Isso sem contar com os impasses e conflitos no interior do próprio governo, que levou o país a ter que conviver temporariamente com a ausência de um ministro da saúde efetivo, que impingiu à sociedade um suposto conflito de interesses entre as áreas da saúde e da economia e que explicitou a posição irresponsável do presidente em relação ao comportamento público diante da pandemia e da própria doença (da qual o próprio Jair Bolsonaro acabou sendo acometido).

Enfim, para produzir uma compreensão da conjuntura política e geopolítica em tempos de pandemia e de seus efeitos na ordem mundial capitalista, bem como suas reverberações nas realidades nacionais, consideramos necessário assumir as seguintes premissas: 1 - a pandemia não é uma mera fatalidade, mas resultado da irresponsabilidade de um modelo econômico destrutivo da natureza (capitalismo) levado a cabo por uma classe social (burguesia) que privilegia a lógica do lucro em detrimento dos valores da humanização; portanto, trata-se de uma “pandemia de classe”; 2 - os países neoliberais, e neles os

segmentos das classes mais pobres, foram os que mais sofreram as consequências nocivas da pandemia (em termos de exposição ao vírus, de adoecimento, de falta de assistência e até mesmo como vítimas de violências - como se pode acompanhar nos noticiários as ações repressivas das forças militares contra as revoltas e levantes populares ocorridos entre abril e maio no Equador e no Chile) e que, certamente, serão ainda mais penalizados pelas consequências futuras, mesmo quando a pandemia já estiver controlada.

Apesar de se tratar de um fenômeno recente, já há uma produção intelectual bastante vasta tratando dos mais diversos aspectos da pandemia na qual, certamente, se poderá encontrar boas indicações para leitura. Porém, destacamos duas obras que oferecem análises orientadas por uma perspectiva crítica e que são bastante assertivas para compreender esse fenômeno. Tratam-se das obras “Coronavírus e a luta de classes”, com artigos de vários autores consagrados, e “La pandemia y el sistema-mundo”, texto de Ignacio Ramonet. Dentre essas contribuições, destacamos a seguinte síntese apresentada por David Harvey (2020, p.18): “Covid-19 é a vingança da natureza por mais de quarenta anos de maus-tratos grosseiros e abusivos da natureza sob a tutela de um extrativismo neoliberal violento e desregulado”.

Pois bem, diante do reconhecimento de que essa pandemia é, indiscutivelmente, uma expressão das contradições da ordem capitalista, é preciso impulsionar a comunicação popular e comunitária como uma contundente ofensiva contra-hegemônica. É preciso, por meio de práticas e experiências comunicativas que defendam ou apresentem perspectivas classistas de compreensão da pandemia, bem como de processos comunicacionais que ressaltem os valores da cidadania, denunciar as mazelas sociais e políticas por ela causadas, combinando com as críticas ao sistema capitalista e às elites que estão usando a pandemia, de maneira oportunista,

dentre outras intencionalidades, como “um laboratório de engenharia social” e para estimular a “militarização das sociedades” (ZIBECHI, 2020, p.33).

Ou seja, por mais que reconheçamos a necessidade de produzir uma vacina para sairmos dessa situação e para que possamos retomar nossas interações mais básicas com pessoas e objetos ao nosso redor - incluindo o nosso próprio corpo - não podemos, de forma nenhuma, considerar a luta contra o coronavírus como uma tarefa apenas “laboratorial”; devemos assumir essa luta como um movimento propositivo de combate à pandemia associado à luta anticapitalista. Essa luta precisa produzir uma mudança radical da situação e da lógica sistêmica baseada em um capitalismo que esmaga e que tortura a natureza para atender aos interesses das burguesias internacionais e que intensifica as opressões, criminalizações, exclusões de toda ordem contra a situação de classe, de raça e de gênero.

É dessa convicção que a comunicação popular e comunitária manifesta seus compromissos de luta contra a pandemia, contra o governo Bolsonaro e contra a ordem capitalista, assim formulados: 1 - ser instrumento de mobilização e de divulgação das ações de solidariedade humana e de conscientização política no combate às causas e aos efeitos da pandemia; 2 - disseminar informações críveis e mobilizadoras de reflexões críticas (cumprindo seu papel formativo e educativo) que estimulem o pensamento crítico sobre toda essa realidade; 3 - intensificar as práticas comunicativas de natureza participativa/colaborativa com enfoque para orientações de comportamento individual e social e para a conscientização política; 4 - romper a alienação que se impõe ao ser humano em sua relação com a natureza conduzindo às condições de emancipação humana; 5 - contribuir com o movimento sociopolítico de luta contra a ordem capitalista em suas múltiplas expressões e que se

materializa, na realidade imediata, na mobilização política pelo “Fora Bolsonaro”, que ganha força na atualidade.

Por uma outra normalidade! Afinal, foi a “normalidade” capitalista que nos trouxe a pandemia.

Contra-cidadania em tempos de Covid-19: o caso das influenciadoras digitais

Todos sabemos que restringir a livre circulação de ideias ou proibir a liberdade de expressão são atitudes de regimes totalitários, de tirania social, para usar o termo de John Stuart Mill (1859). Com o avanço da internet, é sabido que a chamada liberdade de expressão é uma das mais comentadas ao se questionar sobre uma determinada opinião. Nós temos direito de nos expressar, não há dúvidas, todavia, muitas pessoas esquecem que os direitos fundamentais não são absolutos, pois estão atrelados a deveres. Mesmo defendendo essa liberdade quase irrestrita, Mill (1859) limitava as atitudes que causassem mal a terceiros. Neste caso, como lidar com os deveres que acompanham esta simples atitude de demonstrar um pensamento pessoal sobre algo ou sobre alguém para um número muitas vezes incontrolável de pessoas? Entramos em um dilema ético ao ponderar sobre a afirmação de Berlin (1981, p. 137) de que a liberdade do tubarão significa a morte para as sardinhas.

Este é o grande ponto que podemos refletir nas atitudes de algumas influenciadoras digitais nesta época de pandemia, afinal, como indaga Berlin, “como uma sociedade que louva as virtudes da liberdade, da individualidade, da variedade e da tolerância se sustenta quando tais virtudes, levadas ao extremo, ameaçam subverter aquela mesma sociedade liberal e, com isso, as próprias virtudes?” (BERLIN, 1981, p. 137). Para isso, usamos quatro pontos de vista sobre o Covid-19 das influenciadoras digitais Gabriela Pugliesi, Victoria Bachlet, Lisa Paulino e Ava Louise. A importância de trazer para o

debate estas figuras públicas da internet é o impacto de suas opiniões sobre um número muito grande de pessoas. Uma influenciadora digital é a pessoa que tem um perfil em redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter, YouTube, Tik Tok) e costuma exercer muita “influência” sobre quem a segue. Normalmente, estabelece credibilidade em um certo nicho de mercado, dita tendências, divulga produtos, modifica opiniões e hábitos visibilizando seu estilo de vida. Elas têm pessoas que seguem os seus perfis nas redes sociais que são chamadas de seguidores. Essa “influência” também gera ganhos financeiros quando consegue se encaixar aos valores de uma marca, pois pode potencializar o sucesso dessa marca através da mídia social em que atuam.

Como aqui estamos falando de um viés contrário à prática cidadã de solidariedade, sororidade, empatia e alteridade que muitas pessoas e movimentos interligados por ideias comuns disseminaram (e continuam) durante este período de pandemia, as opiniões a seguir incentivaram a irresponsabilidade, o egoísmo, a repulsa e a insensibilidade perante os acontecimentos resultados da disseminação do coronavírus na vida das pessoas, como de angústia, de sofrimento, de luta e de luto.

Gabriela Pugliesi contraiu o coronavírus na festa de casamento de sua irmã. Pouco tempo depois, realizou uma festa em seu apartamento desrespeitando as regras de confinamento e publicou as fotos no seu perfil do Instagram dizendo “Foda-se a vida”. Ela é ligada ao mundo fitness com seu discurso sobre vida saudável. Victoria Bachlet promoveu uma festa e foi infectada pelo vírus junto com o grupo que não respeitou o isolamento social. Estava entediada e resolveu fazer a festa, escreveu no seu Instagram. No TikTok publicou um vídeo dentro de um carro com outras amigas fazendo o teste da Covid-19 e, como o resultado foi positivo, foi para o isolamento com suas amigas e transmitia seus sintomas pelas

redes sociais. Lisa Paulino publicou no seu Instagram a sua ida a uma festa e, com a repercussão negativa, questionou o número de contaminados pelo coronavírus, dizendo que não conhece ninguém que tenha Covid-19. Mesmo com as críticas de seguidores, disse que com a sua polêmica se tornaria conhecida nacionalmente e aumentaria o número de seguidores. Também disse que por ser linda, ruiva e ter olhos claros ficaria famosa. Ava Louise resolveu fazer um experimento social. Publicou no TikTok um vídeo de dentro de um avião no qual lambe o assento de uma privada para o “desafio coronavírus”. Ao ser questionada disse não ter se contaminado e que não colocou ninguém em risco.

São apenas alguns exemplos de pessoas que usam a internet para divulgar seu estilo de vida e não percebem o quanto podem afetar negativamente a vida de outras pessoas. São jovens que, como disse uma delas, vivem numa bolha e não conseguem ter empatia com o sofrimento alheio, seja incentivando atitudes que coloquem em risco a saúde pública, seja questionando dados oficiais e um número cada vez mais numeroso de pessoas contaminadas pelo Covid-19, seja usando de escárnio para a situação de apreensão com a pandemia, seja pela insensibilidade com a dor da perda de entes queridos. Isso lembra o que Berlin afirma de que as ações não são completamente privadas, “que nunca venham a obstruir as vidas dos outros de uma forma ou de outra” (BERLIN, 1981, p. 137), da mesma forma que Santos esclarece que “a concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque chega eliminado toda a forma de compaixão” (SANTOS, 2003, p. 46), pois tudo funciona consoante as regras do mercado.

Algumas dessas influenciadoras perderam seguidores e patrocinadores como Gabriela Pugliesi e Lisa Paulino. Depois disso, pediram desculpas e apagaram seus perfis. Agora, meses depois, tentam recuperar a imagem desgastada pela impetuosidade de suas opiniões desprovidas de razoabilidade.

Talvez, por Victoria Bachlet ter conseguido reverter a situação ao imediatamente reconhecer que agiu de forma equivocada, não teve muitos problemas como Gabriela e Lisa.

Estamos diante de um novo “encantamento do mundo”, no qual do discurso e a retórica são o princípio e o fim. Esse imperativo e essa onipresença da informação são insidiosos, já que a informação atual tem dois rostos, um pelo qual ela busca instruir, e um outro, pelo qual ela busca convencer. Este é o trabalho da publicidade. Se a informação tem, hoje, essas duas caras, a cara do convencer se torna muito mais presente, na medida em que a publicidade se transformou em algo que antecipa a produção. Brigando pela sobrevivência e hegemonia, em função da competitividade, as empresas não podem existir sem publicidade, que se tornou o nervo do comércio (SANTOS, 2003, p. 40).

Pensando nisso, talvez o autor tenha afirmado que “em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário” (SANTOS, 2011, p. 88). O capitalismo modificou as relações de cidadania. Hoje são disputas por espaços sociais. Como foi o caso de Ava Louise com o seu experimento social, que, vale sublinhar, teve um grande número de visualizações do seu vídeo, o que é um ponto positivo para quem investe em aumentar o número de seguidores e algo a se pensar sobre as pessoas que o visualizaram e comentaram positivamente a atitude desta influenciadora.

A glorificação do consumo se acompanha da diminuição gradativa de outras sensibilidades, como a noção de individualidade que, aliás, constitui um dos alicerces da cidadania. Enquanto constrói e alimenta um individualismo feroz e sem fronteiras, o consumo contribui ao aniquilamento da personalidade, sem a qual o homem [ser humano] não se reconhece como distinto, a partir da igualdade entre todos (SANTOS, 2011, p. 111).

O que poderia ser um bom motivo para essas influenciadoras digitais saírem de seu tedioso mundo sem festas é aproveitar seu espaço virtual com seu grande público e transformar questões sociais, políticas e culturais em uma bandeira, de forma criativa e em uma linguagem mais juvenil. Sairíamos do discurso muitas vezes enfadonho de teóricos (como dizem) e dariam uma outra linguagem para as angústias de outras pessoas jovens que se encontram na mesma situação, sem “mimimi”, mas muito “mara”, como o caso de violência contra a mulher que aumentou consideravelmente com esta necessidade de isolamento social. Entretanto, o individualismo se impõe, pois “nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares.”, como alerta Milton Santos (2003, p. 39), uma vez que “o que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde” (2003, p.40). A pandemia gerou um momento único na vida das pessoas, visto antes somente em filme de ficção, como um efeito borboleta. A maioria de nós está vivendo com medo e perplexidade diante dos fatos que estão marcando a vida de toda a humanidade, pois ainda não há uma vacina segura ou medicamentos eficientes e comprovados cientificamente. Um cataclismo cósmico, que talvez o meio ambiente, com essa parada mundial, seja o único beneficiado de alguma forma.

Lésbicas Feministas na Comunicação para a Cidadania

Vivemos, no Brasil, o enfrentamento da Covid-19 com um governo que insiste em retirar direitos – como os trabalhistas, de previdência social e outros – e insiste em negar a doença, o que torna o enfrentamento ainda mais difícil. A morte, a doença e as dificuldades, sabemos, atingem especialmente as pessoas menos favorecidas, pobres, negras, mulheres, LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis,

transgêneros), minorias sociais agora ainda mais vulneráveis. Na mensagem semanal da revista AzMina, de 08 de maio de 2020, Helena Bertho, diretora de redação da publicação, apontou que, com a Covid-19, “hoje estamos todos presos, de certa forma, em nossas casas, devido à pandemia. Uma das muitas consequências que temos visto disso é o aumento da violência doméstica” (BERTHO, 2020). Na semana seguinte, ao comentar sobre direitos reprodutivos, Helena BERTHO salienta que “a pandemia coloca em evidência como os direitos das mulheres são violados no Brasil”. Marielle Ramires (2020), colunista da Mídia Ninja, em 31 de agosto de 2020, lembra que “convivemos” com o feminicídio – o Brasil é o quinto país do mundo com maior número de assassinatos de mulheres; os números sobre estupro apontam que a cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil, sendo 53% dos casos meninas até 13 anos. Vivemos no país que mais mata a população LGBT.

Em 1º de junho de 2020, a Contee (Confederação Nacional de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino) publicou uma reportagem intitulada “Por que as mulheres sofrem mais nas pandemias?” (Medeiros, 2020), em que lembra a dupla jornada de trabalho e outras formas de violência sofridas pelas mulheres. No mesmo mês, o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) apontou que, “sem serem aceitas em suas famílias, pessoas LGBTs vivem espécie de ‘quarentena dentro da quarentena’, o que acentua quadros de sofrimento psicológico”, além dos problemas com o desemprego e violência física que aumentaram (Coletivo LGBT MTST, 2020).

Mas nós somos da luta, da resistência, da esperança. Nesse sentido, também neste período, temos notado o fortalecimento de experiências de comunicação para a cidadania, a partir de grupos do movimento social popular. Não obstante as dificuldades de acesso e outras – relativas à questão financeira –, é de se notar um aumento do uso das novas tecnologias, potencializando a comunicação alternativa, a comunicação

comunitária e o exercício do direito à comunicação, por parte de minorias sociais. Exemplo disso é o trabalho da equipe da revista AzMina, aqui já citado. A publicação é uma revista digital, distribuída por site, Facebook, email, twitter. No Facebook (<https://www.facebook.com/revistaazmina/>), encontramos a seguinte definição: “Tecnologia e informação contra o machismo. AzMina é um instituto sem fins lucrativos que combate os diversos tipos de violência que atingem mulheres brasileiras”. Em mensagem por email, no dia 11 de fevereiro de 2020, Helena Bertho, diretora de redação da revista AzMina, contou que trabalham com uma equipe de quatro mulheres – além de colaboradoras, há quatro anos – e, em 2020, foram indicadas a dois prêmios do Troféu Mulher Imprensa: a diretora executiva Carolina Oms foi indicada à premiação como jornalista empreendedora, tendo recebido o prêmio, e o PenhaS – app para apoio a mulheres em situação de violência – foi indicado como “melhor projeto, canal ou programa com temática feminina”, tendo ficado em segundo lugar na premiação. Já na pandemia, AzMina começou um projeto chamado Elas no Congresso, que cobre e cobra ações no Congresso Nacional relativas aos direitos das mulheres.

Em março de 2020, AzMina participou de evento com o Flores Raras – representado pela professora Daniela Auad – no Nós Tantas Outras, encontro bienal internacional, promovido pelo Sesc-SP, com palestras e debates que reúnem pesquisadoras e atuantes nos movimentos de defesa dos direitos das mulheres. Mulheres de grupos e locais diversos do Brasil, presentes ao evento como palestrantes e debatedoras, ampliaram sua articulação, inclusive a partir de grupo de WhatsApp em que divulgam suas ações, especialmente na Internet, após o início da pandemia.

O Flores Raras fortalece essas iniciativas, sendo parte do movimento feminista e visibilizando lesbianidades, com ações de ensino, pesquisa e extensão. Como apresentamos

em outra publicação (LAHNI; AUAD, 2019), entre outras teóricas, trabalhamos com base nas ideias de Adrienne Rich, sobre o feminismo lésbico, e com base nas ideias de Maria Cristina Mata. A teórica argentina Maria Cristina Mata cunhou o conceito de Cidadania Comunicativa, a qual diz respeito à necessidade do exercício do direito à comunicação para a cidadania efetiva, na sociedade atual. Ela salienta a importância da comunicação, em especial, para aquelas/es que são silenciados/as, na América Latina, as/os quais, “muitas vezes, são silenciados por confrontarem o sistema hegemônico, pensarem de maneira distinta ou adotarem modos de vida que não são reconhecidos como legítimos pelo sistema dominante” (MATA, 2010). A autora destaca como fundamental a existência da comunicação a partir de grupos minoritários, do movimento social popular, e defende a adoção de leis e políticas públicas para o acesso à comunicação democrática. Já a professora e escritora estadunidense Adrienne Rich aponta que:

A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida. É também um ataque direto e indireto ao ‘direito’ masculino de ter acesso às mulheres. Mas é muito mais do que isso, de fato, embora possamos começar a percebê-la como uma forma de exprimir uma recusa ao patriarcado, um ato de resistência (RICH, 2010, 36).

Nessas bases, o Flores Raras desenvolve seu trabalho de ação e reflexão, ensino, pesquisa e extensão. Nessa direção, no período de pandemia, primeiramente trabalhamos ensino com as orientações de diversos níveis continuadas e colaborando para o diálogo quanto ao direito à educação de qualidade, com conhecimento de excelência e respeito a todas as pessoas, em especial neste momento. Além de manter esse trabalho, também assumimos o ensino remoto emergencial, não sem realizar as devidas críticas e questionamentos sobre as desigualdades

que o denominado ERE representa. As pesquisas do grupo continuam com suas temáticas sobre as mulheres na Educação e na Comunicação, sendo construídas junto aos dois outros pilares da Universidade – ensino e extensão. Colaboramos para a ocupação lésbica feminista na Internet, assim como já fazíamos em todos os espaços, com a publicação de artigos acadêmicos, sugestões de livros e filmes, no site do grupo: ufjf.br/educacomunicafeminismos. Este espaço virtual pode ser facilmente encontrado ao se buscar “flores raras grupo de pesquisa”. Destacamos ainda o Nuvem Sapatão – Biblioteca Online sobre Lesbianidades, Feminismos e Gênero, que está no Instagram e como blog (nuvemsapatao.blogspot.com/). O Nuvem Sapatão representa iniciativa das doutorandas Camila Roseno e Sabrina Lopes e da mestrandu Luísa Bitencourt, com grande repercussão e mais de cinco mil seguidoras/es em apenas um ano.

O Flores Raras participou periodicamente de lives, em especial em maio – contra a LGBTfobia –, em junho – mês do Orgulho LGBT – e em agosto – mês da Visibilidade Lésbica. Assim, em 13 de maio, Camila Roseno, do Flores Raras, participou de live sobre Democracia e Representatividade, com Mônica Benício, Luana Rodrigues e Eduardo Rocha, no #Papo de Periferia, no Instagram. Em 23 de junho, a professora Daniela Auad e eu (Cláudia Lahni) participamos de live do Diretório Acadêmico Wladimir Herzog da Faculdade de Comunicação da UFJF, no Instagram, sobre o Mês do Orgulho LGBT. Em 21 de agosto, com Júlia Oliveira, Carolina Maia e Cris Cavaleira, participei de live sobre História da Imprensa Lésbica no Brasil, organizada pelo Museu da Diversidade Sexual, de São Paulo. Em 28 de agosto, Luísa Bitencourt e Camila Roseno falaram sobre o Nuvem Sapatão, em live com Paula Curi e Sheila Costa, da Revista Alternativa L. No dia 3 de setembro, a professora Daniela Auad esteve com Luana Hansen, na live ConVersa Vida Acadêmica. Nesses e outros

encontros falamos sobre o Cine Sapatão, Projeto de Extensão do Flores Raras, idealizado em 2016 e realizado entre 2017 e 2018, que vemos florescer em outros lugares, com iniciativas próximas em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Nas lives, também falamos sobre as pesquisas militantes que devolvemos e, ainda, sobre a militância referenciada em pesquisas que agregamos. Dessa forma, com nosso trabalho de ensino, pesquisa e extensão, colaboramos com a Educação para Democracia, com a Comunicação para a Cidadania e para seus desdobramentos, por uma sociedade justa e igualitária sempre.

Projeto de Publicidade Social do Laccops contra Covid-19

O princípio estruturante do conceito de Publicidade Social pesquisado e desenvolvido pelo Laccops baseia-se no sentido originário do próprio fundamento da Publicidade: “tornar algo público”. Vale destacar que há perspectivas epistemológicas divergentes em relação ao entendimento sobre o assunto. Por um lado, há correntes que perscrutam o viés social da comunicação publicitária alinhando-se aos preceitos do Marketing Social, ou seja, reverberando temáticas sociais em suas produções, como é o caso das conceituações desenvolvidas e sustentadas nas iniciativas realizadas nos Estados Unidos e na Espanha. Geralmente, seus criadores têm pouca ou nenhuma proximidade com a causa divulgada, pois o interesse prioritário das veiculações é valorizar positivamente a reputação da marca institucional do cliente anunciante. Por outro lado, diversos pesquisadores engajados, na acepção crítica e reflexiva do termo (BASTOS, 2020), com as causas dos movimentos sociais e dos direitos humanos passaram a se interessar em compreender como a interface – de técnicas publicitárias com as práticas cidadãos – contribuiu para reconfigurar a comunicação publicitária, que também passou a ser compreendida pela ótica contra-hegemônica, na perspectiva original de Raymond Williams

(1979). Para o autor galês, a hegemonia como processo, com estruturas internas complexas, precisa ser continuamente renovada e recriada. Ainda conforme Williams, a hegemonia sofre resistência continuada, é desafiada por pressões que não são as suas, por isso a necessidade de acrescentar os conceitos de contra-hegemonia e hegemonia alternativa. Foi o avanço desse viés da Publicidade Social que, há mais de uma década atrás, impulsionou um grupo de professores e estudantes da Universidade Federal Fluminense a desenvolver projetos que culminaram num grupo estruturado que se oficializou como grupo de pesquisa certificado pelo CNPq desde 2014: o Laccops. Para nós, a publicidade social não é um tipo de contra-publicidade, mas uma possibilidade metodológica para promoção de transformações concretas do/no espaço social. A proposta de Publicidade Social trabalhada pelo Laccops possibilitou sistematizar um mapa com tipificações conceituais que permitiu desenvolver, testar e inovar metodologias eficazes para implementação de projetos com propostas de soluções ligadas a situações factuais do cotidiano.

Se na hegemonia gramsciana, o subalterno toma pra si a causa do dominador como se fosse sua, aqui acontece o contrário: envolve-se o cidadão comum na resolução de um problema que, aparentemente não lhe pertence, como se fosse seu. Esse tipo de publicidade usa as tecnologias digitais para reverberar reivindicações internas [das comunidades] e sensibilizar os membros da Sociedade Civil para a causa divulgada (SALDANHA, 2019).

O rápido alastramento da Covid-19 que trouxe consequências trágicas para o planeta, nos mobilizou para que pensássemos, em tempo recorde, em proposições rápidas baseadas nas práticas da publicidade social. O objetivo seria contribuir com a amenização do quadro de sofrimento

gerado pelos rearranjos que o dia a dia nos obrigou a fazer. O isolamento foi principalmente para socialmente privilegiados, revelando que o alvo principal do coronavírus tem classe e raça definidos, diferentemente do que faz crer o senso comum. Além disso, as produções discursivas da grande mídia sobre o distanciamento social estiveram distanciadas da realidade da maioria da população pobre, que sofre de maneira desigual com o avanço da mortalidade e o aumento do desemprego. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – contínua (PNAD-contínua), do IBGE, atualmente temos uma média de 12,8 milhões de desempregados e os trabalhadores informais foram os mais atingidos. De acordo com a analista de pesquisa Adriana Beringuy, “menos de 50% das pessoas em idade de trabalhar estão ocupadas” (2020).

Assim, toda a equipe do Laccops seguiu na aposta que gerou o slogan aplicado em todas as peças e ações “LACCOPS, fortalecendo vínculos para superar o isolamento” para pensar no novo panorama e consolidar as resoluções num projeto direcionado contra a Covid-19, vinculando-o ao projeto do grupo recentemente contemplado pela FAPERJ, como grupo emergente. Decidimos então consolidar as ações direcionadas aos tempos de pandemia desenvolvidas por todos da equipe e, nessa fase, tanto o apoio institucional da UFF, como do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC-UFF), foram essenciais para que nos reuníssemos periodicamente em salas virtuais para desenvolvermos estratégias de comunicação comunitária e publicidade social e pensássemos em metodologias viáveis. Ao longo do avanço da Covid-19, muitas ações foram desenvolvidas em diálogo com movimentos sociais e agentes locais nas metodologias que pudessem assegurar a realização.

Uma das primeiras ações realizadas foi o vídeo que identificou a atenção necessária a idosos que estão em situação de vulnerabilidade, criado pelo professor Guilherme Lima

e narrado pelo professor João Batista Abreu. O vídeo está disponível nas nossas redes sociais e em nosso canal no Youtube . A segunda produção audiovisual da parceria dos professores Guilherme Lima e, Pablo Nabarrete Bastos, que compôs o slam e fez a narração, reflete sobre Cidadania em tempos de Covid-19. Na mesma linha, a edição temática do Blog sobre Comunicação Cidadã no Covid-19, coordenada pela Prof^a Tatiane Mendes, contou com artigos dos professores sobre produção audiovisual, direção de arte, fotografia, cinema, educação e memória, repensando a potência da Publicidade Social para transformação. Sob a mesma coordenação e contribuição dos alunos de graduação e de pós do LACCOPS, iniciamos o projeto boletim Covid-19, com periodicidade semanal, reunindo ações solidárias, culturais, plataformas de conhecimento e informações científicas. Paralelamente, foram pensadas ações para fortalecer a comunicação em tempos de pandemia, a exemplo da série de cards “Máscaras” criada para o Instagram, com objetivo de informar trabalhadores sobre seus direitos em relação ao uso de máscaras. Outra ação marcante foi desenvolvida em parceria com os coletivos Favela Cineclube e Viaduto Literário, que resultou na elaboração de um zine e de cartazes informativos sobre como se prevenir do avanço do coronavírus no Morro da Providência com a participação ativa da equipe de comunicação digital, coordenada pela Prof^a Tatiane Mendes, destacando Lorena Rui, mestrande pelo PPGMC-UFF na revisão textual e Letycia Nascimento, membro do LACCOPS e mestre também pelo PPGMC-UFF, na direção de arte. A partir da proposta original do zine, a partir de iniciativa do Prof. Pablo Nabarrete, criamos versão em parceria com o Setor de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com adaptações na linguagem para a utilização em oficinas de formação do Movimento . As ações com os coletivos do Morro da Providência inspiraram o fortalecimento do

projeto institucional do Laccops com a estruturação de uma campanha de Publicidade Social Afirmativa, cuja proposta central é desenvolvermos ações adaptáveis às demandas e necessidades de cada localidade, com destaque às favelas cariocas. O projeto coordenado pela Prof^a Patrícia Saldanha (co-autora de redação) foi pensado em 2 etapas: na primeira, começamos com o projeto piloto desenvolvido no Jacarezinho e em Manguinhos, por sugestão da discente Diana Anastácia, mestranda do PPCULT, co-autora da redação da campanha e pela adaptação da linguagem das peças. A Direção de Arte ficou por conta da Prof^a Andréa Hecksher e Ana Carolina Esteves ficou responsável pela ilustração. Já a estratégia digital foi elaborada por Carolina Saldanha. Ao analisarmos os primeiros impactos da campanha, decidimos reelaborar sua continuidade testando novos métodos de frequência digital para maior alcance. O objetivo da segunda fase da campanha é gerarmos produção científica com publicação de artigos relacionados à Publicidade Social enquanto metodologia de transformação social, além de enriquecermos o projeto LACCOPS contra Covid-19 com produções audiovisuais (Coord. Guilherme Lima) e de consolidação do acervo ligado à memória do Grupo de Pesquisa (Coord. Rômulo Normand). Atualmente, seguimos com o fortalecimento de nossos canais de comunicação e planejamento de atividades para a segunda etapa da campanha, firmes na missão de estreitar laços, afetos e experiências entre universidade, sociedade e pessoas. “LACCOPS, fortalecendo vínculos para superar o isolamento”.

Considerações finais

Enquanto modelo social, o capitalismo não tem futuro. Esta afirmação é de Boaventura Sousa Santos em obra recente “A Cruel Pedagogia do Vírus”. Como é sabido, a versão mais cruel e vigente do capitalismo está alicerçada no neoliberalismo dominado pelo capital financeiro global.

Para Sousa Santos (2020) esta versão do capitalismo sujeitou todas as áreas sociais, sobretudo, saúde, educação e segurança social ao modelo de negócio do capital. Este modelo neoliberalista deixa a margem qualquer lógica de serviço público, e assim vilipendia os princípios de cidadania, os quais, privilegiamos em nossas ações comunitaristas e de enfrentamento nas lutas sociais.

Vimos no decorrer do texto relatos e experiências que apontam que os segmentos da população que mais sofrem estão nas periferias das cidades. Diversos grupos minoritários, movimentos sociais populares, grupos de pesquisas de universidades públicas que antes, já estavam mobilizadas para achar alternativas frente aos problemas sociais cotidianos, se deparam com outro inesperado e grande problema, de saúde pública, - o coronavírus - e se reorganizam para resistir e reexistir à pandemia.

Por um lado, estamos orgulhosos porque o nosso Grupo de Pesquisa está prestes a comemorar 20 anos de atuação, por privilegiar as experiências de comunicação para a cidadania, e claro, por contribuir com os avanços da Ciência do País. Por outro lado, seguimos consternados, enlutados por aqueles e aquelas que sofrem pela perda de um ente querido. Ainda assim, não vamos nos calar e seguiremos na luta por um país mais justo, igualitário e que a cidadania seja de fato para todas e todos.

Referências

BASTOS, P. N. Dialética do engajamento: uma contribuição crítica ao conceito. *MATRIZES*, v. 14, n. 1, p. 193-220, 7 maio 2020a.

BERINGUY, A. 2020. Destaques da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. Disponível em: <bit.ly/3ljr4t9>. Acessado em 19/08/2020>.

BERLIN, Isaiah. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

BERTHO, Helena. Sobre ir longe com tão pouco. *AzMiná*. Newsletter semanal, 11/02/2020.

BERTHO, Helena. Mulheres em Fuga. *AzMiná*. Newsletter semanal, 08/05/2020.

BERTHO, Helena. Gravidez não espera a pandemia passar. *AzMiná*. Newsletter semanal, 15/05/2020.

COLETIVO LGBT MTST. *Impactos da pandemia na população LGBT*. MTST. 05/06/2020. Disponível em: <mtst.org/noticias/coletivo-lgbt-mtst-impactos-da-pandemia-na-populacao-lgbt>. Acesso em 2 de setembro de 2020.

DAVIS, Mike, et al: *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

DAVIS, Mike. A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In: DAVIS, Mike, et al: *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020, p.5-12.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de Covid-19. In: DAVIS, Mike, et al: *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020, p.13-23.

KAPLÚN, M. *El comunicador popular*. Quito: CIESPAL, 1985.

LAHNI, Cláudia Regina e AUAD, Daniela. As lésbicas têm espaço no jornalismo? Presenças e Ausências Lesbianas na Comunicação. In: SOARES, Mayana Rocha; BRANDÃO, Simone; FARIA, Thais. (org.). *Lesbianidades Plurais: abordagens e epistemologias sapatonas*. Salvador, Devires, 2019, p. 127-138.

MATA, Maria Cristina. Os silenciados e a comunicação na América Latina. In: *EcoDebate*. Entrevista Especial com Maria Cristina Mata. Publicada em 18 de fevereiro de 2010. Disponível em: <ecodebate.com.br/2010/02/18/os-silenciados-e-a-comunicacao-na-america-latina-entrevista-especial-com-maria-cristina-mata>. Acesso em 14 e 21 de outubro de 2018.

MEDEIROS, José Roberto. Por que as mulheres sofrem mais nas pandemias? *Contee*. 1/06/2020. Disponível em: <contee.org.br/por-que-as-mulheres-sofrem-mais-nas-pandemias>. Acesso em 2 de setembro de 2020.

MILL, John Stuart. *Ensaio sobre a liberdade*. São Paulo: Escala, 2006.

RAMIRES, Marielle. 120 mil mortes e as ruas lotadas. Por que normalizamos a morte? *Mídia Ninja*. 31/08/2020. Disponível em: <midianinja.org/ramiresmarielle/120-mil-mortes-e-as-ruas-lotadas-por-que-normalizamos-a-morte>. Acesso em 2 de setembro de 2020.

RAMONET, Ignácio. La pandemia y el sistema-mundo. *Le Monde Diplomatique*, La Habana, Cuba, 22 de abril de 2020. Disponível em: <eldiplo.org/wp-content/uploads/2020/04/Ramonet-pandemia-sistema-mundo.pdf>.

RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Bagoas. Natal: UFRN, n. 5, 2010, p. 17-44.

ROCHA, Antonio Rozimar Machado e. Os nós da sociedade de classes. In: ADUFC-SINDICATO. *Diários da Quarentena*, 33. Fortaleza: Adufc-Sindicato, 13 jul. 2020. Disponível em: <adufc.org.br/2020/07/13/memoria-de-quarentena-33>.

SALDANHA. P. Publicidade Social e sua tipificação: uma metodologia de transformação social. In: In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2019, Belém. *Anais: UFPA*, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0365-1.pdf>. Acessado em: 23/08/2020.

SANTOS, Milton. *O espaço da cidadania e outras reflexões* (org. Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins). Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra, Portugal: Almedina, 2020.

*Cicilia Peruzzo, Rozinaldo Miani, Denise Teresinha, Cláudia Lahni,
Patrícia Saldanha, Pablo Nabarrete e Suelen de Aguiar*

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ZIBECHI, Raúl. Coronavírus: a militarização das crises. In: DAVIS, Mike, et al: *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020, p.31-33.

ENTRE BYTES E VÍRUS: AS MÍDIAS NA PANDEMIA

ANA CLAUDIA MUNARI DOMINGOS, ANTONIO
HOHLFELDT, CRISTIANE FINGER, JULIANA TONIN E
MÁGDA RODRIGUES DA CUNHA

A partir da segunda quinzena de março de 2020, o que parecia apenas tema de ficção, ou uma daquelas teorias conspiratórias, fez-se presente em dimensões alarmantes. A pandemia chegava ao país e, com ela, dissensões entre autoridades e a circulação de contrastantes e contraditórias informações. Naquele primeiro momento, as autoridades do Ministério da Saúde cumpriram função social exemplar, com suas reuniões diárias de final de jornada, pontual e fielmente transmitidas pela mídia. Era como um encontro religioso que todos cumpriam com fidelidade e dali saíam satisfeitos. Mas, à medida que o número de infectados se multiplicava, a situação foi-se complicando. O que poderia ser uma *gripezinha* passou a matar milhares de pessoas por dia, em ciclos que se revelariam persistentes e irresistíveis: primeiro no Norte, em seguida no Nordeste; o centro do país, graças às suas grandes populações se tornou o referencial da mortalidade diária. E, enfim, quando o outono chegou, o sul revelou sua realidade. Na avaliação popular, o que começara

como doença de rico agora mostrava a realidade de um país com enormes diferenças sociais, traduzidas especialmente na profunda carência de infraestrutura hospitalar, sanitária, habitacional, empregatícia, etc. Tínhamos de nos assumir como um país sem grande desenvolvimento industrial.

O que aumentava ainda mais as contradições: a nação mais rica do mundo era aquela que evidenciava a maior perda de vidas, os Estados Unidos. Mas seguíamos logo atrás, porque o Brasil ocuparia o segundo lugar nestas tristes estatísticas, superando Itália, França, Espanha, Reino Unido e outros países europeus onde a pandemia já se instalara.

Nosso propósito, com este artigo, é trazer algumas reflexões iniciais sobre o que se tornou evidente: a crescente importância do papel das mídias neste contexto. Para a análise, formamos um grupo de cinco pesquisadores, distribuindo tarefas e seguindo, de certo modo, a cronologia de emergência das mídias: imprensa, rádio, televisão e o uso das mídias em geral nas salas de aula, tanto na Universidade, quanto nas escolas.

Os três primeiros registros estão redigidos em terceira pessoa, porque mais próximos a um ensaio. Os dois outros são um depoimento e um relatório, motivo pelo qual a primeira pessoa (singular e plural) se fez necessária.

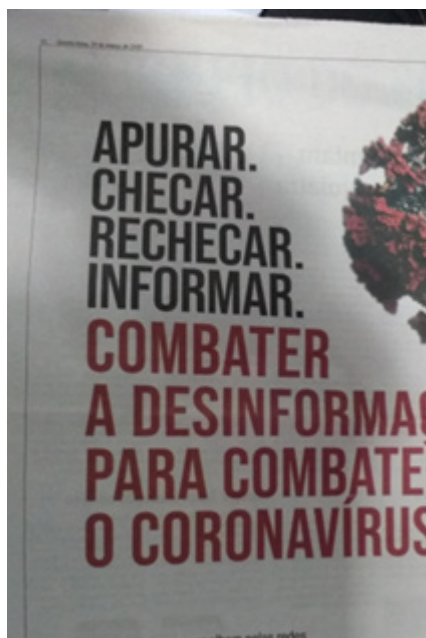
Mídias impressas: maior consumo, menor publicidade

Antonio Hohlfeldt

Naquelas primeiras semanas de março, a Associação Nacional de Jornais lançou uma oportuna campanha. Periódicos de todo o país trouxeram uma sobrecapa, no dia 19, em que, em página inteira, alertava-se a opinião pública: “Apurar. Checar. Recheckar. Informar. Combater a desinformação, para combater o coronavírus”. Um texto complementar indicava: “Notícias falsas se espalham pelas redes sociais como um vírus,

contaminando todos que acreditam nelas. Proteja-se. Duvide do que circula pelas redes sociais. Jornalismo profissional é o melhor antídoto contra a desinformação”.

Fig. 1: Campanha da ANJ



Fonte: Correio do Povo

Se o coronavírus era o inimigo, a fake news era seu corolário. A mídia que, nos últimos anos, vinha num decréscimo de confiança, encontrava um modo de se afirmar e ganhar espaços junto à opinião pública: aliava-se às mais do que justas preocupações da população, buscando mantê-la o mais informada possível, ao mesmo tempo em que se transmutava num exército eficiente de combate aos boatos e às falsas notícias.

No dia 23, nova sobrecaça embalava os grandes jornais nacionais. Mais uma vez, a Associação Nacional de Jornais

se colocava como defensora dos interesses da população. O novo encarte proclamava: “Juntos vamos derrotar o vírus. Unidos pela informação e pela responsabilidade”. A campanha se formalizava com a #imprensacontraovirus, pela qual a ANJ pretendia se identificar com a população, unindo-se a ela no combate à pandemia.

Nesta data, o Correio do Povo reverbera tal perspectiva, estampando um editorial intitulado “Jornais brasileiros unidos”: “Comprometido desde sua fundação com os mais profundos interesses da população brasileira, o Correio do Povo acompanha detidamente e divulga com precisão todas as informações relacionadas ao desafio que ora o mundo enfrenta no combate à disseminação e aos efeitos da eclosão do Covid-19, uma versão do conhecido coronavírus”.

Fig. 1: Campanha da ANJ



Fonte: Correio do Povo

Já no dia 6 de abril, completando-se quase um mês de pandemia no país, o Jornal do Comércio, também de Porto Alegre, se manifesta em editorial intitulado “Imprensa em tempos de pandemia”: “Com a pandemia na saúde, pouco se fala sobre os profissionais que estão nos bastidores da informação. Atuante no dever de propagar a notícia, a imprensa é considerada atividade essencial segundo o decreto 10.288 de 22 de março de 2020 (...). Cabe à imprensa, representada pelos profissionais atuantes em rádios, TVs, jornais, dentre outros, o papel fundamental de bem informar a população sobre os fatos que marcam o dia a dia de todos nós, combatendo as fake news e mais uma miscelânea de informações duvidosas que circulam nas mídias sociais”.

O editorial não deixa de conter uma certa ironia, pois o mesmo Presidente da República que reconhecia como essencial a atividade jornalística, era o principal personagem a disseminar boatos e a ter comportamentos contrastantes e divergentes em relação ao que as autoridades sanitárias recomendavam a toda a população.

Mas talvez por isso mesmo e, evidentemente, não apenas graças à campanha desenvolvida pela ANJ, o que vimos foi um crescimento vertiginoso de consumo de informação, em especial aquela disseminada pela imprensa, ainda que não necessariamente na plataforma mais tradicional do exemplar do jornal em papel.

Fabiola Brites, em projeto de Doutorado apresentado à FAMECOS-PUCRS, resume alguns dados que reuniu a partir de fontes diversas, significativos em si mesmos: no mês de março, as consultas ao site do jornal O Globo alcançaram seu pico histórico, com mais de 235 milhões de consultas/dia. O Estado de São Paulo, de seu lado, passou de 440 para 560 milhões de consultas/dia, aumento de 59,9% em sua movimentação digital; o IVC – Instituto Verificador de Circulação constatou que, em abril, houve 58% de aumento de consultas a jornais e

revistas por parte dos brasileiros; a Associação Nacional de Jornais, contudo, embora confirmando estes números, indica que, apesar do aumento significativo da audiência, ocorrera queda ainda mais relevante de publicidade.

Alguns estudiosos indicam que isso aponta, não apenas para a revalorização da mídia jornalística (porque rádio e televisão também ganharam centralidade neste processo, como veremos a seguir), quanto sugere a revalorização do jornalismo local e, por conseguinte, do jornal comunitário, passo a passo com a preocupação sobre o combate à desinformação, a chamada infodemia.

O surgimento das mídias sociais havia retirado a centralidade das mídias tradicionais, em especial da imprensa. Isto foi agravado com as últimas campanhas eleitorais, tanto no exterior, quanto no Brasil, dos tempos de Obama a Trump, permitindo mais recentemente o surgimento das fake news, repetindo-se, especialmente, no Brasil, com a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, há dois anos, que se negou aos debates em emissoras de rádio ou de televisão, sobretudo depois do atentado contra ele.

O coronavírus, no entanto, parece ter chamado a atenção para a eficiência e a confiabilidade das chamadas mídias tradicionais. Estas mídias, por outro lado, souberam perceber, adequadamente, sua oportunidade de reciclagem e de reocupação de espaço junto à atenção da opinião pública. Tanto os canais fechados de televisão, quanto os sites dos grandes jornais, abriram seus sinais e permitiram acessos também a não-assinantes, certamente apostando na criação de um hábito que, depois, levará à assinatura ou, na pior das hipóteses, à reaproximação da empresa jornalística dos anunciantes .

A ANJ elegeu e selecionou corretamente seu foco: combate às falsas informações, fidelidade aos acontecimentos, identificação emocional entre o veículo jornalístico e o

público que, neste momento, é também vítima potencial do vírus. O quanto este processo permanecerá, desenvolvendo-se e aprofundando-se, uma vez vencido o ciclo pandêmico, é um excelente tema de pesquisa para todos os estudiosos das mídias.

Rádio e quarentena: o desafio da imobilidade

Mágda Rodrigues da Cunha

Pode-se resumir o atual contexto reconhecendo-se que o mundo e a comunicação chegam a 2020 em um cenário de extrema complexidade. Se isto é verdadeiro para muitos setores da sociedade, para o rádio não é diferente. Tendo enfrentado guerras e tecnologias com imagem, apresenta-se em um contexto de crise no qual a agenda é a mesma para todos: posicionar-se e sobreviver num momento no qual boa parte da sociedade é obrigada a isolar-se em casa. Sob a perspectiva histórica, há uma trajetória do rádio que muitos definem como sobrevivência, mas que vai perdendo sentido com o desaparecimento das fronteiras entre as mídias. Relacionado a este percurso, sob a ótica de um ecossistema, destaca-se o caminho de transformações, adaptações e diálogo com a audiência. O desafio do rádio, no contexto de 2020, é superar a não-mobilidade, é manter a fidelidade em um ambiente de alta diversificação, dentro de casa, pelo menos para boa parte da população mundial.

As pessoas são obrigadas a um distanciamento social em 2020. Observar o cenário e analisá-lo simultaneamente é tarefa complexa. No entanto, trata-se de um dos poucos momentos no qual múltiplos indivíduos, em diferentes partes do mundo, estão envolvidos por um mesmo acontecimento. Na comunicação, é um período de desafios. Para estudos de mídia, distribuição, compartilhamento ou consumo, torna-se fundamental olhar para a construção da história e considerar

as etapas somadas neste momento. O rádio foi, a partir de sua invenção e desenvolvimento, o meio eletrônico que inaugura uma fase de transformação das tecnologias de comunicação, provocando uma ruptura no modelo até então conhecido. Na pandemia do Sars-CoV-2, uma das perguntas de investigação já apontava para os desafios do rádio, diante de um cenário em que a tradicional mobilidade não é possível, pelo menos por um tempo. O contexto encontra um rádio transformado, presente em diferentes plataformas e com formatos que derivam da sua própria linguagem. O público, de sua parte, participa e acompanha estas transformações ao longo da história.

Dados do Instituto Nielsen indicam que, durante a pandemia, os norte-americanos dispensavam aproximadamente 12 horas por dia para o consumo de rádio, e esse tempo cresceria 60% entre aqueles que estivessem em ambientes fechados. A situação ampliou a dependência da mídia, e as estações de rádio investiram em relacionamentos duradouros com um público cativo. As pessoas disseram (92%) estar moderada ou extremamente preocupadas com o Covid-19. A mesma pesquisa aponta que 42% dos consumidores pensam que o rádio os ajudou a lidar com o surto; 46% afirmam que o rádio os auxilia a saber quais lojas estão abertas e onde comprar localmente .

No Brasil, o Kantar Ibope Mídia realizou pesquisas no primeiro semestre de 2020. Seus dados indicam que o público se mantém fiel ao rádio, consumindo-o da mesma forma, ou mais, mesmo em situação de distanciamento social. O conteúdo diversificado do rádio cumpre funções de informação ou entretenimento. E a tradição de um rádio companheiro dos ouvintes, neste momento, revelou que o buzz nas redes sociais, sobre conteúdos de áudio, aumentou. No primeiro levantamento realizado pelo instituto de pesquisa, 71% dos entrevistados indicaram dispendar a mesma quantidade de tempo, ou mais, para a audiência de rádio; 20% afirmaram

ouvir muito mais rádio. Entre as vantagens demonstradas pela pesquisa, está o fato de o rádio poder ser ouvido em diferentes plataformas: 84% ouvem AM ou FM, mas 19% se valem da internet e 12% do Youtube.

Pesquisas posteriores mostram que, apesar das mudanças de hábitos evidenciadas pela pandemia, a audiência de rádio se manteve alta no Brasil: 78% dos brasileiros ouviram rádio nos trinta dias entre junho e julho, com consumo diário de 4h41min. Três em cada cinco ouvintes consumiram rádio todos os dias. Dados do Target Group Index apontam que 57% dos brasileiros conectados (que acessam a internet) ouvem rádio e, destes, 16% o fazem enquanto acessam a internet. Este número se reflete nas interações online avaliadas pelo Kantar Social Radio que, num primeiro levantamento especial, com análises entre janeiro e junho de 2020, mostra que foram realizados mais de 3,5 milhões de tweets sobre rádio, ao longo do semestre, entre as emissoras da cobertura, com quase 650 mil autores únicos e mais de 987 milhões de impressões.

Esta relação que as pessoas estabelecem, entre o rádio e as redes sociais, na internet, evidencia uma adaptação radiofônica também como linguagem para consumo de áudio. Isto ocorre, por exemplo, com os podcasts que, de acordo com o humor da audiência, tiveram seus conteúdos ampliados ou reduzidos. Trata-se de uma possibilidade de consumo sob demanda e que conversa com o interesse do público. Dados de pesquisa divulgada pelo Deezer apontam que, enquanto os streams ocorriam durante o deslocamento das pessoas, houve queda por conta da pandemia, mas no mesmo período despontaram aparelhos domésticos, rádios ao vivo e buscas, de acordo com o estado de espírito da audiência.

Os assistentes pessoais, como o Google Home, tornaram-se companhias para os sujeitos, que podem interagir enquanto cozinham, assistem ao noticiário ou realizam outras atividades. Assim como o aparelho de rádio, nos seus

primórdios, tinha lugar de destaque na sala-de-estar, os assistentes pessoais começam a ocupar esse espaço: informam sobre a meteorologia, regulam o termostato e rodam música (CUNHA&AVRELLA, 2018). Esta tecnologia, bem como os smartphones, têm sido vistos como rádios em potencial. Desenhar a própria emissora está entre as estratégias de divulgação do Google Assistant .

A partir destes dados sobre o consumo de rádio, no primeiro semestre de 2020, podemos inferir que, ao contrário do que se imaginaria, as informações evidenciam um rádio que mantém a fidelidade de sua audiência, amplia seus números, quando a questão é consumo e, ainda, é capaz de dialogar com diferentes plataformas tecnológicas. A cada desafio, o rádio consolida a sua estabilidade histórica. De uma parte, isto poderia ser interpretado como perda mas, na verdade, se mostra uma qualidade que já se define como característica de transformação do próprio rádio.

A interpretação dessa trajetória considera algumas perspectivas, como a própria história e o ecossistema. O meio é a tecnologia pela qual a cultura se desenvolve, dando forma à cultura política, organização social e modos cotidianos de pensar (POSTMAN, 2000). A palavra mídia, junto ao termo ecologia, sugere interesse, não apenas em mídia, mas nas formas de interação com os seres humanos, que caracterizam a cultura e auxiliam na manutenção de um simbólico equilíbrio. Entendemos que o rádio, em um ambiente de interação entre as mídias e o público, participa do desenho dessa cultura.

Scolari (2018) discute o ecossistema a partir da interface como palavra-chave do século XXI, considerando-o um sistema ecoevolutivo. Reconhece que não é direta a passagem de uma aplicação primária da metáfora ecoevolutiva ao desenvolvimento de modelos teóricos mais sofisticados da mudança tecnológica. Entende que é fundamental ter em conta as táticas dos usuários, pois as estratégias dos desenhistas são

negociadas, criticadas e reinterpretadas, dentro da interface. A criação de uma interface só é possível quando vários atores entram em contato e interagem entre si. Defende que as tecnologias se transformam em diálogo com os usuários e as negociações vão sendo redesenhadas: há sempre uma certa colaboração neste processo (SCOLARI, 2018). Por isso, ao construir leis da interface, o autor retira a centralidade dos artefatos, inventores ou forças sociais, sem desvalorizá-los, mas propõe inseri-los em uma rede sociotécnica de relações, intercâmbios e transformações, para analisá-los numa perspectiva ecoevolutiva.

A transformação de um ecossistema, no entanto, não é linear e bem definida. O desenvolvimento nos traz a um ambiente no qual muitos formatos convivem e as fronteiras desaparecem. A possibilidade de criar, interagir e compartilhar, de muitos para muitos, ocorre graças ao que Manovich (2013) define como cultura do software. Mais do que uma revolução, ele aponta que o mundo está em constante transformação e não é mais definido pela pesada indústria de máquinas, que muda com frequência, mas pelo software que está permanentemente em fluxo.

Devemos entender que essa cultura do software é mais uma camada com a qual o rádio precisou dialogar, numa lógica ecoevolutiva, como propõe Scolari (2018). Pool (1992:88), de seu lado, afirma que é fácil interpretar a evolução dos meios e sua influência social como um tipo de determinismo tecnológico. Nossas vidas mudam pelas ferramentas que utilizamos. Mas também existe uma interação entre os utilitários e as ideias dos homens sobre como utilizá-los. O aparelho não predestina as coisas para as quais é usado. Isso surge de uma interação entre aquilo para o que a tecnologia é útil e o que as pessoas querem e estão preparadas para pensar. Os determinantes não são somente a tecnologia, mas também um conjunto de ideias com as quais os inovadores enfocam o novo invento.

A estabilidade e a fidelidade do público ao rádio podem encontrar explicação no pensamento de McLuhan (1964:337), para quem os acontecimentos afetam as pessoas pessoalmente, tendo no rádio uma experiência particular. McLuhan e Fiore (1997) apontam que o ouvido não favorece a nenhum ponto de vista especial. É comum afirmar, segundo eles, que a música chega ao ambiente, nunca que a música chega a certa porção do ambiente. O tempo, pensa McLuhan (1964), envolve todas as pessoas por igual. As variações do tempo constituem o tópico principal do rádio, banhando as pessoas em fontes de espaço auditivo.

O rádio, ao longo de sua história, adapta-se ao ecossistema da mídia, transformando-se para responder às perguntas do público, nos mais diferentes cenários. Chega a um momento de distanciamento social, por conta de uma pandemia, e dialoga com a cultura do software, para existir em diferentes ambientes. Pode se tornar um App, ligar-se a um assistente pessoal, ter sua linguagem em podcasts e manter-se nos canais tradicionais. É assim que o rádio se apresenta no diálogo com o público, durante a pandemia de 2020, num tempo em que todas as pessoas são envolvidas por igual.

A televisão também aumenta a audiência

Cristiane Finger

Com a pandemia, também houve um aumento das audiências médias das emissoras de televisão no Brasil. O telejornal foi o formato do gênero informativo que mais cresceu. O confinamento gerou um número maior de horas destinadas, pelo público, ao consumo de informações pela televisão, seja de sinal aberto ou fechado. Houve ainda uma série de mudanças nas rotinas de redação dos telejornais. A análise deste período deve invadir as pesquisas do telejornalismo ao longo deste ano. Os telespectadores apontaram a televisão como a mídia com maior credibilidade na busca de informações sobre a Covid-19.

Coincidentemente, a televisão completa 70 anos de história no Brasil, num momento que pode ser passageiro, mas que trouxe uma mudança positiva na sua audiência: o motivo foi, sem dúvida, a pandemia. O veículo que foi hegemônico, no século passado, tem sofrido com a concorrência da web e das redes sociais como fonte de informação e entretenimento, principalmente junto ao público mais jovem. Além disso, a televisão passa por um momento de transbordamento ou de expansão, quando o conteúdo em streaming, em outras telas e dispositivos móveis, modifica a relação com os telespectadores/usuários, fenômeno que atinge também o telejornalismo e já foi detectado em inúmeros estudos e pesquisas.

Assim, numa primeira acepção, este trabalho assume a perspectiva de que estudar telejornalismo é estudar um jornalismo para as telas, incluindo televisão, computador, smartphone, celular, tablets ou quaisquer outros dispositivos e suportes que se utilizem de uma tela de visão ou de uma tela refletiva para exibir dados (EMERIM, FINGER, CAVENAGHI, SBPJor, 2015).

O que ninguém imaginaria é que, num momento de crise sanitária mundial, o aparelho de televisão retornasse ao lugar de destaque nos lares, a partir do confinamento:

A televisão surgia associada à segurança ontológica das pessoas influenciadas pela simples presença de um aparelho de televisor ligado, e pelos programas repetitivos e esquemáticos que dele fluem. A simples aquisição de um aparelho de TV tinha uma forte influência simbólica na construção da identidade social. A relação entre o lar e a identidade centrada na vivência doméstica era fortalecida através de uma programação baseada na mediação de imagens de domesticidade das novelas, dos programas humorísticos e entretenimento (CORREIA In: SERRA, SÁ, SOUZA FILHO, 2015, p. 41).

Uma das principais mudanças aconteceu nas grades de programação de quase todas as emissoras que apostaram em ampliar o espaço do telejornalismo. O resultado foi um aumento na média de horas dedicadas pelo público brasileiro para assistir televisão, cujo aumento chegou a uma hora e vinte minutos em abril, em relação à primeira semana de março, totalizando sete horas e cinquenta e quatro minutos diários. Uma pesquisa realizada em março, pelo Datafolha, durante o período, apontou que 61% das pessoas confiam nas informações sobre a crise, veiculadas pelas emissoras de TV; 56% nas informações dos jornais impressos e 50% nas emissoras de rádio. As respostas múltiplas também apontaram que apenas 12% confiavam nas informações das redes sociais como WhatsApp e Facebook .

O telejornalismo invadiu as grades de programções das emissoras de sinal aberto e fechado e a resposta do público já pode ser sentida nos primeiros meses da pandemia. Ainda em março, o “Jornal Nacional”, da Rede Globo, que tradicionalmente é o mais visto do país, conquistou 37 pontos de audiência na Grande São Paulo, onde cada ponto significa 203 mil pessoas, sendo o maior número desde 2012. A TV Cultura, que se dedica à programação infantil e à informação, foi a emissora que mais cresceu no mesmo período: 40% na Grande São Paulo, na média diária, de um ponto para 1,7. A Bandeirantes aumentou 8%, Record e SBT tiveram um incremento de 7%, mesmo que, nas últimas duas emissoras, não tenha ocorrido maior investimento em telejornalismo .

Nas emissoras de televisão de sinal fechado, houve uma mobilização por abrir o sinal para todos os assinantes, independentemente do valor do pacote. Foi assim que a Globo News passou, pela primeira vez, em 25 anos, a liderar o ranking dos canais pagos mais assistidos e ultrapassou o Discovery Kids que, tradicionalmente, era o primeiro colocado. A GloboNews atingiu, neste ano, a marca de 145.301 telespectadores/ minuto

nas quinze maiores regiões metropolitanas do país. Outra novidade foi a chegada da CNN Brasil com seu jornalismo 24 horas em canal fechado, que ainda não entrou nas medições de audiência, uma vez que foi ao ar pela primeira vez no dia 15 de março de 2020, mas certamente deve ter alterado o mercado das emissoras de televisão paga e do telejornalismo.

Além da ampliação da informação nas grades das emissoras de TV e, principalmente, a expansão dos telejornais, houve uma série de mudanças nas rotinas de produção, que podem ser registradas. O distanciamento social e o confinamento dos grupos mais vulneráveis ao coronavírus, como as pessoas com mais de 60 anos de idade ou portadoras de co-morbidades outras, atingiu os profissionais do telejornalismo. Os âncoras, apresentadores, comentaristas e repórteres, pertencentes a este grupo, passaram a ser vistos pelos telespectadores exercendo suas funções desde suas casas. Os cenários não poderiam ser mais variados: estandes de livros, quadros, plantas e tantos outros detalhes de domesticidade, que aproximaram os “emissores dos receptores”. As entradas ao vivo passaram a depender do sinal da internet, outra aproximação com o público, que já sabe bem como isso funciona.

Nas equipes de externa, os repórteres começaram avisando que haviam retirado as máscaras protetoras apenas para fazer seus boletins, mas depois passaram a usá-las mesmo em frente às câmeras. O distanciamento entre os repórteres foi aumentando, até que passou a ser necessário entregar um microfone exclusivo para as fontes, algo impensável, de acordo com todos os manuais de telejornalismo, até então. À medida em que as notícias evidenciavam o alto nível de contágio do coronavírus, mais as emissoras deixavam claro que as mesmas regras indicadas para a proteção da população em geral, estavam sendo adotadas pelas redações.

Ficou cada vez mais evidente que o ideal era manter os entrevistados no isolamento e as entrevistas realizadas à

distância, pelos repórteres, através das plataformas digitais. Se, por um lado, as fronteiras geográficas das fontes foram totalmente esquecidas, por outro, a tecnologia permitiu mais depoimentos do que entrevistas, mais imagens captadas pelas próprias fontes, com as câmeras dos seus celulares, ainda que com menor qualidade técnica. Sem dúvida, os produtores das notícias em vídeos perderam muito do seu controle sobre o conteúdo, para o bem e para o mal. E assim, sem abandonar a produção de sentido do telejornalismo, construída junto ao público, ao longo décadas, surgiu uma nova narrativa, tanto de áudio como de vídeo, arte e textos. O que vai permanecer, quando a pandemia estiver controlada, é impossível saber, mas algumas regras foram quebradas e podem não mais retornar.

Talvez o mais importante, para além das rotinas de produção, foi que estas alterações tiraram o telejornalismo do lugar de conforto e acomodação. Não apenas na forma, como no conteúdo. O aumento da audiência trouxe também uma série de cobranças sobre apuração de qualidade, isenção, objetividade, transparência e responsabilidade, diante de números aterrorizantes, de casos e mortes. O desafio de dar as informações, mas humanizá-las; fazer edições quase monotemáticas, sem cansar o telespectador ou ser sensacionalista; enfrentar as cobranças nas redes sociais e também nas ruas; estar na linha de frente e não ser invasivo, no momento de dor das inúmeras famílias atingidas. A ética, ou melhor, a deontologia do jornalismo voltou a ser discutida, não apenas na academia, mas nas redações e pelo público. Consequência das mais saudáveis.

Por fim, num universo de más notícias inevitáveis, o jornalismo e o telejornalismo foram cobrados por estarem muito pesados, muito alarmistas: foram muito contestados. É preciso, agora, dividir a responsabilidade com o público. A audiência tem que decidir quando ligar a televisão, quando mudar de canal, quando deixar a informação e escolher o

entretenimento. Quanto de informação precisa ou deve ter? Sem dúvida, não pode ficar alienada. O que seria do combate à pandemia, do distanciamento social, das novas regras sanitárias, do confinamento sem informação de qualidade, sem as mídias?

“Jogue no Google”

Ana Cláudia Munari Domingos

Durante a pandemia, notícias sobre a economia confirmaram a sensação que muitas pessoas no mundo todo já tinham. As mudanças que, para alguns poucos, se tornaram oportunidade, para outros, era uma certeza nada agradável, às vezes catastrófica. Para falar apenas de setores e empresas de maior porte, de um lado, endividamento, encerramento de atividades, entre elas o caso das companhias aéreas; de outro, uma onda de crescimento daquelas empresas cuja base é fundada no espaço onde se podia circular – e sem máscara: a internet.

“Empresas de tecnologia se destacam na nova economia digital; ações chegam a subir até 40% no ano” (Infomoney, 2020). Manchetes como essa já não eram novidade em publicações sobre finanças e investimentos. O crescimento das empresas de tecnologia da comunicação, nos últimos anos, pode ser facilmente compreendido através do histórico da Nasdaq, a bolsa onde são negociadas as ações das principais empresas de informática e telecomunicações e por onde circula o capital, por exemplo, da Tesla, Oracle, Adobe e Intel e FAAMG. Esta última não é uma empresa, mas uma sigla para as cinco maiores empresas do ramo: Facebook, Amazon, Apple, Microsoft e Google. Já houve variações para a sigla, conforme o desempenho no mercado de ações, por exemplo, FAANG, em que sai a Microsoft para entrar a Netflix. Certamente, muitas pessoas nunca pensaram sobre isso, ou sequer têm informações, nem sobre o vale do Silício, nem sobre o mercado financeiro.

Mas, ainda assim, é bem possível que essas pessoas tenham um smartphone e sejam usuárias dos sistemas operacionais Android ou Microsoft.

A Netflix, por exemplo, fez a sigla FAANG ressurgir, quando alcançou novos 15,77 milhões de assinantes apenas no primeiro trimestre de 2020, dobrando sua projeção de resultados. Pode-se ter uma ideia sobre o futuro do campo do trabalho, para não dizer financeiro, analisando os investimentos dessas empresas de tecnologia. No primeiro trimestre, a Apple comprou o aplicativo climático Dark Sky, a Voysis, de reconhecimento de voz, e uma empresa de streaming de eventos, a VR Next. O Facebook comprou a empresa de telecomunicações Reliance, enquanto a Amazon investiu em duas empresas financeiras, a BankBazaar e a Capital Float. A Microsoft adquiriu, entre outras empresas, a Affirmed Networks, startup de serviços de nuvem em 5G, e a CyberX, de segurança cibernética. Em breve, talvez a sigla tenha de colocar um Z, já que a Zoom passou de 10 milhões de usuários para 300 milhões, também durante a pandemia, mesmo período em que o Google chegou a agregar 3 milhões de novos usuários por dia, no seu aplicativo de conversas online, o Google Meet.

O Google merece um parágrafo a mais. “Jogue no Google” e descubra que 90,61% dos usuários navegam e pesquisam através do Chrome. Some-se a isso o fato de que o Google já vem instalado em dispositivos que usam o sistema Android, que é utilizado por 40% dos usuários de smartphone e que exige um Gmail para funcionar. Em 2009, Henry Jenkins já chamava a empresa de Igreja Google. Há quem a denomine de oráculo e mesmo de deus.

Em 2017, a universidade em cujo Programa de Pós-Graduação em Letras atuo, a Universidade de Santa Cruz do Sul, aderiu ao programa Google Apps Education Edition, que disponibiliza os serviços do Google for Education

gratuitamente a instituições de ensino. Ainda no mesmo ano, os serviços e os produtos Google passaram a ser oferecidos a todos os colaboradores da instituição. Naquela ocasião, lembro-me da migração do email institucional para o Gmail e como isso foi complicado para aqueles colegas que não utilizavam esta plataforma, principalmente aqueles que, durante muito tempo, usaram o webmail do Office. Na mesma época, a universidade ofereceu uma palestra com um professor certificado pelo Google Educator. Em seguida, movida mais pela curiosidade do que pelo sucesso da palestra, fui pesquisar sobre a certificação. Descobri então que, em síntese, é preciso fazer um curso online, pagar uma taxa, realizar a prova e, se passar, recebe por email um crachá com seu nome embaixo do logo da empresa. O principal conhecimento que você deve adquirir, para se tornar um Google Educator, é conhecer e saber usar os produtos Google!

O que mais me intrigou, naquele momento, em 2017, no entanto – sem incluir a novidade de então, de que o Google nos escuta o tempo todo – foi a estarrecedora descoberta de que o Google estava entrando nas universidades pela porta da frente. Ao utilizarmos seus produtos nas práticas de educação, incluindo aí o email, fornecemos a ele importantes informações o tempo todo. Esse compartilhamento, silencioso e generoso, começa por aqueles dados mais quantitativos e que a própria universidade costuma compartilhar, como número de alunos e de funcionários, cursos vigentes, até outros que podem fazer a diferença quando uma empresa pensa, por exemplo, em se estabelecer, no ramo da educação, ou melhor, no ramo da educação a distância. É assim que o Google sabe o que estamos estudando, as obras que comentamos, os textos que escrevemos, os principais temas a circular na universidade. Com o acréscimo do Classroom, ele pode saber a frequência dos alunos, as notas dos alunos, os índices de sua aprovação...

Pensemos em que medida o Google – e outras empresas

de tecnologia da informação, como o Zoom – expandiu sua coleta de dados, com tantas instituições utilizando seus produtos durante a pandemia; agora, também escolas privadas de educação básica, cursos de línguas e cursinhos pré-vestibular que, para não ficarem sem aulas, adotaram as medidas autorizadas pelo Ministério da Educação, oferecendo aulas remotas, aderiram a este universo.

A primeira semana da quarentena provocada pelo Covid-19 foi regulada pela Portaria N.343/2020 (17.3.2020), do Ministério da Educação, que dispunha “sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais”, durante a vigência do afastamento social, autorizando, assim, em caráter excepcional, que as instituições de ensino superiores suspendessem as aulas ou as oferecessem através de “meios e tecnologias de informação e comunicação”. No Art. 1º, § 2º da mesma portaria, está a indicação de que as universidades estariam responsáveis por disponibilizar, aos alunos, as ferramentas que lhes possibilitassem acompanhar as atividades de ensino; no entanto, a Portaria 345/2020, dois dias depois, suprimiu esse segundo parágrafo. A Portaria Nº 644/2020 estendeu o prazo da permissão da substituição das aulas presenciais “por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais” até 31 de dezembro de 2020. No segundo parágrafo, em vez de “ferramentas”, as instituições devem oferecer aos alunos “recursos”. Se pensamos que a mesma palavra foi usada no caput do Art. 1º, podemos entender que o que deve ser disponibilizado são as plataformas e softwares. Mas talvez fosse um momento interessante para sentarmos à mesa e falarmos a mesma língua: educação à distância, aula remota, ensino online, atividade assíncrona, ferramentas, recursos, tecnologias, etc.

Com a pandemia, a UNISC adotou o ensino remoto em todas as suas atividades. Grande parte dos professores já

utilizava a plataforma Moodle com suas turmas; das dezoito aulas do semestre, previstas para cada disciplina, até três podem ser dadas remotamente, através dessa plataforma, prática permitida há alguns anos pela instituição, por exemplo, para professores que participam de eventos e precisam se ausentar. Assim, as aulas assíncronas passaram a ser disponibilizadas no Moodle, enquanto as síncronas puderam ser realizadas, quase que em sua totalidade, pelo Google Meet, pois professores e estudantes já dispunham de acesso gratuito, através daquelas facilidades gratuitas do Google Apps Education Edition. O fato de muitos colegas, como eu, saberem usar tecnologias e aplicativos para a educação remota, naquele momento em que elas passaram a ser uma necessidade, foi, assim, bastante produtivo para a universidade.

Desde 2017, a universidade vinha revisando os currículos e suas metodologias, através do projeto “Reinvenção Pedagógica”, coordenado pela Pró-Reitoria Acadêmica e orientado pela Diretoria de Ensino de Graduação. Em 2018, por exemplo, alguns cursos passaram a oferecer, em seus currículos, horas TDE – Trabalho Discente Efetivo – quando o aluno deve realizar atividades sem a intervenção do professor, que apenas as oferece na aula anterior, ou através do Moodle. Na mesma época, a UNISC possibilitou alguns cursos na modalidade à distância. Para minhas aulas nessa modalidade, por exemplo, criei um canal no Youtube e aprendi a usar o Prezi Vídeo, para produzir aulas audiovisuais com o apoio de material, por exemplo, como uma apresentação de Power Point. Também instalei um aplicativo para gravar a tela do meu computador, para poder registrar aulas, enquanto mostro trechos de filmes ou ensino a usar as ferramentas do Word, nas aulas de Produção textual – sim, porque, enquanto sabem fazer animações no computador ou piratear filmes, muitos estudantes não sabem que existe uma ferramenta como a que permite formatação

de estilos ou o simples pincel de formatação.

Depois de uma semana de aulas-padrão, organizadas institucionalmente para todos os cursos e disciplinas que decidissem adotá-las, cada professor tratou de se adaptar. Essa adaptação significou reconstituir metodologias e atividades, muitas vezes até mesmo conteúdos e bibliografias, visto que, no início da pandemia, as bibliotecas foram fechadas. Foi necessário aprender a criar instrumentos de avaliação online, prevendo a falta dos olhos do professor sobre o aluno, na hora de responder, e a fazer a chamada consultando logs de acesso. Foi preciso aprender a pedir que ligassem as câmeras e desligassem o microfone, enquanto se acompanha uma discussão no chat. Foi necessário torcer para a internet não cair.

O preço de webcams, microfones e fones de ouvido sofreu um aumento considerável nas lojas online; muitas delas ficaram sem estoque. Empresas de telecomunicações foram requisitadas para a melhoria dos serviços de banda larga. Mas, se sabemos que 51% da população mundial está conectada, 134 milhões no Brasil, consultando o oráculo Google, outro número pulula no avesso: 49 % não está, mais de 70 milhões de brasileiros. Assim foi preciso, o tempo todo, investigar a evasão, enviando mensagens, procurando saber os motivos da ausência nas aulas assíncronas e síncronas. A UNISC ofereceu o estoque de Chromebooks, abriu um drive trhu na biblioteca e fez uma pesquisa sobre as atividades remotas, ainda em abril. Perguntados sobre se as aulas remotas, organizadas pelos professores, atendiam às suas necessidades, 56,3% dos respondentes disseram que sim; 33,9% em parte; 8,7% que não, enquanto 1,1% não souberam responder. Dos 93 alunos que eu atendi, quatro evadiram das minhas aulas.

Em se tratando de uma pandemia que exigiu mudanças imediatas, podemos dizer que a UNISC venceu este primeiro

passo para o que ainda virá – e precisa vir: uma transformação na educação que leve em conta os problemas do mundo – e que não reforce ainda mais a desigualdade e a exclusão. No entanto, ainda há a preocupante incógnita sobre o que acontecerá assim que o Google deixar de disponibilizar, ao final deste ano, aqueles serviços do G Suite for Education que ele liberou, gratuitamente, durante a pandemia, programa este que é precificado a partir do número de usuários. Talvez o Google possa responder melhor do que eu sobre sucesso e insucesso na educação, em tempos de pandemia, afinal de contas, no seu silêncio, na trilha sonora tilintante, ele sempre esteve lá.

Escolas, crianças e a pandemia

Juliana Tonin

Sexta-feira, 13 de março, começavam a ser compartilhadas as ansiedades provocadas pela identificação do coronavírus na cidade de Porto Alegre, a ponto de se manifestar a necessidade de fechamento das escolas: “até o momento, o Rio Grande do Sul contabiliza quatro casos confirmados de Covid-19, causada pelo coronavírus: um em Caxias do Sul, um em Campo Bom, e dois em Porto Alegre”.

Mesmo não havendo números expressivos que justificassem correrias, ao longo do final de semana as dúvidas eram diversas e havia certa atmosfera de pânico nas trocas entre famílias e escolas, pois não se sabia ao certo a data de início da quarentena e algumas escolas já estavam facultando às famílias a decisão de seguir levando as crianças às aulas ou não, sem prejuízos no registro da frequência. Na segunda-feira, dia 16 de março, muito embora o Art. 5º do Decreto no. 55.118, do Governo do Estado, tenha confirmado uma data (19 de março) para o fechamento das escolas do sistema estadual de ensino, algumas escolas privadas e universidades emitiram seu comunicado de fechamento imediato ainda no turno da tarde do dia 16.

Quando escrevo, estamos em final de agosto e as escolas seguem fechadas. Houve e há, por vezes, por parte do Governo do Estado, previsão de datas para retomada, mas são seguidas de intensas manifestações de entidades, escolas, famílias e estudantes, no sentido de discutirem suas inseguranças face a um retorno compreendido, até o momento, como prematuro. Segundo pesquisa do CPERS, das equipes diretivas de escolas, professores, pais, mães e alunos consultados, “86% não acreditam que é possível retomar às aulas sem vacina. Apenas 6% responderam que é possível. 84% dos pais afirmam que não mandariam os filhos à escola antes da disponibilização de uma vacina. Apenas 5% os levariam. 11% afirmaram não saber” .

Conforme informações da ONU, até julho de 2020, as escolas de 160 países estavam fechadas, o que impactou cerca de 1 bilhão de estudantes . Nessas condições, crianças ficaram em casa e as famílias/responsáveis precisaram assumir novos papéis no cenário doméstico, provocados, por um lado, pela determinação de isolamento e, por outro, pela necessidade de estabelecer a continuidade das atividades, sejam elas profissionais ou educativas.

Por meio de transmissões de rádio, televisão e da internet, além do grande envolvimento de professores, familiares/responsáveis e crianças, muitas escolas voltam a funcionar, de modo remoto, à distância, muito embora saibamos que, conforme dados da ONU, muitos alunos continuam sem acesso à escola, principalmente crianças com alguma deficiência, pertencentes a comunidades desfavorecidas, refugiados, habitantes de áreas remotas, pois as condições de ensino estão diretamente atreladas às condições de vida .

Uma pesquisa intitulada “Pesquisa Educação na Pandemia da Covid-19”, realizada pela AMPD (Associação Mães e Pais pela Democracia), CPERS Sindicato, ASSERS, AOERGS, SIMPA, SINPRO/RS, FGEI, SINASEFE-IFSul, com mães/pais/responsáveis de alunos das redes municipal,

estadual e privada de Porto Alegre, iniciada em 31/07/2020, com previsão de entrega final de relatório no início de setembro de 2020, desenha, em suas apresentações parciais, o cenário do ensino remoto em Porto Alegre. A pandemia aumentou a desigualdade no acesso à educação na capital, nos revela a matéria que sintetiza esses dados. Enquanto 96,5% dos estudantes das escolas privadas possuem computador, apenas 59% dos estudantes da rede estadual e 47% da rede municipal o possuem. Computador e banda larga fazem parte da realidade de 62,4% dos estudantes de escolas privadas, 25% dos de escolas estaduais e 12% daqueles de escolas municipais. Das maneiras pelas quais as escolas interagem com seus alunos, 95% das escolas privadas oferecem aula online (tipo live) face a 9% das escolas municipais. Recebem exercícios virtuais 75% dos alunos das escolas estaduais e 50% dos alunos das escolas municipais, enquanto as escolas estaduais entregam materiais impressos a 11% de seus alunos, em casa. Ainda segundo a pesquisa, as barreiras para as aulas remotas acontecem principalmente pelos seguintes motivos: 20% dizem que é o revezamento de computador; 17% relatam dificuldade de entender e acessar ambientes de aulas virtuais; 11% falam da pouca internet; 10% dizem que não tem aparelho/computador; 6% falam de falta de espaço/iluminação em casa e para 1% existe falta de alimento.

Diante deste cenário, a partir de uma pesquisa realizada pelo LabGim - Laboratório de Pesquisas da Comunicação nas Infâncias, observamos com maior proximidade a relação estabelecida pelas escolas com estudantes e suas famílias, especificamente através do acompanhamento de uma escola privada de Porto Alegre. A pesquisa iniciou em 26 de março deste ano e seguirá em desenvolvimento, até o final do período de quarentena, ainda sem previsão de término. Estamos identificando e analisando a experiência da criança que ingressou, em 2020, no 1º Ano do Ensino Fundamental, pois ele demarca formalmente o início

do processo de alfabetização, o momento em que as crianças precisam, ao longo do ano, adquirir as competências de leitura e escrita, tornando-se alfabéticas. Nosso monitoramento se dá através do registro diário, etnográfico, das crianças e suas relações com o ensino mediado por tecnologias digitais. Participam desta pesquisa nossos alunos de doutorado Amanda de Andrade Campo, Anderson dos Santos Machado, Patrícia Ruas Dias, a mestrande Jerônima Daltro Milton e a bolsista de iniciação científica Clarissa Menna Barreto.

Até o momento, consideramos que a trajetória de ensino remoto ativou diferentes fases e adaptações, e todas elas serão detalhadas em outras ocasiões. De forma geral, é possível identificar três grandes aspectos que se expressam em nossa pesquisa:

1. Estratégias Iniciais de Mediação Online - percebemos que as primeiras formas de reestabelecimento do contato da escola com as crianças aconteceram pela transmissão de conteúdos, atividades e tarefas pelo ambiente online, como se a alternativa se configurasse como uma espécie de repositório. Para crianças pequenas, de 6-7 anos, que ainda não sabiam que uma escola poderia aparecer numa tela, tampouco que a rotina de tornar-se oficialmente estudante compreendia a execução de tarefas, esse formato gerou reatividades, sobrecargas e manifestações de sentimentos de distância e perda da escola, para além dos sentimentos promovidos pela ruptura brusca da convivência no espaço físico da escola e das angústias mobilizadas pela situação incerta e povoada de medos acerca da evolução do contágio do próprio vírus. Ao longo dos meses, a escola alterou sua oferta, iniciando encontros de aulas síncronas e ampliando suas frequências para aulas diárias, bem como operando com alternância no número de alunos em cada encontro (encontro de turma completa, encontro de grupos, encontro de grupinhos e encontros individuais com as professoras). Essas mudanças promoveram a restauração

do vínculo entre professores e crianças; favoreceram a manifestação de aprendizados e possibilitaram o entendimento do espaço online, no qual estavam postados os materiais e informações, como complementar aos encontros ao vivo, e não mais centrais;

2. Dupla Mediação – para as crianças dessa etapa, a relação com a escola, em modalidade online, fez com que a família participasse de momentos e atividades das quais jamais participariam, não fosse a quarentena. As crianças precisavam de auxílio para compreender os acessos às ferramentas e ambientes, tinham de contar com a ajuda de um adulto para acessar conteúdos, tarefas, aulas síncronas, bem como para uma tradução de todo o material, uma vez que, salvo exceções do grupo analisado, não sabiam ler, nem escrever, condições que facilitariam uma comunicação direta. Assim, evidenciou-se que, muito embora tenhamos contato com famílias de modelos e condições diferentes em nossa pesquisa, sempre há um adulto acompanhando de perto esta relação, e, em todos os casos, a figura materna se sobressai, sendo a mãe quem predominantemente auxilia na mediação da escola com a criança. Isso também nos levou a identificar que outros sentidos para o entendimento de autonomia da criança surgem dessa experiência, pois se valoriza, neste contexto, os momentos em que ela consegue estar sozinha em sua aula online ou mesmo realizar suas atividades online sem auxílio integral do adulto. Importante salientar que, compreendendo o papel central que o familiar/ responsável adquire neste contexto, e percebendo as inseguranças e dúvidas surgidas nessa tutoria, a escola estudada preparou materiais de apoio para os pais, que poderiam ser compreendidos como uma capacitação, para que eles pudessem acessar o processo de aprendizado nesta etapa, bem como identificar ações que poderiam ser favoráveis e/ou desfavoráveis nesse acompanhamento da criança, sob o ponto de vista da atuação de um professor;

3. Uma relação sem corpo - Por mais que as estratégias de mediação online tenham se aprimorado na relação da escola com as crianças, bem como as famílias tenham experimentado maior segurança com informações de instrução fornecidas pela escola, nota-se que a mediação online oferece grande restrição das potencialidades de interação da criança, seja pelas limitações do próprio ambiente online, seja pelos mecanismos de disciplina durante os encontros (fechar microfone, por exemplo). O que parece acontecer é que o ambiente online não possibilita uma espontaneidade das falas e interação genuína entre pares, tão cara às crianças e fortemente impulsionadora do processo de aprendizagem que se confere pela socialização. Observa-se um restabelecimento de vínculo fomentado pelas aulas síncronas, mas, ao mesmo tempo, a falta do contato e de presença torna ausente ou escassos o vigor, a vitalidade, o movimento e as afetividades tão marcantes na primeira infância.

Em linhas gerais, consideramos que a mediação online das escolas com as crianças, durante a pandemia, exige aprendizados e adaptações coletivos e constantes. Como todos os processos vivenciados, essa experiência oferece ganhos e possibilidades de novas descobertas, bem como perdas e restrições que dificilmente conseguem ser compensadas. Seguiremos observando essas pistas.

O que esperar?

Em síntese, estamos vivendo experiências absolutamente novas. O que esperar de tudo isso? Ainda é difícil dizer. O objetivo deste texto múltiplo, por isso mesmo, foi ser uma espécie de diário e registro de alguns acontecimentos devidamente observados e sobre os quais se buscou fixar algumas reflexões. Cada pesquisador fez observações e destacou elementos de uma parte de determinado contexto. Tais observações não esgotam estes contextos nem pretendem explicá-los cabalmente. As

situações enfrentadas são novas, por isso se fala tanto em pesquisa. Se os cientistas tiveram de observar e acompanhar par-e-passo o desenvolvimento do coronavírus e os múltiplos modos pelos quais ele se concretizou em comunidades e indivíduos, do mesmo modo os que estudamos os múltiplos e complexos processos comunicativos necessitamos observar e caracterizar cada um destes processos que procuramos aqui observar e tantos outros, por nós não discutidos. Para usar um adjetivo contemporâneo, tudo é muito fluído e líquido, e embora para todos nós, que o estamos sofrendo, pareça quase interminável, na verdade está apenas começando...

Referências

CORREIA, João Carlos. “Ubiquidade: A próxima revolução televisiva” In: SERRA, Paulo; SÁ, Sonia; SOUZA FILHO, Washington (orgs.). *A televisão ubíqua*. Covilhã, Portugal: LivrosLabCom, 2015, ps. 39 a 52.

CUNHA, Mágda & AVRELLA, Bárbara. “Rádio e assistentes pessoais: A voz no ecossistema da mídia”. Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídias Sonoras do XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, 41º. *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*.

EMERIM, Cárlica; FINGER, Cristiane; CAVENAGHI, Beatriz. “Metodologias de pesquisa em Telejornalismo”. 14º. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Comunicação Coordenada Telejornalismo. *Anais*, 2015. Disponível em: <conferencias.unb.br/index.php/ENPJor/XIIIENPJor/paper/view/4593/1100>.

MANOVICH, Lev. *Software takes command: Extending the language of new media*. New York: Bloomsbury Publishing. 2013.

McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix. 1964

_____; FIORE, Quentin. *El medio es el mensaje*. Un inventario de efectos. Buenos Aires: Paidós. 1997.

Ana Claudia Munari, Antonio Hohlfeldt, Cristiane Finger,
Juliana Tonin e Mága Cunha

POOL, Ithiel de Sola. “Discursos e sonidos de largo alcance”. In: WILLIAMS, Raymond (Org.). *Historia de la comunicación*. De la imprenta a nuestros días. Barcelona: Bosch. 1992.

POSTMAN, Neil. “The humanism of media ecology” in *Proceedings of the Media Ecology Association*, New York, Fordham University. 2000, 1: 10-15.

SCOLARI, Carlos. *Las leyes de la interfaz: Diseño, ecología, evolución, tecnología*. Barcelona: Gedisa. 2018.

SOBRE OS AUTORES

PARTICIPARAM DESTA OBRA

ADRIANA AMARAL

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação e do curso de Produção Fonográfica da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e pesquisadora do CNPq. Foi pesquisadora visitante na University of Surrey (Reino Unido) através do Estágio Sênior da CAPES e na Universität Duisburg-Essen (Alemanha). Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: adriana.amaral08@gmail.com

ALEXANDRE BRASIL FONSECA

Doutor em Sociologia (FLCH/USP), mestre em Sociologia (IFCS/UFRJ), bacharel em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ). É professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências e Saúde (PPGECS) e diretor do Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde (NUTES/UFRJ). E-mail: abrasil@ufrj.br

ANA CLÁUDIA MUNARI DOMINGOS

Doutora em Teoria da Literatura, com Pós-Doutorado em Intermedialidade no Centre for Intermedial and Multimodal Studies (Linnéuniversitetet, Suécia). Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul nas disciplinas de Literatura Comparada e Leitura: mídia, texto, leitor. Coordenadora do GT Anpoll(2018-2020) “Intermedialidade: Literaturas, Artes e Mídias”. Integrante do GP Intermídia (CNPq) e membro da International Society for Intermedial Studies. Projeto de pesquisa: Intermedialidade: objetos, teorias e práticas. Publicou *Hiperleitura e escreitura: convergência digital, Harry Potter, cultura de fã*, e organizou a tradução de artigos de Lars Elleström em *Midialidade: ensaios sobre Comunicação, Semiótica e Intermedialidade*, ambos pela EdiPUCRS.

E-mail: ana.c.munari@gmail.com

ANA LUISA ZANIBONI GOMES

Jornalista e diretora da OBORÉ Projetos Especiais. Pós-Doutora pela ECA/USP, integra o Grupo de Pesquisa Mediações Educomunicativas (CNPq) e é vice-coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação e Educação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom.

E-mail: analuisagomes@obore.com

ANDERSON DAVID GOMES DOS SANTOS

Professor da Unidade Educacional Santana do Ipanema da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e presidente do Capítulo Brasil da União Latina da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC-BR). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Autor do livro *Os direitos de transmissão do Campeonato Brasileiro de Futebol* (Editora Appris, 2019). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade (OBSCOM-Cepos/UFS/CNPq) e do Grupo

de Pesquisa Crítica da Economia Política da Comunicação (Cepcom/UFAL/CNPq).

E-mail: andderson.santos@gmail.com

ANTONIO HOHLFELDT

Professor do PPG em Comunicação Social, da PUCRS, onde leciona, dentre outras, disciplinas como “Teorias da Comunicação” e “Comunicação e opinião pública”, é também professor do PPGLetras da mesma universidade, onde leciona, dentre outras, “Teorias do drama” e seminários diversos sobre temas de literatura brasileira contemporânea. Membro da Coordenação do PPGCom, de que foi Coordenador em duas ocasiões. Pesquisador do CNPq, desenvolve atualmente projeto sobre uma história unitária do jornalismo no continente latino-americano, reunindo o Brasil e os países hispano-americanos. É autor, dentre outros trabalhos, de *Conto brasileiro contemporâneo* e *Teorias da comunicação: Conceitos, escolas e tendências*.

E-mail: a_hohlfeldt@yahoo.com.br

ARIANE PEREIRA

Jornalista, mestre em Letras, doutora em Comunicação e Cultura. Docente do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em História da Unicentro (Universidade Estadual do Centro-Oeste). Atuou como jornalista (produtora, editora, apresentadora e repórter) na RPC-TV Maringá, afiliada Rede Globo. Vice-líder do CLC (Grupo de Pesquisas Conversas Latinas em Comunicação). Coordenadora do projeto “Florescer: a universidade como propulsora de políticas públicas para mulheres”, financiado pela Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná. Diretora Cultural da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação). Vice-coordenadora da Rede Brasileira de Pesquisadores em Telejornalismo (Telejor).

E-mail: ariane_carla@uol.com.br

BEATRIZ BRANDÃO POLIVANOV

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Departamento de Estudos Culturais e Mídia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre e doutora em Comunicação pelo mesmo Programa. Bacharel em Letras e licenciada em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi pesquisadora visitante / pós-doc do Departamento de Art History and Communication Studies da Universidade de McGill, Montreal, Canadá (2019-2020). Bolsista do CNPq (Edital Universal), desenvolve atualmente o projeto “Cenas de música eletrônica e (in)visibilidade feminina: negociações e disputas na cultura digital”. Líder do Grupo de Pesquisa MiDlCom (Mídias Digitais, Identidade e Comunicação) (UFF/CNPq); com estudos sobre identidade e performances de si em plataformas de redes sociais; cenas de música eletrônica; estudos de gênero; práticas de consumo; materialidades da comunicação.

E-mail: beatrizpolivanov@id.uff.br

BRUNO DE SOUZA LEAL

Professor titular do Departamento de Comunicação/Fafich/UFMG e pesquisador do PPGCOM/UFMG, na linha de pesquisa “Textualidades midiáticas”. Coordena, ao lado de Carlos Alberto de Carvalho e Phellipy Jácome, o Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência, tendo integrado o NUH - Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG e os grupos de pesquisa Poéticas da Experiência e Gris/UFMG. Seus trabalhos compreendem pesquisas sobre o jornalismo, a narrativa, a homocultura, a historicidade e a televisão.

E-mail: brunosleal@gmail.com

CAIO CESAR GIANNINI OLIVEIRA

Professor da Faculdade de Comunicação e Artes da PUC Minas. Doutor e Mestre em Administração. Coordenador da Pós-Graduação em Comunicação Digital no IEC/PUC Minas

e da Graduação em Publicidade e Propaganda na Unidade São Gabriel da PUC Minas. Líder do Grupo de Pesquisa REDE (Rede de Estratégias Digitais Emergentes). Vice-Coordenador do GP de Comunicação e Cultura Digital da INTERCOM.

E-mail: caiocgo@pucminas.br

CÁRLIDA EMERIM

Pós-doutora em Arte e Semiótica Televisual (UDESC/SC). Doutora em Processos Midiáticos (2004) e Mestre em Semiótica (2000) (UNISINOS)/RS). Especialista em Ensino de Artes Visuais (URCAMP/UFRGS - 1996). Jornalista (1992/PUC/RS). Professora na Graduação e Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordena o Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Telejornalismo (GIPTele/UFSC/CNPq), o Projeto de Extensão permanente TJUFSC, telejornal universitário ao vivo e diário e coberturas convergentes. É pesquisadora do Núcleo de Estudos Semióticos e Transdisciplinares (NEST/UDESC/CNPq) e da Rede de Pesquisadores em Telejornalismo (Rede Telejor). Foi Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, gestão (2018-2019). Foi vice coordenadora da Rede Telejor em 2015-2016 e 2017-2019. É Coordenadora da Rede Telejor para a gestão 2020-2021.

E-mail: carlidaemerim@gmail.com

CARLOS EDUARDO MARQUIONI

Doutor em Comunicação e Linguagens. Docente do PPGCom UTP e coordenador do GP TECA (Tecnologias: Experiência, Cultura e Afetos). Coordenador (2018-2019) e vice coordenador (2016-2017) do GP Estudos de Televisão e Televisualidades.

E-mail: cemarquioni@uol.com.br

CARLOS MAGNO CAMARGOS MENDONÇA

Professor Associado do Departamento de Comunicação Social

da Universidade Federal de Minas Gerais, professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. Graduado em Comunicação Social - Jornalismo - pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1992), mestre em Comunicação Social pela UFMG (1999) e doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Pós-doutorado realizado na Universidad Complutense de Madrid, Espanha (2011/2012). Desenvolve pesquisas com foco na relação entre comunicação e estudos de gênero, performance, corpo, homossexualidade masculina e propaganda, com financiamentos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig). É um dos líderes de pesquisa do Núcleo de Estudos em Estéticas do Performático e Experiência Comunicacional - NEEPEC. Membro da equipe de pesquisadores do projeto de cooperação internacional UFMG/Universidad Complutense de Madrid (Espanha).

E-mail: macomendonca@gmail.com

CÉSAR BOLAÑO

Professor titular da Universidade Federal de Sergipe, coordenador do GT Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, do Colégio Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) e do GT OBSCOM/CEPOS, do CNPq. Ex-presidente da Associação Latino-americana de Pesquisadores da Comunicação (ALAIIC). Fundador e primeiro presidente da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC). Diretor da Revista EPTIC. Autor de *Mercado Brasileiro de Televisão* (São Paulo: Editora UFS, 1988); *Indústria Cultural, Informação e Capitalismo* (São Paulo: Hucitec, 2000); *Campo Aberto: para a crítica da epistemologia da comunicação* (Aracaju: EDISE, 2015); *O conceito de cultura em Celso Furtado* (Salvador: EDUFBA).

E-mail: bolano.ufs@gmail.com

CICILIA M. K. PERUZZO

Brasileira. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA-USP). Fez pós-doutorado na Universidade Nacional Autônoma do México. Professora visitante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Autora dos livros *Relações públicas no modo de produção capitalista*, *Comunicação nos movimentos populares – a participação na construção na cidadania* e *Televisão comunitária – dimensão pública e participação cidadã na mídia local*. Organizadora de algumas coletâneas. Possui artigos publicados em diversas revistas científicas nacionais e internacionais. Coordena o Núcleo de Estudos sobre Comunicação Comunitária e Local (Comuni). Bolsista por produtividade do CNPq.

E-mail: kperuzzo@uol.com.br

CLÁUDIA LAHNI

É Professora Associada IV da Faculdade de Comunicação (Facom) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e professora permanente do PPGECH-UFSCar (Programa de Pós-Graduação Estudos da Condição Humana - Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba). Participa do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da INTERCOM (do qual foi coordenadora em 2011-2012). É líder do Flores Raras - Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Comunicação e Feminismos (FACED-UFJF-CNPq). Participa da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã. Jornalista, é doutora em Ciências da Comunicação pela USP, com pós-doutorado em Comunicação, pela UERJ.

E-mail: lahni.cr@gmail.com

CRISTIANE FINGER

Jornalista formada pela Famecos/PUCRS. Especialista em Estilos Jornalísticos, Mestre e Doutora em Comunicação

Social pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação da PUCRS. Foi Editora Regional e Âncora do SBT, no Rio Grande do Sul, por dez anos. Foi coordenadora do Curso de Jornalismo da Famecos/PUCRS, durante seis anos. Editora da revista *Sessões do Imaginário*, por seis anos. Foi Coordenadora da Rede TELEJor, por três anos. É professora titular do Curso de Jornalismo da Escola de Comunicação, Artes e Design – PUCRS. Faz parte do Núcleo docente estruturante há doze anos. Membro permanente do PPGCOM da PUCRS. Membro da Comissão Coordenadora do PPGCOM pelo terceiro mandato. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Televisão e Audiência (GPTV), Diretora Regional Sul INTERCOM e Vice-Presidente da Associação Rigrandese de Imprensa -ARI.

E-mail: cristiane.finger@pucrs.br

DANIELLY BEZERRA DOS SANTOS

Mestranda no PPGCOM-ESPM, com bolsa integral PROSUP-CAPES. Integrante do grupo de pesquisa Comunicação, Consumo, Imagem e Experiência, coordenado pela Profa. Dra. Gabriela Almeida. Graduada em Relações Públicas pela Universidade Federal de Alagoas.

E-mail: daniellybdossantos@gmail.com

DEBORA CRISTINA LOPEZ

Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA) e Jornalista (UEPG). Desenvolve estágio pós-doutoral na UFRJ. É professora do PPGCOM e da graduação em Jornalismo da UFOP e do PPGCOM da UFPR. É coordenadora adjunta do GP Rádio e Mídia Sonora da INTERCOM e membro do conselho diretor da RUBRA. Coordena o Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo (ConJor) e o Laboratório de Inovação em Jornalismo (Labin), ambos na UFOP.

E-mail: debora.lopez@ufop.edu.br

DENISE TERESINHA DA SILVA

Doutora em Ciências da Comunicação (Universidade do Vale do Rio dos Sinos/Universidad Autónoma de Barcelona, 2008), Professora Associada da Universidade Federal do Pampa (Unipampa Campus São Borja), Líder do Grupo de Pesquisa Fos, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Produção em Fotografia da Unipampa - NEPFOTU, Integrante do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã – ABPCom (2019-2021), Coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - INTERCOM (2017-2018) e vice-coordenadora (2015-2016), Integrante do Comitê de Ética na Pesquisa - CEP/UNIPAMPA (2012-2018), Coordenadora da Especialização em Imagem, História e Memória das Missões: Educação para o Patrimônio da Unipampa (2013-2014), Diretora da Universidade Federal do Pampa - Unipampa Campus São Borja (2009-2013).
E-mail: denise_dts@yahoo.com.br

EDNA MELLO

Possui mestrado e doutorado em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, pós-doutorado pela Escola de Comunicações da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É docente do curso de Design Educacional da Universidade Federal de São Paulo. Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade na Universidade Federal do Tocantins. Lidera o Grupo de Pesquisa Comunicação, Design e Tecnologias Digitais (CNPq) no qual desenvolve pesquisas sobre narrativas em múltiplas plataformas, educação aberta, jornalismo de televisão, hipermídia e realidade virtual. Atualmente coordena o GP de Telejornalismo da INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação.
E-mail: edna.mello@unifesp.br

ELIANE MERGULHÃO

Doutorado e Pós-Doutorado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, Mestre em Língua Portuguesa Pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, graduada em Letras com especialização em Literatura Brasileira, docente da Universidade Paulista (UNIP) e Centro Paula Souza (FATEC). Membro da Cátedra INTERCOM em Comunicação e Informação José Marques de Melo. Uma das coordenadoras dos GTS do PENSACOM. Com formação inicial voltada às Letras e à Literatura Brasileira, aos poucos teve sua trajetória guinada à Comunicação Social, com foco na Cultura Popular, no Folclore, na Música Popular Brasileira, por fim, na Folkcomunicação, em que sempre desenvolve sua pesquisa acadêmica.

E-mail: elianemergulhao@gmail.com

FELIPE PENA

Jornalista, escritor, psicólogo e professor associado III do DP de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Mestre e Doutor em Letras (Literatura Brasileira) pela PUC-Rio, com estágio pós-doutoral em semiologia da imagem na Université de Paris/Sorbonne III. É autor de dez livros na área de Comunicação, entre eles *No jornalismo não há fibrose* (2012), *Teoria do Jornalismo* (2005) e *Televisão e Sociedade* (2002). Trabalha como jornalista de TV desde 1995, tendo passado pelas seguintes emissoras: Manchete, UTV, Comunitária, TVE, (onde foi debatedor do programa Espaço Público), Rede Globo (onde foi diretor de Análise de Conteúdo) e GloboNews (onde foi comentarista do programa Estúdio I). Foi professor visitante da Universidade de Salamanca (Espanha) e *visiting scholar* da New York University (EUA), Atuou como Sub-Reitor da Universidade Estácio de Sá, onde foi diretor da Faculdade de Comunicação Social e coordenador da pós-graduação em telejornalismo e em jornalismo cultural. É autor dos romances que compõem a *Trilogia do Campus*, publicados pela editora Record entre 2010 e 2012. Dirigiu o documentário *Se essa vila não fosse minha*, sobre a remoção das 530 famílias da

comunidade Vila Autódromo para a construção do Parque Olímpico Rio 2016. É diretor da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) e conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

E-mail: felipepena@globo.com

FERNANDO MORGADO

Mestre em Gestão da Economia Criativa pela Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro. Professor das Faculdades Integradas Hélio Alonso (Facha). Coordenador adjunto do Núcleo de Estudos de Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador associado do Laboratório de Estudos de Memória Brasileira e Representação (Lembrar) da ESPM-Rio. Publicou *Blota Jr.: a elegância no ar*, *Silvio Santos: a trajetória do mito e Comunicadores S.A.* Com Luiz Artur Ferraretto, escreveu *Covid-19 e comunicação, um guia prático para enfrentar a crise* e *Dez passos para o ensino emergencial no rádio em tempos de Covid-19*. Membro da Academy of Television Arts & Sciences, entidade realizadora do Emmy, maior premiação da TV mundial.

E-mail: contato.fernandomorgado@gmail.com

FLÁVIO PORCELLO

Jornalista diplomado pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (1977), e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (1976) ambas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com Mestrado (2001) e Doutorado (2004) em Comunicação Social pela PUCRS. Registrado como Jornalista Profissional Diplomado no Ministério do Trabalho e Emprego (MTBE) e advogado registrado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS). Professor Associado, classe D, nível 04, no curso de Jornalismo da UFRGS. Atualmente ocupa os seguintes cargos eletivos: Coordenador Adjunto do GP Telejornalismo da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (INTERCOM); Vice-coordenador do GP Televisão e Audiência

(GPTV - UFRGS/PUCRS); Membro do Conselho Consultivo da Rede de Pesquisadores em Telejornalismo (TELEJOR).

E-mail: flavio.porcello@ufgrs.br

GABRIELA ALMEIDA

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP), onde lidera o grupo de pesquisa Comunicação, Consumo, Imagem e Experiência. Doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS (2015), com estágio na Universidad Autónoma de Barcelona (UAB). Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA (2009). Membro da diretoria da Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual - SOCINE (2019-2021). Coordenadora do GP Estéticas, Políticas do Corpo e Gêneros da Intercom.

E-mail: gabriela.mralmeida@gmail.com

GUSTAVO DAUDT FISCHER

Doutor em Comunicação. Docente do PPGCom Unisinos e membro do GP Tcav (Audiovisualidades e Tecnocultura: Comunicação, memória e design). Coordenador (2020- 2021) e vice coordenador (2018-2019) do GP Estudos de Televisão e Televisualidades.

E-mail: gfischer@unisinos.br

GENIO NASCIMENTO

Doutorando em Comunicação pela Universidade Anhembi Morumbi. Mestre em Comunicação pela mesma instituição. Bacharel em Letras pela Universidade de São Paulo. Foi professor no curso de Produção Editorial da Universidade Anhembi Morumbi (2017-2018). É colaborador da Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação desde 2004 e coordenador nacional da Expocom - Exposição e Prêmio de Pesquisa Experimental em Comunicação. É editor

associado da *Iniciacom* - Revista Brasileira de Iniciação Científica em Comunicação e da *Insólita* - Revista Brasileira de Estudos Interdisciplinares do Insólito, da Fantasia e do Imaginário. É editor na *Gênio Editorial*. Pesquisa Horror, Cinema e Editoração. E-mail: genionascimento@gmail.com

GIOVANDRO FERREIRA

Professor titular na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM-UFBA). Coordena o CEPAD - Centro de Estudos e Pesquisa em Análise do Discurso e Mídia, é pesquisador, professor no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas. É doutor e mestre em Ciências da Informação pelo Instituto Francês de Imprensa e Comunicação (IFP), Universidade de Paris 2 (Panthéon-Assas). Graduou-se em Filosofia pela PUC-MG e em Comunicação Social - Jornalismo pela UFES.

E-mail: giovandro.ferreira@gmail.com

ILUSKA COUTINHO

Professora titular da Universidade Federal de Juiz de Fora é jornalista formada pela Universidade Federal do Espírito Santo (1993), mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade de Brasília (1999) e doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (2003), com estágio doutoral na Columbia University (NY). Pós-doutora em Comunicação (Universidade Nova de Lisboa), coordena o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF e o grupo de pesquisa Núcleo de Jornalismo e Audiovisual. Foi Diretora Científica da Intercom (2014-2017), Diretora editorial da SBPJor (2011-2013) e coordenou a Rede de Pesquisadores de Telejornalismo -Telejor (2018-2019). Desenvolve pesquisas sobre Narrativa, Jornalismo e Emissoras Públicas, com financiamento da Fapemig e do CNPq. Bolsista produtividade em pesquisa, PQ2.

E-mail: iluskac@uol.com.br

JACQUELINE DA SILVA DEOLINDO

Professora do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF), unidade Campos dos Goytacazes, e do curso de Jornalismo do Centro Universitário Fluminense (UNIFLU). Doutora em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, é coeditora da revista discente *Planície Científica* (UFF), coordenadora de pesquisa e extensão do UNIFLU, autora do livro *O negócio da mídia no interior* (2019). Integra o Grupo de Pesquisa Geografias da Comunicação (CNPq e INTERCOM), com estudos focados em jornalismo local e regional, comunicação e desenvolvimento regional, economia de mídia, geografias da comunicação e produção textual.

E-mail: jacquelineolindo@gmail.com

JEDER JANOTTI JUNIOR

Pesquisador do CNPq e professor do Programa do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Autor de diversos livros e artigos sobre música e comunicação, entre eles *Aumenta que isso aí é Rock and Roll* (E-papers, 2003), *Heavy Metal com Dendê* (E-papers, 2004), *Rock me Like The Devil* (Livrinho de Papel Finíssimo, 2014), *O Videoclipe na Era Pós-Televisiva* (em co-autoria com João André Alcântara, 2018) e *Gêneros Musicais em Ambientações Digitais* (Selo PPGCOM/UFGM: 2020).

E-mail: jederjr@gmail.com

JORGE CARDOSO FILHO

Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, onde coordena o Grupo de Estudos em Experiência Estética: Comunicação e Artes (GEECA), em parceria com a profa. Dra. Angelita Bogado. É pesquisador associado ao TRACC (Centro de Pesquisa em Estudos Culturais e Transformações na Comunicação) na Universidade Federal da Bahia, onde também atua como professor permanente do programa de pós-graduação

em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Vice-coordenador do GP Estéticas, Políticas do Corpo e Gêneros da Intercom.

E-mail: cardosofilho.jorge@gmail.com

JULIANA DIAS ROVARI CORDEIRO

Doutora em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ), mestra em Educação em Ciências e Saúde (NUTES/UFRJ), bacharela em Comunicação Social (Facha) e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Ciências e Saúde (PPGECS/NUTES/UFRJ).

E-mail: julianadiasrc@gmail.com

JULIANA TONIN

Comunicóloga, professora Adjunta do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Famecos/ PPGCOM / PUCRS, atua na linha de pesquisa Práticas Culturais nas Mídias, Comportamentos e Imaginários da Sociedade da Comunicação. Pós-doutora em Sociologia da Infância pelo CERLIS (Centre de Recherche sur les Liens Sociaux) de la Faculté de Sciences Humaines et Sociales, Sorbonne, Université Paris Descartes, Paris V, França. É líder do Grupo de Pesquisa Infâncias, Comunicação e Imaginários (GIM Pesquisa). É proponente e coordenadora do LabGim (Laboratório de Pesquisas da Comunicação nas Infâncias), em parceria com o Centro Marista de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Fundação Irmão José Otão. A parceria congrega interesses comuns no que concerne a dinamização de pesquisas aplicadas e inserção social voltadas para a promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Site: labgim.com.br

LUCIANA XAVIER DE OLIVEIRA

Professora da Universidade Federal do ABC. Doutora em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Possui

graduação em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestrado em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia. Ganhadora do prêmio Compós 2017 de melhor tese de doutorado. É autora do livro *A Cena Musical da Black Rio: estilos e mediações nos bailes soul dos anos 1970* (Edufba, 2018).

E-mail: luciana.oliveira@ufabc.edu.br

LUÍZA ALVIM

Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com período sanduíche na Universidade Paris 3 (sob orientação de Michel Chion) e doutora em Música pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Foi professora substituta da Escola de Comunicação da UFRJ e do departamento de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal Fluminense (UFF). Autora do livro *A música no cinema de Robert Bresson*. Atualmente é pós-doutoranda em Música na UFRJ, membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (SOCINE) e coordenadora do GP Cinema da INTERCOM.

E-mail: luizabeatriz@yahoo.com

LUIZA LUSVARGHI

Formada em Letras pela FASB, e Jornalismo pela PUC-SP. Mestrado e Doutorado pela ECA USP, e pós-doutorado pela UFPE, ECA USP e ESPM SP. Autora de *O Crime como Gênero na Ficção Audiovisual da América Latina* (2018) e coautora e coorganizadora da coletânea *Mulheres atrás das Câmeras. As cineastas brasileiras de 1930 a 2018* (2019). Membro da Abraccine, dos Coletivos Elviras de Críticas de Cinema, Manifesta e Fórum Mulheres do Audiovisual, vice-coordenadora do GP Cinema da Intercom, e integrante do Genecine (Grupo de Estudos sobre Gêneros Cinematográficos e Audiovisuais) da Unicamp.

E-mail: luiza.lusvarghi@gmail.com

LUIZ ARTUR FERRARETTO

Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mesma instituição onde atua como professor no curso de Jornalismo e no Programa de Pós-graduação em Comunicação. Coordenador do Núcleo de Estudos de Rádio, grupo de pesquisa certificado pela UFRGS junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Autor dos livros *Rádio – O veículo, a história e a técnica*, *Rádio no Rio Grande do Sul (anos 20, 30 e 40): dos pioneiros às emissoras comerciais*, *Rádio e capitalismo no Rio Grande do Sul: as emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século 20* e *Rádio – Teoria e prática*. Com Elisa Kopplin Ferraretto, escreveu *Técnica de redação radiofônica* e *Assessoria de imprensa – Teoria e prática* e, com Fernando Morgado, *Covid-19 e comunicação, um guia prático para enfrentar a crise* e *Dez passos para o ensino emergencial no rádio em tempos de covid-19*.

E-mail: luiz.ferraretto@uol.com.br

MAGDA RODRIGUES DA CUNHA

Jornalista, Mestre em Comunicação Social, Doutora em Letras, professora titular da PUCRS, no curso de Jornalismo, e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Escola de Comunicação, Artes e Design. Atua na linha de pesquisa Práticas Culturais nas Mídias, Comportamentos e Imaginários da Sociedade da Comunicação e ministra a disciplina “Linguagens e Tecnologias da Comunicação”. É líder do Grupo/CNPq intitulado “Comunicação, Tecnologia e o Sujeito Conectado”.

E-mail: mrcunha@pucrs.br

MANOEL DOURADO BASTOS

Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. Diretor-científico do Capítulo Brasil da União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura (ULEPICC-Brasil) e coordenador do GP de Economia

Política da Informação, Comunicação e Cultura da INTERCOM. Líder do Laboratório CUBO - Comunicação e crise do Capitalismo e pesquisador do Grupo de Pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade (OBSCOM-Cepos). Co-organizou o livro *Comunicação e a disputa pela Hegemonia* (Outras expressões, 2015). Dentre suas publicações mais recentes, destaque-se *Indústria Cultural e capitalismo tardio: Origens da Economia Política da Comunicação no Brasil em Mercado Brasileiro de Televisão* (Chasqui, 2020).

E-mail: manoel.bastos@uel.br

MARCELO BERGAMIN CONTER

Professor e pesquisador do curso de Produção Fonográfica do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: bconter@gmail.com

MARCELO KISCHINHEVSKY

Diretor do Núcleo de Rádio e TV da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde leciona nos cursos de Rádio e TV e Jornalismo, é também professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor e mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ e bacharel em Jornalismo pela mesma instituição. É autor de livros como *Rádio e mídias sociais – Mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação* (Ed. Mauad, 2016) e *O rádio sem onda – Convergência digital e novos desafios na radiodifusão* (E-Papers, 2007).

E-mail: marcelok@forum.ufrj.br

MARCELO PIRES DE OLIVEIRA

Doutor em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas (2007). Professor Titular do Curso de Comunicação Social, Rádio, Televisão e Internet, da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Coordenador do grupo de Pesquisa em Folkcomunicação

da UESC. Membro do Corpo Editorial da Revista Internacional de Folkcomunicação (UEPG). Membro fundador da Rede Folkcom – Rede de Estudos e Pesquisa em Folkcomunicação.

E-mail: mpoliveira@uesc.br

MARCELO SABBATINI

Doutor em Teoria e História da Educação pela Universidade de Salamanca, professor do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco e do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica da mesma instituição. Membro fundador da Rede Folkcom – Rede de Estudos e Pesquisa em Folkcomunicação. Coordenador do GT Comunicação Intercultural e Folkcomunicação, da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIC). Vice-coordenador do GP Folkcomunicação, Mídia e Interculturalidade da Intercom.

E-mail: marcelo.sabbatini@ufpe.br

MARGARIDA M. KROHLING KUNSCH

Professora titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Pró-reitora adjunta de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo. Presidente do Conselho Curador da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

E-mail: mkkunsch@usp.br

MARIO ARRUDA

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS. Integra o Grupo de Pesquisa em Semiótica e Culturas da Comunicação (GPESC) e o Grupo de Estudos em Imagens Sonoridades e Tecnologias (GEIST). Pesquisa nas áreas da Estética, da Semiótica, da Teoria da Comunicação e da Cibercultura com enfoque em filosofias da diferença, música, arte mídia e tecnologias da comunicação. Bolsista CAPES.

E-mail: marioarruds@gmail.com

MICAEL HERSCHMANN

Professor e pesquisador da Escola de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: micaelmh@globo.com

MONICA MARTINEZ

Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (Uniso), onde conduz pesquisas na Linha Análise de Processos e Produtos Midiáticos e é líder do Grupo de Pesquisa em Narrativas Midiáticas (NAMI). É professora visitante da École des Hautes Études en Sciences de l'Information et de la Communication (Celsa) da Sorbonne Université (França). Também é Coordenadora do GP de Teorias do Jornalismo da INTERCOM e chair do Global Engagement Committee da IALJS (International Association for Literary Journalism Studies). Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, tem pós-doutorado pela UESP e estágio de pesquisa pós-doutoral junto à Universidade do Texas em Austin (EUA). Tem mestrado em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, especialização em Psicologia Junguiana pelo Ijep e graduação em Comunicação (Jornalismo) pela UESP. Pesquisa narrativas jornalísticas, em particular as biográficas, com enfoque na História do Jornalismo Literário, Estudos de Gênero, Conflitos e Guerra e Psicologia Junguiana.

E-mail: monicamartinezbr@gmail.com

NADJA VLADI GUMES

Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: nadjavladi@ufrb.edu.br

NAIR PRATA

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Minas Gerais, com estágio de pós-doutorado na Universidade de Navarra (Espanha). Diretora Científica da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Integra o grupo de pesquisa Convergência e Jornalismo (ConJor).

E-mail: nairprata@uol.com.br

NÉLIA RODRIGUES DEL BIANCO

Professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília (UnB) e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em Educação a Distância pelo Senac-DF, Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, com estágio de pós-doutorado na Universidade de Sevilha (Espanha). Vice-presidente da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (2018-2020). Integra o Grupo de Pesquisa Geografias da Comunicação (CNPq), com estudos sobre o ecossistema de comunicação audiovisual, em especial transformações tecnológicas em radiodifusão e jornalismo, radiodifusão pública, infraestrutura de audiovisual e políticas de comunicação.

E-mail: nbianco@uol.com.br

PABLO NABARRETE BASTOS

Professor do Departamento de Comunicação Social, do Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC-UFF). Doutor em Ciências da Comunicação, linha de pesquisa de Comunicação, Cultura e Cidadania, pela ECA-USP. Possui pós-doutorado em Estudos Culturais pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Líder do Laboratório

de Pesquisa em Comunicação Comunitária e Publicidade Social (LACCOPS). Coordenador do GP Comunicação para a Cidadania da INTERCOM. Pesquisa hegemonia, contra-hegemonia, hegemonia popular, engajamento, movimentos sociais e comunicação popular.

E-mail: pablobastos@id.uff.br

PATRÍCIA GONÇALVES SALDANHA

Professora Doutora Associada II da Universidade Federal Fluminense e membro Permanente do PPGMC (Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano). Vice-Coordenadora do GT de Cidadania do ALAIC (2012-2016), Coordenadora do GT de Cidadania do ALAIC (2016-2018), Coordenadora do INTERCOM Jr. Publicidade. (2015). Coordenadora do INTERCOM Jr. Cidadania (2016-2018). Fundadora e atual Líder do LACCOPS (Laboratório de Investigação em Comunicação Comunitária e Publicidade Social) e membro fundadora do INPECC (Instituto Nacional de Pesquisa em Comunicação Comunitária). Mestrado (2003) e Doutorado (2009) em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e atual Pós-doc em Comunicação e Cultura (Publicidade Sensorial).

E-mail: patriciasaldanha@id.uff.br

PEDRO BUTCHER

Jornalista, crítico de cinema e pesquisador, é professor do curso de cinema e audiovisual da ESPM-RJ e colaborador do jornal Valor Econômico. Em junho de 2019, concluiu doutorado na Universidade Federal Fluminense, com a tese *Hollywood e o mercado de cinema no Brasil: princípio(s) de uma hegemonia*. Entre 2001 e 2014, editou o website *Filme B*, com foco no mercado de cinema. Faz parte da equipe do encontro de coprodução Brasil Cine Mundi, do Festival Internacional de Cinema de Belo Horizonte, e é um dos mentores do programa Talent Press, do Festival de Berlim.

E-mail: pedrobutcher@gmail.com

PRISCILA VIEIRA-SOUZA

Doutora em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ), mestre em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ), bacharela em Comunicação Social – Jornalismo (UEPG). É pós-doutoranda do PPGCOM/ECO/UFRJ, pelo Programa CAPES/ PNPd.

E-mail: priscilavieira@ufrj.br

RAFAEL DUARTE OLIVEIRA VENANCIO

Doutor em Meios e Processos Audiovisuais, tendo realizado estágio pós-doutoral sobre Ficção e Dramaturgia Radiofônica, ambos na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Escritor independente e trabalhou como docente em cursos de Graduação e Pós-Graduação lato sensu e stricto sensu em Instituições de Ensino Superior tais como Centro Universitário SENAC, Instituto Europeo di Design-SP, FMU-FIAM-FAAM e Universidade Federal de Uberlândia.

E-mail: rdovenancio@gmail.com

RAFAEL GROHMANN

Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Doutor e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Criador da newsletter DigiLabour. Editor das revistas *E-Compós* e *Fronteiras*. Pesquisa os temas trabalho digital, plataformização, comunicação e trabalho, cooperativismo de plataforma, dataficação, mundo do trabalho dos profissionais de comunicação.

E-mail: rafaelgrohmann@unisinos.br

RAPHAEL CORTEZÃO

Assessor de Comunicação do Ministério Público Federal no Amazonas, especialista em Publicidade, Propaganda e Marketing.

E-mail: faelcortezao@gmail.com

RODRIGO GABRIOTI

Doutor em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo. Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade de Sorocaba onde também se graduou em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo. Professor e coordenador do curso de Jornalismo da Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação (ESAMC) Sorocaba. Membro da Cátedra INTERCOM em Comunicação e Informação José Marques de Melo. Um dos coordenadores da DTI-1 Epistemologia, Teoria e Metodologia da Comunicação da Assibercom, Associação Ibero-Americana de Comunicação.

E-mail: rgabrioti@hotmail.com

ROSE MARA PINHEIRO

Professora Doutora do curso de graduação de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). É coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação e Educação (CNPq) e do Grupo de Pesquisa Comunicação e Educação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM, e membro do GP de Fundamentos da Educomunicação, do NCE/USP (CNPq). Faz parte do Conselho Consultivo da ABPEducom (Associação Brasileira de Profissionais e Pesquisadores da Educomunicação) e da diretoria do Cogecom (Colégio de Gestores de Comunicação das Instituições Federais de Ensino Superior), da Andifes.

E-mail: rose.pinheiro@ufms.br

ROZINALDO ANTONIO MIANI

Graduado em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo. Graduado em História. Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Doutor em História pela Unesp/Campus Assis. Pós-doutor pela Escola de Comunicação e Artes da

Universidade de São Paulo - ECA/USP (Fundação Araucária). Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR); Coordenador do Programa de Mestrado em Comunicação da UEL. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (CNPq).

E-mail: rmiani@uel.br

SIMONE PEREIRA DE SÁ

Professora e pesquisadora do Curso de Mídia e Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: sibonei.sa@gmail.com

SÔNIA CALDAS PESSOA

Professora do Departamento de Comunicação e do PPGCOM/UFMG. Doutora em Estudos Linguísticos (Poslin/UFMG), com estágio doutoral na Université Paris Est-Crèteil / Le Céditec (Centre d'étude des discours, images, textes, écrits, communication - Paris, França). Mestre em Estudos Linguísticos (Poslin/UFMG) e graduada em Comunicação Social/Jornalismo (FAFI-BH). Coordenadora do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades (www.afetos.com) e da Web Rádio Terceiro Andar. Coordenadora do Curso de Graduação em Jornalismo da UFMG. Diretora Científica Adjunta da INTERCOM.

E-mail: soniacaldaspessoa@gmail.com

SÔNIA MARIA RIBEIRO JACONI

Doutora em Comunicação Social pela UMESP, Mestre em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, Consultora em Comunicação Empresarial. Criou e foi editora da Revista da Faculdade de Administração e Economia (ReFAE), publicou Graciliano Ramos: o prefeito escritor,

organizou diversas obras voltadas ao campo da comunicação. Diretora de Planejamento da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM.

E-mail: sonia.jaconi@uol.com.br

SONIA VIRGÍNIA MOREIRA

Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Jornalismo pela Universidade do Colorado (Boulder, EUA) e Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, desenvolve atualmente o projeto Regiões de Sombra e de Silêncio no Audiovisual Brasileiro. Líder do Grupo de Pesquisa Geografias da Comunicação (CNPq); com estudos em ensino de jornalismo, contextos de trabalho do jornalista, rádio e radiojornalismo, sistemas públicos de radiodifusão, mídia audiovisual, mídia local e regional, infraestrutura de telecomunicações, indústria de mídia. E-mail: soniavm@gmail.com

SUELEN DE AGUIAR SILVA

Graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda. Mestre e Doutora em Comunicação Social pela UESP. Psicanalista. Professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Universidade Estácio de Sá. Vice-coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania – Intercom. Secretária executiva da ABPCOM, Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã. Integrante do Comuni, Núcleo de Estudos em Comunicação Comunitária e Local.

E-mail: susuaguiar@yahoo.com.br

TALITHA FERRAZ

Jornalista graduada pela PUC-Rio, mestre e doutora em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ. Realizou estágio

doutoral na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) e pós-doutorado no Centre for Cinema and Media Studies (CIMS) da Ghent University, ambos com apoio da Capes. É professora da ESPM-Rio e do PPGCine-UFF. É líder do GP Modos de Ver (ESPM/CNPq). É pesquisadora associada à Coordenação Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos da ECO-UFRJ (CIEC/ECO-UFRJ) e às redes History of Moviegoing Exhibition and Reception (HoMER Network) e International Media & Nostalgia Network (IMNN).

E-mail: talitha.ferraz@gmail.com

TATIANE HILGEMBERG

Professora Adjunta do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação/UFRR. Doutora em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Porto (Portugal/2010). Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2007), e Especialista em Gestão do Esporte pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Grupo de Pesquisa Ama[Z]oom Observatório Cultural da Amazônia e Caribe (UFRR) e do Laboratório de Estudos em Mídia e Esporte (UERJ).

E-mail: tatiانهilgemberg@gmail.com

THIAGO SOARES

Professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Comunicação e do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Realizou pós-doutoramento na UFF; doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas na UFBA e mestrado em Teoria Literária pela UFPE. Integrante do grupo de pesquisa Laboratório de Análise em Música e Audiovisual (LAMA/UFPE). Autor dos

livros *Ninguém é perfeito e a Vida é Assim: a música brega em Pernambuco* (2017); *A estética do videoclipe* (2014) e *Videoclipe, O elogio da desarmonia* (2004).

E-mail: thikos@gmail.com

TOBIAS QUEIROZ

Professor e pesquisador do curso de Jornalismo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

E-mail: tobiasqueiroz@gmail.com

VALCI ZUCULOTO

Professora do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJor/UFSC). Jornalista (UFRGS), mestre e doutora em Comunicação (PUCRS), com pós-doutorado em Comunicação (UFRJ). Coordenadora da Rede de Pesquisa em Radiojornalismo (RadioJor/SBPJor). Diretora científica da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR). Diretora da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Coordenadora da Rádio Ponto UFSC e integrante do Conselho da Rede de Rádios Universitárias do Brasil (RUBRA). Líder do Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio (Girafa) da UFSC/CNPq.

E-mail: valzuculoto@hotmail.com

VERLANE ARAGÃO SANTOS

Professora do Departamento de Economia e dos Programas de Pós-Graduação em Economia (mestrado profissional) e em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutora em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com estágio de doutoramento na Facultad de Comunicación da Universidad de Sevilla (US); Mestre em Ciências Sociais e Graduada em Ciências Econômicas pela UFS. Vice-líder do Grupo OBSCOM/CEPOS do CNPq. Co-fundadora da União

Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, capítulo Brasil (ULEPICC-Brasil), integrando a diretoria da entidade por três gestões. Coordena atualmente o GT - Economia Política da Cultura e Políticas Culturais. Entre suas produções, destacam-se *A firma-rede e as novas configurações do trabalho nas telecomunicações brasileiras* (livro de 2008) e *Dimensões e implicações da convergência tecnológica no macrossetor das comunicações* (capítulo de livro, 2012), além de artigos em periódicos.

E-mail: velorca2010@gmail.com

VICTOR DE ALMEIDA

Pesquisador e professor do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

E-mail: victor.de.almeida@gmail.com

WILLIAN FERNANDES ARAÚJO

Doutor em Comunicação e Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2017), mestre em Processos e Manifestações Culturais na Universidade Feevale e graduado em jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria. Professor e coordenador dos cursos de Comunicação Social e Fotografia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Coordenador do GP de Comunicação e Cultura Digital da INTERCOM (2018-2020). Pesquisa a mediação tecnológica em mídias digitais, principalmente nos debates sobre infraestruturas, softwares e algoritmos.

E-mail: willianfaraujo@gmail.com

Todos os direitos desta edição reservados à:

INTERCOM

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

Rua Joaquim Antunes, 705 - Pinheiros

CEP 05415-012 - São Paulo - SP

Tel.: (11) 2574-8477 / 3596-4777

Site: portalintercom.org.br - E-mail: secretaria@intercom.org.br